Anais da Semana de Ciências Sociais da UFSCar

http://www.semanasociais.ufscar.br/

de 02 a 06 de agosto de 2021

edição 4

ISSN 2358-4009

Semana discente das Ciências Sociais UFSCar 2021: o sujeito pesquisador e o fazer científico

ufscar

EDITORIAL

COORDENAÇÃO DO CURSO
Samira Feldman Marzochi
Sylvia Iasulaitis

COMISSÃO ORGANIZADORA
Bruno Henrique Benichio Alves Barbosa (UFSCar)
Cairo Henrique dos Santos Lima (UFSCar)
Caroline Xavier Marioti (UFSCar)
Gabriela Folegatti de Azevedo (UFSCar)
Julia Aparecida Rodrigues da Silva (UFSCar)
Juliana Alcantara (UFSCar)
Marcus Vinicius Calderan Caldara (UFSCar)

COMISSÃO CIENTÍFICA
Adson Ney dos Santos Amorim - PPGS/UFSCar
Ana Carina Sabadin -PGGS/UFSCar
André Sales dos Santos e Cedro - PPGS/UFSCar
Breno Minelli Batista - PPGS/UFSCar
Bruno Henrique Martins de Almeida - PPGPol/UFSCar
Caio Monticelli - PPGAS/UFSCar
Cristiane Vilma de Melo - PPGS/UFSCar
Danilo Lucena Mendes - PPGS/UFSCar
Dionys Melo dos Santos – PPGS/UFSCar
Eduardo Henrique Rossler Junior - PPGS/UFSCar
Engel Rodrigues de Lima - PPGS/UFSCar
Fernando Augusto de Souza Guimarães - PPGS/UFSCar
João Gabriel Selles Pelegrini - PPGS/UFSCar
José Augusto de Souza - PPGPol/UFSCar
José Paulo Toledo - PPGPol/UFSCar
Jucimara Araujo Cavalcante Souza - PPGAS/UFSCar
Manuela Martins da Costa Aquino - PGGS/UFSCar
Marcos Gonçalves PPGE/UFSCar
Marianna Catellano Barcelos de Andrade – PPGCS/UNIFESP
Nayhara Almeida de Sousa - PPGS/UFSCar
Roberto de Alencar de Souza Júnior - PPGAS/UFSCar
Ronaldo Martins PPGS/UFSCar
Rosana Núbia Sorbille IFSP/UFSCar

Tailon Rodrigues Almeida - PPGPol/UFSCar
Tatiane Cosentino Rodrigues PPGE/UFSCar
Thalia Giovanna Marques de Sousa - PPGS/UFSCar

COLABORADORES
DCSo- Departamento de Ciências Sociais UFSCar
DS- Departamento de Sociologia UFSCar

CONVIDADOS
Hanna Sophia Alves (Beira Mar)
Edson da Silva Santos (Beira Mar)
Robson Cirenio Júnior (Beira Mar)
Alda Gomes Cardoso (Beira Mar)
Carolina Hummel
Daniel Garnet
DnAllien
Prof. Dr. Felipe Padilha (UFBA)
Jaque Altomani (Altosmoney)
Profa. Dra. Lara Facioli (FURG)
Luzinele Everton de Alcobaça (UFSCar)
Marcondy Kambeba (CCI/UFSCar)
Prof. Dr. Edson Kayapó (IFBA)
Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)
Profa. Dra. Aline Suelen Pires (UFSCar)
Profa. Dra. Carolina Parreiras (UNICAMP)
Profa. Dra. Catarina Morawska (UFSCar)
Profa. Dra. Clarice Cohn (UFSCar)
Profa. Dra. Flávia Medeiros (UFF)
Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto (UFSCar)
Profa. Dra. Lidiane Soares Rodrigues (UFSCar)
Profa. Dra. Luana Dias Motta (UFSCar)
Profa. Dra. Svetlana Ruseishili (UFSCar)
Milena Pereira (Sociedade de Esquina)
Vinicius Carvalho (Sociedade de Esquina)
Emerson (Sociedade de Esquina)
Marcio Pereira (Sociedade de Esquina)
Vanessa Carneiro Borges (PET INDÍGENA)
Willian Fernandes Luna (PET INDÍGENA)
Gabriela Helena de Oliveira (PET INDÍGENA)
Amanda Vitoria da Silva (PET INDÍGENA)

Anais da Semana de Ciências Sociais da UFSCar: Semana discente das Ciências Sociais UFSCar 2021: o sujeito pesquisador e o fazer científico, n. 4, 2021. Anais Eletrônicos. São Carlos, SP: UFSCar- Universidade Federal de São Carlos, 2021.

*NOTA: Não houve submissão de trabalhos para publicação nos Anais pelos Grupos de Trabalho (GTs) 7 e 8.

Os artigos foram transcritos de acordo com os originais enviados à comissão organizadora do evento, sendo, portanto, de inteira responsabilidade de seus autores e autoras os conceitos, as imagens e demais conteúdos neles veiculados.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

BRUNO HENRIQUE BENICHIO ALVES BARBOSA
CAROLINE MARIOTI;
JULIANA ALCANTARA
JULIA SILVA
GABRIELA FOLEGATTI
CAIRO LIMA

13

GT 1 - Gênero, sexualidade e mídias digitais

24 Corpos que {trans}bordam em potência: agenciamento nas artes trans e travesti

COSTA, Iago Marichi

GT 2 - Feminismos, subjetividades e decolonialidades

32 MULHERES SURDAS E SEGURANÇA PÚBLICA: Como o estado pode legitimar o capacitismo?

HERMES, Anne Shirley Oliveira Amaral

GT3 - Pensamento político brasileira

43 Neoliberalismo e Educação Para O Empreendedorismo

SANTOS, Miguel Silva dos
AMORIM, Paulo Victor Lucena de

50 O CONCEITO DE DEMOCRACIA NO PENSAMENTO POLÍTICO LIBERAL-CONSERVADOR DE JOAQUIM NABUCO E RUI BARBOSA (1870- 1902)

PAIVA, Brehner Beline Gomes de

GT4 - Estado, democracia e instituições.

59 De Lula a Bolsonaro: as declarações políticas de generais do Exército Brasileiro (2002-2018)
MOREIRA, Guilherme Alessandro Lemos da Silva

67 Inelegível: o problema da representação religiosa na política brasileira
COUTINHO, Davi Boechat Paiva de Azeredo

75 Transição política e seus reflexos na democracia contemporânea
LINO, Lillian Lages

83 O bolsonarismo e a teoria da reação cultural
MENDONÇA, Arthur Lamounier

GT5 - "Sobrevivendo no inferno": culturas afrodiásporicas e lutas anticoloniais

95 Assimilação cultural e exclusão social: reflexões sobre a identidade brasileira nas considerações de Lilia Schwarcz
DORIGAN, Micheli Longo

GT6 - A Sociologia do Trabalho diante de novas/velhas questões

102 Relações de trabalho na pandemia: a quarentena como privilégio de classe
ARAUJO, Thiago Vinícius dos Anjos Araujo; ALMEIDA, Júllia Alves de

111 Formas históricas concretas de trabalho em Karl Marx e Friedrich Engels
MONZELLI, Arthur Guilherme; TEIXEIRA, Lucas André

120 Transformações do mundo do trabalho e seus rebatimentos no exercício profissional de assistentes sociais de Uberaba/MG.
LIMA, Edilaine Dias

GT9 - Urbanidades: tensões e cooperações

129 O sofrimento psíquico nas cidades
GUANDALIM, Bruna Lívia Barros

134 Ambulantes do Bairro da Glória: ordens e sociabilidades no uso do espaço público
NETO, Venâncio Lázaro Batalhone

142 “Nosso samba tá na rua”: prática periférica cultural em comunidade como forma de se colocar no mundo em meio ao conflito urbano
MUSA, Nicolau Augusto

GT10 - Meio Ambiente, Ruralidades e Territórios

151 Leishmaniose Visceral Canina: relações ecológicas e ciclos zoonóticos enquanto problemáticas sociopolíticas
AMORIM, Lucas de Carvalho de;
FERRARI, Isaura Wayhs;
AILLAPAN, Jocelyn Viviana Ferreira;
BIRRIEL, Mariana Leoni;
GRISOTTI, Marcia

160 Mulheres rurais e resistência em tempos de pandemia
ALBUQUERQUE, Andréa Maria Leite

167 GERAIZEIROS A CAMINHO DO CAFEZAL AS TRAVESSIAS MIGRATÓRIAS EM VEREDA FUNDA- RIO PARDO/MG
COSTA, Laís Pereira;
PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de

GT11 - O fazer etnográfico na antropologia urbana

175 Analogia de sentimentos na relação humano-animal: uma experiência netnografica na comunidade online "Coisa de Gato"

PEREIRA, Raiane;
NUMMER, Fernanda Valli

180 Batalhas de Popping e a lógica competitiva

ALVARENGA, Gabriela Seta

191 Mercados de quebrada: Jovens Empreendedores e Consumidores na Subprefeitura Campo Limpo da Capital Paulista

PINTO, Felipe de Souza

GT12 - Religião: identidades, políticas e espiritualidades

199 "CIDADÃOS RELIGIOSOS" NA CENA PÚBLICA BRASILEIRA E A QUESTÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES E DOS LGBTS DIANTE DA ATUAL "REVISÃO DO PNDH 3 PELO MMFDH

MACIEL, Samuel Escudero Prince

209 SABERES FILOSÓFICOS DE AXÉ E A NARRATIVA DE ORIGEM DO ILÊ OMIN OTÁ ODARA

SILVA, Gisele Rose da

218 A FELICIDADE SEGUNDO O ESPIRITISMO E SUAS LIGAÇÕES COM A TRADIÇÃO POSITIVISTA
SILVA, Itamá Winicius do Nascimento

227 Eleições municipais na cidade de Barbacena-MG: a religião no debate público.
ASSIS, Esther Aparecida Santos de
NETO, Geraldo Magela Rodrigues de Oliveira
CRUZ, Geovana Larissa Amâncio da
RAMOS, Maria Eduarda Eduarda Aparecida
GUIMARÃES, Luiz Ernesto

GT13 - Violência e Administração de Conflitos

233 Chacinas como instrumentos de poder: enfoques sobre as disputas de poder e às técnicas de violência no Brasil
DYNA, Eduardo Armando Medina

PREFÁCIO

BARBOSA, BRUNO HENRIQUE BENICHIO ALVES;

MARIOTI, CAROLINE;

ALCANTARA, JULIANA;

SILVA, JULIA;

FOLEGATTI, GABRIELA;

LIMA, CAIRO

A trajetória das Ciências Sociais no Brasil acompanha a complexidade histórica enfrentada por nosso país ao longo do tempo; de tal maneira, o campo educacional e de pesquisa dificilmente se dissociava da conjuntura sócio-política vivenciada pelos brasileiros. Em decorrência disso, a formação acadêmica, grades curriculares, estruturas universitárias, escolha de objetos de pesquisa, etc, se mantiveram diretamente influenciadas pelos acontecimentos ao decorrer dos anos. Entre mudanças governamentais, golpes políticos, uma ditadura militar… ano após ano os cientistas sociais profissionais ou em formação se depararam com a necessidade de colocarem-se em conversão, subjetiva e técnica, do que viria a se fazer necessário para viabilizar uma compreensão significativa da realidade que os envolvia.

Importante situar que a formação acadêmica dos estudantes envolvidos na organização deste evento foi igualmente marcada por outros muitos conflitos políticos: como um novo golpe político contra a ex presidente Dilma, a prisão arbitrária do ex presidente Lula provada a posteriori injusta; a reviravolta ideológica gestada ao longo da década que resultou na eleição de um dos mais conservadores presidentes já nomeados em nosso país. Esta série de eventos marcaram o fim do período mais progressista, com investimentos na educação (e outros âmbitos) de nossa sociedade. O ano de 2020 se deparou com uma nova dificuldade em dimensão mundial: a pandemia

do COVID-19 evidenciou desigualdades sócio-econômicas e interesses estatais que, no mínimo, ferem as mais básicas noções de direitos humanos.

Nos entremeios de cenários complexos, as ciências humanas se vê cotidianamente confrontando institucionalidades e explorações de pesquisa, e é frente a esse contexto que a ideia do evento surgiu. A **Semana Discente das Ciências Sociais UFSCar 2021: O sujeito pesquisador e o fazer científico**, organizada por discentes da graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tece a concepção do trabalho científico enquanto um artesanato intrínseco à agência de seus profissionais. O intuito foi evidenciar o lugar do profissional, o cientista social, nas laborações investigativas profundas que constituem a pesquisa científica dentro de nossa área.

Em sua primeira edição totalmente online e gratuita, ocorrida entre os dias 02 e 06 de agosto de 2021, a Semana Discente das Ciências Sociais propôs conectar pesquisadores das três grandes áreas das Ciências Sociais - Sociologia, Antropologia e Ciência Política - e demais áreas correlatas, de diferentes universidades e níveis de formação. O evento contou com o envolvimento e o protagonismo dos estudantes da graduação, desde a organização até a participação nas atividades, enquanto apresentadores de trabalho, ouvintes ou monitores. Este reconhecimento apenas reforça a proposta do evento que, desde o início, pretendeu construir um espaço dedicado a esse público.

Originada no bojo da pandemia de COVID-19, essa edição da semana acadêmica foi completamente idealizada e realizada remotamente. Para construir o evento nessas condições, a comissão organizadora, composta por sete graduandos, estabeleceu uma rotina de reuniões semanais, durante quatro meses, para que fossem discutidas e encaminhadas cada uma das etapas de construção. Inicialmente, criamos um formulário que buscou mapear as áreas de pesquisa e interesse dos alunos de graduação e o divulgamos em grupos de discentes de Ciências Sociais da UFSCar. Através das respostas, criamos 13 Grupos de Trabalhos (GTs), e convidamos estudantes da pós-graduação, tendo em vista suas experiências acerca da temática, para que compusessem a comissão científica do evento. Do mesmo modo, esta consulta ajudou a delinear as mesas-redondas e minicursos.

Em seguida, definimos as normas para submissão de trabalhos, as plataformas de transmissão, verificamos, através de um novo formulário, a disponibilidade dos convidados, produzimos materiais gráficos e criamos um perfil nas redes sociais [1], que passou a figurar como nossa principal fonte de divulgação. Neste ponto, passamos a elaborar o edital e a construir a programação das atividades na plataforma Even3 [2], que sediou o evento. A plataforma escolhida permitiu, dentre muitas possibilidades, organizar o cronograma, efetuar inscrições e hospedar as submissões de trabalhos.

Uma vez lançado o edital, cerca de dois meses antes do evento, iniciamos um período intenso de sistematização dos trabalhos e inscrições, e estudo das plataformas digitais. Em uma planilha, colocamos nome e endereço de e-mail de cada um dos inscritos como ouvintes, apresentadores de trabalho, coordenadores e ministrantes, para que recebessem, cada um, o link respectivo à sua atividade. A partir dessa lista, delegamos a um grupo de apoio, composto por cinco graduandos, a função de monitorar as salas online e registrar a presença dos inscritos. Para isso, foram realizadas, no último mês anterior ao evento, reuniões semanais com os monitores. Concomitantemente, criamos um canal no Youtube [3], agendamos a programação das mesas-redondas, em formato de live, e analisamos o Google Meet e o StreamYard, a fim de dominar suas funcionalidades e melhor executá-las durante as transmissões.

Para a concretização do evento, estabelecemos e articulamos, ainda, informes sobre trabalhos aprovados, prazo para inscrições nas atividades, programação e etc que foram disparados através de email para todos os inscritos. O resultado de nosso trabalho se materializou nos excelentes debates e contribuições que marcaram cada uma das atividades.

Atividades do evento

Durante a Semana Discente das Ciências Sociais UFSCar 2021 as atividades do evento foram realizadas a partir da articulação de quatro eixos: mesas, grupos de trabalho, minicursos e atividades culturais. Ressaltamos que todas as atividades oferecidas foram gratuitas, incluindo os minicursos. A seguir, elencamos as mesmas sucintamente. A começar pelas quatro mesas, sendo todas realizadas na plataforma Stream Yard e transmitidas ao vivo na plataforma YouTube, tivemos, no dia 2 de agosto, a mesa de abertura, intitulada “Pesquisa, sujeito e metodologia: a pandemia e o

artesanato científico", que contou com as participações da Drª Carolina Parreiras (Unicamp), da Drª Lidiane Soares Rodrigues e de Luzinele Everton de Alcobaça, e foi mediada por Bruno Benichio. A segunda mesa oferecida durante o evento ocorreu no dia 3 de agosto, chamada "Povos indígenas e suas vivências: universidade, interculturalidade e Covid-19", a mesma contou com as participações do Dr. Edson Kayapó (IFBA), da Drª Clarice Cohn (UFSCar), do Dr. Djalma Ribeiro (UFSCar) e de Marcondy Kambeba (CCI-UFSCar), e foi mediada por Gabriela Folegatti e Julia Aparecida.

A terceira mesa realizada durante a Semana Discente ocorreu no dia 5 de agosto, intitulada "Mulheres pesquisadoras de Violência, Segurança Pública e Conflitos Urbanos", que contou com as participações da Drª Flávia Medeiros (UFSC), da Drª Jacqueline Sinhoretto (UFSCar) e da Drª Luana Dias Motta (UFSCar), e foi mediada por Caroline Marioti. Por fim, a mesa de encerramento do evento, ocorrida no dia 6 de agosto, e intitulada "O curso de Ciências Sociais na UFSCar: história, perspectivas e futuro", contou com as participações da Drª Aline Suelen Pires (UFSCar), da Drª Catarina Morawska (UFSCar) e do Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar), com a mediação de Cairo Henrique Lima.

Em relação aos grupos de trabalho, as atividades foram oferecidas em doze segmentos distintos, e realizadas na plataforma Google Meet. O GT1, chamado "Gênero, sexualidade e mídias digitais", ocorreu no dia 2 de agosto, e foi coordenado por Cristiane Vilma de Melo e Dionys Melo dos Santos. O GT2, chamado "Feminismos, subjetividades e decolonialidades", ocorreu no dia 3 de agosto, e foi coordenado por Rosana Núbia Sorbille e Tatiane Cosentino Rodrigues. O GT3, intitulado "Pensamento político brasileiro", ocorreu também no dia 3 de agosto, e foi coordenado por José Augusto de Souza e José Paulo Toledo. O GT4, chamado "Estado, democracia e instituições", ocorreu no dia 2 de agosto, e foi coordenado por Bruno Henrique Martins de Almeida e Tailon Rodrigues Almeida. O GT5, intitulado "Sobrevivendo no inferno: culturas afrodiaspóricas e lutas anticoloniais", ocorreu no dia 5 de agosto, e foi coordenado por Engel Rodrigues de Lima e Nayhara Almeida de Souza. O GT6, chamado "A Sociologia do Trabalho diante de novas/velhas questões", ocorreu no dia 6 de agosto, e foi coordenado por Danilo Lucena Mendes e João Gabriel Pelegrini.

O GT8, intitulado “Povos indígenas e comunidades tradicionais frente aos desafios contemporâneos”, ocorreu no dia 4 de agosto, e foi coordenado por Caio Monticelli e Jucimara Araujo Cavalcante Souza. O GT9, chamado “Urbanidades: tensões e cooperações”, ocorreu no dia 5 de agosto, e foi coordenado por Adson Ney dos Santos Amorim e Thalia Giovanna Marques. O GT10, intitulado “Meio ambiente, ruralidades e territórios”, ocorreu no dia 4 de agosto e foi coordenado por Ana Carina Sabadin e Manuela Martins da Costa Aquino. O GT11, chamado “O fazer etnográfico na antropologia urbana”, ocorreu no dia 3 de agosto, e foi coordenado por Mariana Barcelos de Andrade e Roberto de Alencar de Souza Júnior. O GT12, intitulado “Religião: identidades, políticas e espiritualidades”, ocorreu no dia 6 de agosto, e foi coordenado por Breno Minelli Batista e Fernando Augusto de Souza Guimarães. Por fim, o GT13, chamado “Violência e administração de conflitos”, ocorreu no dia 3 de agosto, e foi coordenado por André Sales dos Santos Cedro e Eduardo Henrique Rossler Júnior.

No tocante aos três minicursos oferecidos durante a Semana Discente de Ciências Sociais UFSCar 2021, realizados, ao modo dos grupos de trabalho, através da plataforma Google Meet, suas datas e quantidades de vagas foram variegadas. O minicurso chamado “Oficina sobre saúde indígena com o PET Indígena - Ações em Saúde da UFSCar”, ocorreu no dia 3 de agosto, sendo oferecidas até 30 vagas. Por outro lado, o minicurso intitulado “Mobilidade como perspectiva epistemológica nas Ciências Sociais”, que ocorreu no dia 5 de agosto, sendo ministrado pela Drª Svetlana Ruseishvili, contou com 50 vagas. Por fim, o minicurso chamado “Estratégias para pesquisa de campo etnográfica com mídias digitais” ocorreu no dia 6 de agosto, foi ministrado pelo Dr. Felipe Padilha e pela Drª Lara Facioli, e contou com até 50 vagas.

De forma complementar, a fim de articular as discussões acadêmicas de cunho teórico com a dimensão das práticas culturais, oferecemos também durante a Semana Discente de Ciências Sociais UFSCar 2021, uma atividade cultural, realizada na plataforma Stream Yard e transmitida ao vivo pela plataforma YouTube, a partir da relação com diferentes pontos de vista sobre as vivências sociais estabelecidas em torno da universidade. A atividade em questão foi intitulada “Dialogando com a arte: vínculos entre a pesquisa e as práticas culturais”, realizou-se no dia 4 de agosto, contou com diversas participações, a exemplo do grupo musical Sociedade de Esquina, do rapper

DnAllien, do mutirão de pesquisa e criação artística Beira Mar e alguns comentadores como Carolina Hummel (UFSCar), Jaque Altomani (Altosmoney) e Daniel Garnet, e foi mediada por Caroline Marioti, Juliana Alcantara e Gabriela Folegatti.

Grupos de Trabalhos

Inicialmente foram criados treze Grupos de Trabalhos para que pudessem abarcar as mais diversas áreas de pesquisa acadêmica, para além da ciências sociais, já que estávamos recebendo resumos expandidos (de até cinco páginas) de graduandos e pós-graduandos, os 58 arquivos recebidos contemplaram doze GTs.

Por questão da comissão científica o **GT 7- Ambiente, Cultura e Tecnologia** precisou ser suprimido, mas deixamos aqui nosso agradecimentos aos coordenadores Marcos Antonio Gonçalves dos Santos (PPGE/UFSCar) e ao Ronaldo Martins Gomes (PPGE/UFSCar) que cederam seu tempo ao nosso evento.

O **GT 1- Gênero, Sexualidade e Mídias Digitais** na coordenação de Cristiane Vilma de Melo e Dionys Melo dos Santos teve como proposta debater pesquisas que envolvessem as *diferentes percepções teóricas sobre gênero, corpos, sexualidades e/ou suas interconexões com as tecnologias digitais e o entretenimento* bem como *questões que envolvem corpo, gênero e a sexualidade têm atuado como linguagem capaz de articular regimes morais, políticos e formas de regulação da vida.*

O **GT 2- Feminismos, Subjetividades e Decolonialidades**, na coordenação de Rosana Núbia Sorbille e Tatiane Cosentino Rodrigues teve como objetivo discutir as *representações feministas nos movimentos sociais, culturais e intelectuais contemporâneos – locais, nacionais, estrangeiros e/ou transnacionais – que tenham como eixos as lutas contra o sistema capitalista patriarcal – a exploração econômica-sexual-racial e a opressão sexual-racial-política – e a projeção das utopias da igualdade.*

O **GT 3- Pensamento Político Brasileiro** na coordenação de José Augusto de Souza e José Paulo Toledo se propôs a receber trabalhos sobre *a construção do pensamento nacional por políticos, intelectuais e instituições; que intentem uma história intelectual da ciência política, assim como os trabalhos que proponham uma revisão teórico-metodológica na área do pensamento político*.

O **GT 4- Estado, Democracia e Instituições** na coordenação de Bruno Henrique Martins de Almeida e Tailon Rodrigues Almeida buscou promover *amplo diálogo temático entre diferentes agendas de pesquisa cujo escopo consiste em analisar o cenário de crise no contexto brasileiro e internacional, com ênfase nos processos de desgaste de instituições e organizações partidárias, bem como na importância de valores e atitudes de apoio ao regime*.

O **GT 5- "Sobrevivendo no inferno": culturas afrodiásporicas e lutas anticoloniais** na coordenação de Engel Rodrigues de Lima e Nayhara Almeida de Sousa buscou discutir as *tensões, articulações, contradições e agenciamentos emergentes de culturas afrodiaspóricas e temas como estética, identidades, violência, racialização, periferias, culturas e movimentos sociais.*

O **GT 6- A Sociologia do Trabalho diante de novas/velhas questões** na coordenação de Danilo Lucena Mendes e João Gabriel Pelegrini recepcionou pesquisas que abordassem os temas sobre a realidade social do trabalho e dos trabalhadores/as.

O **GT 8- Povos indígenas e comunidades tradicionais frente aos desafios contemporâneos** na coordenação de Caio Monticelli e Jucimara Araújo Cavalcante Souza teve como proposta abranger pesquisas que traziam para discussão os temas como *xamanismo, onomástica, rituais de nascimento ou funerários, cristianismo indígena, etnomusicologia, etnogênese, comunicação interespecífica, política, resistência, parentesco, mercadorias, documentos, educação intercultural, guerra, caça, artesanato, corpo, saúde indígena e Covid-19.*

O **GT 9- Urbanidades: Tensões e Cooperações** na coordenação de Adson Ney dos Santos Amorim e Thalia Giovanna Marques teve como objetivo evidenciar as pesquisas que contemplassem *discussões teóricas e empíricas ou metodológicas sobre estudos urbanos, tendo como ponto de partida as diferentes formas de sociabilidades emergentes nas periferias brasileiras e considerando o atual contexto*.

O **GT 10- Meio Ambiente, Ruralidades e Territórios** na coordenação de Ana Carina Sabadin e Manuela Martins da Costa Aquino teve a intenção de incentivar o *debate acerca das transformações na dinâmica socioambiental de territórios e espaços rurais no Brasil contemporâneo. A urgência de ampliarmos este diálogo vê-se amparada no desmonte, intensificado na última década, de políticas públicas voltadas ao meio ambiente, à reforma agrária e aos povos tradicionais*.

O **GT 11- O Fazer Etnográfico na Antropologia Urbana** na coordenação de Roberto de Alencar de Souza Júnior e Marianna Catellano Barcelos de Andrade partiu de uma proposta dos integrantes do Laboratório de Estudos das Práticas Lúdicas e Sociabilidade (LELuS - UFSCar), que pretendeu *estabelecer um painel de pesquisas que acolherá assuntos correlatos tendo as cidades como campo empírico e de reflexão. Com enfoque em etnografias urbanas sobre a diversidade de experiências e modos de vida relacionados ao universo da sociabilidade, sobretudo com olhares para as periferias, juventudes e corporalidades*.

O **GT 12- Religião: Identidades, Políticas e Espiritualidades** na coordenação de Breno Minelli Batista e Fernando Augusto de Souza Guimarães, se propôs a reunir *pesquisas que a partir da discussão de temas como cultura, religiosidade e identidade religiosa e suas conexões com os campos políticos e econômicos*.

E o **GT 13- Violência e Administração de Conflitos** na coordenação de André Sales dos Santos Cedro e Eduardo Henrique Rossler Junior integrantes do Grupo de Pesquisa sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC), receberam propostas de estudantes e pesquisadores que tivessem interesse nos *temas vinculados à sociologia da violência e da punição: trabalhos que abordem políticas de Segurança Pública, justiça e penais e seu diálogo com as relações raciais; conflitos e sua administração institucional, manifestações de violência e transformações sociais; Justiças Alternativas e estudos sobre instituições de privação de liberdade serão acolhidos*.

Minicursos e Oficinas

Dado a necessidade de discutir a temática indigena, que coincidentemente foi no mesmo dia da Mesa sobre Povos indígenas e a COVID-19, elaboramos a ideia de uma oficina que discutisse as ações indígenas realizadas pelos próprios indígenas da UFSCar. A **Oficina sobre saúde indígena com o PET Indígena - Ações em Saúde da UFSCar**, ministrada pelos alunos Vanessa Camargo Borges, Willian Fernandes Luna, Gabriele Helena de Oliveira e Amanda Vitoria da Silva, que se propuseram nesta atividade, a trabalhar *com conceitos básicos sobre a saúde dos povos indígenas no Brasil, discutindo políticas de saúde e as aproximações entre saúde e cultura*. O público teve contato com um apanhado histórico dessas ações propostas a partir de uma dinâmica em grupo que discutiu as formas de se fazer ações em prol da saúde, e ao final,

puderam expor um debate acerca dos temas que surgiram durante as quatro horas de oficina.

Pensando nas temáticas acerca das Ciências Sociais na UFSCar vimos a necessidade de realizar um minicurso que contemplasse *as contribuições teórico-metodológicas da virada das mobilidades nas ciências sociais*. Então, o minicurso **Mobilidade como perspectiva epistemológica nas Ciências Sociais** ficou responsável pela discussão dos estudos críticos das migrações e de fronteira, estudos da globalização e cosmopolitismo, virada das mobilidades, transnacionalismo e crítica ao nacionalismo metodológico, entre outros. A convidada para ministrar essa aula foi a Profa. Dra. Svetlana Ruseishvili (PPGS- UFSCar).

O Minicurso: **Estratégias para pesquisa de campo etnográfica com mídias digitais**, ministrado pelo Prof. Dr. Felipe Padilha e pela Profa. Dra. Lara Facioli teve como objetivo fornecer *uma introdução aos procedimentos gerais da pesquisa de campo etnográfica com mídias digitais, orientações para ética em pesquisa, acesso, coleta e registro de dados.* Já que muitas pesquisas acadêmicas tiveram que se adaptar em tempos de limitação da mobilidade social, a abordagem digital se fez presente em muitas áreas do fazer científico.

Agradecimentos

Agradecemos todas as pessoas que compuseram e auxiliaram este evento de alguma forma. Dentre elas, as coordenadoras do curso de Ciências Sociais, Samira Feldman Marzochi e Sylvia Iasulaitis e ao Departamento de Ciências Sociais e ao Departamento de Sociologia que apoiaram a nossa ideia desde o início, além de viabilizarem recursos financeiros para a execução da semana.

Agradecemos às colegas que monitoraram e controlaram as salas online do evento, dentre elas Desirée Ferreira Marques Ribeiro, Gabriel Moutinho, João Otávio Galbieri, Luiza Ferreira Gonçalves Ramos e Luiz Gustavo Simão Pereira, estudantes que abraçaram nosso convite para a monitoria com muito vigor e responsabilidade. Agradecemos àqueles que apresentaram seus trabalhos, optando pelo nosso evento para exibir seus resultados de pesquisa.

Os agradecimentos se estendem para as pessoas que compuseram as mesas redondas do evento como palestrantes, dentre essas: Profa. Dra. Carolina Parreiras,

Profa. Dra. Lidiane Soares Rodrigues, Me. Luzinele Everton de Alcobaça, Prof. Dr. Edson Kayapó, Profa. Dra. Clarice Cohn, Prof. Dr. Djalma Ribeiro, Me. Marcondy Kambeba, Profa. Dra. Flávia Medeiros, Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto, Profa. Dra. Luana Dias Motta, Profa. Dra. Aline Suelen Pires, Profa. Dra. Catarina Morawska e Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho.

Agradecemos também as coordenadoras e coordenadores dos grupos de trabalho, dentre esses: Me. Dionys Melo dos Santos, Me. Cristiane Vilma de Melo, Profa. Me. Rosana Núbia Sorbille, Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues, Me. José Augusto de Souza, Me. José Paulo Toledo, Me. Tailon Rodrigues Almeida, Bruno Henrique Martins de Almeida, Engel Rodrigues de Lima, Nayhara Almeida de Sousa, Me. Danilo Lucena Mendes, Me. João Gabriel Pelegrini, Me. Caio Monticelli, Me. Jucimara Araujo Cavalcante Souza, Thalia Giovanna Marques, Me. Adson Ney dos Santos Amorim, Me. Ana Carina Sabadin, Me. Manuela Martins da Costa Aquino, Roberto de Alencar de Souza Júnior, Marianna Catellano Barcelos de Andrade, Me. Fernando Augusto de Souza Guimarães, Me. Breno Minelli Batista, Me. André Sales dos Santos Cedro e Me. Eduardo Henrique Rossler Junior.

Aos ministrantes de minicursos, Profa. Dra. Svetlana Ruseishvili, Prof. Dr. Felipe Padilha, Profa. Dra. Lara Facioli e PET Indígena - Ações em Saúde da UFSCar. E por fim, aos artistas que constituíram o espaço cultural do evento, dentre eles: Sociedade de Esquina, Jaque Altomani (Altosmoney), Daniel Garnet e DnAllien.

---

[1] Facebook https://www.facebook.com/semanacs2021
Instagram https://instagram.com/semanacs2021?utm_medium=copy_link
[2] https://www.even3.com.br/semanacs2021/
[3] https://www.youtube.com/channel/UCsu6pxfIH5gBO6cq-JBxWCA/featured

GT 1
Gênero, sexualidade e mídias digitais

COORDENAÇÃO
DIONYS MELO DOS SANTOS (PPGS-UFSCAR)

CRISTIANE VILMA DE MELO (PPGS- UFSCAR)

A proposta deste Grupo de Trabalho é debater pesquisas concluídas ou em andamento, ensaios, relatos de campo e outros registros que envolvam as diferentes percepções teóricas sobre gênero, corpos, sexualidades e/ou suas interconexões com as tecnologias digitais e o entretenimento. As questões que envolvem corpo, gênero e a sexualidade têm atuado como linguagem capaz de articular regimes morais, políticos e formas de regulação da vida, trazendo em cena os processos de produção e espetacularização de questões relativas a esses tópicos. Propomos um grupo de trabalho que permite discutir as interfaces que tais questões vêm assumindo na sociedade brasileira atual que, desde meados de 2010, foram marcados pelo adensamento de reações conservadoras e pela articulação entre pautas ultraliberais que mobilizam pânicos morais em torno da categoria "gênero", bem como da diversidade sexual e de corpos. Assim, pesquisas atentas à produção de corpos, sujeitos e identidades no marco da discussão sobre diferença, bem como às formas de regulação moral, suscitam um amplo debate entre as grandes áreas das ciências sociais e se mostram fundamentais para compreender os embates normativos que vemos cotidianamente se concretizarem em uma sociedade cada vez mais atravessada por tecnologias dígito-sociais que passaram a fundamentar formas de ser e constituem novas subjetividades.

Corpos que {trans}bordam em potência: o agenciamento nas artes trans e travesti

Iago Marichi Costa[1]

Resumo: O que pode a arte, essa ferramenta capaz de conectar processos de vida à materialidade do movimento? O que pode o artista cujo corpo se torna outro a cada passo que cria? O que há no espaço de contradição entre aquilo que representa a norma e aquilo que quer ativamente dizer diferentes perspectivas ontológicas? A partir de tais perguntas, a pesquisa em questão objetiva investigar *se* e *como* a arte é capaz de produzir agenciamento e potência para e com pessoas trans e travesti, além de compreender como os recortes interseccionais interferem e se relacionam com suas produções. Nossa hipótese de agenciamento parte do pressuposto de que não é somente partindo dos atravessamentos externos que se pode produzir efeito: o ato de criação artística é mobilizador potente de resistências, de deglutição da norma, de confronto à violência. Dado o caráter exploratório da proposta, serão realizadas entrevistas em profundidade, partindo de um roteiro pré-estruturado. Esta técnica permite privilegiar a própria fala do interlocutor enquanto enunciação localizada das narrativas de vida. Por fim, a análise dos dados coletados em adição ao aprofundamento bibliográfico permitirão tanto a dedução de categorias de análise quanto o teste de nossa hipótese.

Palavras-chave: *Gênero; transexualidade; arte trans.*

Introdução e Hipótese

Não se esgotam as evidências do risco existente no processo de tornar o corpo um alvo passível do escaneamento abjeto por sua dissidência de gênero; abjeção no sentido que se reflete na subnotificação burocrático-institucional dos corpos trans[2], no indício da carne enquanto território de disputa, na evidência da necessidade de constrangimento sugerida pelas taxas de mortalidade das mulheres trans e travesti (números que só aumentaram em relação à média dos anos anteriores ao cenário de isolamento social pandêmico[3]), de suicídio da população transmasculina, dos

vocabulários de *agressão, assassinato* e demais derivações de violência atrelados aos buscadores online a respeito desta população. Em outras palavras, questionar a carne e o corpo normativos a partir de diferentes perspectivas ontológicas parece ter um alto custo a se pagar no país, e — como sugere Jota Mombaça (2016) — as identidades lançadas na contramão da norma habitam o desprivilégio de uma existência hiper marcada.

Marcar o abjeto, o indesejável, o subalterno, é dar nome e caminho à relação de poder, seja ela controlada pela moralidade cristã, seja a partir do projeto higienista médico-estatal[4]. Certamente, o dispositivo de violência não é pensado com a finalidade de extermínio, mas de gerenciamento dos corpos enquadrados em sistemas de utilidade coerentes ao exercício do biopoder (FOUCAULT, 1999, p.31). É preciso, portanto, que se dê nome à norma.

Há na objetividade científica algo que comumente atribui a si própria um caráter indubitável do que está dado no mundo, algo que transcende os limites e responsabilidades de uma visão parcial. No caso do dispositivo sexo-gênero, a visão infinita e produtora de determinada verdade biológica é possibilitada pelas lentes de um microscópio, que lhes autoriza a naturalizar processos específicos de vida. Ao deparar-se com os 23 pares cromossômicos de uma célula humana, dentre os quais um destes determina a genitália designada no nascimento, a ciência foi capaz de produzir sexo, ou melhor, produzir consigo (mas não sozinha) modos de vida, modos de normalidade, consequentes formas corretas ou incorretas de expressar homem ou mulher de acordo com seu eu-biológico, seu eu-genitália, seu eu-morfologico. É como se houvesse um tropo metonímico que suprime o todo, o corpo subjetivo, em troca da interpretação única e biologizante da parte, suas genitálias (BENTO, 2012, p.97).

Se afirmamos que os modos de vida e normalidade não foram produzidos exclusivamente pela ciência é porque a finalidade implicada na divisão fisiológica do sexo não se limita a fatores físico-químicos, mas se estende às sustentações econômicas, culturais e materiais: sustentações fundamentalmente sociais. Portanto, é acoplando a categoria analítica "gênero" que se compreende seus efeitos: o gênero (aqui mais especificamente sua travessia) evidencia o caráter relacional presente na definição da norma ao tornar-se tanto um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas

diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma forma de dar determinado significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

Mas e quando pensamos sobre a potência produzida por pessoas *trans*? Se é verdade que "o corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros" como quer Paul B. Preciado (2011, p.4), então o que é encontrado quando olhamos para a transgeneridade múltipla, plural, viva? Que respostas dão à construção e contraditória condição da normalidade? É valendo-nos da noção de que o valor analítico e político da categoria *gênero* tem pouco valor explicativo quando não consideramos a amplitude e sua intersecção aos contextos em que se insere (BENTO, 2017) que a relacionamos com a expressão artística independente de pessoas trans e travestis, compreendida por nós tanto como forma de materialização das subjetividades, como também um possível laço que agencia e possibilita relações, potências e visualidades que recusam a posição passiva regente.

Nos aliamos à ideia de *Antropofagia Queer* proposta por Silva (2016), que compreende as artes trans enquanto construtora de uma estética artística potente, capaz de deglutir e mastigar as normas de gênero e sexualidade para vomitar repertórios de visibilidade (im)possíveis — que criam atritos no *cistema*[5] desde a leitura até a reinvenção de seus signos. É na ótica da *Antropofagia Queer* que imagem, gênero e poder tornam-se eixos entrelaçados de tal modo que seja impossível isolar qualquer categoria de seus recortes de classe, raça ou contextos culturais (BORTOLOZZI, 2015). A potência, enfim, está no ato de fazer da arte um trilho de assujeitamento, de visibilização, singularidade e resistência viva. Já nossa hipótese de agência está na percepção da forma como se mobilizam os processos sociais, as intenções e transformações (GELL, 1998) a partir do momento em que regurgitam e fazem da imagem criada uma construção auto-reflexiva.

Na quintessência do fazer-se corpo e daquilo que o corpo cria, encontramos a arte. Irredutivelmente heterogênea (SPIVAK, 2010, p.11), a carne que performa fora da norma não é mero objeto passível de teorização; é antes o próprio centro protagonista da potência criativa material, agenciadora de seu próprio ser e de sua enunciação que rejeita o controle regente. Não se trata, portanto, de buscar dar voz àquilo que já grita e implode, mas de provocar os limites representativos dispostos por determinada

enunciação, para que a escuta não se atente somente à dor, ao luto. O objetivo da pesquisa é, portanto, investigar diretamente o que têm feito artisticamente as pessoas trans e travestis, o que as inspira e o que as motiva a impulsionar estéticas criadas por corpos que obrigam a normalidade a confrontar-se consigo própria.

Objetivos gerais e específicos

O objetivo geral da pesquisa é investigar *se* e *como* a criação artística independente é capaz de produzir modos de vida, agenciamento e potência para e com pessoas trans e travesti brasileiras, privilegiando a enunciação localizada de suas narrativas sobre as respectivas formas de vida. Para concretização do objetivo geral, os objetivos específicos são:

1. Entrevistar artistas trans e travesti independentes, seja na área da moda, desenho, dança, música, pintura ou artesanato, a fim de identificar suas motivações para produção artística;
2. Investigar se e como os recortes interseccionais interferem e se relacionam com suas produções;
3. Articular encontros teóricos da pesquisa com os demais estudos existentes no campo de afinidade temática.

Metodologias

A técnica de entrevistas em profundidade com o roteiro semi-estruturado foi preferida como método devido a possibilidade de análise profunda e exaustiva das narrativas, ou seja, a maior possibilidade de aplicação dos procedimentos qualitativos sistemáticos como a criação de categorias, mapas conceituais e deduções lógicas de inferência (BARDIN, 1979, p.34). Já a organização de informações e testagem da hipótese levará em conta uma postura de compreensão (MASINI, 1989) do ponto de vista e formas particulares de interpretação do mundo e da arte na experiência de cada sujeito entrevistado, ou seja, a própria discussão sobre as pluralidades técnicas, a motivação, a potência artística e as formas de subjetividade produzidas entre o fazer-corpo e fazer-arte deverá partir principalmente daquilo que têm a dizer os entrevistados.

A amostragem dos entrevistados seguirá a técnica Bola de Neve (Snowball Sampling), onde os atores da "zona de primeira ordem" (GOODMAN, 1961) da

pesquisa indicam diretamente outros interlocutores a serem entrevistados. Estas entrevistas serão realizadas de forma online, por meio das plataformas Zoom e/ou Google Meet, em decorrência da pandemia.

Guiadas de acordo com um roteiro semi-estruturado sob orientação, as questões podem variar de acordo com a modalidade artística (moda, pintura, música, etc.) da participante. Além disso, a investigação sobre as entrevistas já produzidas acerca da temática de interesse[6] complementa a bagagem de preparo para entrevista, visto a classificação exploratória de nosso objetivo: trazer para discussão acadêmica diferentes perspectivas acerca do tema de interesse. Assim, o roteiro deve operar como instrumento flexível, norteador e, portanto, não engessado àquilo que foi estabelecido previamente ao contexto da entrevista:

> Dessa maneira, quando um investigador qualitativo realiza, conscientemente, perguntas complementares em busca de melhor explicação sobre determinados temas, é com o intuito de acolher sua diretriz principal que é a busca de compreensão e o sentido das narrativas, visando melhor adentrar na construção dos significados atribuídos à experiência de vida dos entrevistados (MORÉ, 2015, p.129).

As entrevistas serão realizadas de acordo com os critérios de ética em pesquisa, conforme os parâmetros éticos dispostos na resolução CEP/CONEP nº 510, de 07 de abril de 2016. Haverá também o preparo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que garante o reconhecimento dos direitos dos participantes durante e após a realização da entrevista. Por fim, no momento do diálogo, será realizada a explicitação dos objetivos e motivações da pesquisa, bem como a explicação do motivo pelo qual o artista foi escolhido. O conteúdo de cada encontro virtual será transcrito para que se possa, então, revisar, organizar e interpretar as informações a partir de um exame que parte do interior da fala para chegar ao campo de especificidade histórico-cultural (MINAYO, 1992) dos interlocutores.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1979.

BENTO, Berenice. *A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade*. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 27 nov. 2012.

BENTO, Berenice. *'Disforia de gênero' no DSM-5:* o canto da sereia da cientificidade. Opera Mundi UOL. 18 de abril de 2017. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/46930/disforia-de-genero-no-dsm-5-o-canto-da-sereia-da-cientificidade>. Acesso em: 16 de out. 2021.

BORTOLOZZI, Remom Matheus. *A Arte Transformista Brasileira*: Rotas para uma genealogia decolonial. Quaderns de Psicologia, Vol. 17, No 3, 123-134. 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GELL, Alfred. The problem defined: the need for an Anthropology of Art in: *Art and Agency*: an Anthropological Theory. Clarendon Press, Oxford. 1998.

GOODMAN, Leo. A. *Snowballing sampling*. Annals of Mathematical Statistics, 32, 148-170, 1961. Disponível em < https://doi.org/10.1214/aoms/1177705148 > Último acesso 07/11/2021.

LEITE, Jorge. *"Nossos corpos também mudam"*: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MASINI, Elcie F.S. O enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: *Fazenda, Metodologia da pesquisa educacional*. Ivani (org.). São Paulo: Cortez, 1ª edição, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MOMBAÇA, Jota. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência*, 2016. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuic__a__o_da_vi Último acesso 18/06/2021.

MORÉ, Carmen L.O.O. *A "entrevista em profundidade" ou "semiestruturada", no contexto da saúde. Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação.* in: Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, vol. 3. Florianópolis, SC, Brasil, 2015.

PRECIADO, Paul B. *Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro/abril, 2011.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*: Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez, 1995.

SILVA, Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga. *Antropofagia Queer*: imagem, (trans) gênero e poder. Rio de Janeiro, 2016.

SPIVAK, Gayatri. C. *Pode o Subalterno Falar?* Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

---

[1] Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, São Carlos - SP), bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo: 2021/03932-8). E-mail: nomemarte@gmail.com.

[2] Utilizamos aqui a palavra trans como guarda-chuva para pessoas transgênero, transexuais, travesti, transvestigênere, boyceta, não-binaries, intersexuais, intrasexuais, andrógines, agênero, multigênero e demais categorias utilizadas por aquelas pessoas que não se identificam com o gênero designado no nascimento.

[3] O Dossiê dos assassinatos e da violência organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) mapeou 175 assassinatos de pessoas trans em 2020.

[4] Vide o último volume do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, referência internacional das ciências psiquiátricas, psicológicas e psicanalíticas, que inclui ainda hoje entre seus capítulos a chamada patológica "Disforia de Gênero".

[5] *Cistema* se refere às formas tradicionais de organização das instituições, formas de conhecimento e vida discriminatórias que inferiorizam ou deslegitimam a experiência de vida das pessoas trans, tornando suas narrativas subalternizadas em relação às identidades cisgêneras.

[6] Dadas, por exemplo, por artistas como Castiel Vitorino Brasileiro (artista visual, macumbeira, psicóloga e acadêmica), Jota Mombaça (escritora, artista visual e estudiosa de temáticas como monstruosidade, diáspora *cuir* e justiça anticolonial), etc.

GT 2
Feminismos, subjetividades e decolonialidades

COORDENAÇÃO
ROSANA NÚBIA SORBILLE (UFSCAR)

TATIANE COSENTINO RODRIGUES (IFSP)

Em 1987, a feminista e socióloga brasileira – Elisabeth Souza-Lobo – registrou um balanço da colega francesa, também feminista, Marie-Victoire Louis: “passado o tempo de um feminismo ingênuo em que a subjetividade revoltada substituía a teoria, passado o tempo de um feminismo político em que a pesquisa valia menos pelo rigor do seu método do que pelos objetivos que se colocavam, passado o tempo de pretensão de elaborar uma ‘ciência feminina’, passado o tempo da ilusão da novidade absoluta do feminismo, os caminhos abertos são ainda mais largos”. Nestes ainda mais largos e abertos caminhos, apresenta-se a iniciativa das discentes e dos discentes do bacharelado em Ciências Sociais, da UFSCar, na proposição de um grupo de trabalho sobre feminismos. O GT Feminismos, subjetividades e decolonialidades está aberto às pesquisas sobre as práticas e as representações feministas nos movimentos sociais, culturais e intelectuais contemporâneos – locais, nacionais, estrangeiros e/ou transnacionais – que tenham como eixos as lutas contra o sistema capitalista patriarcal – a exploração econômica-sexual-racial e a opressão sexual-racial-política – e a projeção das utopias da igualdade.

MULHERES SURDAS E SEGURANÇA PÚBLICA: Como o estado pode legitimar o capacitismo?

Anne Shirley Oliveira Amaral Hermes[1]

Resumo: a violência tem diversas nuances e uma delas tem produzido relevantes debates nas diversas searas da sociedade contemporânea, que é o capacitismo. Esta forma de preconceito exercida contra uma Pessoa com Deficiência - PcD, são atitudes que estigmatizam essas pessoas e que pode reverberar como forma não só de banimento social, mas também como violência estrutural. As estruturas das interações sociais baseada em uma lógica capacitista pode engessar as instituições e acabar reproduzindo formas ideais de se relacionar, ao ponto de legitimar o capacitismo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que fará uma análise dos dados coletados através de levantamento bibliográfico e documental, revisão de literatura de artigos científicos disponíveis em base de dados e revistas especializadas. Será feito um recorte para as políticas de segurança pública voltadas para as mulheres surdas do estado de Alagoas, com o objetivo de discutir como o capacitismo pode se revelar e reproduzir nas estruturas relacionais da sociedade ao ponto do estado, através de suas instituições de segurança pública, ter o poder de legitimá-lo.

Palavras-chave: capacitismo, mulheres surdas, segurança pública, violência, institucional.

Introdução

A violência tem diversas nuances e uma delas tem produzido relevantes debates nas diversas searas da sociedade contemporânea. Temas como homofobia, racismo e gordofobia têm sido cada vez mais recorrentes, dada a importância das garantias dos direitos humanos e de um tratamento isonômico dos grupos sociais menos favorecidos. No deslinde do campo teórico sociológico podemos buscar compreender como se dá a relação de marginalização das Pessoas com Deficiência - PcD e de que forma se deu o seu pertencimento aos grupos dos socialmente indesejáveis.

Conceitualmente a noção básica do que é capacitismo se resume às formas de preconceito exercidas contra uma Pessoa com Deficiência - PcD. Numa concepção ainda mais ampla, as atitudes que estigmatizam essas pessoas também podem ser interpretadas como um efeito do próprio capacitismo, quando solidificado pelas relações desses indivíduos com as estruturas sociais (GAVÉRIO, 2020). A correlação entre capacitismo e racismo também pode ser associada historicamente à noção de eugenia. Essa demarcação não acontece nas estruturas relacionais somente de uma forma pontual, ela reverbera sutilmente nas relações interacionais, de forma a perpetuar essa marginalização em diversos aspectos de suas vidas, pois é forjada em estigmas que assinalam uma classificação negativa dos que são diferentes. Na concepção do outro a partir de preconceitos em torno das suas deficiências, a sociedade é estruturalmente preparada para enxergar o corpo deficiênte como incapaz, precisando ser “consertado” para que ele se torne normal e então capaz de convívio social. Esses são fatores que contribuem para que a sociedade legitime um tratamento capacitista com as PcD.

Em termos de analogia, o capacitismo está para a PcD assim como o racismo está para as pessoas negras. Resguardadas suas singularidades históricas de opressão, essa forma de exclusão e negação do outro, manifestada de formas sutis e veladas, são reproduzidas nas estruturas relacionais da sociedade e pode reverberar como forma não só de banimento social, mas também como violência estrutural. Ambos lutam para enfrentar as distorções e exclusões sociais vividas, que se tornam cada vez mais profundas. Nessa linha, o capacitismo é introjetado sutilmente nessas estruturas, partido de uma ideia de produção de poder em detrimento do controle exercido pela estrutura do padrão normalizador do corpo.

As estruturas das interações sociais baseada em uma lógica capacitista pode engessar as instituições, reproduzindo formas de se relacionar com um ideal de sujeito. Nessa lógica, o capacitismo parte de uma ideia de produção de poder em detrimento do controle exercido pela estrutura do padrão normalizador do corpo. Como o corpo deficiente é diferente do "normal", tido como incapaz, frágil ou que precisa superar sua alteridade para que seja digno à ordem social (ANDRADE, 2015). É necessária uma desconstrução dessas ideias opressoras de que existe somente uma forma de ser e agir.

Falar sobre o fenômeno da violência relacionada com o capacitismo é algo bastante complexo, pois sofre influência de múltiplos aspectos. Sua manifestação não se limita à esfera privada dos indivíduos, pois, como dito, está entranhado nas estruturas sociais, moldando os comportamentos dos indivíduos pertencentes a ela. O que se percebe, é que a sociedade atual é uma estrutura social baseada em padrões normativos que demonstra pouca sensibilidade à diversidade, seja ela sexual, cultural, religiosa ou identitária, por exemplo. O que os surdos, notadamente as mulheres surdas, enfrentam na sociedade é bastante semelhante com os diversos preconceitos expressos nas tradicionais dicotomias, escondem hierarquia que dá a um dos termos o valor de modelo, de padrão.

O conceito de interseccionalidade aponta para um problema de desigualdade buscando captar como as dinâmicas de interação entre seus eixos de subordinação (racismo, patriarcado, opressões de classe) produzem consequências nas estruturas, de forma que outros sistemas discriminatórios criam ou (re)produzem outras formas de opressões simultâneas, que fluem ao longo de outros eixos de poderes de subordinados, colaborando com demais desigualdades. Então, como as normas são criadas, na grande maioria das vezes, por homens e ouvintes, se pensarmos em garantia de direitos humanos de forma isonômica, logo elas passam a ser internalizadas pelas mulheres surdas e discretamente elas passam a ser disciplinadas socialmente.

Contudo, as mesmas noções de diferença que determinam as formas de discriminação de gênero, formam uma espécie de modelo-padrão de garantias de direitos humanos para a raça, relacionando-os a uma negativa formal de direitos. Então, algumas mulheres surdas em suas demasiadas diversidades, quando em contato com a comunidade ouvinte, percebem-se vulnerabilizadas, dadas as inúmeras formas de opressão introjetadas nelas.

Com uma metodologia que consiste em um levantamento bibliográfico e revisão de literatura extraídos dos textos voltados para temas como sociologia da violência, surdez, identidade, gênero, além de artigos científicos disponíveis em base de dados e revistas especializadas, o presente trabalho parte da hipótese inicial de que a sociedade pode reproduzir o capacitismo, não só através da esfera pública, por meio dos

mecanismos de inclusão social que reproduzem formas de dominação com aspectos invisíveis e padronizadores a serviço do controle de uma ordem social. Mas também nas esferas privadas, por trazer um histórico de capacitismo entranhado nas estruturas sociais, os quais podem reproduzir até os dias atuais formas veladas de uma política segregatória, seguindo a mesma lógica racista.

Delimitação do problema e do objeto de pesquisa

Trazendo esse contexto para a gestão governamental das políticas de segurança pública no Estado de Alagoas, os dados evidenciam uma precariedade assistencial da comunidade surda, e mais ainda quando do recorte de gênero. De acordo com IBGE, em 2010, a capital alagoana possuía 31.429 mulheres com deficiência auditiva[2] que dependem do suporte de apenas 1 (uma) intérprete da Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras) – CIL[3], ofertada para atender toda a demanda estadual. Pode-se dizer que essa exclusão da mulher surda por parte do estado é uma violência direta à sua dignidade humana e seus direitos sociais, traduzindo em uma forma de preconceito institucionalizado.

Sob esta ótica, esta pesquisa pretende solucionar a seguinte questão problema: de que forma o estado pode legitimar o capacitismo?

Hipótese

A presente pesquisa parte da hipótese principal de que o estado pode legitimar o capacitismo através dos mecanismos de inclusão social que reproduzem formas de dominação com aspectos invisíveis e padronizadores a serviço do controle de uma ordem social. Governar é estruturar o eventual campo de ação dos outros (DREYFUS, RABINOW, 1995) e o que aparenta é que as políticas de segurança pública oferecidas legitimam uma política segregatória, seguindo a mesma lógica racista.

Objetivos

Geral

O objetivo geral da presente pesquisa é discutir como o capacitismo pode se revelar e reproduzir nas estruturas relacionais da sociedade ao ponto do estado, através de suas instituições de segurança pública, ter o poder de legitimá-lo.

Específicos

- Investigar e identificar o que torna as especificidades das mulheres surdas invisíveis para o Estado.
- Analisar se e como o estado reproduz o capacitismo na estruturação de elaboração de inclusão social nas políticas públicas de segurança pública em Alagoas

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com consistência na análise dos dados que serão coletados através de levantamento bibliográfico e documental, revisão de literatura de artigos científicos disponíveis em base de dados e revistas especializadas.

Considerações finais

Com a abordagem teórica sobre o tema proposto, foi possível compreender como as estruturas sociais recebem influências históricas de opressão e banimento social, sendo estas percebidas por desdobramentos segregatórios, revelados de formas sutis e reproduzidos na sociedade através das interações sociais, ao longo dos anos. Essa forma de reprodução é bastante semelhante ao conceito de racismo estrutural, pois revela-se de forma velada.

Notou-se também, que quando essas interações têm relação direta com as mulheres surdas, baseada em uma sociedade alicerçada sob uma estrutura capacitista,

diversas são as formas de reprodução de um modelo de subordinação traduzido em forma de preconceito, tanto na esfera privada como na pública.

Além disso, restou demonstrada a importância de um recorte interseccional, que inclusive, enfatiza a relevância que se tem o olhar acurado sobre a "invisibilidade interseccional" no contexto em que a mulher surda vive. Isso nos permitiu compreender como se enquadram demasiadas formas de subordinação que abraçam o universo complexo das mulheres surdas.

Por fim, com a demonstração de alguns exemplos práticos trazidos, pode se confirmar a hipótese aludida, pois, compreender como se formou uma ideia capacitista na sociedade, nos fez perceber que o capacitismo se reproduz na sociedade, não só através da esfera pública, mas também nas esferas privadas, por trazer um histórico opressor e segregatório entranhado nas estruturas sociais.

O que se vêm demonstrando é que a estruturação das políticas públicas para mulheres em situação de violência doméstica são insuficientes e não percebem as especificidades da surdez, seja pela falta de representatividade ou pela ausência de reconhecimento de seu grupo social nas iniciativas de elaboração de políticas públicas. Esse reflexo da invisibilidade de suas diferenças, pode se dar por não sustentarem seu status social, já que sua identidade é constantemente reprimida por poderes exercidos sobre suas peculiaridades, como o ouvintismo e o capacitismo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, S. Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz? As gordas, 2015. Disponível em:

<https://asgordas.wordpress.com/2015/12/03/capacitismo-o-que-e-onde-vive-como-se-reproduz/> Acesso em: junho de 2021.

ARENDT, Hannah. Da violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). CAMPOS, Amini Haddad; CORRÊA, Lindinalva Rodrigues. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em: julho de 2021.

BLOCK, P; MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In: SCHIMANSKI, E.; CAVALCANTE, F. G.. (Org.). Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. 1 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, p. 91-118.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência Doméstica: Lei Maria da Penha: comentada artigo por artigo. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estudos Feministas. (171-188)1º semestre. 10.ed. 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: julho de 2021.

CROW, Liz. Nuestra vida en su totalidad: renovación del modelo social de discapacidad. In: Jenny Morris (Org.) Encuentros con desconocidas: feminismo y discapaidad. Traducción de Pablo Manzano Bernárdez. Madrid: Narcea, p. 229-236, passim, 1997.

DIAS, Maria Berenice. Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, Tiago Henrique. A Normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. Rio Grande, RS RBHCS. v.6, n.11, p. 105-12. ISSN 2175-3423, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10550> Acesso em: julho de 2021.

GAVÉRIO, Marco A. em: Introvertendo - Autismo por Autistas. Ep. 150: Capacitismo. Entrevistado: Marco Antônio Gavério. Entrevistador: Tiago Abreu. Introvertendo: 4 de dezembro de 2020. Podcast. Disponível em:

<https://www.introvertendo.com.br/podcast/introvertendo-150-capacitismo/> Acesso em: 14/06/2021.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

LAMBERG, D. T., OLIVEIRA, G. T. S. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress(Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017,ISSN 2179-510X, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURDASrevisado(1).pdf> Acesso em: julho de 2021.

FORMOZO, D. P., KLEIN, M.. Gênero e Surdez. In. Revista do programa de pós-graduação em educação. v. 15, n. 1 (2007) Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/225/172> Acesso em: julho de 2021.

LOPES, M. C.; VEIGA-NETO, A. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. especial, p. 81-100, jul./dez., 2006.

MARAFON, G., PILUSO, R. P. Deficiência, mulheres e cuidado: intersecções em relações jurídico-sociais aplicadas. In. Teoria Jurídica Contemporânea. Ed.1, janeiro-

junho 2020 PPGD/UFRJ – ISSN 2526-0464, p. 110-134. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/27991> Acesso em: julho de 2021.

MBEMBE, Achille. 2018. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições.

MARTINS, J. A., MERIGHI, M. A. B., JESUS, M. C. P., WATANABE, H. A. W. Envelhecer com deficiência física: experiência permeada pelo estigma, isolamento social e finitude In. Escola Anna Nery. Ed. 22(4). 2018 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/JS4TXhf8sRVqdvb7WzZTTBN/?format=pdf&lang=pt
>

MADRUGA, Sidney Sadad. Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. In. Ciência e saúde coletiva. 2016 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/abstract/?lang=pt>
Acesso em: julho de 2021.

MCRUER, Robert. Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability. New York: New York University Press, 2006.

MOREIRA, Sandra Z. T. T. Identidades Surdas. In. SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades Surdas. In. SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

PRATES, Deborah. Precisamos falar sobre violência contra mulheres com deficiência. in: Justificando: mentes inquietas pensam direito. 21 de novembro de 2016. Disponível em:<http://www.justificando.com/2016/11/21/precisamos-falar-sobre-violencia-contra-mulheres-com-deficiencia/> Acesso em: julho de 2021.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lesbiana. In: Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades. v. 4 n. 05, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742> Acesso em: julho de 2021.

RIBEIRO, C.S.G.; MOIO, P.P; BOVKALOVSKI. E.C; CHEMIM. M.R.C; CORRADI-PERINI, C. Pessoas com deficiência: eugenia na imigração do início do século XX In. Revista Bioética. Ed. 27. Abril-junho. 2019 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/GdrGtkmv5QXB5J7bTYYRf8n/?lang=pt> Acesso em: julho de 2021.

RUIZ, Castor M. M. B. Poder e transcendência: formas modernas de legitimação do poder e modos de sujeição da pessoa. In. PIRES, Cecília (Org.). Vozes Silenciadas: ensaios de ética e filosofia política. Ed. Unijuí, Ijuí/RS, 2003.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SILVA, Marília P. M. Identidade e surdez: o trabalho de uma professora surda com alunos ouvintes. 1. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2009.

SILVA, Otto M. A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história de ontem e de hoje. São Paulo. CEDAS, 1987

SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

---

[1]Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, com pesquisa apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: amaral.anne@gmail.com

[2]Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/pesquisa/23/23612> Acesso em 14/06/2021.

[3]Disponível.em:<https://servicos.al.gov.br/servico/593853858c36c70f3624060d/central-de-interpretacao-de-lingua-brasileira-de-sinais-libras> Acesso em 14/06/2021.

GT 3
Pensamento político brasileiro

COORDENAÇÃO
JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA (PPGPOL- UFSCAR)

JOSÉ PAULO TOLEDO (PPGPOL- UFSCAR)

O GT de pensamento político brasileiro consolida o esforço de evidenciar a centralidade e a importância da produção teórica, discursiva, científica, ideológica e analítica no contexto nacional. Pertenceriam a esse GT, portanto, trabalhos sobre a construção do pensamento nacional por políticos, intelectuais e instituições; que intentem uma história intelectual da ciência política; que proponham um diálogo com áreas fronteiriças, como o pensamento social brasileiro, a história, ou ainda o direito; assim como os trabalhos que proponham uma revisão teórico-metodológica na área do pensamento político.

Neoliberalismo e Educação Para O Empreendedorismo

Miguel Silva dos Santos[1]

Paulo Victor Lucena de Amorim[2]

Resumo: Este trabalho busca compreender de que forma as propostas de uma Educação para o Empreendedorismo tem se estruturado nos últimos tempos, buscando entender como elas se relacionam com os debates teóricos mais amplos. Para isso buscamos especificamente entender como essas proposições se relacionam com as discussões sobre o sistema neoliberal, tendo assim explanado rapidamente o que se defende como sendo o neoliberalismo para a partir daí entender como o debate abordado se relaciona com ele. Para o desenvolvimento do trabalho utilizamos como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, e contamos com os aportes teóricos de Sylvio Coan (2011), Marival Coan (2011), e Edgardo Lander (2005). A partir disso pudemos concluir que o discurso neoliberal produz o fenômeno da educação para o empreendedorismo. O principal objetivo desse fenômeno é o de produzir comportamentos específicos, gerando assim uma subjetividade própria em que é produzido um novo perfil de trabalhador, inovador e pró-ativo, sem no entanto abordar quais são as causas das mazelas desse mundo globalizado.

Palavras-chaves: Neoliberalismo, Empreendedorismo, Educação.

Introdução

Nos dias atuais diversas mudanças vêm ocorrendo nas nossas sociedades e é de enorme importância que compreendamos as dimensões e os impactos dessas mudanças e que busquemos propostas para uma melhor adaptação frente às novas realidades. Uma das questões que mais vem recebendo atenção é o empreendedorismo.

Cada vez se vê mais e maiores incentivos para empreender e para aprender a empreender, desse modo propostas de uma educação para o empreendedorismo vão se

tornando cada vez mais difundidas. Martins (2021) demonstra que no contexto de pandemia em que nos encontramos as pessoas estão cada vez mais empreendedoras por necessidade. Nesse sentido, é imprescindível que compreendamos as propostas que emergem, em que elas consistem e destinadas a atender a quais interesses.

O presente trabalho busca justamente entender o que tem sido proposto no âmbito da educação para o empreendedorismo no Brasil e de que modo essas propostas se relacionam com o quadro mais geral das construções teóricas sobre o neoliberalismo. Assim procuramos explorar de uma maneira geral o que se entende por neoliberalismo, e também quais são as principais proposições para uma educação para o empreendedorismo no Brasil. Visando entender como essas duas questões estão relacionadas e quais são as implicações práticas delas.

Hipóteses

O presente trabalho partiu da hipótese de que as propostas que versam sobre a Educação para o Empreendedorismo surgem embasadas nas teorias neoliberais, e que essas propostas buscam expandir a ideia de que ao ser empreendedor o indivíduo pode resolver todos os seus problemas e dificuldades mediante a ausência do Estado, sem no entanto levar em consideração que muitos desses problemas e dificuldades são ocasionados por questões da estruturação da nossa sociedade e não necessariamente se encontram no nível individual. Assim, o discurso do empreendedorismo contemporâneo promove a pulverização das relações de trabalho, a descoletivização da classe trabalhadora e amplia a subordinação dos indivíduos ao capital flexível e predatório.

Objetivos gerais e específicos

- Compreender o que já foi proposto no âmbito da educação para o empreendedorismo no Brasil;

- Entender de que modo as propostas existentes se relacionam com o quadro mais geral das construções teóricas sobre o neoliberalismo;
- Compreender de que modo tem ocorrido a defesa de se educar para o empreendedorismo;

Metodologia

O presente trabalho utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa descritiva, que segundo Lakatos e Marconi (2003) consiste em colocar o pesquisador em contato com aquilo que já foi dito sobre o tema através das bibliografias disponíveis, e com a reunião desses meios procura examinar o tema por diferentes enfoques.

A análise bibliográfica foi fundamentada em pesquisas de literaturas acerca do conceito de empreendedorismo, na discussão sobre as implicações do neoliberalismo e como a educação empreendedora se insere nesse cenário. Sobre a técnica de pesquisa bibliográfica afirma-se:

> A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica (GIL, 1999, p.29).

Como ferramenta de análise da pesquisa utiliza-se a análise de conteúdo, que se constitui de um procedimento com várias técnicas que tem o objetivo de descrever e analisar o conteúdo da comunicação, das relações sociais e seus fenômenos. Sistematizando o estudo por meio de indicadores e categorias, que vislumbra ser analisado e explicado (BARDIN, 2011).

Considerações finais

Inicialmente buscamos entender em que consiste o neoliberalismo, para isso devemos levar em conta que nas últimas décadas do século XX são marcadas pelo processo de neoliberalização que se inicia a partir das sociedades ocidentais, e vai se difundir pelos quatro cantos do globo. O neoliberalismo aqui:

> [...] deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida. (LANDER, 2005, p. 8).

Um processo que tem levado a diversas transformações em vários setores da sociedade, e em que cada sujeito é tido como o único responsável por tudo o que ocorre em sua vida. Nesse sentido, o discurso neoliberal produz o empreendedorismo, sustentando que cada pessoa deve encontrar de maneira individual uma solução para os dilemas enfrentados socialmente.

Abordando o tema Coan (2011) fala que existem duas correntes principais de autores que embasam as discussões existentes sobre a educação para o empreendedorismo. A primeira corrente é a de autores clássicos da economia que tomam a ideia de empreendedorismo articulada com as ideias de negócios e empresas. A segunda corrente seria a de autores advindos de áreas como administração, sociologia e psicologia que vão construir a ideia de empreendedorismo atrelada a questões comportamentais e atitudinais.

A corrente econômica é representada por Cantillon, Jean Baptiste Say, Schumpeter, Theodore William Schultz, Marx e Engels. Dentro da corrente com autores advindos dos campos da administração, sociologia e psicologia, Coan (2011) cita dois autores: Peter Ferdinand Drucker e David C. McClelland.

Segundo Coan (2011) esses são, com exceção a Marx e Engels, os principais autores que fundamentam as definições atualmente desenvolvidas de empreendedorismo, perfil empreendedor e educação para o empreendedorismo. O autor

observa que dada a nova configuração socioeconômica do planeta busca-se soluções aos problemas enfrentados pelas sociedades, entre os quais o desemprego. Uma importante resposta tem vindo pela defesa do empreendedorismo, o que inclui a necessidade de ensino e aprendizagem dessa prática.

Costa (2009) fala que esses desenvolvimento teóricos vão embasar a tomada da figura do executivo como paradigma a ser seguido, o que está fundado no investimento constante e exclusivo da vontade na produção da riqueza abstrata. A partir disso surge a ideia do indivíduo não mais como um trabalhador, mas como um empreendedor, e que não é tido nem como ativo e nem como passivo, porém como um investidor. Empreendedor que se caracteriza por ser pró-ativo, inventivo, inovador, flexível, com senso de oportunidade e com grande capacidade de produzir mudanças. Essa compreensão surgida nas teorias econômicas, na administração e nas grandes corporações vai migrar para a área de educação acolhida por diversos setores, sejam eles progressistas ou liberais, públicos ou privados, governamentais ou não governamentais.

Diversos autores buscam defender a ideia de educação para o empreendedorismo, Coan (2011) faz uma pequena síntese de autores que tratam do tema. Ele relata que no Brasil o principal autor que embasa a educação empreendedora é Dolabela com a sua defesa da Pedagogia Empreendedora. A função dessa pedagogia seria difundir em todos os ramos da sociedade a capacidade de estudar e identificar oportunidades a partir de um sonho estruturante. Nesse sentido Coan (2011, p. 232) afirma que "O perfil e características do empreendedor são a do homem destemido, pró-ativo e inovador, que enfrenta os desafios e vai em busca da realização dos seus sonhos."

O autor afirma que apesar das diferenças existentes entre os que defendem uma educação para o empreendedorismo eles partem de um fundo teórico comum, como já foi delineado, além do que essas propostas se assentam também sobre uma análise de conjuntura comum que busca caracterizar as mudanças que ocorrem no mundo globalizado e que exigem um novo perfil de trabalhador, inovador e pró-ativo, sem no entanto abordar quais são as causas das mazelas desse mundo globalizado. Desse modo, jogam para o indivíduo toda a culpa por seus infortúnios.

A difusão dessa compreensão visa não apenas tomar o empreendedorismo como uma visão de mundo, como um modo de ser, mas também fragmenta os indivíduos, cada um encontra-se isolado em sua realidade responsabilizando-se apenas por si mesmo. O que também corrobora um pensamento meritocrático, o fomento a uma sociedade altamente hierarquizada em que o patamar de cada um seria definido pelo grau e qualidade do capital humano que acumularam.

Em um contexto de desapropriação dos direitos e da seguridade social, da desregulamentação das relações de trabalho e o aumento exponencial do desemprego, e com a ascensão do discurso neoliberal nestes, últimos anos, que impacta profundamente a construção educacional no país, que introduz cada vez mais o discurso neoliberal dentro do ambiente escolar.

Com os recorrentes debates sobre os moldes educacionais e as metodologias utilizadas nas instituições de ensino vigentes, sobretudo no contexto brasileiro, inicia-se diversos questionamentos e controvérsia sobre as formas e modelos didáticos aplicados, e suas influências nas formações de indivíduos e nas conjunturas sociais.

O trabalho buscou compreender de que modo tem ocorrido a defesa de se educar para o empreendedorismo. Compreendendo que essa questão é produzida a partir do discurso neoliberal, buscamos inicialmente compreender como se caracteriza o pensamento neoliberal. Compreendo que o neoliberalismo vai além de ser apenas uma teoria econômica, mas é a racionalidade dominante na nossa época.

Conclui-se que o discurso neoliberal produz o fenômeno da educação para o empreendedorismo. Fenômeno que se caracteriza por ser a materialização, a forma como o discurso neoliberal toma concretude. O principal objetivo desse fenômeno é o de produzir comportamentos específicos, gerando assim uma subjetividade própria.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1a edição. Almedina, 2011.

COAN, M. **Educação Para o Empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas**. 2011. 540 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COSTA, S. S. G. **Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, mai./ago. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas,1946.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: _____. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. cap.1, p. 8-23.

MARTINS, C. Empreendedorismo por Necessidade Aumenta na Pandemia. **Diário de Uberlândia**, Uberlândia, 17 jun. 2021. Disponível em: https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/28443/empreendedorismo-por-necessidade-aumenta-durante-pandemia. Acesso em: 30 jun. 2021.

---

[1] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - Recife/PE. Atualmente aluno do MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica (FD) - Rio de Janeiro/RJ. E-mail: miguel.santos.sociologo@gmail.com

[2] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Bolsista da Fundação de Amparo a Ciências e Tecnologia no Estado de Pernambuco (FACEPE). E-mail: vamorrim@gmail.com

O conceito de democracia no pensamento político brasileiro liberal-conservador:Joaquim Nabuco e Rui Barbosa (1870-1902)

Brehner Beline Gomes de Paiva[1]

Resumo: O presente trabalho, ainda em finalização, discorre sobre o conceito de democracia no pensamento político brasileiro liberal-conservador entre 1870 e 1902, sobretudo o pensamento de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, dois grandes intelectuais e políticos brasileiros de perfil liberal-conservador, que mesmo sendo nordestinos e de trajetórias parecidas, construíram suas ideias políticas de formas diferentes. Dito isto, os objetivos do projeto são analisar como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa conceituam democracia, a partir da história do político e da história dos conceitos, retraçando os caminhos percorridos pelos autores, e suas responsabilidades políticas, e produções intelectuais, e por fim, examinar como as ideias que circulavam no Brasil e na Europa impactaram as obras de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Pretendendo cumprir o que foi proposto a metodologia a ser utilizada é a bibliográfica, por meio da análise de escritos e obras dos dois autores, além da teoria do político de Rosanvallon e da teoria dos conceitos de Koselleck, que sejam consideradas pertinentes para conhecer seus pensamentos sobre questões referentes à democracia. Espera-se ao final do projeto que tenha sido compreendido como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa conceberam a democracia, assim como as possibilidades e limites de sua implementação no Brasil no final do século XIX.

Palavras-chave: democracia; conceitos; pensamento político;

Introdução

O político é definido por Pierre Rosanvallon como “resultado da necessidade de estabelecer normas para além do cotidiano, norma que não pode de modo algum ser derivado de algo natural, assim podendo definir o político como processo que permite a

construção de uma ordem a que todos se associam por meio de deliberação das normas de participação e distribuição". Repare que ele não se refere ao político como alguém, mas como algo, portanto, sendo democracia o que resultou d a busca por ordenamento social ela constitui o político por ser fundadora de uma experiência de liberdade, e nunca deixar de constituir uma solução problemática para instituir uma polis de homens livres, pois nela unem-se o sonho do bem e a realidade da indeterminação (ROSANVALLON, 2010). E é a partir dessa visão de democracia como realidade de indeterminação que o conceito de democracia se torna polissêmico, isto é, que tem mais de um significado.

A princípio, os conceitos são vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados (KOSELLECK, 1979), dessa forma considerando-se que a democracia é um conceito não poderia ser diferente. O debate sobre como conceituar a democracia é antigo, em O dicionário da política de Norberto Bobbio, este fato fica claro, uma vez que o autor escreve que há três grandes tradições: a teoria clássica ou aristotélica em que democracia é entendida como governo de muitos, diferente de monarquia que é o governo de um só e aristocracia que é governo de poucos; a teoria medieval na qual o povo é soberano e apenas ele pode escolher os representantes e fazer as leis; e por fim, a teoria moderna sendo a monarquia e a república uma forma histórica de governo, de modo que a democracia não passa de uma forma de república. Isto posto, o conceito de democracia é discutindo pela sociedade humana até hoje e não poderia ter sido diferente no Brasil do fim do século XIX e início do século XX, visto que o país estava em transição de uma monarquia parlamentarista para uma república, e a discussão entre os intelectuais do país sobre o novo sistema de governo que iria vigorar na terra brasilis era constante.

Diante disso, sendo Joaquim Nabuco e Rui Barbosa dois grandes intelectuais e políticos brasileiros de perfil liberal-conservador do movimento da época que Alonso (2002) chama de "movimento da geração de 1870", se referindo a um grupo de personalidades políticas que escreveram sobre os caminhos políticos que o país deveria seguir, eles dedicaram muitos dos seus escritos a discussões relativas à democracia. Mesmo ambos sendo autores nordestinos e com trajetórias parecidas, construíram suas ideias políticas de forma diferente, enquanto Joaquim Nabuco passou sua vida lutando por uma Monarquia Parlamentarista e pela Abolição da Escravatura, Rui Barbosa, que

também era monarquista antes da Proclamação da República, pensava sobretudo na justiça, prova disso é que a primeira constituição republicana foi o baiano quem escreveu, além de ter participado ativamente da república quando exerceu o cargo de Ministro da Fazenda. Portanto, como Nabuco era um defensor da Monarquia e Barbosa um ex-monarquista, compreender como definiram o conceito de democracia ao longo de suas obras é essencial para entender as mudanças dessa expressão que segundo Koselleck (1979) transformou-se em conceito universal de organização, que todas as correntes reivindicam para si de diferentes maneiras.

Objetivos Gerais

Compreender como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa conceituaram a democracia e aspectos relativos a esse sistema político, como opinião pública, imprensa, república, partidos políticos, eleições entre outros.

Objetivos Específicos

Analisar a discussão sobre o a história do político e a história dos conceitos, utilizando-se de referências teóricas de Pierre Rosanvallon e Reinhart Koselleck. Retraçar as trajetórias intelectuais e políticas do baiano Ruy Barbosa e do Pernambucano Joaquim Nabuco. Identificar as ideias europeias que inspiraram esses dois grandes intelectuais brasileiros a conceituar suas ideias de democracia. Por fim, compreender o conceito de democracia na perspectiva de Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco e questões relativas a ela como opinião pública, imprensa, república, partidos políticos, eleições entre outros.

Metodologia

Para cumprir os objetivos propostos nesse projeto de pesquisa em finalização, o principal método utilizado foi o bibliográfico, utilizando-se da análise de conteúdo dos principais escritos do pernambucano Joaquim Nabuco e do baiano Rui Barbosa.

Primeiro, foi feita leitura e análise da história do político de Pierre Rosanvallon e da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, para utilizá-los como referência teórica para melhor compreensão do que é *o conceito, o político* e a relevância destas palavras que carregam seus próprios significados para este estudo e para área do pensamento político brasileiro.

A partir da leitura de Rosanvallon e Koselleck, iniciou-se a sistematização e leitura da vasta bibliografia de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, dois grandes intelectuais nordestinos cujo pensamento se encaixa na definição de liberal-conservador. Isto posto, após levantadas, sistematizadas e lidas, as obras foram filtradas, de modo a considerar aquelas que destacam mais o pensamento dos dois autores no que se refere a questões relativas ao pensamento sobre democracia (como imprensa, eleições, partidos, voto etc), conceito este que carrega inúmeros significados, devido a sua característica polissêmica.

Considerações finais

É válido ressaltar que o contexto histórico utilizado neste trabalho é muito bem exposto nos artigos escritos por Christian Cyril Lynch e no livro "Ideias em Movimento" da autora Ângela Alonso.

Alonso (2001), traz um retrato do que foi a Geração de 1870 que Rui Barbosa e Joaquim Nabuco faziam parte no fim do século XIX e início do século XX. Enquanto Lynch, vai explicar de forma concisa o sistema político que a geração de 1870 estava lutando para alterar, devido a marginalização que estavam experienciando na época.

Para Alonso (2001) três dimensões são importantes para entender o que foi o movimento intelectual da geração de 1870. Segundo ela:

> Primeiro, a configuração de um dilema intraelite: a percepção da necessidade de reformas essenciais na organização da economia e do sistema político e o

> temor de abalar as instituições políticas e a ordem social abriram uma crise que desestabilizou o precário equilíbrio entre as facções da elite imperial e enfraqueceu o regime monárquico. Segundo, os recursos materiais, políticos e simbólicos de todos os grupos sociais foram afetados tanto pela crise política quanto por uma modernização conservadora, gerando simultaneamente descontentamentos e possibilidades de expressá-los. Os contornos da população capacitada para a mobilização política se dilatava: vários grupos sociais marginalizados pelo arranjo político imperial adquiriram condições para expressar publicamente seus dissensos e projetos. Terceiro, a combinação entre mudança social e crise política forçou a explicitação das assunções tácitas do universo cultural do Império no debate público, gerando uma "clarificação": 20 "assunções culturais (...) tomam-se explícitas, precondições e ocasiões são criadas para a transcendência parcial dessas assunções pela inovação intelectual" (Ringer, 1992:8). Ocorreu, então, uma justificação dos valores e princípios da ordem imperial ameaçada pela mudança. (ALONSO, 2001, p. 42)

Essas dimensões deixam claro o porquê da necessidade de um movimento intelectual que se formava em todo território brasileiro em 1870: mudança na estrutura social, política e econômica do país. O que também fica explícito quando Lynch explica o regime de governo da época.

De acordo com Lynch (2011) dois argumentos eram utilizados para defender o regime monárquico vigente na época:

> O primeiro reivindicava a preeminência democrática do Imperador: sua aclamação popular, antes de reunida a Constituinte de 1823, fizera dele, e não da representação parlamentar, o intérprete privilegiado da vontade nacional. O segundo argumento, de natureza sociológica, residia na invertebração da sociedade nacional, cuja pobreza e atraso intelectual se refletiam na vacuidade da vida política e no individualismo de seus estadistas. Na falta de um ponto qualquer na base social, onde o sistema pudesse se apoiar, o sistema constitucional e representativo só poderia se organizar de cima, a partir da legitimidade de que a monarquia havia sido investida pela aclamação popular. Daí a centralidade adquirida pelo Poder Moderador da Coroa, forma estrutural de controle constitucional criada por Benjamin Constant que se tornara o pivô da estabilidade do Estado, ao proporcionar, do alto, a filtragem de uma liderança política relativamente autônoma das oligarquias e uma alternância artificial, mas eficaz, entre os partidos políticos, levando-os a renunciar às armas. (LYNCH, 2011, p. 301).

Esses fatores citados por Lynch foram decisivos na busca dos parlamentares por mudanças no âmbito político, social e econômico do país, incluindo para Rui Barbosa e Joaquim Nabuco buscarem espaço no cenário político nacional.

Quanto ao que concerne a abordagem dos autores sobre o conceito de democracia, o Baiano Rui Barbosa em ***"A imprensa e o dever da verdade"*** deixa claro que a democracia está ligada a uma população bem informada pela imprensa:

> A primeira delas: não há possibilidade de exercício pleno da democracia se os cidadãos não estão informados corretamente a respeito das grandes questões nacionais e das diferentes propostas de solução para elas. Isso remete à necessidade de uma imprensa livre, atuante e honesta – condição para que as pessoas possam formar sua opinião a respeito delas. (BARBOSA, 2019, p. 11)

Além disso, Rui Barbosa se opunha à democracia se esta fosse construída sob um país dominado por oligarquias "tentar a democracia representativa numa república oligarquizada, equivale a construir uma cidade sobre estacas, à superfície de um charco em ativa exalação de seus miasmas". (BARBOSA 1910, p. 31, apud ALMEIDA, 2010, p. 17).

Em sua *magnus opus* ***"O abolicionismo"***, Joaquim Nabuco (2019) afirma que "supondo que a república seja a forma natural da democracia, ainda assim o dever de elevar os escravos homens precede toda a arquitetura democrática". Desse modo, antes de pensar na questão democrática o político pernambucano pensava na abolição da escravidão, portanto não poderia haver democracia enquanto houvesse escravos no Brasil. Ainda em ***"O abolicionismo"***, Nabuco supunha que a república era forma natural da democracia, além disso Daghlian (1988) afirma que "a república significava anarquia para ele".

Esses são alguns pontos conclusivos da pesquisa até o momento. Espera-se que no fim deste projeto tenhamos tido êxito em identificar como esses dois intelectuais brasileiros conceberam suas ideias acerca do conceito de democracia no Brasil. Além de ter feito a recensão dos principais escritos de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Ademais, esse projeto de pesquisa está vinculado ao projeto "O conceito de democracia no pensamento político conservador brasileiro (1870-1902)", idealizado pelo meu orientador, com intuito de traçar como o pensamento político conservador no Brasil foi sendo concebido ao longo do fim do século XIX e início do século XX. Além disso, o projeto contribui para o fortalecimento do subcampo do Pensamento Político Brasileiro no Departamento de Ciência Política da Universidade, uma vez que a maioria das pesquisas concebidas no âmbito desse departamento são de cunho quantitativo, de modo que quase inexistem pesquisas na área do pensamento político. Outrossim, o projeto tem relevância social, visto que no mundo inteiro a ascensão de forças políticas conservadoras estão ocorrendo, inclusive no Brasil, e o presente projeto pode ajudar a Ciência Política a compreender a formação do pensamento político conservador e como ele influencia até os dias atuais.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela**. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do brasil-império**. São Paulo: Paz & Terra, 2002. 375 p.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história filosófica do político**. São Paulo: Alameda, 2010. 104 p. Tradução: Christian Lynch.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos **históricos**. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2006. 368 p.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário da Política**. 13. ed. Brasília: Editora Unb, 2008. 1330 p.

BARBOSA, Ruy. **Pensamento e ação de Rui Barbosa**. Brasília: Senado Federal, 1999. 448 p. (Biblioteca Básica Brasileira). Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/p_a1.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Os ideais políticos de Joaquim Nabuco. **Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-4, 02 maio 2017. Disponível em:

http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/1916/1/Lynch%2c%20Cristian%20Edward%20Cyril%20-%20Ideais%20politicos%20Joaquim%20Nabuco.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

CINTRA, Wendel Antunes**.** Liberalismo, justiça e democracia: Rui Barbosa e a crítica à primeira república brasileira. **Lua Nova**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 201-231, abr. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ln/n99/1807-0175-ln-99-00201.pdf. Acesso em: 06 maio 2021

ALMEIDA, Fábio. A República sem contrato: Rui Barbosa no pensamento político brasileiro. **Escritos Rui Barbosa**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 61-91, fev. 2010. Anual. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero04/fabio.pdf. Acesso em: 06 maio 2021.

ALONSO, Ângela. A década monarquista de Joaquim Nabuco. **Revista Usp**: Nabuco e a República, São Paulo, v. 83, n. 17, p. 53-63, 01 nov. 2009. Anual. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13768/15586. Acesso em: 04 maio 2021

BARBOSA, Ruy. **A imprensa e o dever da verdade**. 272. ed. Brasília: Senado Federal, 2019. 101 p. (Edições do Senado Federal). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/564683/imprensa.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

---

[1] Graduando do Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade de Pernambuco (UFPE); Pesquisador Voluntário no Centro Latino-americano de Estudos em Cultura (CLAEC); voluntário no projeto de extensão "Moventemangue_Arte" da UFPE, em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e com a Secretaria Estadual de Educação e Esporte de Pernambuco (SEES-PE); e-mail: brehner.paiva@ufpe.br

GT 4 Estado, democracia e instituições

COORDENAÇÃO
BRUNO HENRIQUE MARTINS DE ALMEIDA
(PPGPOL- UFSCAR)

TAILON RODRIGUES ALMEIDA (PPGPOL- UFSCAR)

A ascensão de governos e ideologias de extrema-direita tem colocado a democracia na berlinda acadêmica. O regime sofre ataques e convive com ameaças autoritárias que promovem estresse institucional e corrosão da legitimidade democrática. Este contexto nos coloca diante de novos desafios e questionamentos sobre a democracia e o modo como o regime tem sido analisado nas Ciências Sociais, especialmente na Ciência Política. Neste sentido, o Grupo de Trabalho "Estado, Democracia e Instituições" visa discutir objetos e problemas de pesquisa relacionados à crise da democracia contemporânea. Para tanto, o GT busca promover amplo diálogo temático entre diferentes agendas de pesquisa cujo escopo consiste em analisar o cenário de crise no contexto brasileiro e internacional, com ênfase nos processos de desgaste de instituições e organizações partidárias, bem como na importância de valores e atitudes de apoio ao regime. O GT aceita propostas que articulem a temática sob o viés das seguintes linhas de pesquisa: instituições; partidos; comportamento; cultura política; teoria e pensamento político.

De Lula a Bolsonaro: as declarações políticas de generais do Exército Brasileiro (2002-2018)

Guilherme Alessandro Lemos da Silva Moreira[1]

Resumo: Nas últimas duas décadas observa-se no caso brasileiro a intensificação de declarações políticas de militares da ativa e da reserva das Forças Armadas, em especial daqueles pertencentes ao Exército Brasileiro. Coincidentemente alguns desses militares exercem ou exerceram cargos-chave no atual governo de Jair Bolsonaro, tais como os generais Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Maynard Marques de Santa Rosa, Antônio Hamilton Martins Mourão e Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, que se tornaram reconhecidos por suas manifestações políticas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rouseff e Michel Temer. Neste contexto, a referida pesquisa objetiva realizar um levantamento biográfico destes generais, bem como um levantamento sistemático de suas declarações públicas entre os anos de 2002 e 2018, de forma a testar nossa hipótese de que elementos próprios da instituição militar, em especial os princípios de hierarquia e disciplina, colaboraram tanto na construção de generais politizados, quanto forneceram o conteúdo de suas declarações. Desta forma, ao realizar um esforço em compreender as tomadas de posição destes generais a partir de categorias próprias do mundo militar, objetivamos contribuir para os estudos acerca das relações civis-militares no Brasil.

Palavras-chaves: Exército Brasileiro, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Antônio Hamilton Martins Mourão, Maynard Marques de Santa Rosa, Eduardo Dias da Costa Villas Bôas.

Introdução

Nas últimas duas décadas observa-se no caso brasileiro a intensificação de declarações políticas de militares da ativa e da reserva das Forças Armadas, em especial daqueles pertencentes ao Exército Brasileiro. Militares como os generais Augusto

Heleno Ribeiro Pereira, Maynard Marques de Santa Rosa, Antônio Hamilton Martins Mourão e Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, tornaram-se atores reconhecidos por suas manifestações políticas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rouseff e Michel Temer. Frequentemente tais manifestações estiveram associadas a críticas direcionadas seja aos chefes do Executivo, seja às políticas adotadas por aqueles governos como um todo.

Críticos aos governos anteriores, todos os generais citados acima exercem ou exerceram cargos-chave no atual governo de Jair Messias Bolsonaro, o qual apresenta Hamilton Mourão na Vice-Presidência da República, Augusto Heleno como ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Villas Bôas enquanto assessor-especial do mesmo GSI[2] e Maynard Santa Rosa que ocupou a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) até novembro de 2019[3].

Neste contexto, o atual governo para além dos mais de 11 mil militares exercendo funções civis na Administração Pública Federal[4] e da militarização do Ministério da Saúde[5] e do próprio Ministério da Defesa[6], observa-se uma forte confluência entre este governo e generais que ao logo de suas carreiras no Exército Brasileiro se posicionaram politicamente em relação aos governos anteriores, processo que somente pode ser apreendido a partir de uma análise de longa duração das declarações públicas realizadas por esses mesmos generais.

O contexto de um "problema"

Há relativa concordância da literatura de que a "questão amazônica" ou a "cobiça internacional" na região não são somente históricas nos meios militares, como também se inserem em um intrincado processo de elaborações simbólicas que buscam aproximar a própria existência do Exército Brasileiro à presença e proteção da região, a qual estaria sujeita, entre outros fatores, à influência de organizações não-governamentais de países centrais que utilizariam as populações indígenas para promover a desestabilização da soberania nacional por meio de reivindicações para a demarcação de terras indígenas na região (LEIRNER, 1995, 1997; MARTINS FILHO, 2002; CASTRO, 2002, 2003, 2004; CASTRO e SOUZA, 2005; MARQUES, 2007).

É neste contexto, que no final de 2007, diante de discussões acerca da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) de forma contínua no noroeste de Roraima (RR), o general Maynard Santa Rosa, então secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, após criticar a demarcação e citar a atuação de ONGs na região, foi exonerado do cargo, recebendo apoio público do general Augusto Heleno, então comandante do Comando Militar da Amazônia e, portanto, o responsável militar pela região (ÉBOLI, 2007).

Já em abril de 2008, o próprio Heleno voltaria a colocar-se contrário à demarcação da TIRSS e afirmar em um seminário no Clube Militar que a política indigenista do governo Lula era "lamentável, para não dizer caótica" (TABAK e MENEZES, 2008), posição que representaria a opinião do Alto Comando do Exército (ESTADO DE SÃO PAULO, 2008). Como seria de se esperar, a fala gerou grande repercussão na mídia e exigiu a *tomada de posição* de diversas figuras públicas e de políticos, além de receber o apoio dos Clubes Militares e de militares da ativa e da reserva (TABAK e MENEZES, 2008). As declarações se arrastaram até o final do ano e somente em 2009 o general seria exonerado do posto e nomeado para o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, considerado por Heleno enquanto a "geladeira profissional" [7].

Na sequência, em fevereiro de 2010, por ocasião das discussões sobre a instauração da Comissão Nacional da Verdade, novamente Maynard Santa Rosa voltaria aos noticiários, segundo o general a "excêntrica comissão, incapaz por origem de encontrar a verdade, [era], no máximo, uma Comissão da Calúnia", manifestação que o fez ser exonerado de seu cargo no Departamento Geral de Pessoal [8].

No entanto, o golpe civil-militar ainda continuaria a ser usado como trampolim para indisposições com os governos petistas. No dia 31 de março de 2011, o próprio general Heleno em vias de ir para a reserva, teve uma de suas palestras cancelada por determinação da presidente Dilma, palestra esta intitulada como "a contrarrevolução que salvou o Brasil" (alusão ao golpe civil-militar de 1964) (MALTCHIK, 2010). Pouco tempo depois o general passaria para a reserva e manteria o padrão de declarações críticas ao governo, catalisando grande apoio dentro e fora dos círculos militares e

resultando já em 2014 em pedidos para que o mesmo se candidatasse à Presidência da República[9].

Não por acaso "essas manifestações/manifestos inauguraram [o] 'padrão', de generais da ativa batendo de frente com Presidentes e Ministros" (LEIRNER, 2020, p. 210), a fórmula seria repetida por Villas Bôas e por Hamilton Mourão anos depois. Este, ainda em 2015 enquanto comandante militar do Sul e diante das pressões para o impeachment de Dilma Rousseff, declarou que a substituição da presidente teria como vantagem "o descarte da incompetência, má gestão e corrupção". Na mesma época, um quartel sob seu comando prestou homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Os episódios vieram a público e Mourão foi exonerado e transferido para a Secretaria de Economia e Finanças do Exército, em Brasília. Dois anos mais tarde, já no governo Temer, o general diria, numa palestra, que ou o Judiciário punia os corruptos do país "ou então nós [do Exército] teremos que impor isso". Dessa vez, nada lhe aconteceu. Em outra palestra, em dezembro de 2017, declarou que Temer governava "aos trancos e barrancos" e tentava chegar ao final do seu mandato "mediante um balcão de negócios". Por essas declarações, o general foi exonerado pela segunda vez, posteriormente passou para a reserva em 28 de fevereiro de 2018[10].

Já Villas Bôas, então comandante do Exército, em abril de 2018 e por ocasião do julgamento de *habeas corpus* do ex-presidente Lula no STF sobre o caso do tríplex do Guarujá, usou sua conta no Twitter para afirmar "[...] à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia [...]"[11], mais uma vez um militar da ativa posicionava-se politicamente, neste caso, o corrido não foi sucedido por nenhuma exoneração ou punição, na verdade, manteve-se no cargo até janeiro de 2019, quando em seu discurso de despedida afirmou que a vitória eleitoral de Bolsonaro representava "[...] a necessária renovação e a liberação das amarras ideológicas que sequestraram o livre pensar, embotaram o discernimento e induziram a um pensamento único [e] nefasto [...]"[12].

É importante destacar que tais declarações ao serem emitidas por generais da ativa do Exército são previstas e delimitadas pela cadeia de comando-obediência, como

fruto de uma regulamentação imposta pela hierarquia e disciplina, isto é, não foram feitas de forma imprevista ou improvisada (LEIRNER, 1997). Neste sentido, situadas hierarquica e disciplinarmente, tais declarações se vistas do ponto de vista civil (ou "paisano") poderiam facilmente ser interpretadas como "quebra da disciplina", no entanto, nosso esforço está justamente em situá-las no ponto de vista militar, para o qual a questão se complexifica.

Em primeiro lugar, todas as declarações, sem exceção, foram realizadas com autorização da cadeia de comando-obediência e, portanto, é de se esperar que eram legitimadas pela própria instituição. Além disso, também foram declarações feitas por generais-de-exército pertencentes por consequência ao *círculo hierárquico* dos oficiais-generais, os quais exerciam/exerceram posições de *comando* em *lugares de prestígio* na instituição (LEIRNER, 1997). Queremos ressaltar aqui que tais declarações estão situadas em uma dinâmica intrincada dentro da hierarquia militar, para além da simples disposição piramidal de patentes.

Em segundo lugar, é preciso levar em conta a própria disciplina na construção de tais declarações. Neste contexto, se hierarquia pode ser interpretada como a expressão da segmentação da instituição e da atribuição de *níveis distintos* de *méritos*, já a hierarquia seria o processo pelo qual se dá "[...] um sentido único e explícito ao sistema de desigualdades que permeia essa Força de cima a baixo; [...] se trata de fazer todos os segmentos terem uma percepção igualitária de que pertencem a um universo com a mesma regra primordial, que define que o pertencimento se dá a partir da segmentação, e que ser militar é estar inserido nessa lógica" (LEIRNER, 1997, p. 107 e 108).

Portanto, a disciplina é "[...] o elemento capaz de traduzir a noção abstrata de que *a hierarquia une porque segmenta todos igualmente* para uma percepção de que todos são devedores e beneficiários de 'algo' totalizante e maior do que cada um na sua condição de membro de uma teia de relações pessoais, seja este 'algo' o Exército, a pátria ou o povo brasileiro" (LEIRNER, 1997, p. 107 e 108).

No entanto, se o Exército constrói suas tradições e calca sua própria identidade a partir de elementos como a "questão amazônica" ou ao anticomunismo (CASTRO, 2002) - interpretado mais recentemente também como antipetismo (LEIRNER, 2020, p.

31) -, é de se esperar que a leitura militar de pertencimento àquele "algo" se dá também por meio destes elementos que acabam por funcionar como catalisadores de *coesão interna* – papel semelhante ao que a "Amazônia" desempenhou para os militares na véspera da ECO 92 no Rio de Janeiro (LEIRNER, 1995, p. 129). Isto é, a "indisciplina militar" do ponto de vista civil, na verdade, se vista do ponto de vista do Exército é a máxima expressão de pertencimento e coesão que seus militares podem manifestar.

Desta forma, nossa pesquisa apresenta como hipótese que elementos próprios da instituição militar, em especial os princípios de hierarquia e disciplina, colaboraram para a construção de generais politizados, bem como forneceram o conteúdo de suas declarações. Para tanto objetivamos realizar um levantamento sistemático das declarações dos quatro oficiais-generais citados ao longo deste texto entre os anos de 2002 e 2018, sejam elas reproduzidas em jornais impressos e/ou digitais, fruto de palestras, comunicações oficiais do Exército Brasileiro ou mesmo àquelas disponíveis nos acervos do Congresso Nacional, bem como a realização de levantamento biográfico destes mesmos atores de forma a permitir uma análise qualitativa que contemple tanto a construção da carreira militar de cada qual, quanto o conteúdo de suas declarações.

Considerações finais

Historicamente as análises que se dedicam aos militares procuram compreender o mundo militar despojado de suas próprias categorias e limitando-o aos momentos de "intervenção" no cenário político nacional (CASTRO, 2004). Neste contexto, se o governo Bolsonaro pode ser interpretado como um governo no qual os militares intervêm diretamente na política nacional – dada a massiva ocupação de cargos e ministérios, desta forma a pesquisa descrita ao longo deste texto, objetiva, de forma geral, entender o mundo militar a partir de suas próprias categorias (CASTRO, 2004; LEIRNER, 1997), em momentos de "normalidade democrática" que antecederam tal governo, processo que exigiria de forma específica o recolhimento sistemático das declarações públicas dos mesmos generais que hoje ocupam o governo Bolsonaro e que solidificaram suas carreiras e tomadas de posição ao longo dos governos anteriores. É neste contexto que a referida pesquisa contribui para os estudos acerca das relações entre

civis e militares no país, possibilitando, possivelmente, uma compreensão de mecanismos para nós - civis – obscuros durante aqueles períodos de "normalidade" (ALBERTINI, 2007, p. 11).

Referências Bibliográficas

ALBERTINI, L. P.. **Perspectivas Militares da Imprensa: notas sobre a construção da mentalidade militar e a relação com o "mundo de fora**". In: I ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA - ABED, 2007, SÃO CARLOS. I ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA - ABED, 2007

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 91p

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CASTRO, Celso; SOUZA, A. B. . **A defesa militar da Amazônia**. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina, PR. XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005

ÉBOLI, Evandro. **Jobim demite general. Santa Rosa era contrário à retirada**. O Globo. 29 de maio de 2007. O país, p. 4.

LEIRNER, PIERO C.. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

LEIRNER, PIERO. **Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**, Rio de Janeiro/ São Paulo, FGV/FAPESP, 1997.. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LEIRNER, PIERO. **O exército e a questão amazônica**. Estudos Historicos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 15, p. 119-132, 1995

MALTCHIK, Roberto. **Exército manda que general se cale sobre 64. Palestra com o tema "A contrarrevolução que salvou o Brasil" é cancelada por ordem do comandante da força**. O Globo. 01 de abril de 2011. O país, p. 10.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARTINS FILHO, J. R.. **Globalização e Forças Armadas no Brasil**. Crítica Marxista (São Paulo), São Paulo, v. IX, n.15, p. 85-106, 2002.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo. 19 de maio de 2008, p. A1.

TABAK, Flávio; MENEZES, Maiá. **Cúpula militar critica governo. Atuação federal em áreas indígenas é alvo de ataques de comandantes do Exército**. O Globo. 17 de abril de 2008. O país, p. 3.

---

[1] Bacharelando em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Email: guilhermemoreira@estudante.ufscar.br

[2]https://www.gov.br/gsi/pt-br/composicao/gabinete/perfis-e-curriculos/perfil-do-cargo-de-assessor-especial-gen-villas-boas acessado em 05 de junho de 2021.

[3]https://oglobo.globo.com/brasil/general-santa-rosa-pede-demissao-da-secretaria-de-assuntos-estrategicos-24061315 acessado em 05 de junho de 2021.

[4]https://www.poder360.com.br/brasil/8-450-militares-da-reserva-trabalham-em-ministerios-comandos-e-tribunais/ e https://www.poder360.com.br/governo/militares-da-ativa-ocupam-2-930-cargos-nos-tres-poderes/ acessados em 05 de maio de 2021

[5] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55923963 acessado em 05 de junho de 2021.

[6] https://www.youtube.com/watch?v=rtZT8kMjN3Y&t=170s acessado em 05 de junho de 2021.

[7]https://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/05/913533-general-heleno-volta-a-defender-golpe-de-64-ao-passar-para-reserva.shtml acessado em 05 de junho de 2021.

[8]https://homemculto.com/2010/02/10/maynard-mainard-marques-de-santa-rosa-general-de-exercito-apareceu-militar-com-coragem-de-chamar-comissao-da-verdade-e-pndh-iii-3-de-comissao-da-calunia-jobim-exonera-general-demite-pune-punicao/ acessado em 05 de junho de 2021

[9] https://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2014/03/um-general-na-presidencia.html acessado em 05 de junho de 2021.

[10] https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-vice-cavalo/ acessado em 05 de junho 2021.

[11] https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315174660485122 acessado em 05 de junho de 2021.

[12]https://www.eb.mil.br/todos-os-avisos/-/asset_publisher/nElT00TYrefc/content/palavras-de-despedida-do-gen-villas-bo-7 acessado em 05 de junho de 2021.

Inelegível: o problema da representação religiosa na política brasileira

Davi Boechat Paiva de Azeredo Coutinho[1]

Resumo: A relação de religiosos com a política no Brasil é crescente desde a redemocratização, em 1988. A forma de ingresso deles em cargos públicos através do voto popular, entretanto, enfrenta resistência em alguns setores. Especialistas em direito eleitoral se dividem quando o assunto é a legitimidade da participação das igrejas cristãs e seus respectivos membros no processo político. Além disso, os diferentes limites estabelecidos no que diz respeito às fronteiras da laicidade estatal ensejam posicionamentos conflitantes sobre o envolvimento da religião na esfera pública. A atuação das bancadas parlamentares, especialmente no Congresso Nacional, também é alvo de discussões. O presente trabalho se destina a comparação entre algumas dessas visões, debate sensível e premente para a democracia. Essas tensões, para além de diálogos acalorados, trazem implicações para a garantia da segurança jurídica da liberdade religiosa, da pluralidade e representação democrática.

Palavras-chaves: Liberdade Religiosa; Democracia; Eleições.

Introdução

O comprometimento da capacidade individual de eleitores, asseguramento das liberdades civis, a laicidade do estado e a lisura do jogo democrático são alguns dos temas que orbitam as discussões sobre a elegibilidade de religiosos. A legitimidade da participação política de líderes e leigos vem sendo discutida nos tribunais eleitorais brasileiros há anos e já resultou na perda de mandatos conquistados pelo voto popular.

Resultado desse movimento é a possibilidade da criação de uma nova modalidade de crime eleitoral chamada de abuso de poder religioso. As formas de abuso eleitoral previstas em legislação manifestam-se em três moralidades: financeira, política e midiática. O objetivo delas é garantir a preservação da igualdade de oportunidades no

acesso ao poder punindo os postulantes a cargos eletivos que, valendo-se de recursos e atividades indevidas, desequilibram a disputa política.

O conceito de abuso do poder religioso, tese que surgiu no judiciário em 2009, desponta como uma quarta possibilidade, que se une às demais formas de busca da paridade de armas entre os candidatos. Em um dos casos julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral onde a tese fora evocada concluiu-se que o ordenamento jurídico brasileiro não comporta a "figura do abuso de poder religioso, ressalvando, porém, a possibilidade de configuração de abuso de poder econômico e o uso indevido dos meios de comunicação" (MARTINS, 2020). Apesar dessa decisão, conforme narra o jurista Ives Gandra Martins, "o assunto está longe de ser pacificado, pois cuida-se de um tema complexo, que envolve não somente a ciência jurídica, mas também a filosofia, a teoria política e até mesmo a teologia" (Ibidem).

O abuso de poder religioso apresenta semelhanças e também expressivas diferenças quando comparado aos seus congêneres. Destacamos dois: (1) O abuso religioso não tem previsão na legislação. (2) Nos casos em que é evocado, normalmente, aparece aos demais tipos penais já previstos em lei. Favorável à medida, Peterson Almeida Barbosa afirma que a "extraordinária força do poder religioso é, sem dúvidas, capaz de desequilibrar as disputas eleitorais" (BARBOSA, p. 147). Para ele, "é intolerável que a religião se torne uma potente arma de luta política" (p. 162) e o "voto induzido pela religião [...] não se coaduna com a laicidade" (Ibidem, p. 147). Detratores dessa ideia reagem dizendo que ela parte de uma visão incorreta da laicidade, como explica Valmir Nascimento: "o direito à liberdade de religião abarca não apenas o direito subjetivo de crer [...] mas também de expressar essa doutrina no ambiente público" (MILOMEM, 2018, p. 126).

Hipóteses

Para os favoráveis à elaboração do abuso de poder religioso, a participação de religiosos na política consiste em desequilíbrio para o processo eleitoral. Nesse sentido,

a posição de destaque de religiosos em suas comunidades de fé, além do respeito dado ao cargo, poderia fazer com que a autodeterminação dos fiéis estivesse comprometida.

Em 2015, uma decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) chamou a atenção para a necessidade de atenção quanto ao abuso de poder religioso. De acordo com a Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 5370 "o líder religioso [...] do alto do palco, conclamou os fiéis a votarem nos candidatos de sua predileção, que se encontravam ao seu lado [...] em detrimento da liberdade de voto e em prejuízo da normalidade e da legitimidade das eleições. No caso supramencionado, o crime eleitoral já estava configurado pelo abuso econômico e midiático, como apresenta o julgado Ainda assim, foi evocada a tese do abuso religioso.

Seguindo essa perspectiva, em outros países, a proibição do envolvimento de religiosos e igrejas é parte da legislação. Luiz Eduardo Peccinin (2018, p. 129) chama atenção para a Constituição Revolucionária Mexicana de 1917, que em seu "artigo 24 garante a todo cidadão a proteção à liberdade de consciência e crença, mas sem poder se utilizar desta liberdade com fins políticos, de proselitismo ou propaganda política" (Ibidem). A carta magna, em seu artigo 130, defendia ainda a inexigibilidade de ministros de cultos para cargos públicos e a impossibilidade destes associarem-se com fins políticos.

Juristas que se posicionam de forma contrária creem que a criação de um tipo penal não é responsabilidade do judiciário, mas uma prerrogativa exclusiva do poder legislativo federal. Entendem ainda que cercear de direitos políticos determinada parcela de população é uma ruptura das liberdades individuais que resulta em prejuízos coletivos, sendo afetada a representação dos religiosos nos meios políticos. "O descarte apriorístico da opinião religiosa no mercado das ideias e na praça da opinião pública [...] revela-se preconceituosa e excludente, como método de privilégio epistêmico e distanciamento social de um determinado grupo: os religiosos" (MILOMEM, p. 83).

A Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE), em parceria com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), manifestou-se a respeito afirmando que:

> Não há margem legal para que se fale a respeito de abuso de poder religioso; Eventuais abusos que se utilizem da estrutura eclesiástica durante o período eleitoral devem encontrar enquadramento nas possibilidades listadas pela lei eleitoral, sob pena de representar afronta à segurança jurídica; A utilização da estrutura eclesiástica com o fim de burlar as disposições legais referentes ao processo eleitoral não pode ser confundida com o exercício legítimo da liberdade religiosa; O direito à liberdade religiosa deve ser garantido no contexto eleitoral, assegurando-se aos religiosos a possibilidade de ouvir instruções políticas, analisá-las e tomar decisões em conformidade com a sua cosmovisão. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JURISTAS EVANGÉLICOS, 2020)

Um dos problemas encontrados na tese do abuso de poder religioso está no conceito de temor reverencial, uma vez que este pressupõe a incapacidade do fiel fazer escolhas de cidadania a despeito das recomendações de sua liderança espiritual. Evidências apontam para o contrário. Em pesquisa DataFolha, o impacto da religião voto é traçado em linhas mais tímidas do que as traçadas: "Na prática, 9% disseram já ter votado em alguém indicado por sua liderança religiosa, número similar aos 8% verificados em sondagem de quatro anos atrás" (BALLOUSSIER, 2017).

Objetivos gerais e específicos

O crescimento da tese do abuso de poder religioso é oportuno para avaliar a participação da religião na esfera pública. Não raramente, a avaliação do desempenho de deputados e grupos que representam grupos de pressão religiões é negativa. Para a jornalista Andrea Dip, crítica da FPE e demais ajuntamentos religiosos legislativos, o ensimesmamento das pautas defendidas indica a falta de espírito público e compromisso com o bem comum: "bancada barulhenta, intempestiva, aguerrida, beligerante, esse barulho cria a impressão de volume, de quantidade, de poder e coesão" (DIP, 2018, p. 53), explicando a beligerância e incapacidade de aglutinação dos evangélicos.

Ainda nessa linha de pensamento, o êxito eleitoral de lideranças religiosas colabora para a prevalência de interesses eminentemente privados na esfera pública.

> Quanto aos grupos religiosos, essa atuação corporativista, tanto em temas morais quanto em políticas que garantam certas prerrogativas das doutrinas

> religiosas, fica evidente. [...] Seus deputados se mobilizam em prol de interesses corporativos das igrejas para favorecerem sua expansão: desburocratização de alvarás de funcionamento dos templos, isenção fiscal para congregações, doações de terrenos e concessões de emissoras de televisão e rádio, além do recebimento de verbas orçamentárias para festas e cerimônias são questões de direito interesse das agremiações religiosas. Em resumo, o debate proposto pela maioria dos deputados evangélicos limita-se à temática religiosa e moral, excluem-se de sua preocupação questões de natureza política, econômica e social (PECCININ, 2018, p. 129).

A crítica de Dip e Peccinin, não obstante, é reconhecida por apoiadores do envolvimento da religião com a política. Miroslav Volf, professor da Universidade de Yale, entende que as contribuições cristãs na esfera pública devem, sobretudo, ser uma articulação dos princípios e valores cristãos para além de benefícios imediatos dos religiosos. Afirma Volf que "a fé cristã não é nem coercitiva nem ociosa" (VOLF, 2018, p. 75), indicando o ideal da participação do cristianismo na esfera pública. Ainda de acordo com o autor "a fé cristã será uma fé ativa, engajada com o mundo de maneira não coercitiva", ressaltando a incompatibilidade da imposição da fé aliada às contribuições possíveis através da democracia representativa. Inclui-se a isso a afirmação de Pedro Dulci: "inexiste neutralidade nas relações públicas. Cada uma das dimensões temporais da vida humana em sociedade é governada pelas dinâmicas supratemporais do coração humano" (LAGO, 2018, p.111).

Metodologia

Para esse trabalho, foram comparadas referências bibliográficas que mantém posicionamentos distintos e marcadamente diferentes sobre a legitimidade da participação da religião na política. Através do contraste entre elas é possível não só perceber no que essas posições se distinguem, mas perfazer o caminho dos valores e conceitos assimilados por cada um deles. Percebe-se claramente, que a concepção da laicidade do estado de ambos difere, o que por sua vez deságua em posicionamentos distintos sobre a legitimidade da participação de religiosos na política. Uma das divergências fundamentais é a da extensão e implicações do estado laico.

Considerações finais

É mister ressaltar que ambos os lados da discussão reconhecem que a legislação eleitoral serve à proteção do jogo eleitoral. Percebe-se que, mesmo por parte de religiosos, não existe a tentativa de tornar imunes de crimes e condenações eleitorais os candidatos evangélicos. Davi Lago destaca que "É necessário haver, portanto, vigilância para que grupos religiosos não caiam na tentação do poder, da sanha pela autoridade, do afã pelo domínio e cruzes as fronteiras estabelecidas por lei" (MARTINS, 2020, p. 114). No mesmo sentido, Peccinin, defensor da tese que estabelece o abuso de poder religioso, afirma que as restrições à liberdade de candidatos e partidos são legítimas quando se proponham à proteção da "paridade de armas" na disputa eleitoral à liberdade de voto do eleitor" (PECCININ, p. 143). Vemos portanto semelhanças no discurso, mas distinções nas implicações. Cada lado polo têm a seu modo uma leitura a respeito do papel da liderança religiosa no convencimento do eleitorado que revela algo ainda maior: o limite da interação entre religião e política em um estado laico.

Afinal, seria possível harmonizar visões tão conflitantes? Uma possibilidade seria a variação do repertório do cristianismo na cultura. Paul Freston apresenta uma proposta conciliadora, que considera a divisão dos domínios da igreja e do estado, mas compreende a autenticidade da religião na política. Frestão propõe que para além da reação às pautas-bomba no Congresso Nacional, como os direitos reprodutivos e sexuais, uma participação propositiva da fé cristã em assuntos importantes para a coletividade, como direitos sociais e desenvolvimento econômico: "É irônico que muitos políticos evangélicos tenham uma retórica de defesa da família e votem diariamente projetos que minam a base de uma vida familiar estável" (FRESTON, 2006, p. 260). Para Feston, a participação evangélica deveria levar em consideração dramas comuns como o "número de famílias vivendo em situação de miséria absoluta nas grandes cidades cresceu nos últimos anos" (Ibidem).

Cabe notar que, de acordo com a bibliografia analisada, autores alinhados a teologia pública protestante não tem dificuldade de considerar (1) o repertório intelectual dos seus representantantes de sua fé insuficiente, (2) a atuação beligerante e (3) de baixo impacto nas pautas de sensibilidade nacional. Para Robinson Cavalcanti:

“a presença dos evangélicos na política tem se caracterizado pelo [...] despreparo ético e científico de alguns [...], ausência de uma análise crítica global dos problemas” (CAVALCANTI, 2009, p. 13).

Para os fins desta pesquisa, observa-se o fato de que as discussões eleitorais prementes refletem diferentes perspectivas sobre a legitimidade da fé na política à luz da laicidade estatal. Para os dois lados, há necessidade de haver limites eleitorais, distinguindo-se as opiniões sobre a legitimidade do argumento religioso no convencimento do eleitor. Não obstante, é possível notar que a insatisfação com a atuação parlamentar de religiosos é premente nos dos grupos envolvidos no debate.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JURISTAS EVANGÉLICOS. **ANAJURE e FPE emitem nota sobre a figura do abuso de poder religioso.** Disponível em: <https://anajure.org.br/anajure-emite-nota-sobre-figura-do-abuso-de-poder-religioso>. Acesso em 15 jun. 2021.

BALLOUSSIER, A. V.; MOURA, E. **Voto religioso só guia 2 entre 10 brasileiros, diz Datafolha**. Folha de São Paulo. 23 out. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1929305-voto-religioso-so-guia-2-entre-10-br asileiros-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 15 jun. 2021.

BARBOSA, Peterson Almeida. **Abuso do poder religioso nas eleições: a atuação política das igrejas evangélicas**. Rio de Janeiro: Jumen Juris, 2020.

CALVANTI. Robinson. **Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica**. Viçosa: Ultimato, 2009.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DULCI. Pedro Lucas. **Fé Cristã e Ação Política: a relevância pública da espiritualidade cristã**. Viçosa: Ultimato, 2018.

FRESTON, Paul Charles. **Religião e Política, sim; igreja e estado, não.** Viçosa: Ultimato, 2006.

MARTINS, Ives Gandra (Org.). **Abuso de poder religioso no processo político-eleitoral: perspectivas à luz do Direito, da Filosofia e da Teoria Política**. São Paulo: Lex Magister, 2020

MILOMEM SANTOS, V. N. **Entre a fé e a política: Participação dos evangélicos no processo político-eleitoral**. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 5370-03. Relator Paulo Cézar Dias. Relator designado Maurício Pinto Ferreira. **Diário de Justiça Eletrônico do TRE-MG**, 24/09/2015.

PECCININ, Luiz Eduardo. **O Discurso Religioso na Política Brasileira: democracia e liberdade religiosa no estado Laico**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. VOLF, Miroslav. Uma fé pública: como o cristão pode contribuir para o bem comum. São Paulo: Mundo Cristão, 2018.

SANTA CATARINA. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Representação nº 2458. Relator Márcio Luiz Fogaça Vicari. **Diário de Justiça do Estado**, 24 jul. 2007.

---

[1] Acadêmico do curso de Direito, Universidade Iguaçu-UNIG, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, davibpac@gmail.com.

Transição política e seus reflexos na democracia contemporânea

Lillian Lages Lino[1]

Resumo: Inúmeros trabalhos têm discutido a crise atual da democracia. É importante ter clareza de que essa problemática atual não foi gerada de maneira repentina, mas em um processo em que algumas questões foram mitigadas. A transição democrática envolve uma série de elementos que podem confluir para a estabilidade democrática, crises ou até mesmo o retorno aos períodos autoritários. Na presente pesquisa discutimos a justiça de transição e a necessidade da emergência democrática além de eleições. Argumentamos que esses são elementos chave para a análise da atual crise democrática. Não obstante, destacamos a emergência de regimes populistas como um reflexo de questões que não foram bem desenvolvidas no período de transição democrática. Concluímos apontando que a problemática justiça de transição, bem como a não completude da segunda transição democrática são elementos centrais que tornaram o sistema democrático mais deficitário, recorrentemente associado a processos eleitorais e repleto de desigualdades, vulnerável a crises.

Palavras-chaves: Transição democrática; Crise da democracia; Populismo.

Introdução

A história não ocorre de maneira linear, há avanços e retrocessos. Em diversos países, o advento democrático após longos e difíceis períodos autoritários apontava para a irreversibilidade do processo. Pelo menos, era o que se esperava. No entanto, os períodos atuais reforçam a necessidade de vigilância constante das instituições, ritos e processos democráticos.

Apesar de não ser um fenômeno atual, o populismo atingiu proporções globais. Envolvido em um grande debate conceitual, o populismo pode ser tomado como um fenômeno, um movimento, uma estratégia, um discurso, uma ideia. É central maior

apropriação do conceito para que ele não seja considerado sinônimo de eventos que recorrentemente andam juntos, como a xenofobia, nacionalismo, clientelismo e associações de líderes carismáticos com líderes populistas (KALTWASSER et al., 2017).

Três abordagens sobre populismo se destacam: a político-estratégica (WEYLAND, 2017), a cultural (OSTIGUY, 2017) e a ideacional (MUDDE, 2017). A primeira sustenta que líderes populistas se apropriam de estratégias para se aproximarem de povos e não de ideologias. A força dos líderes é desenvolvida na relação direta com os seguidores, destacando-se a grande força nos discursos e o grande impacto das suas ações.

A abordagem cultural toma o populismo como uma relação entre líderes e sua base, e nisso se aproxima da abordagem estratégica, mas o que a distingue é o foco nos altos e baixos. Considera duas dimensões: a sociocultural, argumentando que os líderes populistas têm uma certa forma de se vestirem e de se comunicarem, e a segunda, a política cultural, relacionada às formas de liderança política e de tomada de decisão.

Por último, a abordagem ideacional define populismo como uma ideologia tênue, no sentido de que deve sempre estar associada a outros adjetivos, além de ser definida na chave dicotômica de povo puro x elite corrupta. Apesar de apresentar uma conceituação mais ampla, entendemos que essa definição é a que melhor abarca o conceito justamente por se apropriar de uma chave ideológica mas que não se restringe a formas de comunicação ou vestimenta, nem apenas em uma atuação estratégica.

Além de Donald Trump nos Estados Unidos, Viktor Órban na Hungria e Jair Bolsonaro no Brasil, há outros exemplos disseminados no tempo e no espaço. No espaço porque o populismo não é um fenômeno local e no tempo porque o populismo, entendido como fenômeno já ocorreu diversas vezes, sendo classificado em três ondas.

O objetivo de discutir o conceito de populismo foi trazer à tona a problemática da sua emergência para a democracia contemporânea. A chamada crise contemporânea da democracia foi debatida por diversos autores (MOUNK, 2018; CASTELLS, 2002; PRZEWORSKI, 2020). Apontamos que a crise democrática atual está intrinsecamente

relacionada com o avanço do populismo, ou seja, de uma relação direta com as massas que desconsidera instituições formais da organização democrática como os partidos políticos. De maneira positiva, o populismo permite maior aproximação entre os líderes e as massas. No entanto, de forma nociva, sua constituição afeta a permanência e a segurança de instituições centrais para a manutenção do regime democrático.

Essa não é uma questão que se desenvolveu apenas recentemente. Há elementos da transição do autoritarismo para a democracia que podem ter contribuído para a atual crise democrática, esse é o objeto da presente pesquisa. Nesse sentido, questionamos: há elementos presentes no processo de transição democrática que podem ter conduzido para a atual crise democrática?

O período da transição democrática é recorrentemente discutido na literatura. Em um recorte analítico, selecionamos duas chaves: a emergência democrática além da realização de eleições e o processo de justiça de transição.

Hipóteses

Na presente pesquisa, temos como hipótese geral que a maneira que ocorreu a transição política brasileira pode ter afetado a democracia contemporânea e propiciado o advento de crises, refletidas no avanço populista. De maneira específica, levantamos duas hipóteses. Dialogando com trabalho de O'Donnell e Schmitter (1986), a primeira é que a problemática justiça de transição, com a não punição dos militares, pode ter contribuído para a atual crise democrática na medida em que fraturou uma das bases de sustentação social e ideológica à democracia política.

A democracia brasileira estabeleceu importantes direitos formais mas a ampla desigualdade socioeconômica no país traz empecilhos para a realização de uma segunda transição e consolidação democrática (O'DONNELL e SCHMITTER, 1986; O'DONNELL, 1998; STEPAN e LINZ,1996). Nesse sentido, temos como hipótese que a não realização, ou realização deficitária, da segunda transição impôs restrições ao sistema democrático que hoje se relaciona com práticas e atores populistas, enfraquecendo instituições centrais como os partidos políticos.

Objetivos gerais e específicos

O objetivo geral desta pesquisa é discutir em que medida os processos de transição democrática tiveram reflexos na atual crise da democracia. Para isso, temos como objetivo específico dispor sobre a justiça de transição no sentido em que a grande impunidade dos militares rompeu com uma das bases de sustentação social do regime democrático. Além disso, também dispomos sobre o processo de consolidação democrática na medida em que apenas a emergência de direitos formais e a não completude de uma segunda transição, em um contexto de amplas desigualdades socioeconômicas, atingiu importantes pilares democráticos.

Metodologia

Em um esforço exploratório, a presente pesquisa não tem como objetivo esgotar as fontes que discutem sobre transição democrática, populismo e crise da democracia, haja vista que é um tema bastante amplo, controvertido e caro à Ciência Política.

Com base em uma revisão narrativa da literatura, o recorte da pesquisa privilegia a discussão de pontos focais inseridos no debate, como justiça de transição e a emergência democrática além da instituição de eleições, explorando a retomada de governos populistas. Não temos a intenção de demonstrar uma estrita causalidade entre os processos de transição e a atual crise democrática, mas reunir elementos que consideramos centrais que podem se refletir no período recente.

Nesse sentido, a pesquisa recorre a importantes autores que debatem essas temáticas de transição democrática e atual crise democrática como O'Donnell (1986,1991, 1998a, 1998b), Stepan e Linz (1996), Cas Mudde (2017),Przeworski (1984, 2020) Yascha Mounk (2017), Castells (2002), Kaltwasser (2017).

Considerações finais

Problematizando a questão da legitimidade do sistema, O'Donnell e Schmitter (1986) argumentam sobre a dificuldade dos regimes autoritários se institucionalizarem. Segundo o autor, a dominação política legítima é possível pela expressão da cidadania popular ou, em casos excepcionais, como o resultado de um mandato revolucionário que vise a rápida transformação social. Na discussão sobre a transição, o autor classifica os militares entre linha dura e moderados, que não é um debate que nos apropriamos nessas linhas.

O enfoque está na severa coerção que ocorreu em diversos regimes autoritários. Citando o caso brasileiro, no âmbito da América Latina, O'Donnell e Schmitter (1986) argumentam sobre a ligação estreita entre as forças armadas e a realização de atos repressivos.

O ano de 1979 marcou a promulgação da Lei da Anistia, pelo Presidente João Baptista Figueiredo. Com esse novo instrumento, o período ditatorial se distanciava e foi concedido perdão aos perseguidos políticos. Com uma redação obscura, a letra da lei teve como problema a não punição dos militares que praticaram torturas e execuções durante o regime militar. Passados mais de 20 anos foi criada a Comissão da Anistia para tratar sobre essa questão chave da nossa transição política[2].

O ponto que queremos destacar, abordado por O'Donnell e Schmitter (1986), é que o esquecimento do passado pode ser visto como eticamente inaceitável para grande parte da população. Os autores argumentam que, ao não se assumir o passado doloroso, "Torna-se difícil imaginar como uma sociedade pode retornar a ter algum grau efetivo de funcionamento para criar as bases de sustentação social e ideológica à democracia política" (p.57). Nesse sentido apontamos para os problemas na justiça de transição como centrais para a consolidação do regime democrático e a importância de analisá-lo frente às atuais crises democráticas.

O segundo ponto se refere à constituição democrática para além das eleições. Será que podemos denominar um regime democrático pela emergência de eleições, ainda que haja problemas de participação social e agudas desigualdades econômico-sociais? O que caracteriza uma democracia consolidada?

Para Stepan e Linz (1996), uma democracia consolidada deve ter um Estado instituído e tem como elementos: ser livre e política, autônoma e organizada, com estado de direito para assegurar as liberdades civis, burocracia e sociedade econômica e institucionalizada. A interação entre esses elementos conduziria para a democracia consolidada, em que os conflitos são resolvidos pelas normas estabelecidas. É colocado, então, o debate de que, mais do que eleições livres, há outras dinâmicas que precisam estar presentes.

O'Donnell e Schmitter (1986) debatem a emergência de duas transições: 1. política com liberalização e o estabelecimento de algumas regras mínimas e 2. socialização. Nessa segunda transição, há dois processos independentes, mas relacionados: 1. democracia social e 2. democracia econômica. A presença desses elementos ou seu atingimento simultâneo é o que os autores denominam socialização. Embora remoto, esse alvo persistente é relevante pelo atingimento de uma poliarquia, além da extensão dos benefícios.

Retomando o conceito de poliarquia de Dahl (1997), os autores argumentam que, ao não enfrentar a segunda transição e restringir-se à política, pode-se gerar congelamento de arranjos sociais e econômicos. Apropriando-se do contexto da América Latina, O'Donnell (1998) explora a existência de direitos formais e a chave da igualdade social para a constituição democrática. Ainda que o autor defenda a importância da formalidade, ele também explora as dificuldades de avanços democráticos em contextos desiguais.

Figurando entre os 10 países mais desiguais do mundo[3], a chave da desigualdade social não deve ser desconsiderada na análise sobre a democracia brasileira. Nesse sentido, apontamos que, apesar da primeira transição democrática ter sido realizada e termos um sistema estruturado com direitos formais, a ampla desigualdade socioeconômica do país traz restrições ao avanço democrático.

Por fim, a presente pesquisa discute a atual crise democrática recorrendo a elementos chave do processo de transição democrática. Não pretendemos apontar uma

relação causal mas propiciar o advento de uma pesquisa exploratória que possa discutir alguns elementos para compreensão das problemáticas atuais.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. (2002). "A política informacional e a crise da democracia". In **O poder da identidade**. São Paulo. Paz e Terra, pp. 365-416.

DAHL, Robert. (1997). **Poliarquia**. São Paulo. EDUSP. Pp. 25-187.

KALTWASSER, Cristobal Rovira; TAGGART, Paul A., ESPEJO, Paulina Ochoa, OSTIGUY, Pierre. 2017. "Populism: An overview of the Concept and the state of the art". In: Rovira Kaltwasser,Cristobal, Paul Taggart, Paulina Ochoa Espejo, and Pierre Ostiguy (eds.), T**he Oxford handbook of populism**. Oxford: OUP. Chapter 1.

MOUNK, Yascha. (2018). **O povo contra a democracia**: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la? São Paulo. Companhia das Letras.

MUDDE, Cas. 2017. "Populism: An Ideational Approach". In: Rovira Kaltwasser et al. (eds.), **The Oxford handbook of populism**. Oxford: OUP. Chapter 2.

O´DONNEL, Guillermo; SCHIMITTER, Philippe. (1986). **Transições do Regime Autoritário**. São Paulo. Vértice Editora.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo: Cebrap, n. 31, p. 25-40, out. 1991.

_____. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova** [online]. 1998a, n.44, pp.27-54.

_____. (1998b). "Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina". **Novos Estudos**, n. 51, p. 37-61.

OSTIGUY, Pierre. 2017. "Populism: A Socio-Cultural Approach". In: Rovira Kaltwasser et al. (eds.), **The Oxford handbook of populism**. Oxford: OUP. Chapter 4.

PRZEWORSKI, Adam. (1984) Ama a incerteza e serás democrático. **Novos Estudos Cebrap**.

_____. Adam. **Crises da Democracia**. Editora Zahar. 2020.

STEPAN, Alfred & LINZ, Juan. (1996). **A Transição e Consolidação da Democracia**. São Paulo, Editora Paz e Terra.

WEYLAND, Kurt. 2017. "Populism: A Political-Strategic Approach". In: Rovira Kaltwasser et al. (eds.), **The Oxford handbook of populism**. Oxford: OUP. Chapter 3.

---

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Mestra e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. São Paulo, São Paulo. Email: lillian.lino91@gmail.com .

[2] Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia-1 . Acesso em 15 de Junho de 2021.

[3] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres . Acesso em 14 de junho de 2021.

O bolsonarismo e a teoria da reação cultural

MENDONÇA, Arthur Lamounier [1]

Resumo: Jair Bolsonaro foi colocado no poder, em 2018, como um herói/mito da nação em relação ao governo do PT e a corrupção. Com o apoio de grandes empresas, das Forças Armadas e com um discurso de viés messiânico e autoritário, com a promessa de "cura" da "doença" do comunismo/socialismo, ele colocou no centro da disputa política, a cultura e os valores civilizatórios, indo em direção a ideia do antagonismo dos valores materialistas e pós-materialistas. O trabalho baseia-se em *survey* aplicado em novembro de 2019 na eleição de prefeito de Belo Horizonte. O trabalho tem dois objetivos: testar a validade dos valores materialistas e pós-materialistas nos brasileiros e ver se as hipóteses discutidas na Revolução Silenciosa e na Teoria da Reação Cultural explicam o fenômeno social que acabou por levar esta nova direita radical, o bolsonarismo, ao poder. E criar a partir de uma definição conceitual o índice do bolsonarismo. Como resultados, percebe-se a centralidade da batalha pela hegemonia cultural e a validade do índice do bolsonarismo baseado em valores autoritários – medidos pela importância da segurança pessoal, da ordem e da tradição - e conservadores – medidos pela preocupação de questões morais como aborto - e sua ligação com as teses em questão.

Palavras-chave: Extrema-Direita; Bolsonarismo; Reação Cultural; Revolução Silenciosa.

Introdução

Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil no segundo turno com 55,13% contra 44,87% [2] do candidato Fernando Haddad. O discurso durante a campanha de Jair Bolsonaro tinha um teor militarista, voltado para as privatizações de setores públicos, contra a velha política – a elite política – e principalmente contra o PT e seu líder, Lula. A tática de Bolsonaro e seus apoiadores foi vincular toda corrupção e perda dos valores tradicionais – Deus, pátria e família - ao PT (NICOLAU, 2020), foram feitas várias acusações falsas relacionadas ao partido: o "kit gay" em escolas, a criminalidade desenfreada, a nudez em público, o movimento feminista mandando em homens, o avanço do "marxismo cultural", entre outros (NOBRE, 2020)

O atual governo possui aspectos determinantes de movimentos de extrema direita e direita radical [3] (MUDDE, 2007): o autoritarismo – quando prioriza os valores tradicionais em detrimento do individualismo liberal; a obediência ao líder que defende os costumes –, o populismo – a divisão entre dois grupos homogêneos e antagônicos, no caso o "povo" e a "elite" – e o nativismo – quando o grupo seleciona significantes de identidade social como raça, etnia, partido, gênero, etc, tidos como nativos daquela "nação". *The Silent Revolution* é um livro de Ronald Inglehart que trata de pesquisar as mudanças valorativas ocorridas nos indivíduos durante períodos de desenvolvimento e recessão econômica. Essas mudanças culturais produziram efeitos positivos quando correlacionadas com regimes democráticos e expansão comercial. Porém, em contrapartida mesmo com essa ampliação de direitos, houve alguns grupos questionando as representações liberais democrática com a justificativa de crises nos valores tradicionais.

Ainda sobre a *Silent Revolution*, após os indivíduos terem suas necessidades materiais saciadas e sua segurança garantida, eles passaram a ter mais preocupação com à sua autoexpressão e uma participação mais ativa e presente nas questões públicas. O autor sugeriu duas hipóteses:

> 1. A prosperidade sem precedentes experimentada pelas nações ocidentais durante as décadas após a Segunda Guerra Mundial. A estagnação econômica recente não parece ter desfeito os efeitos dos vinte anos de gordura de 1950 a 1970.
> 2. A ausência de guerra total. O simples fato de que nenhuma nação ocidental foi invadida por trinta anos pode ter consequências extremamente significativas. (INGLEHART, 1977, p. 21-22, tradução nossa) [4]

Em síntese, as duas hipóteses têm dado as pessoas maior segurança para comer, para morar e para viver bem economicamente e fisicamente. Só assim, o indivíduo inicia outras buscas, como a intelectual e a estética.

Os estudos de Inglehart convergem para um campo empírico do comportamento eleitoral, para demostrar até que ponto as mudanças nas normas e padrões de vida afetam uma escolha de um candidato e uma identificação com determinado partido político. No qual "os valores materialistas refletem um apego relativamente forte à manutenção da ordem e preservação dos ganhos econômicos. Os valores pós-materialistas enfatizam a autoexpressão individual e a conquista de uma sociedade mais participativa e menos hierárquica" (INGLEHART, 1977, p. 179, tradução nossa).

Cabe enfatizar que a teoria de Inglehart deu origem a um índice materialismo/pós- materialismo, a pergunta era qual dos itens era mais importante para o indivíduo em relação ao seu país nos próximos dez anos. Inicialmente, tinha-se quatro itens: 1) Manter uma alta taxa de crescimento econômico; 2) Certificar-se de que este país possui fortes forças de defesa; 3) Vendo que as pessoas têm mais voz sobre como as coisas são decididas no trabalho e em suas comunidades; 4) Tentando tornar nossas cidades e campos mais bonitos. No outro cartão tinha mais quatro opções que deviam ser selecionadas como prioridades: 5) manter a ordem no país; 6) Dar ao povo mais voz nas decisões importantes do governo; 7) combater o aumento de preços; 8) proteger a liberdade de expressão. O questionário possuía uma segunda escolha: 9) Manter uma economia estável; 10) Progresso em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana; 11) A luta contra o crime; 12) Progresso em direção a uma sociedade onde as ideias são mais importantes do que o dinheiro. (INGLEHART, 1977, p. 40-41).

O objetivo da pesquisa era ressaltar questões fisiológicas e materialistas – fatores de segurança, sustento, sobrevivência - em seis questões e as outras seis questões tratavam de fatores pós-materialistas. Inglehart testou essas hipóteses em dez países e encontrou um padrão dividindo cinco itens em pontos positivos, um item no ponto médio, seis itens em pontos negativos. Foi assim que construíram um índice variando de 0 – muito materialista – a 5 – muito pós-materialista – tanto para o indicador mais antigo com quatro itens e o mais novo com doze itens. O segundo dá maior precisão empírica, mas ambos trabalham com questões a longo prazo tidas como prioridades máximas.

Na *Cultural Backlash Theory*, os autores acreditam que os valores pós-materialistas e liberais superaram as crenças nos valores materialistas e conservadores. Pela tese da *Silent Revolution*, a segurança econômica e física foi fundamental nessa passagem materialista para pós-materialista, dando lugar para uma postura mais individual e liberal na sociedade. A tolerância perante a diversidade é mais comum entre os jovens entrevistados. Temas como casamento entre pessoas do mesmo sexo, a igualdade de direitos entre homens e mulheres saíram da teoria e começaram a ser discutidos nas universidades, entre pessoas de forma natural.

Mesmo com todo avanço social liberal, o poder de compra, o equilíbrio entre os gêneros, a abertura ao diferente, existia uma resistência por parte de um grupo

conservador que valoriza a continuidade cultural, a continuidade dos hábitos e a preservação da ordem social. Ocorreram eventos que reforçaram a posição de valores materialistas e conservadores: a recessão, o alto número de imigrantes em países da Europa, o aumento de atos terroristas nos EUA e na Europa (INGLEHART; NORRIS, 2019, p. 42).

A *Cultural Backlash Theory* consiste em ligações do conservadorismo social – contra o divórcio e aborto – e os valores autoritários. No qual os indivíduos com valores materialistas se sentiram ameaçados por todos os lados. Os conservadores sociais, principalmente dos países com alto desenvolvimento industrial, não acompanharam as mudanças nos valores tradicionais, nas misturas étnicas, nas variações do estilo de vida do país no qual eles nasceram, e já não mais reconheciam a sua identidade, sua fé, sua família (INGLEHART; NORRIS, 2019, p. 45).

Hipóteses

Acredita-se que a hipótese pós-materialista do livro *The Silent Revolution* (INGLEHART, 1977) e do livro *The Cultural Backlash Theory* proposta por Ronald Inglehart e Pipa Norris (2019) servirão de base para compreender como as forças sociais após determinada situação econômica dá origem ao que os autores chamam de pós-materialismo e como ela tem influenciado na ascensão de uma direita radical popular na sociedade brasileira; A outra hipótese é que o "índice bolsonarismo", criado a partir de uma base de dados de um questionário político feito Belo Horizonte em novembro de 2019 – 95% de intervalo de confiança, 3% de erro, Instituto Ver, descreve tendências com valores pós-materialistas nas pessoas entrevistadas diante da hipótese pós-materialista e a relação com as variáveis escolhidas.

Objetivo geral e específicos

O trabalho tem dois objetivos. O primeiro objetivo geral é identificar a veracidade do índice criado e aplicação dele mediante as variáveis escolhidas dentro do contexto brasileiro. Tais variáveis colocam em segundo plano os valores democráticos e igualitários. O segundo objetivo específico é testar a validade dos valores materialistas e pós-materialistas nos brasileiros e ver se as hipóteses discutidas nos livros *The Silent Revolution* (INGLEHART, 1977) e *The Cultural Backlash Theory* (INGLEHART;

NORRIS, 2019) explicam o fenômeno social que acabou por levar esta nova direita radical, o Bolsonarismo, a ser um movimento que despreza a condição humana, abjeta a ideia do ser igual e tem o mal como moral específica que a tudo subordina à missão maior.

Metodologia

Foi feito uma pesquisa quantitativa através da análise de survey, a partir de uma base de dados de um questionário aplicado em novembro de 2019 sobre a eleição de prefeito de Belo Horizonte. Utilizamos oitos variáveis para construir o índice que representa a direita radical no Brasil, nomeado por nós de Bolsonarismo. Entre as muitas variáveis foram selecionadas perguntas com um alto teor punitivo, conservador e tradicionalista quando se "concorda totalmente" e "concorda em parte". Aquelas que responderam "discorda totalmente" e "discorda em parte" foram consideradas pessoas liberais e com valores pós-materialistas. As respostas "não sei" e "não respondeu" foram omitidas. O índice varia entre: pouco bolsanarista; médio bolsonarista; muito bolsonarista. As variáveis independentes escolhidas para serem cruzadas com o índice foram: cor da pele/raça; escolaridade; faixa etária; renda; religião. A intenção de estabelecer o índice bolsonarismo e verificar se ele tem uma relação com as variáveis independentes consiste em ver se a hipótese pós-materialista e a teoria reação cultural são válidas no caso brasileiro - a ascensão de uma direita radical populista mediante o governo do presidente Jair Bolsonaro.

Estatísticas

Indice Bolsonarismo

N	Válido	876
	Omisso	124

Indice Bolsonarismo

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Muito Bolsonarista	297	29,7	33,9	33,9
	Médio Bolsonarista	528	52,8	60,3	94,2
	Pouco Bolsonarista	51	5,1	5,8	100,0
	Total	876	87,6	100,0	
Omisso	Sistema	124	12,4		
Total		1000	100,0		

Observa-se que o número de pessoas Médio Bolsonarista e Muito Bolsonarista somados são 90% do total da amostra.

Resumo de processamento de casos

	Casos					
	Válidos		Omissos		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
religiao válidas * indíce conservadorismo	928	92,8%	72	7,2%	1000	100,0%
renda valida * indíce conservadorismo	927	92,7%	73	7,3%	1000	100,0%
escolaridade * indíce conservadorismo	928	92,8%	72	7,2%	1000	100,0%

Cor da Pele * Indice Bolsonarismo

Crosstab

% em Cor da Pele

		Indice Bolsonarismo			
		Muito Bolsonarista	Médio Bolsonarista	Pouco Bolsonarista	Total
Cor da Pele	Branca	34,5%	58,5%	7,0%	100,0%
	Preta	30,2%	62,2%	7,7%	100,0%
	Parda	35,0%	60,5%	4,4%	100,0%
Total		33,6%	60,4%	5,9%	100,0%

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	4,462[a]	4	,347
Razão de verossimilhança	4,528	4	,339
Associação Linear por Linear	,803	1	,370
Nº de Casos Válidos	859		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 13,18.

É possível perceber que tanto pelo teste qui-quadrado, quanto pelos dados coletados na amostra que não há relação entre cor da pele e o fato de ser bolsonarista.

escolaridade * Indice Bolsonarismo

Crosstab

% em escolaridade

		Indice Bolsonarismo			
		Muito Bolsonarista	Médio Bolsonarista	Pouco Bolsonarista	Total
escolaridade	Primário incomp/comp (4ª Série)	31,8%	67,5%	0,7%	100,0%
	Ginásio incomp/comp (5ª a 8ª Série)	34,6%	62,1%	3,3%	100,0%
	2º Grau incom/comp	37,9%	56,4%	5,7%	100,0%
	Ensino Superior incomp/comp	23,0%	60,3%	16,7%	100,0%
Total		33,9%	60,3%	5,8%	100,0%

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	43,482[a]	6	,000
Razão de verossimilhança	40,099	6	,000
Associação Linear por Linear	7,646	1	,006
Nº de Casos Válidos	876		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 7,34.

O teste do qui-quadrado foi perfeito nesta correlação, a partir do cruzamento dos dados, conseguimos perceber que quanto maior o grau de escolaridade da pessoa menor é a porcentagem de muito bolsonarista e maior a tendência dela ser pouco bolsonarista. A respeito do médio bolsonarista existe uma alta porcentagem em todos os níveis de escolaridade. No primário incompleto/completo a porcentagem é quase nula.

Para descobrir a raiz da mudança de valores, além disso, seria necessário analisar também, durante um longo espaço de tempo, o que aparenta ser o fator mais óbvio: a educação, ou melhor, o nível de escolaridade. Tudo indica que, quanto mais elevado o nível de educação, maior a probabilidade de o indivíduo apresentar valores pós-materialistas. Ainda dentro deste grande tema da mudança de valores, o autor tentar explicar o que, à primeira vista, seriam as fontes da mudança, entre as quais destaca o nível de educação, as experiências formativas e outras mudanças de contexto (*background influences*). Descreve, em seguida, os diferentes tipos de mudança, quer a nível individual quer a nível coletivo (*aggregate*).

Faixa Etária * Indice Bolsonarismo

Crosstab

% em Faixa Etária

		Indice Bolsonarismo			
		Muito Bolsonarista	Médio Bolsonarista	Pouco Bolsonarista	Total
Faixa Etária	Até 29 anos	30,5%	61,6%	7,9%	100,0%
	30 anos até 59 anos	35,4%	58,6%	6,1%	100,0%
	60 anos ou mais	33,8%	63,1%	3,1%	100,0%
Total		33,9%	60,3%	5,8%	100,0%

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	5,566[a]	4	,234
Razão de verossimilhança	5,963	4	,202
Associação Linear por Linear	2,081	1	,149
Nº de Casos Válidos	876		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 11,35.

É possível perceber que tanto pelo teste qui-quadrado, quanto pelos dados coletados na amostra que não há relação entre faixa etária e o fato de ser bolsonarista. O estudo mostra, pois, o papel da cultura do país e da sua história no que toca à mudança de valores, ao mesmo tempo que corrobora a ideia de que cidadãos que nasceram em épocas demais prosperidade tendem para o pós-materialismo.

renda valida * Indice Bolsonarismo

Crosstab

% em renda valida

		Indice Bolsonarismo			
		Muito Bolsonarista	Médio Bolsonarista	Pouco Bolsonarista	Total
renda valida	Até 1 Salário Mínimo (até R$ 998,00)	25,7%	71,5%	2,8%	100,0%
	Mais de 1 a 2 salários mensais (de R$ 999,00 a R$ 1.996,00)	39,2%	57,5%	3,3%	100,0%
	Mais de 2 a 5 salários mensais (R$ 1.997,00 a R$ 4.990,00)	34,0%	57,8%	8,2%	100,0%
	Mais de 5 salários mensais (R$ 4. 991,00)	28,7%	55,0%	16,3%	100,0%
Total		33,9%	60,2%	5,8%	100,0%

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	36,010[a]	6	,000
Razão de verossimilhança	32,231	6	,000
Associação Linear por Linear	2,123	1	,145
Nº de Casos Válidos	875		

a. 1 células (8,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,66.

O teste do qui-quadrado foi quase bom neste caso, é possível perceber que as pessoas com até um salário mínimo são em grande maioria médio bolsonaristas, as

pessoas com renda entre 2 a 5 salários mínimos – classe média - foram as que mais se enquadraram em muito bolsonarista e médio bolsonarista, é possível também observar que quanto maior a renda da pessoa menor a tendência dela ser pouco bolsonarista.

Segundo Inglehart (1977), todavia, devemos também notar que, apesar da identificação entre classe e partido estar ainda presente, tal identificação está já em declínio, pois cada vez menos a população sente necessidade de votar em partidos definidos por interesses de classe. Segundo os autores destacam, se a sua tese estiver correta, valores autoritários e populistas devem ser mais fortemente apoiados por pessoas inseridas em famílias de baixa renda e que quase não conseguem poupar, entre aqueles que estão ou estiveram desempregados por muito tempo, entre os operários de indústrias manufatureiras e entre aqueles inseridos em famílias dependentes de benefícios sociais.

Religião Válida * Indice Bolsonarismo

Crosstab

% em Religião Válida

		Indice Bolsonarismo			
		Muito Bolsonarista	Médio Bolsonarista	Pouco Bolsonarista	Total
Religião Válida	Católica romana	35,1%	60,0%	4,9%	100,0%
	Pentecostal/evangélica	34,2%	61,6%	4,2%	100,0%
	Não tem religião	31,5%	56,2%	12,4%	100,0%
Total		34,4%	60,2%	5,4%	100,0%

Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	9,539[a]	4	,049
Razão de verossimilhança	7,527	4	,111
Associação Linear por Linear	1,724	1	,189
Nº de Casos Válidos	846		

a. 1 células (11,1%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,84.

Mesmo com o teste do qui-quadrado não sendo muito positivo para esta análise, conseguimos perceber que as pessoas que não tem religião possuem uma tendência maior de serem pouco bolsonaristas. Segundo a visão dos seus mais severos críticos, Inglehart tende a inferir mudanças estruturais a partir de mudanças de valores e capacidades individuais, o que dá uma visão enviesada e parcial dos acontecimentos.

Considerações Finais

Com este trabalho pode-se constatar a validade do "índice bolsonarismo" baseado em valores autoritários – medidos pela importância da segurança pessoal, da ordem e da tradição - e conservadores – medidos pela preocupação de questões morais como aborto - e sua ligação com as teses: *Silent Revolution* (1977) e a *Cultural Backlash Theory* (2019). Um governo com características de uma direita radical populista. A insegurança do brasileiro tem encorajando um reflexo autoritário e um maior conservadorismo social, no qual as pessoas se alinham atrás de líderes fortes, em conformidade rígida com as normas do grupo, um resgate de uma concepção de religião e tradição e a rejeição da diversidade e do pluralismo. Além da negação de uma ideia de autonomia individual relacionadas a ciência, à cultura e à política.

Referências Bibliográficas

INGLEHART, Ronald. **The silent revolution**: Changing Values and Political Styles Among Western Publics. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Rising tide**: gender equality and cultural change around the world. New York: Cambridge University Press, 2003.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Cultural backlash**: Trump, Brexit, and the rise of authoritarian-populism. New York: Cambridge University Press, 2019.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change, and democracy**: the human development sequence. New York: Cambridge University Press, 2005

MUDDE, Cas. **Populist radical right parties in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final**: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

---

[1] Graduando em Ciências Sociais na PUC - Minas

[2] https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml

[3] O termo "direita radical" é mais bem usado para ideologias de direita que aceitam a democracia, ou seja, a soberania popular e o governo da maioria, mas se opõem aos valores fundamentais da democracia liberal, notadamente os direitos das minorias e o pluralismo. (MUDDE, 2007, p. 20-31)

[4] “1. The unprecedented prosperity experienced by Western nations during the decades following World War II. Recent economic stagnation does not seem to have undone the effects of the twenty fat years from 1950 to 1970. 2. The absence of total war. The simple fact that no Western nation has been invaded for thirty years may have extremely significant consequences.”

GT 5
“Sobrevivendo no inferno”: culturas afrodiásporicas e lutas anticoloniais

COORDENAÇÃO
ENGEL RODRIGUES DE LIMA (PPGS- UFSCAR)

NAYHARA ALMEIDA DE SOUSA (PPGS- UFSCAR)

Este GT busca discutir as tensões, articulações, contradições e agenciamentos emergentes de culturas afrodiaspóricas. Nesse sentido, esperamos dialogar com trabalhos concluídos ou em andamento que discutam temas como estética, identidades, violência, racialização, periferias, culturas e movimentos sociais. Serão privilegiados trabalhos que abordem os desdobramentos das culturas coloniais nas sociedades modernas, colocando conceitos como “raça”, "gênero" e “sexualidades” no centro das discussões. Acreditamos que trabalhos que buscam a compreensão dos regimes de representação, das novas etnicidades e das disputas ontológicas que atravessam populações negras e quilombolas possibilitam outras narrativas a partir de suas experiências e de sua localização geopolítica e epistêmica no contexto pós-colonial.

Assimilação cultural e exclusão social: reflexões sobre a identidade brasileira nas considerações de Lilia Schwarcz[1]

Micheli Longo Dorigan[2]

Resumo: A presente pesquisa busca analisar e compreender a discussão a respeito da identidade brasileira, fortemente atrelada à mestiçagem, e sua concomitante relação com a questão racial no Brasil na obra de Lilia Schwarcz. Para isso, a pesquisa se pauta no texto da autora: Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira. Metodologicamente, baseia-se em abordagens antropológicas e históricas, a fim de entender o diálogo entre estrutura e história desse problema tão presente em nossa sociedade. As conclusões indicam que, segundo Schwarcz, a ideia de miscigenação, não constitui sinônimo de igualdade ou ausência de discriminação. Em contrapartida, o mito da democracia racial, que deixou de ser oficial e perdeu seu estatuto científico, internalizou-se, constituindo o senso comum e o cotidiano. Além disso, a ambiguidade do racismo à brasileira se revela na coexistência entre inclusão e exclusão. Dessa maneira, conforme a autora, vivemos num país que combina exclusão social e assimilação cultural.

Palavras-chaves: Pensamento Social; Relações Raciais; Lilia Schwarcz; Mestiçagem; Identidade; Preconceito de cor.

Introdução

Nas palavras de Lilia Schwarcz (2012), raça, no Brasil, sempre deu o que falar. Ao longo da história de nosso país, a questão racial sempre teve grande espaço de discussão. Contudo, apesar das limitações encontradas no conceito biológico, assim como o esforço de desconstruir o seu significado histórico, subsistem as implicações sociais. Nesse sentido, de acordo com Schwarcz, raça constituiu uma categoria classificatória que deve ser compreendida enquanto uma construção local, histórica e cultural, que pertence à ordem das representações sociais, enquanto mitos e ideologias.

Além disso, exerce influência real no mundo, através da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente fortes.

É dessa maneira que, conforme a autora, apesar da produção que visa naturalizar as diferenças, promovidas desde o século XIX, se sobressaem as crenças em atributos ligados às raças, na forma de mitos sociais, fomentando a hierarquização dos indivíduos. Assim, segundo Schwarcz, faz-se necessário refletir sobre as especificidades da história brasileira, que internalizou a desigualdade e informalizou a discriminação. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que refletir e analisar os aspectos contraditórios dos nossos símbolos e de nossa história, assim como da realidade social, se mostra de suma importância para compreender nosso tipo particular de racismo e desmistificá-lo.

Hipóteses

Segundo Schwarcz, a partir de 1920, com o processo de construção do Estado nacional, o Brasil constituiria e representaria um caso interessante, sem praticamente e aparentemente nenhum conflito étnico ou regional, e dominação racial. Nessa época, a inexistência de categorias explícitas de dominação racial contribuía para a criação da imagem de um paraíso racial, "e a recriação de uma história em que a miscigenação aparecia associada a uma herança portuguesa particular e à sua suposta tolerância racial, revelada em um modelo escravocrata mais brando" (SCHWARCZ, 2012, p. 42). Dessa maneira, conforme a autora, o passado escravocrata foi reconstruído de forma positiva, enquanto um recomeço a partir do zero, a exemplo da atitude de Rui Barbosa, em 1890, na queima dos registros nacionais sobre escravidão.

> Sobretudo a partir do final dos anos 20, os modelos raciais de análise começam a passar por uma severa crítica, à semelhança do que já acontecera em outros contextos intelectuais. As diferenças entre os grupos deveriam ser explicadas a partir de argumentos de ordem social, econômica e cultural, não se levando mais em conta as supostas diferenças biológicas e somáticas. Raça, nesse contexto, aparece quase como um 'slogan de época', uma noção em desuso que deveria ser rapidamente extirpada do vocabulário local. (SCHWARCZ, 1995 p. 5).

A partir desse momento, conforme a autora, os ideais de mestiçagem começam a ser intensamente valorizados. Era a cultura mestiça que, na década de 1930, emergia

como símbolo oficial da nação. Nessa época criou-se um discurso de identidade com questões que dialogavam com o público e o privado, e trazendo para a cena noções como “passado” e “povo”, elementos cruciais na elaboração de uma nacionalidade imaginada, onde é criada uma memória social capaz de agrupar indivíduos de um país. É com essa perspectiva, que o governo, durante o Estado Novo, busca implantar projetos oficiais a fim de reconhecer a mestiçagem como principal característica da nacionalidade brasileira Nesse contexto, a antropóloga destaca a publicação de Gilberto Freyre, com o livro Casagrande & senzala, em 1933, apresentando às pessoas um novo sentido a fábula das “três raças”, e uma nova maneira de pensar a diversidade racial brasileira. Para ele, mesmo mista, a cultura brasileira era homogênea, e original, com negros, índios e brancos vivendo em consonância e harmonicamente. Desse modo, na elaboração de uma cultura nacional popular e mestiça elementos como a feijoada, a capoeira e o samba, emergem como símbolos da pátria, “deixando de lado” todo o estigma e a repressão a que estavam associados.

Ademais, segundo Schwarcz, o impacto e a penetração desse tipo de interpretação que defendia a situação racial amistosa existente no Brasil, levaram a aprovação de um projeto, em 1951, financiado pela Unesco, e intermediado no país, por Alfred Métraux. Assim, fundamentada nas concepções de Freyre, assim como de Donald Pierson, e tendo como base as diferentes relações raciais existentes no Brasil e Estados Unidos, a UNESCO acreditava existir no Brasil uma grande harmonia entre os grupos étnicos. Dentre as análises mais reveladoras, Schwarcz destaca as de Florestan Fernandes, que pretendia esclarecer o imaginário social de que a ausência de conflitos abertos entre os grupos, seriam índices de uma boa convivência racial. Segundo o autor, a noção de tolerância racial presente no país, intensificaria a distância entre negros e brancos, uma vez que dada a inexistência de um problema racial, não seria necessário medidas e esforços para contorna-lo. Ainda, Fernandes notou a existência de um tipo particular de racismo vigente no Brasil: “o preconceito de ter preconceito”, resultado da agência dos amores cristãos nos senhores, que adotaram uma postura ambígua, onde as orientações práticas eram totalmente adversas as obrigações ideológicas.

Contudo, nas considerações de Schwarcz, além de evidenciar esse modo particular de preconceito, é necessário um esforço para entender a sua permanência e

sua manutenção. Segundo a autora, “a raça” fez e faz parte de uma agenda nacional baseada em duas atitudes paralelas e simétricas: a exclusão social e a assimilação cultural. Assim, de acordo com Schwarcz, a convivência racial é erigida sob o signo da cultura e reconhecida como ícone nacional, deixando de lado boa parte da população que é excluída dos direitos básicos da cidadania.

Nessa perspectiva, Schwarcz sugere que refletir sobre o caráter contínuo do mito, não impede de pensar também em sua transformação. Ela cita Lévi-Strauss, que nos mostra como o mito pode comportar transformação e mudança, e indica ser esse o caso do Brasil, onde o mito se altera e se revitaliza continuamente. Desse modo, segundo a autora, se o mito deixou de ser oficial, está internalizado. Perdeu seu estatuto científico, mas ganhou o senso comum e o cotidiano. A partir disso, segundo Schwarcz, podemos pensar, em como o mito da democracia racial se manteve com as mudanças na estrutura,se reorganizando, do passado ao presente, e sendo traduzido na esfera privada.

Objetivos gerais e específicos

Sendo assim, o objetivo central da pesquisa é analisar e compreender a discussão a respeito da identidade brasileira, fortemente atrelada à mestiçagem, e sua concomitante relação com a questão racial no Brasil, nas considerações da autora.

Metodologia

Para isso, a investigação se fundamenta na obra *Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira* (2012), com auxílio uma série de artigos da autora que dialogam com a temática. Metodologicamente, utiliza-se uma abordagem de revisão bibliográfica.

Considerações finais

As conclusões indicam que, segundo Schwarcz, a ideia de miscigenação, não constitui sinônimo de igualdade ou ausência de discriminação. Além disso, conforme Schwarcz, a ambiguidade desse "racismo à brasileira" se revela, na prática, na coexistência entre inclusão e exclusão. Nesse sentido, nas considerações da autora, existe um consenso, na sociedade brasileira, de que existe inclusão social, principalmente em detrimento da mestiçagem, pelos traços compartilhados, na música, no esporte, nas artes, na religião, e nos costumes divididos.

Em contrapartida, de acordo com a autora, em consonância com a ideologia de equilíbrios de antagonismos, defendida por Gilberto Freyre, temos o lado oposto e perverso, o da exclusão social, presente nas práticas do senso comum, no espaço privado, que se naturaliza e renaturaliza continuamente. Dessa maneira, segundo Schwarcz, vivemos num país que combina exclusão social e assimilação cultural, onde todos são unidos, mas igualmente separados. E o mito da democracia racial, que deixou de ser oficial e perdeu seu estatuto científico, ganhou o senso comum e o cotidiano. Está internalizado.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do Nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BASTIDE (Roger) e FERNANDES (Florestan). Brancos e negros em São Paulo. São Paulo. Companhia Editora Nacional. Brasiliana. 1959. 2a edição. 390 p.

CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. Cultura com aspas: e outros ensaios. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

FERNANDES (Florestan). O Negro no mundo dos brancos. Editora Global. São Paulo. 2013. 1ª edição digital. 330 p.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / 48ª Ed. São Paulo: Editora Global, 2003.

NABUCO, J. Massangana. In: Minha formação. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Herança colonial confrontada: reflexões sobre África do Sul, Brasil e Estados Unidos. Rev. Estud. Fem., Florianópolis. v. 27, n. 3, e66960, 2019.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de história. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1990.

SCHWARCZ, Lilia K. M. Nem preto, nem branco muito pelo contrário; cor e raça na sociabilidade brasileira. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma. v. 1. 148p. 2012b.

_____ Resenha do livro de Fry, Peter. A persistência da raça. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 25, p. 287-292, 2006.

---

[1] O presente trabalho contém partes do relatório final do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica ‘’O mestiço como retórica: o racismo e a identidade brasileira na obra de Lilia Schwarcz’’, realizado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

[2] Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) Paraná. Pesquisa financiada pela Fundação Araucária, pelo projeto PIBIC/CNPq-FA-UEM. Email:michelidorigan@hotmail.com. Orientador: Prof. Dr. Hilton Costa.

GT 6
A Sociologia do Trabalho diante de novas/velhas questões

COORDENAÇÃO
DANILO LUCENA MENDES (PPGS- UFSCAR)

JOÃO GABRIEL PELEGRINI (PPGS- UFSCAR)

Este GT está aberto à discussão de textos, que resultam de pesquisas em estágio avançado ou concluídas, que abordem os temas clássicos ou atuais relacionados à multifacetada realidade social do trabalho e dos trabalhadores/as. No presente momento, ainda sob as intempéries da pandemia que se impôs como um fato global, milhares de indivíduos e grupos sociais foram afetados, seja pela escassez de oportunidades econômicas, seja pela sujeição à formas improvisadas de jornada, como o teletrabalho. Ao mesmo tempo, a exigência de limites à circulação de pessoas expôs a relevância factual de categorias laborais conceitualmente definidas como essenciais. Nesse âmbito, a plataformização do serviço de entregadores se destacou no debate público. Os protestos dos entregadores revelaram não apenas a inerente exploração econômica, mas expressaram novos símbolos e possíveis novas identidades. A plataformização do trabalho acena com novidades potenciais para aqueles que se dedicam a entender as novas configurações das atividades laborais submetidas a esse tipo de mediação. Além dessas questões, este GT se propõe a acolher abordagens atuais de tópicos consagrados na história desse campo de estudos, tais como: o trabalho nos diferentes setores da economia; o empreendedorismo; e questões relativas às matérias de gênero e cor/raça/etnia que se encontram diretamente entrelaçados com a temática deste GT.

Relações de trabalho na pandemia: a quarentena como privilégio de classe

Thiago Vinícius dos Anjos Araujo[1]

Júllia Alves de Almeida[2]

Resumo: A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) teve impactos em todo o mundo, muitos deles ainda não percebidos. Apesar de ter mobilizado os mais diversos setores, dados e estudos apontam que as desigualdades sociais que perpassam os grupos marginalizados aumentaram, principalmente a população negra, periférica, indígena e feminina. Dito isso, este ensaio acadêmico objetiva fazer uma breve investigação sobre como se deram as relações de trabalho e de que formas a vida das classes sociais menos abastadas foram afetadas pela do COVID-19, a partir de uma pesquisa bibliográfica teórico-comparativa de caráter exploratório. Percebemos que o contexto pandêmico apenas evidenciou uma realidade comum aos trabalhadores das classes mais baixas, que já conviviam com a insegurança e perda constante de direitos, bem como com a falta de políticas governamentais decorrentes dos governos neoliberais, fator crucial que força esses grupos a trabalhar e se expor ao vírus e a morte, ao passo que a outro grupo — a saber, as classes abastadas e exploradoras — foi permitida a realização do isolamento social.

Palavras-chave: Sociologia do trabalho; desigualdade social; neoliberalismo; COVID-19.

Introdução

Em um momento de pandemia global com a crise do novo coronavírus (COVID-19), as desigualdades sociais se tornam ainda mais evidentes, percebendo que enquanto a um grupo é permitido realizar o isolamento social, outro é forçado a trabalhar em condições de insegurança sanitária, sob a pressão da garantia de seus recursos de subsistência.

A motivação para este estudo parte da discussão sobre os conceitos de estratificação social e trabalho relacionados à conjuntura atual do Brasil frente à

pandemia, onde os índices de desemprego bateram recordes, afetando diretamente a população feminina, negra, indígena e periférica, como demonstram o Relatório da ONU Mulheres (2020a; 2020b).

A partir desses dados, iniciou-se a pesquisa teórico-comparativa dos trabalhos científicos publicados em plataformas de divulgação acadêmica, tendo como ponto de partida o livro "Quarentena: Reflexões sobre a pandemia e depois" (2020), primeira obra brasileira sobre o coronavírus, enfocando os textos de Ricardo Antunes e Boaventura de Sousa Santos, referências nas área de Sociologia do Trabalho e Sociologia do Direito, respectivamente.

O conceito sociológico de estratificação social diz respeito à desigualdade derivada de fatores econômicos ou não econômicos (prestígio e poder). Para tanto, entenderemos a desigualdade a partir de duas perspectivas clássicas: marxista e weberiana. Em Marx, a teoria de classes diz respeito à posição em relação à produção, ou seja, membros de uma sociedade identificados por compartilhar determinadas condições objetivas (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2003). Para Weber (1982), a estratificação enfatiza a situação de mercado e, principalmente, a análise de status relacionados à honra e ao prestígio. Partimos das relações entre essas visões para entender a divisão da sociedade em hierarquias por motivações econômicas, sociais e/ou políticas, enfatizando a existência das classes intermediárias, ao pensar a conjuntura do Brasil.

Para tanto, o trabalho será dividido nos seguintes tópicos: **Hipóteses**; **Objetivos gerais e específicos**; **Metodologias**; uma discussão dos dados coletados e estudos realizados subdividida em duas partes, a saber **Impactos da COVID-19 e os marcadores sociais da diferença**, enfocando os dados alarmantes sobre as desigualdades percebidas durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil e **Sociologia das Ausências e o direito à vida**, que discute a realidade trabalhista no mundo capitalista; e as **Considerações Finais**.

Hipóteses

Entendendo a amplitude das discussões sobre a Sociologia do Trabalho e a urgência dos dados observados no contexto pandêmico, o trabalho se propõe a investigar se as desigualdades sociais observadas no último ano foram fortalecidas pela

existência de privilégios de classe, cor/raça, gênero, entre outros; ou se tais privilégios são indiferentes às mobilizações decorrentes dos impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Objetivos gerais e específicos

Este ensaio acadêmico tem objetivo geral investigar brevemente sobre a desigualdade social provocada pela existência de privilégios de classe frente as relações de trabalho no contexto da pandemia do novo coronavírus no Brasil no ano de 2020. Para isto, estabelecemos como objetivos específicos: 1) selecionar e analisar dados quantitativos sobre a realidade das classes sociais menos favorecidas frente à pandemia do COVID-19 no Brasil e 2) elencar teoricamente conceitos clássicos que justifiquem e colaborem à discussão crítica sobre a realidade da classe trabalhadora e das minorias sociais.

Metodologia

Com o objetivo de investigar brevemente sobre a desigualdade social frente às relações de trabalho no contexto da pandemia do novo coronavírus no Brasil, foi realizada uma pesquisa bibliográfica teórico-comparativa de trabalhos científicos em plataformas de divulgação acadêmica, bem como dados quantitativos que sustentem as hipóteses levantadas neste trabalho.

Segundo Gil (2007), a pesquisa bibliográfica pode ser realizada para investigar ideologias ou realizar análises sobre diversas posições acerca de um problema. Sendo assim, as principais ideias trazidas pelos autores referenciados foram sintetizadas e dialogadas, de forma a fomentar e divulgar os debates existentes, pressupondo uma correlação entre os números de desigualdade social, impactos da COVID-19 e as discussões sociológicas clássicas sobre classes sociais e trabalho.

Impactos da COVID-19 e os marcadores sociais da diferença

Segundo o Relatório da ONU Mulheres (2020a; 2020b), resultado de uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo no ano de 2020, embora as pessoas brancas ocupem a maior parte do número dos hospitalizados com COVID-19 em comparação

às pessoas pretas, pardas e indígenas, estas, proporcionalmente, representam a maior parte dos casos fatais. Os dados também alertam que a população preta tem 62% mais chances de morrer quando comparada à população branca, de forma que os habitantes das regiões periféricas correm um risco 10 vezes maior que os das áreas centrais. Além disso, os afrodescentes são mais dependentes de serviços públicos de saúde, sendo o acesso à rede privada entre pretos e pardos de 21.4% e 20.1% respectivamente, em contraste aos 38.8% dos brancos (ONU MULHERES, 2020b).

Convém ainda mencionar que, durante a pandemia, mais da metade da população brasileira, cerca de 116 milhões de pessoas (55.2%), sofreu algum tipo de privação alimentar e 19 milhões passaram fome (REDE PENSSAN, 2021). Neste sentido, pretos, pobres e periféricos representam o grupo de maior risco social frente ao vírus.

Tais dados mostram a importância de abordar que dentro da amplitude da classe trabalhadora, embora totalmente explorada, existem especificidades, o que Florestan Fernandes (1965) em seus estudos sobre recortes de raça chamaria de "um obstáculo a mais".

A inquietação do sociólogo Ricardo Antunes (2018) com o processo de precarização do trabalho marcado pela uberização[3] da classe trabalhadora, definida como a "classe-que-vive-do-trabalho", diferenciada em gênero, etnia/raça, qualificação, etc, aponta que, para estudar as desigualdades frente à pandemia da COVID-19, é preciso compreender que as explorações laborais perpassam outras formas de discriminação.

Sociologia das Ausências e o direito à vida

Iniciando a discussão com Boaventura de Sousa Santos (2020), reflete-se sobre um debate recorrente dentro das Ciências Sociais: seria uma sociedade melhor compreendida em tempos de normalidade ou em situações de crise? E quais fatores mais contribuem para entender as verdades e qualidades? Segundo o sociólogo, ambos são igualmente potenciais e podem revelar conhecimentos distintos.

A partir disso, Santos (2020, p. 46) afirma a elasticidade do social[4] ser perversa, percebendo a existência de uma "normalidade da exceção", onde desde os anos 80, com a expansão neoliberal, a maior parte do mundo - os trabalhadores explorados - vive em

estado permanente de crise. Para o autor, dentro da superestrutura, os dominantes ocupam essa posição não apenas pelo domínio econômico, mas se mantêm através do controle da vida e das formas de trabalho, consumo, lazer e convivência, incluindo os modos de "antecipar ou adiar a morte", de forma que tudo é imposto como natural, não se discutindo as alternativas.

Para Antunes (2020a), a "crise do coronavírus" causa um impacto profundo no mercado de trabalho, de forma que, embora as dificuldades fossem rotineiras às camadas mais desfavorecidas, a maior exploração e fragilização das condições de trabalho no atual cenário contribuiu para a "ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos dessa classe" (ANTUNES, 2020a, p. 180).

Ainda mais, essa mesma classe sempre teve seus poucos direitos retirados em momentos de crise para que a minoria que detém os meios de produção continuasse obtendo seus lucros, entendendo que no capitalismo neoliberal "a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários" (SANTOS, 2020, p. 46).

É importante reforçar que as dificuldades dos trabalhadores informais e dos que atuam em subempregos fazem parte da estrutura capitalista, onde, de um lado, tem-se a intensa precarização, e do outro, o desemprego. Em outras palavras, a crise atual não criou, por si só, o sentimento de insegurança e a superexploração, bases de um sistema de domínio dos meios de produção, resultando, segundo Antunes (2020a, p. 182), no aumento da informalidade, onde o trabalhador se encontra desprovido de direitos e com sua força de trabalho transformada em mera "prestação de serviços".

Para Antunes (2020a), tal realidade anuncia a chegada de um "colapso social" do capitalismo, onde a burguesia, mais uma vez, transfere o peso da crise para a classe trabalhadora, que fica ainda mais refém do subemprego e da informalidade. Essa "sociedade da terceirização total" vem sendo consolidada há anos e não é surpresa para o autor (2020b, p. 182) que, devido a isso, a classe trabalhadora perde seus direitos para a "legalização do informal" e da "contrarreforma trabalhista". Sendo assim, ainda que numa pandemia mortal, com a justificativa de "salvar a economia", o Governo impõe medidas onde o trabalhador fica sem opções: respeitar o isolamento social e não ter recursos para sobreviver ou, para não perder o emprego, trabalhar e correr o risco de se contaminar e transmitir para sua família.

Se opondo ao mito de todas as pessoas estão em condições iguais diante dos impactos da pandemia, a filósofa Judith Butler (2020) comenta que o vírus por si só não discrimina os indivíduos, nos colocando igualmente ao risco de nos infectarmos, quem faz isso é a desigualdade social que, casada com os poderes do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo, molda as relações sociais. É essa desigualdade que faz com que haja um grupo que foi impossibilitado de realizar a quarentena precisando optar entre o isolamento e a fome para garantir a sua sobrevivência, o que pode ser entendido pelo debate sobre estratificação social como uma forma de desumanizar as classes "inferiores", pois, se todos precisam ficar em casa, os forçados a trabalhar, são vistos quase como "não-humanos".

Ao discutir sobre quais vidas são consideráveis "choráveis", Butler (2020) reflete sobre a divisão causada pelo capitalismo entre os grupos de indivíduos que devem ser protegidos a qualquer custo e aqueles cujas vidas são consideradas não valerem o bastante para serem salvaguardadas contra a doença e a morte.

Neste seguimento, Mbembe (2011) define como necropolítica a negação da humanidade do outro, argumentando que, ao negá-la, qualquer outra violência se torna possível. Sendo a sociedade brasileira composta majoritariamente por negros e pobres, expor essa maioria ao vírus reafirma que essa política não é um fenômeno isolado, pois não foge da regra, é a própria regra, que está entre nós desde o imperialismo colonial (MBEMBE, 2011).

Diante do apresentado, é notório que a lógica neoliberal torna o capital pandêmico um instrumento da violência simbólica (BOURDIEU, 2019), submetendo os trabalhadores à dominação das empresas, com a expansão da uberização e o desemprego associados a um sistema de minimização regressiva das políticas públicas e direitos trabalhistas.

Considerações finais

Ao final do trabalho, concluímos que as desigualdades sociais observadas na pandemia do novo coronavírus (COVID-19) no Brasil em 2020 foram fortalecidas pelos privilégios de classe, cor/raça, gênero, etc, que perpassam as relações de trabalho e, consequentemente, a (re)existência dos grupos marginalizados.

A visão sociológica clássica em Marx e Weber nos serve de parâmetro para argumentar que as hierarquias constituídas pela estratificação social e, em seu recorte, pelas classes, a quarentena na prática se tornou um privilégio de poucos e o fator determinante foram fatores econômicos, de prestígio, poder e status. Logo, essa divisão determina que sujeitos de uma mesma sociedade ocupem posições desiguais.

Neste seguimento, é possível perceber que no contexto capitalista neoliberal as demandas financeiras dos grupos dominantes se sobrepõem às necessidades humanas básicas de forma tão cruel que a realidade dos milhões de trabalhadores sempre foi de medo, exposição às péssimas condições de trabalho e a insuficiência dos serviços públicos.

Enquanto se testemunha a fragilidade do humano, o grupo dos proveitosos é mantido sob um estranho sentimento de segurança (SANTOS, 2020), onde os recursos para minimizar os efeitos da crise são inúmeros em detrimento da classe duplamente explorada, que, além de sofrer as consequências, segue servindo aos seus exploradores à duras penas: fome, desemprego e falta de moradia.

Como efeito, seguindo a perspectiva de Antunes (2020b), somente pela organização das massas exploradas, da fortificação dos sindicatos de base e da atuação dos partidos e organizações de esquerda junto ao cotidiano do trabalhador, pressionando o Estado a fim de minimizar à retirada de seus direitos, possibilitar-se-á a formação popular para a construção de um novo modelo de vida, que seja mais justo às classes exploradas.

Face ao exposto, reforçamos que os efeitos da pandemia atingiram os grupos mais vulneráveis, resultado de uma crise das relações de trabalho no sistema capitalista. À medida que as vidas que importam estão relacionadas à estratificação de uma sociedade constituída por hierarquias, indubitavelmente existe um privilégio de classe. Desta maneira, conclui-se que a conduta de irrelevância estrutural atribuída a esses grupos têm trazido embates que custam suas vidas e a sobrevivência, explicitando a importância da (re)construção de um sistema que reconheça a potência da classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. O vilipêndio do Coronavírus e o imperativo de reinventar o Mundo. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e**

depois. 1ª ed. Bauru: Canal 6, 2020a. 255p. recurso digital (Mundo do trabalho) ISBN: 978-65-86030-14-3.

_____. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020b. 333p. recurso digital (Mundo do trabalho) ISBN 978-65-5717-012-0.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. recurso digital (Mundo do trabalho) ISBN 978-85-7559-635-7

BORDIEU, P. **A dominação masculina - A condição feminina e a violência simbólica**. Bertrand Brasil, 2019. 208p.

BUTLER, Judith. **Judith Butler sobre a Covid-19: O capitalismo tem seus limites**. (Tradução de Artur Renzo). Blog da Boitempo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/> Acesso em: 02 de jun. 2021.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. vol. 2. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965. 655p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MBEMBE, A. **Necropolitica**. Madrid: Melusina, 2011.

ONU MULHERES. **Informe v1 13.10.2020: Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de COVID-19**. ONU Mulheres Brasil, 2020a. Disponível em: <www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe1.pdf> Acesso em: 02 de jun. 2021.

ONU MULHERES. **Informe v2 15.10.2020: Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de COVID-19**. ONU Mulheres Brasil, 2020b. Disponível em: <www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf> Acesso em: 02 de jun. 2021.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª ed. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 159p.

REDE PENSSAN. **O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19**. Instituto Vox Populi, 2021. ISBN 978 65 87504 19 3. Acesso em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>.

SANTOS, B. S. Vírus: Tudo o que é sólido desmancha no ar. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. 1ª ed. Bauru: Canal 6, 2020. 255p. recurso digital (Mundo do trabalho) ISBN: 978-65-86030-14-3.

WEBER, M. **Ensaios de Sociologia** (edit. por H. H. Gerth e C. W. Mills). 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. 530p.

---

[1] Licenciando em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, PE. thiagovdosanjos@gmail.com

[2] Licencianda em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Paulista, PE. jullialmeid4@gmail.com

[3] O termo “uberização”, derivado do nome do aplicativo/empresa de transportes Uber, está relacionado ao processo contemporâneo de individualização, flexibilização e invisibilização das relações de trabalho, de forma a se assemelhar à “prestação de serviços” e se desvincular das relações de assalariamento e exploração tradicional do trabalho (ANTUNES, 2020b).

[4] Na obra de Boaventura de Sousa Santos (2020b, p. 46) o conceito de “elasticidade social” se refere aos modos dominantes da vida em determinados momentos históricos da sociedade, tal como “regras escritas na pedra da natureza humana”.

Formas históricas concretas de trabalho em Karl Marx e Friedrich Engels

Arthur Guilherme Monzelli [1]

Lucas André Teixeira[2]

Resumo: este resumo deriva-se de uma pesquisa mais ampla que analisou como a categoria trabalho foi ensinada nas escolas públicas paulistas, desde 2008 até 2019. A pesquisa embasou-se teórica e metodologicamente no materialismo histórico dialético, procurando estabelecer relações com a realidade concreta, descrevendo-a tanto teoricamente, quanto em articulação ao contexto da escola pública paulista, para contextualizá-la e analisá-la em seus múltiplos aspectos e determinações. Desse modo, buscou-se refletir sobre o objeto partindo do empírico (real aparente) em direção ao aprofundamento dos fenômenos pelas determinações concretas do objeto, para então reestabelecer o movimento de retorno pela análise dos nexos estruturais e sua dinâmica no contexto do objeto estudado (real pensado)[3]. Além disso, a análise das investigações de Marx e Engels sobre as formas históricas concretas de trabalho que se desenvolveram no Ocidente, representaram um momento fundamental da elaboração da dissertação supracitada, no entanto, o presente texto é um recorte que se concentrou na exposição das formas histórica concretas de trabalho anteriores ao capitalismo.

Palavras-chaves: Trabalho concreto; História do Ocidente; Propriedade; Capitalismo.

Introdução

A história da decadência das comunidades primitivas ainda está por ser escrita, e seria um erro colocar todas elas no mesmo patamar; assim como nas formações geológicas, há nessas formações históricas toda uma série de tipos primários, secundários, terciários etc. Não forneci aqui mais do que magros esboços. […] Ao ler as histórias das comunidades primitivas escritas pelos burgueses, é preciso precaver-se. Eles não recuam nem mesmo diante dos fatos.[4]

Karl Marx. *Primeiro ao quarto esboços e carta a Vera Ivanovna Zasulitch*.

O presente resumo representa uma etapa estruturante da análise teórica realizada na dissertação *A categoria trabalho nos cadernos de sociologia do ensino médio da*

rede pública do estado de São Paulo (2020). Em síntese, essa dissertação analisou como os materiais didáticos fornecidos pelo estado de São Paulo aos professores de sociologia das escolas públicas estaduais organizavam o ensino da categoria trabalho. Para tanto, analisou-se o *Material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo: caderno do professor* (*Cadernos de sociologia*); os documentos oficiais que o sustentavam: *Currículo do estado de São Paulo* e as *Matrizes curriculares de sociologia e filosofia*; e reconstruiu-se a categoria trabalho tal como foi concebida por Karl Marx. No que diz respeito ao processo de reelaboração da categoria trabalho na dissertação, foi necessário recorrer às investigações históricas de Karl Marx e Friedrich Engels sobre as formas históricas concretas de trabalho desenvolvidas no Ocidente europeu, desde o modo de produção tribal/comunal até o modo de produção capitalista. A intenção nessa etapa da dissertação era seguir os mesmos princípios metodológicos de Marx e Engels[5], ou seja, primeiramente, partir da realidade concreta; em seguida, analisá-la abstrata e teoricamente; e, finalmente, retornar à realidade concreta a fim de entender seu nexo estrutural e seu movimento na riqueza de suas múltiplas determinações[6]. Em outras palavras, para elaborar a categoria trabalho, Marx precisou mergulhar profundamente nos estudos das formas históricas concretas de trabalho que se desenvolveram no Ocidente europeu, como também lhe foi crucial estudar profundamente a realidade concreta existente em seu contexto histórico, isto é, a forma trabalho assalariado vigente no século XIX[7].

Posto isso, vale ressaltar que este resumo se concentrou apenas na exposição das formas históricas concretas de trabalho que se desenvolveram antes da ascensão do modo de produção capitalista. Em suma, analisou-se as formas de trabalho desenvolvidas nos modos de produção tribal, antigo e feudal.

Contudo, antes de começar a discussão sobre as formas históricas concretas de trabalho pré-capitalistas propriamente ditas, mostra-se necessário limpar o campo de algumas interpretações equivocas que acusaram as investigações históricas de Marx e Engels de pertencerem ao conjunto de autores que, em Ciências Sociais, convencionou-se denominar como evolucionistas culturais. Para contextualizar a insustentabilidade dessa acusação, recorre-se a análise da correspondência estabelecida entre Marx e a revolucionária menchevique russa Vera Ivanovna Zasulitch (1849 - 1919).

Em 16 de fevereiro de 1881, Vera Zasulitch envia uma carta à Karl Marx pedindo que ele se posicionasse frente o destino da comuna rural russa a qual, segundo a revolucionária russa, tinha duas soluções possíveis: uma delas seria que "a comuna rural, liberada das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos donos das terra e da administração arbitrária" seria "capaz de se desenvolver pela via socialista, que dizer, de organizar pouco a pouco sua produção e distribuição de produtos sobre bases coletivistas" ou, em vez disso, "a comuna" estaria "destinada a perecer" e os socialistas não tem haveria outra alternativa senão tentar "descobrir em quantas dezenas de anos a terra do camponês russo passará de suas mãos para as da burguesia, em quantas centenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá na Rússia um desenvolvimento comparável ao da Europa ocidental." (ZASULITCH, 2013, p. 79). Posto isso, Zasulitch pede a Marx que esclareça se é realmente uma "necessidade histórica" que "todos os países do mundo passem por todas as fases da produção capitalista" (*Ibid*., p. 80).

Marx elabora quatro rascunhos até chegar em uma resposta breve e objetiva às inquietações de Zasulitch. Primeiramente Marx afirma que em seus estudos sobre a gênese histórica do capitalismo chegou a quatro conclusões: 1ª) "na base do sistema capitalista reside, portanto, a separação radical entre o produtor e seus meios de produção"; 2ª) o fundamento desse processo histórico é "a expropriação dos agricultores" autossuficientes; 3ª) isso realizou-se de forma "radical na Inglaterra" e 4ª) "todo os outros países da Europa ocidental percorreram o mesmo processo". (MAR; ENGELS, 2013, p. 114). Em seguida, completa afirmando que "'a fatalidade histórica' desse processo está expressamente restrita aos países da Europa ocidental", uma vez que foi no Ocidente europeu que historicamente uma forma de "propriedade privada fundada no trabalho pessoal" foi suprassumida por uma forma de "propriedade privada capitalista, fundada na exploração do trabalho de outrem" (leira-se trabalho assalariado) (*Id*. *Ibid*.). Marx, por fim, sublinha o fato de a Rússia estar experimentando um processo diferente do ocidental, pois o que parece acontecer nela é a transformação de uma "propriedade comunal" em uma "propriedade privada", e arrisca dizer que o segredo para a "regeneração social da Rússia" está nessa forma de propriedade comunal, sempre que dela sejam esterilizadas as tendências que bloqueiam seu desenvolvimento espontâneo (*Ibid*., p. 115).

Portanto, a correspondência entre Zasulitch e Marx, sobretudo, os esboços que este último produziu antes de responder oficialmente à revolucionária russa, mostram-se esclarecedores para evitar a má compreensão das investigações de Marx e Engels como sendo resultados de uma visão de mundo evolucionista cultural ou etapista. Curiosamente Zalulitch nunca chegou a ler a resposta de Marx a sua missiva que, aliás, ficou por um bom tempo perdida entre os documentos de Pavel Axelrod (1850 – 1928), um dos líderes mencheviques (LÖVY, 2013). O episódio do desaparecimento da carta que Marx enviou à Zasulitch em meio aos documentos mencheviques é ironizado por Michel Lövy (2013) como sendo a prova de que eles não admitiam que o pensamento de Marx fosse incompatível com a concepção mecanicista e etapista de materialismo histórico adotada pelo partido menchevique.

Hipóteses

A hipótese que orientou a pesquisa foi a seguinte: é necessário analisar as pesquisas históricas produzidas por Karl Marx e Friedrich Engels sobre o conteúdo e a dinâmica das formas concretas de trabalho desenvolvidas na Europa ocidental para compreender, teórica e metodologicamente, os aspectos essenciais que constituem o processo de concepção da categoria trabalho, para então objetivá-la ao contexto do ensino de sociologia no contexto do currículo paulista. Além disso, também se sustentou a hipótese que o processo de desenvolvimento histórico da categoria trabalho sequer é mencionado nos materiais didáticos de apoio ao ensino de sociologia do estado de São Paulo, ou simplesmente, *Cadernos de sociologia*, quando se propunham a discutir sobre trabalho. As formas concretas históricas de trabalho no Ocidente europeu, portanto, compõem um momento de análise histórico-crítica da categoria trabalho tal como é abordada nos *Cadernos de sociologia* do estado de São Paulo.

Objetivos gerais e específicos

Por derivar-se de uma pesquisa maior, o objetivo geral que ora se apresenta para este texto foi: elaborar uma compilação do resultado das pesquisas históricas de Karl Marx e Friedrich Engels sobre o desenvolvimento dos modos de produção europeus Ocidentais, contidas em fragmentos de textos, rascunhos e manuscritos elaborados para o próprio entendimentos desses autores, a fim de apresentar

cronologicamente as formas históricas concretas de trabalho que se desenvolveram no Ocidente europeu antes do surgimento do modo de produção capitalista. Mais especificamente, almejou-se levar a cabo os seguintes objetivos:

- Analisar as investigações históricas de Karl Marx em que foram estudadas as formas concretas de trabalho pré-capitalistas no Ocidente europeu desenvolvidas, sobretudo, nos *Grundrisse* (1857-58);
- Cotejar a análise das formas de trabalho pré-capitalistas nos *Grundrisse* com as contribuições históricas a esse respeito contidas na *Die deutsche Ideologie* [A ideologia alemã] (1846);
- Reconstruir a caracterização e contextualização histórica do desenvolvimento das formas concretas de trabalho desenvolvidos no Ocidente europeu antes da ascensão do modo de produção capitalista, levadas a cabo por Marx e Engels;
- Analisar a categoria trabalho tal como é abordada nos *Cadernos de sociologia*;
- Analisar os documentos oficiais que organizam o ensino de sociologia através dos *Cadernos de sociologia* no estado de São Paulo, a saber: o *Currículo do Estado de São Paulo* e a *Matriz de avaliação processual*: filosofia e sociologia.

Metodologia

Para analisar a forma e o conteúdo do trabalho nos modos de produção tribal, antigo e feudal recorre-se a análise do texto "formas que precederam a produção capitalista", contido nos *Ökonomische Manuskripte 1857/58* [Manuscritos econômicos de 1857-1858], uma coletânea de manuscritos sobre economia política escritos por Marx entre 1857 e 1858, com intuito de fundamentar o que viria a se tornar sua *magnun opus*, *Das kapital* [O capital] (1867). É oportuno mencionar que os *Manuscritos de 1857-58* foram compostos por três textos, o primeiro deles, foi denominado "Bastiat e Carey" e, grosso modo, continha uma crítica às correntes econômicas burguesas. O segundo texto, chamado "Introdução", representou um rascunho da exposição do método materialista histórico dialético que, posteriormente, seria publicada em 1859 no livro *Zur Kritik der politischen Ökonomie* [Contribuição à crítica da economia política] de Marx. Por fim, o terceiro texto, mais extenso dos três, denominava-se *Grundrisse* e abarcava o material de pesquisa histórica e econômica marxiano acumulado até então. Contudo, convencionou referir-se aos *Manuscritos de 1857-58* simplesmente como

Grundrisse. Além disso, também se coteja a análise dos *Grundrisse* com *Die deutsche Ideologie* [A ideologia alemã] (1846), colossal obra conjunta de Karl Marx e Friedrich Engels, sobretudo os fragmentos elaborados para crítica de Ludwig Feuerbach (1804 – 1872).

Considerações finais

As análises levadas a cabo n'*A categoria trabalho nos cadernos de sociologia do ensino médio da rede pública do estado de São Paulo* permitiram trabalhar com parte da rica e detalhada pesquisa histórica em que Marx e Engels se embasaram para elaborar suas teorias acerca do movimento e do nexo estrutural da sociedade capitalista no Ocidente europeu. Então, como resultado e possível conclusão deste recorte da pesquisa de mestrado, serão resumidas as principais características das formas de trabalho desenvolvidas nos modos de produção tribal, antigo e feudal.

A forma histórica concreta de trabalho preponderante nos modos de produção pré-capitalistas foi o trabalho agrícola autossuficiente. No modo de produção tribal, por exemplo, não havia apropriação privada dos resultados dessa forma de trabalho, ao contrário, tudo que se produzia era apropriado coletivamente, ou melhor, pertencia à comunidade. Contudo, vale lembrar que a comunidade desenvolvida dentro do modo de produção tribal não era necessariamente sinônimo de organização social democrática e isenta de exploração. O caráter democrático ou arbitrário da comunidade dependia de sua forma, logo, se a comunidade fosse organizada por um único chefe, seu caráter tendia a ser despótico, ao contrário, se fosse estruturada por vários chefes familiares, seu caráter poderia ser democrático. Além disso, no modo de produção tribal não havia a noção de trabalhador, em vez disso os sujeitos sociais se consideravam proprietários, pois tinham direito, enquanto membros da comunidade, à posse privada daquilo que foi produzido coletivamente. Portanto, havia posse privada, propriedade coletiva e não existia propriedade privada.

No modo de produção antigo, ou no período histórico que ficou convencionado como Antiguidade, apesar de a forma concreta histórica de trabalho também basear-se majoritariamente no trabalho agrícola, tal como acontecia nas sociedades tribais, havia diferenças consideráveis entre os trabalhos concretos que surgem nesses dois modos de produção. A primeira delas era que, no modo de produção antigo, havia divisão entre a

propriedade comunitária (denominada como *ager publicus*) e a propriedades privada a qual, por sua vez, também só poderia ser acessada por aqueles que pertencessem à comunidade antiga. Assim, expressasse uma segunda diferença entre os modos de produção antigo e tribal, pois neste último o pertencimento à comunidade garantia apenas a posse privada (e não a propriedade privada) de parte da produção coletiva. Outra diferença entre os modos de produção tribal e antigo era que, no primeiro, ser membro da comunidade significava viver e compartilhar responsabilidades em um mesmo território enquanto, para o segundo, ser membro da comunidade significava fazer parte da hierarquia estatal, ou seja, ser um cidadão. Ademais, naquela época, só eram considerados cidadãos os membros das classes dominantes. Dessa forma, surgiu o antagonismo entre a camada social que realizava o trabalho agrícola e a camada social que se apropriava do resultado do trabalho coletivo. Um exemplo clássico disso é a sociedade romana, em que a camada social responsável pela produção era composta por plebeus (pequenos proprietários de terras ou camponeses) e trabalhadores escravizados, enquanto, por outro lado, a classe dominante era formada por patrícios, grandes proprietários de terras.

No modo de produção feudal, o último a anteceder o modo de produção capitalista, a forma concreta histórica de trabalho também se fundamenta no labor agrícola, contudo, paralelamente a ele surge o trabalho artesanal. Ser membro da comunidade feudal, diferentemente do que acontecia nos modos de produção tribal e antigo, não era uma condição necessária para se apropriar dos resultados do trabalho agrícola comunitário. Em vez disso, no modo de produção feudal, a comunidade é um espaço separado para pesca, caça e extrativismo coletivos que, por sua vez, só atuava como comunidade quando era ameaçado por civilizações inimigas. Além disso, no modo de produção feudal, igualmente ao que aconteceu no modo de produção antigo, emerge uma contradição entre os estamentos que produziam a riqueza, os assim chamados servos, e os estamentos que se apropriam de forma privada dessa riqueza socialmente produzida, ou seja, os nobres. Vale ressaltar também o fato de a prática da escravidão ter sido desestimulada e, em seu lugar, terem surgido as relações de corveia, ou seja, trabalho agrícola gratuito realizado pelos servos nas terras pertencentes a nobreza.

Por fim, nas cidades medievais recém-fundadas, surge também o trabalho artesanal, ou seja, uma forma histórica concreta de trabalho no qual os artesãos tinham consciência da totalidade do processo produtivo ao qual estavam envolvidos e se apropriavam do resultado de seu trabalho. Apesar disso, nas corporações de ofícios onde os artesãos trabalhavam havia uma hierarquia tão rígida quanto a que existia entre servos e nobres, só que agora no topo ficavam os mestres artesãos e na base os aprendizes. Ainda assim, os artesãos detinham uma autonomia e uma fruição artística *sui generis* em relação ao seu trabalho, realidade inalcançável aos trabalhadores fabris que viriam a sucedê-los com o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa.

Para concluir, é importante destacar que os resultados que aqui foram compartilhados na forma de um resumo expandido, foram esteio para as análises da categoria trabalho nos cadernos de sociologia do ensino médio da rede pública do estado de São Paulo.

Referências Bibliográficas

LÖVY, Michael. Introdução – Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do Progresso. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 9 – 16.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007, 616p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013. 168p.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858. São Paulo, Boitempo**; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. 792p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo Boitempo, 2013. 896p.

MARX, K. Cadernos de Paris. In: _____. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 496p.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2016, 406p.

MONZELLI, Arthur Guilherme. **A categoria trabalho nos cadernos de sociologia do ensino médio da rede pública do estado de São Paulo**. 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

ZASULITCH, *Vera Ivanovna. Carta a Karl Marx, 16 fev. 1881*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 78 – 80.

---

[1] Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Campus Araraquara (SP) e mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisa fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: arthurmonzelli.agm@gmail.com.

[2] Professor Assistente do Departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Campus Araraquara. E-mail: lucas.andre@unesp.br.no

[3] Uma vez que "a investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno" (MARX, 2013, p. 90).

[4] MARX; ENGELS, 2013, p. 101.

[5] "[...] o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral." (MARX, 2016, p. 3).

[6] "O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação." (MARX, 2011, p. 54).

[7] Para mais informações sobre a investigação da forma histórica concreta de trabalho desenvolvida na época em que Marx viveu e seu "trabalho de campo" sobre as condições de vida e trabalho do proletariado francês, consultar *Apresentação: Marx em Paris*, de José Paulo Netto, que compõem o livro MARX, Karl. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 496 p.

Transformações do mundo do trabalho e seus rebatimentos no exercício profissional de assistentes sociais de Uberaba/MG.

Edilaine Dias Lima[1]

Resumo: O trabalho profissional do assistente social é permeado por desafios decorrentes da conjuntura neoliberal e pelas transformações do mundo do trabalho. A precarização dos modos de vida e trabalho resultam nas expressões da questão social que se materializa em demandas imediatas. O assistente social, enquanto trabalhador assalariado enfrenta limitações para a realização de suas atribuições e competências profissionais. O objetivo foi investigar os rebatimentos das transformações do mundo do trabalho no exercício profissional do assistente social do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro HC-UFTM. Especificamente, identificou-se as principais demandas e desafios para o trabalho em saúde do assistente social, assim como suas possibilidades. O presente estudo é um recorte do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, abordagem qualitativa e adoção do método no materialismo histórico e dialético. O questionário semiestruturado Google Forms foi respondido por três assistentes sociais do HC-UFTM. Os resultados apontam que a lógica neoliberal precarizou à vida da classe trabalhadora e impactou no aumento de demandas por serviços sociais. A atual conjuntura de Crise Sanitária implicou na intensificação do desmonte das políticas públicas e retirada de direitos, cabendo ao assistente social traçar estratégias para superação dos desafios.

Palavras-chaves: Serviço Social, trabalho profissional, precarização, neoliberalismo.

Introdução

Na atualidade as transformações do mundo do trabalho, associadas ao contexto neoliberal, intensificam o processo de precarização dos modos de vida da classe trabalhadora. Esse contexto, rebate no cotidiano de trabalho do assistente social que

enquanto trabalhador assalariado, faz a mediações através das políticas públicas e sociais para minimizar as mazelas sociais.

A problemática de pesquisa indaga como o cotidiano de trabalho do assistente social é impactado pelas transformações do mundo do trabalho na atualidade? Será que as condições objetivas impostas à classe trabalhadora impactam o cotidiano do assistente social na saúde pública de Uberaba/MG?

Tendo em vista que o assistente social tem por finalidade intervir sobre as expressões da questão social, isto é, as determinações da sociedade capitalista que se materializam em problemas sociais, são as demandas sob a qual o assistente social irá fazer sua intervenção (IAMAMOTO, 2015).

À medida em que os problemas da sociedade do capital se ampliam, o assistente social terá mais demandas sociais no seu trabalho profissional. Inclusive, essas demandas sociais tornam-se necessidades de saúde que devem ser respondidas pelos assistentes sociais que atuam nas equipes multiprofissionais do HC-UFTM.

Na atualidade, o contexto de transformações do mundo do trabalho no neoliberalismo, coloca desafios para o trabalho profissional de assistentes sociais, especialmente, diante das condições objetivas de trabalho. (RAICHELIS, 2020). As requisições institucionais e burocráticas, a falta de recursos materiais e humanos, impedem que o profissional reflita sobre seu fazer profissional.

A crise de mundialização do capital financeiro traz consequências para a classe trabalhadora, tais como, a ampliação do desemprego estrutural e o acirramento das expressões da questão social. Esse cenário de flexibilização do trabalho se acentuou com adoção do neoliberalismo, onde o Estado restringiu os investimentos para a proteção social em detrimento dos interesses de mercado. (IAMAMOTO, 2015)

As transformações do mundo do trabalho decorrem do processo de restruturação produtiva que adotou novas tecnologias, implicou em novas formas de organização e gestão do processo de trabalho. Exigiu-se trabalhadores polivalentes que desenvolvam múltiplas tarefas, vínculos precários, guiadas pela lógica de mercado na busca de mais produtividade, isto é, obtenção de lucro. (ANTUNES, 2006)

A reestruturação produtiva reconfigurou a questão social, impôs novas demandas e atribuições para trabalho do assistente social. Esses desafios resultam no distanciamento do assistente social e suas competências e atribuições profissionais

(IAMAMOTO, 2015), sobretudo rebate na qualidade dos serviços de saúde prestados pelo assistente social.

O neoliberalismo ocasionou uma redução do estado para as necessidades sociais, deixou para o mercado a regulação das relações sociais. O estado transfere para a iniciativa privada e parra sociedade civil a responsabilidade pela proteção social. O objeto do capital é o sucateamento do SUS, onde nega-se conquistas históricas para privilegia-se o projeto privatista, transferindo para o mercado a regulação social, e o estado só atua de forma residual. (BEZERRA; ARAÚJO, 2007).

Nesse contexto, o assistente social precisa lidar com as contradições entre as possibilidades de exercer um trabalho comprometido e dar respostas qualificadas, conforme orienta seu projeto profissional e, as condições objetivas impostas pelo capital que inviabilizam a concretização de direitos da classe trabalhadora.

Essas condições objetivas decorrentes da precarização do trabalho, gera desafios para o trabalho profissional de assistentes sociais na atualidade, pois implica em profissionais mal remunerados, jornada de trabalho excedente, acúmulo de funções, rotatividade, desvalorização profissional, entre outras. Tudo isso rebate na qualidade dos serviços prestados. Assim, a precarização do trabalho, constitui-se um obstáculo para viabilização de direitos à classe trabalhadora.

O assistente social pertence à classe de trabalhadores que vendem sua força de trabalho mediante pagamento de salário. O assistente social possui autonomia relativa, está subordinado à instituição empregadora, mas não significa subalternidade as requisições institucionais, pois estas se distanciam do projeto profissional do Serviço Social. É necessário lidar com a correlação de forças, isto é, as condições objetivas nos diferentes espaços ocupacionais. (IAMAMOTO, 2015)

O contexto de precarização do trabalho e de crise do capital foram intensificadas pela Crise Sanitária da Pandemia do Novo Coronavírus. Nessa conjuntura demonstrou o quanto o Sistema Único de Saúde (SUS) é essencial para preservação da vida. O discurso ideológico que o estado neoliberal propaga de ineficiência e fragilidades do SUS para justificar sua privatização.

Portanto, o assistente social deve aderir ao projeto profissional, pois este é a principal estratégia para realização de um trabalho propositivo e qualificado.

Faz -se necessário, a criação de estratégias coletivas para que o assistente social e demais profissionais da saúde, reivindiquem aumento de investimentos a política de saúde, para que tenham melhores condições de trabalho e possam realizar um atendimento qualificado.

Assim como mobilização dos usuários para a participação e controle social, para exigir do estado uma atuação responsável com as necessidades sociais e de saúde.

Portanto, o assistente social deve ter consciência das dificuldades a serem enfrentadas no SUS são decorrentes da desresponsabilização do estado neoliberal com a universalização da saúde.

Hipóteses

Estudos publicados nas coletâneas de Mota et el (2006) e de Bravo et al (2009) apontam que o trabalho profissional do/a assistente social na saúde pública enfrenta desafios em decorrência da ofensiva neoliberal e da precarização do trabalho.

Nesse contexto existe uma tensão permanente entre determinações institucionais do hospital e o exercício das competências e atribuições privativas do/a assistente social. Ainda, identificou-se que o desfinanciamento da política de saúde contribui para a precarização do trabalho, especialmente, no atual contexto da crise sanitária.

Segundo Pegoraro (2015) o estado neoliberal não reconhece a saúde como direito universal. Por isso, não existe uma preocupação com as necessidades de saúde da população. Incumbe ao estado, apenas, o atendimento as necessidades imediatas que asseguram o mínimo de condições para reprodução da força de trabalho.

Mas diante do atual contexto neoliberal, onde o estado impõe contrarreformas para política de saúde, inclusive diminuição de investimentos, ocasionando precarização no trabalho em saúde. Essa hipótese leva ao entendimento que os desafios postos pelo contexto neoliberal e de precarização do trabalho, ocasiona a inviabilização de direitos à população, especialmente acesso a serviços de saúde qualificado.

De acordo com Lessa (2017) as reformas realizadas pelo estado são contraditórias, pois a diminuição de investimentos às políticas sociais. No caso da política de saúde, por meio da PEC da morte houve um congelamento de gastos, trouxe mais problemas para SUS, pois enquanto as demandas de saúde aumentam, os

investimentos estão paralisados. Tal estratégia visa o fortalecimento da privatização da saúde.

Tais dados expressam que a política de saúde precisa de mais investimentos, pois a Pandemia do Novo Coronavírus demonstrou o quanto o Sistema Único de Saúde e seus trabalhadores são relevante para salvar vidas, é necessário pressionar o estado neoliberal e retomar os investimentos para política de saúde, pois esta política universal é essencial para sobrevivência de toda a população.

Objetivos gerais e específicos

O objetivo geral foi conhecer os desafios postos pelas transformações do mundo trabalho na vida da classe trabalhadora e seus rebatimentos no cotidiano do assistente social. Especificamente, compreender como ocorreu as mudanças no mundo do de trabalho, quais os impactos para classe trabalhadora e, como de que forma impacta o trabalho em saúde do assistente social.

Metodologia

A metodologia foi uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com abordagem qualitativa e método do materialismo histórico e dialético. De acordo com Netto (2011) este método permite uma análise crítica dos fenômenos sociais, o desvelamento da aparência para se aproximar de seu significado real.

A pesquisa foi aprovada pelo Parecer nº 4.424.533 do Comitê de Ética e Pesquisa, Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). A pesquisa de campo utilizou questionário semiestruturado Google *Forms*, este foi enviado aos participantes por *e-mail*. O formulário foi respondido por três assistentes sociais. O número de participantes da pesquisa resulta do contexto de Crise Sanitária, pois o questionário foi enviado em dezembro 2020, período de aumento de casos de COVID-19 e que demandou de muito trabalho da equipe de trabalhadores da saúde.

As análises dos questionários apontam:

Os principais desafios são a precarização do trabalho, a falta de recursos para política de saúde, a necessidade de fortalecimento da intersetorialidade, a dificuldade para trabalho em rede, a imposição de atribuições alheias às competências dos/as

assistentes sociais, como correlação de forças, requisições institucionais, vínculos de trabalhos precários, terceirização, entre outras.

As possibilidades do/a assistente social realizar um trabalho qualificado na saúde referem-se ao compromisso ético e político inerente ao projeto profissional do Serviço Social é principal estratégia para o assistente social na criação de estratégias e superação das condições objetivas impostas pelo capital

Considerações finais

Diante dos desafios postos pela conjuntura neoliberal e de precarização do trabalho na atualidade que foram ampliados pela Crise Sanitária Global, faz-se necessário que a assistente social se articulem coletivamente para defesa de seu projeto profissional no trabalho em saúde, para realizar suas atribuições privativas e contribuir com efetivação de direitos dos usuários.

As mudanças do mundo do trabalho aliada a adesão ao neoliberalismo reconfigurou o papel do estado diante das necessidades sociais, pois o estado rompe com o pacto constitucional que buscava a universalização da saúde. Esse contexto reconfigurou a questão social na saúde, trouxe novas demandas, atribuições, requisições e competências para o trabalho precarizados no SUS que muitas vezes afastam o assistente social de sua identidade profissional.

A correlação de forças é permanente na política de saúde, pois o estado neoliberal faz a defesa do projeto privatista visando a subalternização do assistente social às requisições institucionais, o que contraria a finalidade do projeto profissional do Serviço Social.

Inclusive com a Pandemia do Novo Coronavírus, tais requisições institucionais aos assistentes sociais foram evidenciadas no cotidiano de trabalho do HC-UFTM. Os dados levantados na pesquisa apontam que o trabalho na saúde enfrenta muitos desafios que precisam ser superados, pois as fragilidades do SUS são decorrentes da má gestão do estado.

Faz-se necessário a adesão e apreensão do projeto profissional pelos assistentes sociais, pois este confere subsídios para que o profissional não fique submisso às determinações institucionais. Especialmente, no caso do HCUFTM onde a gestão do hospital é privatizada e atende aos interesses do capital.

Portanto, será necessário um esforço coletivo e permanente de assistentes sociais aliado à sua categoria profissional, no sentido de pressionar o estado neoliberal quanto a necessidade de ampliação do financiamento do SUS, com a finalidade de satisfazer às necessidades de saúde da população.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez: Ed. Unicamp, 2006.

BEZERRA, S. O.; ARAÚJO, M. A. D. As (re)configurações das demandas ao serviço social no âmbito dos serviços públicos de saúde. **RAP.** Rio de Janeiro 41(2):187-209, mar./abr. 2007. Disponível https: https://www.scielo.br/pdf/rap/v41n2/02.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

BRAVO, M. I. ET AL (Org.) **Saúde e Serviço Social.** 4, ed. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

MOTA, A. E. ET AL (Org). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

LESSA, A. P. G. O trabalho do assistente social no SUS: desafios e perspectivas. In: COSTAS, L. F. A.da.; RIBEIRO, H. M. C. B., (Org.). **Políticas de saúde e serviço social:** contradições, ambiguidades e possibilidades [livro eletrônico]. - Paraíba: EDUFCG / Fortaleza: EdUECE, 2017. 310p. Disponível em: http://www.uece.br/eduece/dmdocuments/Poli%CC%81tica%20de%20Sau%CC%81de%20e%20Servic%CC%A7o%20Social_Marc%CC%A7o13.pd. Acesso em: 04 nov. 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao método de marx**.1 ed. São Paulo: Expressão popular. 2011.

PEGORARO, A. P. A. Parte II – Neoliberalismo, mercado e saúde. In: _____. **Estado e mercado: desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS)**. 100, p. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, SP, 2015. Disponível em

http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286532/1/Pegoraro_AnaPaula Andreotti_M.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

RAICHELIS, R. **Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** In: CFESS (org.). Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão. Brasília, CFESS, 2020 (p. 11-42). Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

[1] Mestre em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca-SP. Bacharel em Serviço Social, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, MG. edilainelima404@gmail.com.

GT 9 Urbanidades: tensões e cooperações

COORDENAÇÃO
ADSON NEY DOS SANTOS AMORIM (PPGS-UFSCAR)

THALIA GIOVANNA MARQUES (PPGS- UFSCAR)

As pesquisas sobre urbanidades no Brasil vêm demonstrando sob diferentes aspectos que a questão social brasileira é co-constituída por múltiplas redes de relações - de tensão e cooperação - entre o "Estado" e suas margens. Nos últimos dois anos, o Brasil tem vivido uma intensificação de suas desigualdades, marcada sobretudo pela gestão da pandemia de Covid-19 realizada pelo atual presidente da república. Neste cenário, as periferias urbanas têm sido as mais afetadas. Tendo como ponto de partida as diferentes formas de sociabilidades emergentes nas periferias brasileiras e considerando o atual contexto, este GT pretende acolher trabalhos sobre temas afins à Sociologia Urbana, sobretudo aqueles que se dedicam a compreender formas de acesso a direitos e justiça; juventudes; mobilidades; conflitos urbanos; movimentos sociais e políticos; formas de punição e representações acerca da violência. Nesse sentido, o objetivo deste GT é de colocar em diálogo pesquisas com discussões teóricas e empíricas ou metodológicas sobre estudos urbanos, estimulando assim a troca entre pesquisadoras/es da temática.

O sofrimento psíquico nas cidades

Bruna Lívia Barros Guandalim[1]

Resumo: Devido à sua crescente importância social e tentando entender o fenômeno da alta prevalência de transtornos mentais na população mundial[2] e brasileira[3], médicos epidemiologistas têm se dedicado a estudar as causas dessa epidemia na população nas cidades urbanas. Conforme estudos[4], doenças como a depressão e a ansiedade possuem variáveis sociodemográficas que as ciências médicas não compreendem. As doenças mentais não são apenas manifestações comportamentais de indivíduos, mas são causadas e/ou agravadas por elementos do meio externo a este. Assim, os epidemiologistas afirmam que quanto maior a cidade e o nível de urbanização de uma cidade, maior a probabilidade de as pessoas sofrerem psicologicamente. No sentido de compreender sociologicamente esse fenômeno é que essa pesquisa se desenvolve.

Palavras-chave: transtornos mentais; sociedades urbanas; sofrimento psíquico; sociologia urbana; problemática urbana.

Delimitação do problema e do objeto de pesquisa

Como os estudos empreendidos por estudiosos médicos sinalizam uma maior prevalência de pessoas ansiosas e depressivas na população dos centros urbanos[5], delimitamos nosso recorte apenas focados na compreensão dessas duas doenças específicas para tentarmos compreender quais são os fatores sociais e demográficos implicados em sua incidência generalizada na população urbana. Isto posto, nossa problemática inicial se direciona na tentativa de entender, à luz da teoria selecionada, os motivos pelos quais as pessoas que habitam as cidades estão sofrendo mais intensamente com essas duas doenças mentais.

Hipóteses

Como ponto de partida, entendemos que as cidades não são apenas espaços físicos, passíveis de serem localizados por coordenadas geográficas, mas espaços

sociais, produtos da materialidade da vida humana no espaço e no tempo. Como a geógrafa brasileira Ana Fani Carlos afirma:

> A cidade enquanto produto histórico e social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos, e com sua história. Portanto, ela vai se transformando à medida que a sociedade como um todo se modifica. (CARLOS, 2019, p. 68)

Nossa principal hipótese é de que são nas cidades urbanas modernas que se expressam valores sócio-históricos que produzem um tipo de indivíduo, de subjetividade específica. O sociólogo alemão Georg Simmel já afirmava (2001) que a metrópole cria um "tipo metropolitano de homem" (p.11). É esse tipo específico de indivíduo, que padece emocionalmente, que queremos compreender.

A nova normatividade social de vida nos centros urbanos impele o indivíduo a se constituir de forma a corresponder com as exigências sociais de uma época, como é o caso do indivíduo que deve fazer-se a si mesmo sem depender do Estado, da família e demais instituições sociais que outrora tinha importância para a sua formação identitária. Nesse sentido a depressão como patologia social é bem compreendida por Alain Ehrenberg (2010) que afirma que numa sociedade altamente competitividade, individualista e consumista, a depressão nervosa surgirá como um reflexo de intensas pressões sociais por performance social para se atingir um pretenso sucesso na "era do heroísmo". A depressão e a ansiedade, no pensamento de Hartmut Rosa, podem ser entendidas como reações individuais de um processo de aceleração pelo qual passam as sociedades modernas. Essa aceleração total da sociedade não se reduz à aceleração da produção de produtos e mercadorias e dos transportes e comunicações, mas também do ritmo das mudanças sociais e também do ritmo de vida cotidiana.

Assim, o conceito de cidade com o qual operamos é pensado como um produto social. A cidade a que nos referimos são aquelas que reproduzem formações normativas específicas das sociedades neoliberais e industrializadas. As dinâmicas sociais oriundas de mudanças efetuadas nas relações humanas e na forma como concebemos nossa existência material nos espaços urbanos provocam no indivíduo demandas psicológicas excessivas, que acabam gerando no indivíduo um intenso sofrimento psíquico.

Isto posto, nossa hipótese é de que as patologias mentais comumente encontradas entre a população urbana são manifestações individuais (expressas por sentimentos negativos, que a medicina irá transformar em doenças orgânicas) de condições sociais e históricas de como vivemos e organizamos a vida em sociedade. O indivíduo emocionalmente doente se encontra na intersecção de uma análise do tempo e do espaço das sociedades contemporâneas. A forma que produzimos as cidades enquanto espaços sociais, cujas práticas sociais e culturais são condizentes com a forma com que a sociedade se estrutura no tempo e no espaço, irá dizer muito sobre o comportamento humano, individual e coletivo. Assim, os dados estatísticos podem nos evidenciar que a alta prevalência de doenças como a depressão e a ansiedade refletem fenômenos sociais, que poderão ser entendidos à luz das Ciências Sociais.

Objetivos gerais e específicos

- Compreender quais são os fatores sociodemográficos que estão implicados na alta prevalência dos transtornos mentais nas sociedades urbanas.

- Entender em que medida a construção geográfica das cidades expressa um tempo social e histórico.

- Situar o indivíduo psicologicamente doente dentro de um contexto social que fomenta sentimentos que são considerados clinicamente patológicos.

Metodologia

A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura, por ser uma pesquisa teórico-conceitual. Nosso problema de pesquisa é compreender quais são as variáveis sociodemográficas implicadas nas altas taxas estatísticas de transtornos mentais coletadas em pesquisas realizadas em grandes centros urbanos. Como são a depressão e a ansiedade as duas doenças que mais incidem sobre a população urbana, nos concentramos no entendimento do que leva os indivíduos a sofrerem desses dois males. Assim, empreendemos uma pesquisa teórica na literatura especializada para tentar

compreender quais foram as mudanças sociais e históricas que resultaram no arranjo social das cidades contemporâneas. Utilizamos autores da Sociologia que em seus estudos levantam mudanças sociais geradas por diversos eventos históricos e sociais que ocorreram ao longo do século XX. Esses acontecimentos contribuíram para que mudanças ocorressem e tendências globais se expandissem pelos países, possibilitando que as distintas sociedades tomassem as configurações sociais que hoje vivenciamos. No eixo da pesquisa que se refere à teoria urbana, autores que discorrem sobre o processo de urbanização foram utilizados para tentarmos entender o processo de construção material do meio geográfico e urbano e que dá origem às cidades que hoje vivemos.

Considerações finais

A alta incidência de transtornos mentais nos habitantes dos centros urbanos denota fatores sociais que precisamos compreender. A manifestações de sentimentos de mal estar se vincula a um arranjo sociocultural que demanda dos indivíduos uma sorte de ações e realizações que outrora não existia – ou existia sob outras formas. As mudanças sociais e históricas fomentaram o surgimento de uma nova racionalidade, de uma forma de individualização e subjetivação. Nesse bojo, a sociedade passou a se fundamentar sob uma outra lógica. Se são nas cidades urbanas modernas que a sociedade neoliberal se materializa e onde a nova racionalidade condizente a essa ordem social se expressará, as novas e altas exigências sociais para a integração neste novo arranjo irão gerar pressão psicológica nos indivíduos citadinos que os fará se sentir insuficientes. E são esses sentimentos que a medicina irá patologizar e taxar como um problema individual, sendo que eles são gerados no seio das relações sociais.

Sendo as cidades consideradas espaços sociais, meio pelo qual a sociedade se materializa no tempo e no espaço, os comportamentos atrelados aos conceitos médicos de depressão e ansiedade se manifestarão com maior incidência nesses espaços.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009

____. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri**.** A cidade. 9 ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019. (Repensando a Geografia)

____. Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole. São Paulo: Labur Edições, 2017, 2ª edição revisada, 317p.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

EHRENBERG, Alain. O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: SP, Ideias e Letras, 2010.

____. La fatiga de ser uno mismo: depresión y sociedad. Buenos Aires: Nueva Visión, 1998.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins e Revisão Técnica de. Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

ROSA, Hartmut. Alienation and Acceleration. Towards a Critical Theory of Late Modern Temporality. Malmö/Arhus: NSU Press, 2010.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: FORTUNA, Carlos (Org.). Cidade. Cultura e Globalização: ensaios de sociologia. Oeiras (Portugal): Celta editora, 2001.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: FORTUNA, Carlos (Org.). Cidade. Cultura e Globalização: ensaios de sociologia. Oeiras (Portugal): Celta editora, 2001.

---

[1] Bacharela e licenciada em Ciências Sociais. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp, campus Araraquara, SP. Essa pesquisa recebeu apoio financeiro da CAPES. E-mail: bruna.guandalim@gmail.com

[2] 322 milhões de pessoas no mundo sofrem com depressão, segundo OMS. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/noticias/322-milhoes-de-pessoas-no-mundo-sofrem-com-depressao-segundo-oms/. Acesso em: 17 julho 2021.

[3] ("Brasil vive surtos de depressão e ansiedade – Jornal da USP", [s.d.]). Acesso em: 17 julho 2021.

[4] ("Quanto maior a cidade maior o risco de doença mental – Jornal da USP", [s.d.]). Acesso em: 17 julho 2021.

[5] Boletim ISA Capital 2015, nº 13, 2017: Transtornos mentais comuns na cidade de São Paulo. São Paulo: CEInfo, 2017, 22 p.

Ambulantes do Bairro da Glória: ordens e sociabilidades no uso do espaço público.

Venâncio Lázaro Batalhone Neto[1]

Resumo: Este artigo propõe uma breve descrição etnográfica de ambulantes do Bairro da Glória. A metodologia envolveu observações de campo, entrevistas com vendedores e um fiscal da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), pesquisas em um grupo virtual de moradores e análise de discursos oficiais. Pode-se identificar a ação de um novo design institucional, com criação da SEOP, resultando em políticas de ordenamento com forte apelo à ordem e rigidez na aplicação da lei. No entanto, observa-se na prática certa flexibilidade, em função da mediação dos atores envolvidos, inseridos em um sistema de classificação marcado pela cidadania de geometria variável. Evidencia-se como o discurso de ordem nega outras ordens, sociabilidades locais e o próprio direito à cidade.

Palavras-chaves: ambulantes; ordem pública; cidadania de geometria variável; espaço público.

Introdução

Este trabalho teve por objetivo apresentar uma breve descrição etnográfica dos ambulantes do Bairro da Glória, Rio de Janeiro. A partir desta descrição, foi proposta a análise das práticas e relações que estabelecem estes trabalhadores, moradores do bairro, agentes governamentais e políticos, além dos discursos a que recorrem para legitimar suas ações.

Por se tratar de uma região com forte presença de ambulantes, frequentemente o discurso oficial recorre às noções de desordem e mau uso do espaço público. No entanto, o trabalho de campo trouxe à tona o que a intuição antropológica já poderia desconfiar: uma multiplicidade de atores que se organizam e engendram sociabilidades, redes e circuitos urbanos.

Hipóteses

Este trabalho partiu de duas hipóteses. Primeiramente, a percepção de que, apesar dos discursos oficiais recorrerem às noções de desordem e mau uso do espaço público, a ordem que a prefeitura do Rio de Janeiro vem impondo tem um caráter de "combate à outra ordem" (FARIAS, 2016), aquela estabelecida pelas sociabilidades entre vendedores e usuários das calçadas e que parece permitir o funcionamento desta organização tão plural. E ainda a de que a aplicação das políticas de ordenamento não segue indistintamente uma racionalidade burocrática, a partir da qual todos os indivíduos seriam tratados dentro de uma noção de igualdade de direitos. A cidadania dos atores investigados sofreria uma flexibilidade dentro de uma distribuição a geometria variável. Apoiava-se também na hipótese de que este apelo à ideia de ordem busca evitar a presença de elementos indesejados pelas camadas médias, através de diversas linhas argumentativas evocadas pelos moradores e pelos agentes públicos para dar nome ao que eles definem como o "intolerável" (MILLIOT, 2013).

Objetivos gerais e específicos

Assim, buscou-se analisar como o novo design institucional que estrutura a ação governamental e as políticas de ordenamento tem sido construído em um processo contraditório e permeado de conflitos, negociações e mediações entre os atores envolvidos. Mais especificamente, procurou-se: identificar como estas políticas são mediadas pela interação entre agentes públicos, trabalhadores e moradores que se reconhecem dentro de um sistema de classificação; identificar como a aplicação destas políticas tratam de maneira distinta os trabalhadores ambulantes; analisar como os discursos dos agentes públicos e moradores mobilizam representações que buscam traçar os limites do "tolerável" e afastar os indesejados; e, finalmente, identificar como os trabalhadores ambulantes organizam suas ordens e sociabilidades locais.

Metodologia

A metodologia envolveu revisão bibliográfica e pesquisa de campo realizada nos meses de junho e julho de 2018, através de observações e entrevistas. Foram ouvidos quatro ambulantes e um fiscal da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP) da prefeitura do Rio de Janeiro. Para alcançar a percepção dos moradores em um espaço

curto de tempo, optou-se por entrar em um grupo na rede social Facebook: o "Moradores do Catete, Glória e Largo do Machado". Foram recolhidas também informações oficiais através da análise de leis, projetos de lei e do sítio Internet da Prefeitura.

Considerações finais

Finalmente, buscar-se-á apresentar os principais resultados e análises propostas neste trabalho. Primeiramente, retraçou-se um histórico das transformações que levaram à criação de um novo design institucional estruturando a ação governamental e as políticas de ordenamento. Patrícia Farias (2016) retraça este processo a partir do acolhimento dos Grandes Eventos, que remonta à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Eco-92, até os Jogos Olímpicos de 2016. A lei que regulamenta o comércio ambulante, nº 1876/1992, foi promulgada logo após a Eco-92, no mesmo mês do evento. O ano de 2009 representa um marco nessa trajetória. No primeiro dia do mandato do prefeito Eduardo Paes, é criada a SEOP, que passa a coordenar órgãos até então autônomos. Nas gestões anteriores, a política de "ordenamento a varejo" predominava, com ações pontuais através de instituições não coordenadas, tendo por fim a ordem e a segurança pública (HIRATA, 2014). O surgimento da SEOP significa a passagem a uma política de "ordenamento a atacado", a partir de um novo design institucional com a "criação de novas secretarias que, através de suas atribuições próprias, reorganizam antigas coordenadorias, subsecretarias, autarquias e outras instituições relacionadas à construção da ordem pública" (HIRATA, 2014, p. 96).

Hirata propõe a análise das formas de governo por duas perspectivas que se articulam: a sua formação e a sua construção. A primeira é entendida como o "esforço mais ou menos consciente de criar um aparelho de controle" (HIRATA, 2014, p. 96). Neste caso, se deu pela modificação de dois instrumentos de ação governamental: a nova arquitetura institucional; e uma série de programas com "novas técnicas de aferição, mensuração e identificação da questão da ordem pública, cuja instrumentação se operacionaliza através da ocupação do espaço urbano e a territorialização da atuação das forças policiais" (HIRATA, 2014, p. 96). A operação "Choque de Ordem" é um desses programas. A construção é definida como "o processo histórico amplamente

inconsciente e contraditório de conflitos, negociações e compromissos entre diversos grupos" (HIRATA, 2014, p. 96).

Farias (2016) evidencia como esta política de ordenamento é construída pelas interações entre agentes públicos e sociedade civil. Embora apele-se pela rigidez na elaboração e aplicação destas políticas, o que se observa é uma relativa flexibilidade em suas manifestações práticas; fruto da mediação dos atores, agentes públicos e sociedade civil. Essas interações se dão entre indivíduos que se reconhecem dentro de um sistema de classificação, que se propõe analisar através da noção de cidadania de geometria variável (FREIRE, 2014), que dá origem a gradações de cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Através de discursos das camadas médias da população, portadoras de moralidades e sociabilidades próprias, aciona-se recursos morais que legitimam as segregações espaciais e certa ordem constituída. Outras parcelas, especialmente moradores de favelas, têm sua cidadania e direitos não plenamente reconhecidos.

Nessa gradação, as classes médias e altas gozariam de um status e um "princípio de humanidade" garantidos de antemão, que não seria nem questionado, nem degradado. Diferentemente dos moradores dos "territórios da pobreza", enquadrados em categorias de cidadãos que variam até a desqualificação completa de seu estado de humano. Esta classificação referenciada "corresponde a uma cidadania que se modifica segundo hierarquias de poder tácitas, mas informalmente consolidadas, variáveis e sempre situadas, com forte influência sobre o entendimento e a prática das regras institucionais" (FREIRE, 2014, p. 373). No espaço urbano, essa hierarquia se expressa por um "'dentro e um fora'; regulam os percursos desses atores [...] a partir das definições situadas de fronteiras e checkpoints [...] e apresentam parte das moralidades de um mapa prático" (FREIRE, 2014, p. 373).

Assim, apesar da presença de ambulantes sem licença e do frequente não cumprimento de regras e normas dispostas em lei, observa-se um tratamento diferencial em relação a estes trabalhadores. O tipo de comércio ambulante mais visado pelo controle governamental é, sem dúvida, o shopping-chão; e se dá independentemente da variedade de mercadorias vendidas e do retorno financeiro. Fica evidente que a aplicação das políticas de ordenamento não segue indistintamente uma racionalidade burocrática, a partir da qual todos os indivíduos seriam tratados dentro de uma noção de

igualdade de direitos. A cidadania dos atores investigados parece sofrer uma flexibilidade em função, pelo menos, da modalidade de venda e tipo de mercadoria. Durante a fiscalização que presenciei, apenas os shoppings-chão foram controlados ou tiveram retiradas suas mercadorias. A fala de um fiscal da prefeitura também é sintomática: "Que mercadoria? Isso é tudo lixo!". A dinâmica da cidadania de geometria variável opera conjuntamente com outros marcadores de desigualdade, como as distribuições de capitais econômicos e simbólicos, além das discriminações raciais e de gênero. Os vendedores dos shoppings-chão, em sua maioria, pertencem às camadas sociais menos favorecidas. Pode-se observar no campo pessoas em situação de rua, de comunidades do entorno ou morando em conjugados ou pequenos apartamentos. Existe certa pluralidade entre estes atores, como se pode ver nas entrevistas. Mas, uma vez inseridos na mesma categoria, partilham da consequente degradação de suas cidadanias. Que se manifesta na desqualificação da atividade e do caráter de mercadoria dos objetos. Esta regra informal, uma vez consolidada, influencia os entendimentos e as práticas institucionais que, neste campo, se traduzem pelo maior rigor e controle dos fiscais.

As críticas no grupo de moradores também visam principalmente esta categoria, apelando a ideias de ilegalidade, venda de produtos roubados e prática de crimes. Os feirantes também são associados a interpretações de desordem, sujeira, feiura e odores ruins. Em um dos casos observados no grupo, um dos usuários publicou uma foto com duas mulheres negras organizando caixotes com verduras. A legenda indagava: "O que está em desacordo com esta linda foto?". Este caso evidencia que a questão racial é também um forte componente das operações de classificação na sociedade brasileira.

Os habitantes também reclamam dos "ilegais". Em função da flexibilidade apontada em relação àqueles que possuem ou não uma licença e a forma como são distintamente reconhecidos e fiscalizados, há uma grande probabilidade de que esta tentativa de identificação incorra em erros. Assim, a atribuição a um vendedor das marcas de ilegalidade, ilicitude, sujeira ou falta de valor estético parece se dar muito mais em função da classificação que este sofre dentro do espaço de possibilidades formado pela cidadania variável. Como ressalta Farias, as ações sobre as cidades se alicerçam em um modelo de espaço público que se conjuga ao de esfera pública; assim, quando se ordena o espaço, pensa-se em ordenar opiniões, atitudes e movimentos coletivos" (2016, p. 182). De fato, o principal discurso dos órgãos públicos, o da ordem,

parece encontrar eco em uma parcela dos habitantes. Pode-se identificar também a presença de atores políticos como a ex-vereadora Leila do Flamengo (autora de vários projetos de lei que buscam disciplinar o uso do espaço público) e seu filho, Marcelo Maywald, Superintendente de Supervisão Regional da Zona Sul. Seus discursos são fortemente marcados por questões de ordenamento e combate à criminalidade, que estariam, segundo ambos e o discurso oficial, intimamente correlacionados.

Este apelo à ideia de ordem busca evitar a presença de elementos indesejados pelas camadas médias. Diversas linhas argumentativas são evocadas pelos moradores e pelos agentes públicos para dar nome ao que eles definem como o "intolerável" (MILLIOT, 2013). Para tanto, traçam os limites do "tolerável" e afastam os indesejados, portadores da "desordem", da "sujeira", do "perigo". Se estes termos aparecem com frequência nesses discursos, é porque, para Mary Douglas, "o impuro é o que não está no seu lugar [...], é aquilo que não pode ser incluído se se quiser manter esta ou aquela ordem" (1991, p. 55). Segundo a autora, a impureza é percebida como uma ofensa à ordem e a tentativa de eliminá-la ou evitá-la é a tradução de um esforço positivo de reordenamento de acordo com uma ideia, procurando impor uma unidade à experiência. Observa-se este uso pelas camadas médias e agentes públicos em relação aos ambulantes, feirantes, pessoas transgênero e moradores de favelas. Quanto ao shopping-chão, "esse comércio cria incontestavelmente desordem pela revenda daquilo que já foi tratado como lixo, a transformação da rua em espaço de sociabilidade e de atividades econômicas pelos não residentes" (MILLIOT, 2013, p. 122, tradução nossa). Para Milliot (2013), esse tipo de mercado torna visível a pobreza e miséria que grupos mais favorecidos não querem perceber a existência ou têm medo de contaminação e sofrerem uma "desclassificação".

Se, no discurso oficial, observa-se um apelo muito forte à ideia de "ordem", Farias aponta para a "coexistência de duas ordens, a da sociabilidade local e a do poder público" (2016, p. 178). O Estado decide impor certa noção de ordem que, na prática, se dá pela interação entre as subjetividades dos agentes públicos e grupos vivendo nos territórios, resultando em uma realidade distinta dos objetivos oficiais. De fato, diversas ordens coexistem neste campo. Entre os vendedores, independentemente de serem licenciados ou não, a organização é sempre negociada, sem haver um responsável ou hierarquia. Mesmo aqueles que possuem licença, cujo local fixo é estabelecido pela

prefeitura, afirmaram que o uso do espaço é fruto de arranjos entre todos, buscando o respeito não só aos limites entre as barracas, mas havendo também certa ética da concorrência.

A ordem que a prefeitura vem impondo tem um caráter de "combate à outra ordem" (FARIAS, 2016), aquela estabelecida pelas sociabilidades entre vendedores e usuários das calçadas e que, pelos depoimentos dos entrevistados, parece permitir o funcionamento desta organização tão plural. A relação dos vendedores com o território é diversa. No caso dos licenciados, a ação da prefeitura como reguladora do espaço público é preponderante, atuando na produção de áreas onde potencialmente haverá a presença desses comerciantes, formando "manchas". José Guilherme Magnani define as manchas como "áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante" (2002, p .22). Nas entrevistas, ao questionar sobre a motivação de estarem naquele local, foi relatado com frequência o caráter complementar dos comércios, um atraindo fregueses que acabam consumindo também nos outros próximos. Forma-se, assim, "pontos de referência para a prática de determinadas atividades", mais estáveis "tanto na paisagem como no imaginário" (MAGNANI, 2002, p. 22-23). Estas manchas são permeadas por "circuitos", noção que "também designa um uso do espaço e de equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos –, porém de forma mais independente com relação ao espaço (MAGNANI, 2002, p. 24). Pode-se observar os circuitos dos shoppings-chão e do "garimpo". Esses fluxos formam redes interligando uma pluralidade de atores, permeadas pelo espaço urbano, onde vão se materializando nós na presença destes comerciantes.

Referências Bibliográficas

DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Editora Edições 70, 1991.

FARIAS, Patrícia S. de. Um “choque de ordens”: uma análise sobre o controle do espaço público na orla carioca. Brasilianas – Journal for Brazilian Studies, v. 4, n. 2, p. 163-190, 2016.

FREIRE, Jussara. Sociabilidades de grades e cadeados e ordem de tranquilidade: da cidadania dos adimplentes à “violência urbana” em condomínios fechados da Zona Oeste do Rio de Janeiro. *In:* P. Birman; M. P. Leite; C. Machado; S. de S. Carneiro (orgs.). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

HIRATA, Daniel. Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo. *In:* P. Birman; M. P. Leite; C. Machado; S. de S. Carneiro (orgs.). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MILLIOT, Virginie. Indignations et mobilisations autour des marchés de la pauvreté à Paris. *In:* Les Annales de la recherche urbaine – Figures nouvelles, figures anciennes du commerce en ville, n. 108, p. 116-127, 2013.

[1] Licenciando em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, venancio.batalhone@gmail.com.

“Nosso samba tá na rua”: prática periférica cultural em comunidade como forma de se colocar no mundo em meio ao conflito urbano.

Nicolau Augusto Musa [1]

Resumo: O Pagode da 27 é uma autodenominada comunidade de samba localizada no Grajaú, na zona sul da cidade de São Paulo, com o intuito de trazer o samba de volta para a periferia, tomando-o como “instrumento de transformação social”. Ao propor uma chave analítica que vincule a tradição da Sociologia Urbana que pensa o conflito urbano com os estudos sobre produções estético-culturais periféricas, o presente projeto tem como objetivo principal compreender como esta produção periférica faz emergir sujeitos e narrativas e como isso contribui com a compreensão sociológica das periferias e suas representações. Desta forma, pretendo analisar em que grau a prática estético-cultural em comunidade pode funcionar como fonte de agenciamentos e como uma forma de pensar, ser e se colocar no mundo em meio ao acúmulo do conflito urbano. A metodologia utilizada é/será centrada em um trabalho de campo feito por meio da observação, da análise das músicas e de entrevistas.

Palavras-chaves: Sociologia Urbana; Conflito Urbano; Periferia; Movimentos estético-culturais.

Introdução

“Continuaremos fazendo tudo isso e muito mais, mostrando que a favela tem resistência cultural. Se depender da prefeitura, a gente só vai tomar, não vai pra frente”. Essa frase foi dita por um dos músicos do Pagode da 27 no dia 26 de agosto de 2018, data da comemoração do aniversário de treze anos desta comunidade de samba. Menos de um mês depois, no dia 23 de setembro - após breve conflito devido a um carro que havia sido estacionado em local errado - o mesmo músico fez um discurso sobre como o respeito para com a roda era importante, uma vez que havia um enorme esforço para que fosse feito um samba de qualidade e gratuito naquele local, motivado pela vontade de levar lazer e cultura para a periferia. Já no dia 14 de outubro, outro integrante do Pagode da 27, falou sobre a importância do uso comunitário do espaço público, tendo em vista a estrutura organizada nesta data pela comunidade para a comemoração do dia

das crianças. Os três momentos[2] citados acima refletem, de diferentes formas, maneiras de se colocar no mundo presentes em um movimento estético-cultural que ocorre em contexto periférico. Seja no preenchimento de vácuos deixados pelo poder público, no posicionamento contra o pouco acesso que esses sujeitos têm à cidadania, na busca por lazer e cultura ou no uso conjunto de um espaço público, o que se percebe é a procura, de forma comunitária, pelo acesso a dinâmicas urbanas que são constantemente negadas às margens de São Paulo.

O Pagode da 27 é uma comunidade de samba que se reúne todos os domingos na Rua Manuel Guilherme dos Reis - antigamente chamada de rua 27, origem do nome do grupo - no Grajaú. Segundo sua própria página no facebook[3], essa comunidade de samba foi criada em 2005, com o intuito de levar o samba de volta para a periferia, utilizando-o como "instrumento de transformação social". O Grajaú[4] é o distrito mais populoso da cidade, com cerca de 380 mil habitantes, sendo o segundo distrito com maior porcentagem de população preta e parda em São Paulo. Uma vez que sabemos da relação - tanto na prática, quanto na identidade, na ancestralidade e na herança cultural constantemente reivindicadas - entre o samba e esse grupo social, ancorar a comunidade do samba em um bairro com essa característica demográfica é importante, até por que o próprio grupo se coloca dentro da herança cultural e tradicional do samba, dizendo ter como objetivo levar o samba de volta para as suas raízes.

Para além deste dado citado acima - embora sejam dados relacionáveis - é interessante situar o Grajaú dentro de um contexto estrutural vinculado às discussões de acesso à cidadania, de direitos humanos, ou, de forma mais ampla, relacionados à qualidade de vida no meio urbano. A idade média ao morrer no Grajaú é de 59,5 anos, sendo a quarta pior colocada da cidade, com cerca de gritantes 25% a menos que o distrito mais bem colocado - o Jardim Paulista, com 81,5 anos de idade média ao morrer. Embora os índices relacionados ao acesso à educação básica não sejam ruins - também, provavelmente, pelo fato de as famílias dos bairros mais bem posicionados não utilizarem a educação pública, por opção e condição econômica - o mapa da desigualdade nos mostra que este acesso não é suficiente para resolver os problemas estruturais. Isso se comprova, por exemplo, com os dados sobre a renda média familiar mensal, que no Grajaú, ocupando a 13° pior colocação, é de pouco menos que 3 mil

reais: praticamente 30% do valor deste mesmo índice para o bairro melhor posicionado - alto de pinheiros, onde a renda média familiar mensal é de 9.591,93 reais.

Por último, um dado bastante elucidativo para pensar o contexto do Pagode da 27 de forma um pouco mais ampla é o do acesso à cultura. Embora ocupe posições medianas ou ruins em praticamente todos os índices - sejam relacionados a equipamentos públicos ou privados (museus, casas de show, cinema, etc.) - em um dos índices o distrito aparece no "primeiro escalão", aquele de "centros culturais, casas e espaços de cultura": na minha análise, justamente os locais de movimentação cultural feita pelos habitantes da região, empreendendo cultura, assim como o faz o Pagode da 27, sem depender do Estado ou de empreendimentos privados que vêm "de fora". Para contribuir com a análise deste dado, cumpre observar que a grande parte dos distritos de São Paulo - incluindo a grande maioria daqueles bem posicionados em relação aos índices socioeconômicos e de desenvolvimento humano - não possuem nenhum desses centros de movimentação cultural, o que demonstra, minimamente, a efervescência cultural do Grajaú. Percebemos, então, o vínculo com a realidade da ideia, presente em discursos do Pagode da 27, de que a cultura é feita na periferia e para a periferia, desestabilizando noções que focalizam o centro da cidade para pensar vida urbana, arte, estética e produção cultural.

Assim como o Pagode da 27, diversas comunidades de samba - e também outros vários movimentos artísticos e culturais[5] - surgiram em São Paulo no final dos anos 1990 e durante as duas primeiras décadas do século XXI, de forma a aliar o contexto cultural com o político e produzir arte de modo engajado nas periferias da cidade. Ao se constituírem como agrupamentos "articulados em torno da periferia e protagonizados por sujeitos que relacionam sua atuação e produtos a tais espaços" (NASCIMENTO, 2010, p. 117), esses movimentos podem contribuir para uma nova significação de suas localidades, de modo a valorizar essas periferias por meio da cultura. Com a busca pelo "direito à periferia" (FONTES, 2018) esses coletivos se apropriam do espaço público e geram "contranarrativas" próprias sobre a dinâmica urbana brasileira (BERTELLI, 2017). Assim, mostram que, embora existam problemas estruturais relativos à marginalização e segregação na cidade, também há sujeitos e grupos ativos, com polifonias e autorrepresentações (FRÚGOLI JR, 2005) e formas próprias de se colocar no mundo urbano e de pensar a si mesmos a partir das margens.

A partir deste contexto, o presente projeto tem, por enquanto, como problema de pesquisa, a seguinte questão: como a produção cultural periférica feita em comunidade faz emergir sujeitos e narrativas que ajudam a compreender as periferias urbanas e suas representações em meio ao conflito urbano?

Hipóteses

Esse trabalho analítico será guiado pela hipótese central de que essas produções estético-culturais são uma forma de se colocar no mundo frente ao conflito urbano, funcionando - o que precisa ser verificado empiricamente - enquanto uma fonte de agenciamento e simbolismos que, a depender do grau de coesão interna e legitimidade desta *comunidade,* direciona a forma com que esses sujeitos pensam, agem e se colocam no mundo de maneira geral.

Objetivo geral

Investigar como uma comunidade de samba, portanto uma produção estético-cultural feita em *comunidade,* contribui - por meio de seus sujeitos e narrativas que ali emergem - para a compreensão das periferias urbanas e suas representações em meio ao acúmulo do conflito social urbano.

Objetivos específicos:

I - Identificar de que maneira os sujeitos e narrativas que emergem de uma produção estético-cultural periférica feita em *comunidade* pensam questões relacionadas ao fenômeno das periferias urbanas e suas representações.

II - Compreender como se situam os sujeitos vinculados a essa produção estético-cultural periférica feita em *comunidade* dentro do contexto do acúmulo do conflito social urbano e suas perspectivas.

III - Compreender de que maneira e em que grau a prática estético-cultural feita em comunidade funciona enquanto uma fonte de agenciamento e um regime simbólico

que influencia nos modos como os sujeitos a ela vinculados pensam, agem e se colocam no mundo.

Metodologia

A metodologia utilizada será centrada em um trabalho de campo que, por meio da observação, da análise das músicas e de entrevistas, busca apreender: a) os discursos dos sujeitos acerca da periferia e suas representações; b) como os sujeito estão situados, perspectivamente, dentro do contexto do acúmulo do conflito urbano; c) como os sujeitos articulam o movimento cultural do samba com discussões relacionadas à periferia; d) como os sujeitos significam a ideia de "comunidade" e quais as possíveis diferenciações e aproximações internas ao grupo acerca desse tema.

Considerações finais

Este trabalho, ainda em processo de execução, passa por uma recente reformulação, deslocando-se de uma pesquisa no campo da etnomusicologia - mais focada na música do grupo, com suas letras e sonoridades - para uma pesquisa da Sociologia Urbana. Dentro desse novo campo, o trabalho se vincula a duas tradições: a tradição do conflito urbano, em que as periferias urbanas são pensadas a partir da lógica do acúmulo do conflito social urbano, que se intensificou na última década do século XX e, hoje, é constituinte da realidade dessas localidades e desses sujeitos (MACHADO, 2004; MISSE, 2006; FELTRAN, 2010). E a tradição que pensa as periferias urbanas por meio das movimentações estético-culturais ali produzidas, campo que se propõe a pensar esses sujeitos periféricos (D'ANDREA, 2013) não mais como simples vítimas de uma estrutura excludente, mas também como produtores da cidade (AGIER, 2015), produtores de conhecimentos sobre essa cidade e como sujeitos políticos agentes das suas buscas e das formas políticas como buscam a cidade que querem (ADERALDO, 2017; ALMEIDA, 2013; BERTELLI, 2017; FELTRAN, 2017; MARINO, 2015, NASCIMENTO, 2006; NASCIMENTO, 2010; PEREIRA, 2013).

Surgem, aqui, dois caminhos a serem trabalhados analiticamente. Verificar a pertinência de articular a produção estético-cultural periférica do samba com a

Sociologia Urbana que pensa a periferia dentro da perspectiva do acúmulo do conflito social urbano, assim como as possíveis contribuições decorrentes dessa articulação. E Compreender as possíveis consequências analítico-teóricas que o conceito de *comunidade* - enquanto uma prática urbana - traz para os estudos sobre as periferias urbanas. Além disso, cumpre dizer que *comunidade* ainda é considerada aqui como um termo êmico, embora com possível potencial analítico para depois do desenvolvimento da pesquisa empírica - pelo valor dado pelos indivíduos relacionados ao grupo a respeito dessa ideia. Sabemos da necessidade de um trato aprofundado sobre isso, evitando reificações, engessamentos e a ideia de um grupo fechado, sem trânsito e conexão com outros espaços e redes da cidade.

Referências Bibliográficas

ADERALDO, Guilhermo. *Reinventando a cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas "periferias" de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2017

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. Revista Mana. Vol. 21. n. 3. pp. 483-498. 2015

ALMEIDA, Renato S. "Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.

AUGUSTO, Viviane. *"A DIVINA LUZ QUE ILUMINA AS CRIAÇÕES": a cultura do samba autoral na Comunidade Samba da Vela*. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, EFLCH, 2018.

BERTELLI, Giordano. "Introdução". In: BERTELLI, Giordano. e FELTRAN, Gabriel (Org.). *Vozes à margem: periferias, estética e política*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires de Rio. A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMPOS, Marcelo. *Comunidade Samba da Vela: "Que a divina luz ilumine todas as criações"*. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.20.1, 2013.

CONTI, Lígia. "'Progréssio, progréssio, eu sempre iscutei falar': o samba e as narrativa da cidade-progresso" In: BERTELLI, Giordano. e FELTRAN, Gabriel (Org.) *Vozes à margem: periferias, estética e política*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

D'ANDREA, Tiarajú. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política nas periferias de São Paulo*. Tese (doutorado) em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 2013.

DAS, Veena & POOLE, Deborah - El Estado y sus márgens. Revista Académica de Relaciones Internacionales, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM.

DOZENA, Alessandro. *A geografia do samba na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Polisaber, 2011.

DURHAM, Eunice. "A sociedade vista da periferia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 1:84-99, 1986.

FELTRAN, Gabriel. "Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana". Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 53 nº 2, 2010.

FELTRAN, Gabriel. *Sobre anjos e irmãos cinquenta anos de expressão política do "crime" numa tradição musical das periferias*. In: BERTELLI, Giordano. e FELTRAN, Gabriel (Org.). *Vozes à margem: periferias, estética e política*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

FOOTE-WHYTE. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005 [1943].

FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. Revista DILEMA, pp. 95-114, 2008.

FRÚGOLI JR., Heitor. "O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia". *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 1, São Paulo, p. 107-124, jan-jun/2005.

GONÇALVES, Renata de Sá. "Eu sou o samba: sobre lugares, pessoas e pertencimento". *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 16 (1), p. 107-117, jan./jun. 2013.

JACKSON, Luiz Carlos. *Divergências teóricas, divergências políticas: a crítica da USP aos "estudos de comunidades"*. Cadernos de campo, São Paulo, n. 18. 2009

JESUS, Edson Roberto de. *Herança de resistência - terreiros e comunas na pauliceia desvairada... e o samba continua*. Tese (doutorado) em antropologia. São Paulo: PUC-SP, 2017

KAECKE, Janaina de Moraes. "O Sujeito na Quebrada do Samba". *Ponto Urbe*[Online], 13 | 2013, http://journals.openedition.org/pontourbe/905

KOWARICK, Lúcio. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. "Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano". Sociedade e Estado, Brasília, vol. 19, nº 1, 2004.

MARINO, Aluízio. "Cultura, periferia e direito à cidade: coletividade em São Paulo e Bogotá." *Políticas Públicas & Cidades*, v.3, n.3, p.4 – 25, set/dez, 2015.

MARQUES, Eduardo C. & BICHIR, Renata M. "Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo". *Espaço e Debates*, n. 42, São Paulo, Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – NERU, p. 9-30, 2001.

MISSE, M. "Sobre uma sociabilidade violenta". In: Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2006.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE/ INM/ Divisão de Música Popular, 1983.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. "A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate". Rua [online]. 16 (2), 2010. **https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/lerArtigo.rua?id=96**

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação (Mestrado) em Antropologia. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Cidade de riscos: notas etnográficas sobre pixação, adrenalina, morte e memória em São Paulo. Revista de Antropologia, *[S. l.]*, v. 56, n. 1, p. 81-110, 2013.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Cacique de Ramos: uma história que deu samba*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editorais, 2003

SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 2001.

SANTANA, Luiz; SILVA, Clarice & SOUZA, Emanoel. *O discurso hegemônico e idealista na troca do termo favela por comunidade*. Revista Porto das Letras, Vol. 07, Nº 01. 2021

SMALL, Christopher. *Musicking: the meanings of performance and listening*. Middletown, Ct: Wesleyan University Press, 1998.

---

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - PPGS/UFSCar - São Carlos, São Paulo. Bolsista CAPES. musa.nicolau@gmail.com

[2] Esses momentos, como outros, foram vivenciados por mim durante trabalho de campo feito em 2018 para Iniciação Científica vinculada à FAPESP, e ao projeto temático *O Musicar Local - novas trilhas para a etnomusicologia*, cujo título é *Pagode da 27, 'a comunidade te canta e ameniza a sua dor': uma perspectiva sobre uma roda de samba, seu musicar e sua identidade local*.

[3] https://www.facebook.com/pg/pagodeda27/about/?ref=page_internal. Último acesso em 02/09/2020

[4] Os dados aqui mencionados sobre o Grajaú são retirados do Mapa da desigualdade, Rede Nossa São Paulo, Centro de Estudos da Metrópole (CEM). 2020. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS-1.pdf Último acesso feito em 22 de junho de 2021.

[5] Entre alguns trabalhos contendo exemplos: ALMEIDA, 2013; D'ANDREA, 2013; MARINO, 2015; NASCIMENTO, 2006; NASCIMENTO, 2010.

GT 10
Meio ambiente, ruralidades e territórios

COORDENAÇÃO
ANA CARINA SABADIN (PPGS- UFSCAR)

MANUELA MARTINS DA COSTA AQUINO (PPGS-UFSCAR)

Este GT tem como objetivo incentivar o debate acerca das transformações na dinâmica socioambiental de territórios e espaços rurais no Brasil contemporâneo. A urgência de ampliarmos este diálogo vê-se amparada no desmonte, intensificado na última década, de políticas públicas voltadas ao meio ambiente, à reforma agrária e aos povos tradicionais. Acrescido de uma falta de fiscalização e de interesses da apropriação do agro-hidro-minério-negócio, tal desmonte ampara a mudança nas formas de uso e acesso dos recursos naturais presentes no cotidiano de quem vive e trabalha nesses espaços e territórios - e para além deles. Isso posto, buscamos reunir trabalhos das Ciências Sociais e áreas correlatas atentos aos seguintes eixos teórico-metodológicos: 1) a problematização do Estado e seu aparelho burocrático ante a instrumentalização de políticas socioambientais e territoriais; 2) a mercantilização da natureza e a produção de vulnerabilidades; 3) a participação social na gestão dos recursos naturais; 4) conflitos socioambientais, impactos sobre o meio ambiente e a subjetividade dos agentes sociais; e 5) as experiências, lutas, resistências de movimentos sociais e povos tradicionais.

Leishmaniose Visceral Canina: relações ecológicas e ciclos zoonóticos enquanto problemáticas sociopolíticas.

Lucas de Carvalho de Amorim [1]

Isaura Wayhs Ferrari [2]

Jocelyn Viviana Ferreira Aillapan [3]

Mariana Leoni Birriel [4]

Marcia Grisotti [5]

Resumo: A pesquisa apresentada pelos autores faz uma leitura, a partir da sociologia da saúde, sobre a forma com que a problemática da Leishmaniose Visceral Canina é abordada em distintos contextos, e, em especial neste trabalho, no Uruguai. Pretende-se compreender e discutir os discursos que compõem a abordagem da Leishmaniose Visceral Canina em distintos âmbitos da ação política. Ainda, indaga-se de que forma os fatores sociais são considerados juntamente com fatores epidemiológicos no desenvolvimento de ações de controle e prevenção. Foram realizadas coletas e análises de materiais midiáticos, notícias e documentos institucionais, todos veiculados online. A discussão recorre aos preceitos básicos da análise de discurso. As conclusões apontam para a necessidade de avaliação das políticas de controle da zoonose, que adotam abordagens majoritariamente técnico-administrativas, que parecem subestimar a interdependência multiespécie. A comunicação pública ilustra o privilégio das soluções técnicas sobre os aspectos relacionados ao caráter sociopolítico de relações ecológicas e dos ciclos zoonóticos.

Palavras-chaves: Leishmaniose Visceral Canina; sociopolítica; políticas públicas; relações ecológicas; interdependência.

Introdução

A pandemia de covid-19 tornou mais evidente as relações entre humanos e animais não humanos e a necessidade dessas relações serem interpretadas por lentes interdisciplinares. De acordo com Grisotti & Amorim (2020), os animais sempre estiveram presentes nas sociedades humanas, como fonte de alimento, como entidades sagradas, companhias ou mercadorias. Embora incipientes, análises sociológicas recentes têm sido reconfiguradas para encaixar as relações entre humanos e animais não humanos em estudos sobre os fenômenos sociais. A Leishmaniose Visceral (LV) é um exemplo das relações tensionadas entre humanos e animais não humanos. Trata-se de uma Doença Tropical Negligenciada (DTN), que por definição, afeta principalmente populações pobres e marginalizadas em locais com poucos recursos (WHO, 2021). "Segundo dados oficiais disponibilizados pela OMS, foram notificados 853.450 casos da doença entre 1998 e 2018" (GRISOTTI & AMORIM, 2020, p.125), mas sabe-se, através de entrevistas com profissionais da vigilância epidemiológica e de artigos publicados que este número é muito maior devido a subnotificação de casos. O campo de pesquisa das Doenças Infecciosas Emergentes e DTN têm demandado uma ampliação de estudos sobre fatores sociais que influenciam diretamente em seus controles. Para Ávila-Pires (2005, p. 45-51), "sociólogos e antropólogos detêm, muitas vezes sem o perceberem, a chave para a explicação de padrões epidemiológicos particulares". O Uruguai, diferente de outros países da América Latina e apesar de ser vizinho de um dos países com maior incidência da enfermidade no mundo (Brasil), permaneceu sem casos de Leishmaniose Visceral (LV) até 2013. Neste mesmo ano se confirmaram os primeiros casos de LV em cachorros e foram desenvolvidos os primeiros guias para a prevenção e controle da enfermidade (WHO, 2015, p. 1). Logo depois do registro de casos de LV em municípios de províncias argentinas que fazem fronteira com o Rio Grande do Sul e Uruguai, se confirmou a transmissão autóctone no sul do Brasil e no Norte e Noroeste do Uruguai, onde em 2010 a presença do *Lutzomyia longipalpis* (vetor) foi detectada, em Salto e Bella Unión, ambos departamentos de Artigas. Deste então, o Programa Regional de Leishmaniasis Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), com o apoio de colaboradores da Fiocruz-Brasil e do Instituto Argentino de Medicina Tropical, iniciou a capacitação de profissionais de saúde uruguaios para o desenvolvimento de ações de

vigilância epidemiológica, entomológica e de controle de reservatórios (WHO, 2017, p. 6).

Nesse contexto, o trabalho busca compreender a dinâmica que compõe as abordagens de órgãos responsáveis pelo controle da LV no Uruguai e como se configuram as significações presentes em sua comunicação pública. Avaliam-se, através da análise dos discursos institucionais do Ministério de Saúde Pública/URU e das informações veiculadas pela mídia online, as formas pelas quais são considerados os aspectos sociopolíticos e os fatores epidemiológicos presentes na problemática, que são mobilizados através das políticas de controle da zoonose. Assim, busca-se compreender como ocorre a percepção e comunicação de risco, por um lado, na apresentação de orientações institucionais e, por outro, por parte da mídia nacional. Portanto, a pesquisa se propõe a fazer uma leitura sociológica sobre como a problemática da LV, enquanto doença infecciosa negligenciada, é abordada no caso uruguaio. A originalidade do trabalho centra-se em perceber como essas ações são realizadas e como as tensões são dadas e manejadas em um país que identifica os primeiros casos em solo nacional, que possui relações estreitas com órgãos internacionais e que tem dimensões territoriais pequenas, funcionando, portanto, como um interessante caso a ser estudado, podendo servir como exemplo, positivo ou negativo, às ações federativas de um país de dimensões continentais como o Brasil.

Hipóteses

Espera-se encontrar, através da análise dos discursos institucionais do Ministério de Saúde Pública e das informações veiculadas pela mídia online, aspectos que apontam, primeiramente, para a condição de doença historicamente negligenciada que caracteriza a Leishmaniose Visceral Canina. A abordagem da zoonose adotada pelos órgãos públicos geralmente é feita a partir do momento em que a enfermidade atinge populações humanas. Porém, especificamente no caso uruguaio, os órgãos nacionais responsáveis em conjunto com a Organização Panamericana de Saúde se mobilizaram desde o primeiro caso de LVC, buscando medidas de controle da doença seguindo as melhores práticas internacionais. Ao mesmo tempo, há uma necessidade de aferir se

essas estratégias complexas construídas desde a chegada da enfermidade estão sendo construídas na prática. Este trabalho terá seu foco na análise documental, porém, a partir desta problemática, a pesquisa global realizada pelos autores buscará, em trabalhos futuros, explorar estas nuances. Trabalhos anteriores realizados no Brasil mostram tensões entre as medidas socioepidemiológicas institucionais, a comunicação pública e os diferentes grupos de interesse envolvidos no processo de controle da zoonose. Grisotti & Amorim (2020) enunciam um descompasso entre uma política focalizada na eutanásia de cães e interesses de grupos que vão desde interesses financeiros por parte de farmacêuticas e profissionais da medicina veterinária até a própria resistência social, a partir dos valores que compõem a relação entre humano e animal não humano. Os autores também demonstram uma parcialidade de alguns setores da mídia que limitam a discussão a determinados grupos, neste caso, aos grupos de defesa dos direitos dos animais e aos médicos veterinários. A partir desses diversos impasses encontrados anteriormente na literatura, este artigo tem como uma das principais hipóteses a de que a atuação institucional no tratamento do problema da LVC no Uruguai contenha dissonâncias com órgãos de imprensa e grupos populacionais envolvidos.

Objetivos geral e específicos

Define-se, como objetivo geral, compreender e discutir os discursos que compõem a abordagem de órgãos responsáveis pelo controle da Leishmaniose Visceral Canina no Uruguai, em distintos âmbitos da ação política, bem como avaliar como ocorre a comunicação pública da problemática por parte da mídia *online* no país. Como objetivos específicos, (1) avaliar como aspectos sociopolíticos são considerados juntamente com fatores epidemiológicos nas ações políticas de controle e prevenção da Leishmaniose Visceral Canina no Uruguai; (2) compreender como ocorre a percepção e comunicação de risco por parte das orientações institucionais em relação à Leishmaniose Visceral Canina no Uruguai e (3) compreender como ocorre a percepção e comunicação de risco por parte da mídia online uruguaia em relação à Leishmaniose Visceral Canina no país.

Metodologia

No intuito de cumprir com os objetivos da pesquisa, foram realizadas coletas e análises de materiais midiáticos, notícias e documentos institucionais, todos veiculados online. Além disso, os autores realizaram uma revisão bibliográfica e sistemática da literatura, porém, para este trabalho só foram utilizados alguns artigos pertinentes para a discussão proposta.

Considerações finais

Em março de 2009 se promulgou no Uruguai a lei 18.471 (URUGUAY, 2009). Em particular, em seu artigo 18, cria o Registro Nacional de Animais de Companhia (URUGUAY, 2009). Esse registro é uma estratégia importante desenvolvida para o controle da LVC e outras zoonoses neste país, já que a partir da vigilância constante dos animais, a doença pode ser controlada antes de se alastrar em grande escala no território nacional. Inicialmente o registro seria de cães, porém, a ideia era avançar e se estender a todos os animais domésticos, assim como é feito com animais de criação.

Em relação às ações voltadas ao principal reservatório doméstico, o cão, o manual nacional de controle da doença recomenda as tradicionais medidas de prevenção e proteção do acesso vetorial ao animal; a supressão de animais de rua e com livre movimento, somados à vigilância geográfica da enfermidade (a partir da contenção do translado de animais oriundos do exterior e de departamentos com casos registrados); e a sugestão, aos proprietários, da eutanásia dos cães soropositivos. (URUGUAY, 2016b, p. 34-35). No boletim epidemiológico de novembro de 2016, publicado também pelo MSP-URU, foi abordada a "Emergência da leishmaniose canina no Uruguai" (URUGUAY, 2016a, p. 14). Além do enfoque no controle dos flebótomos, esse boletim destaca em seu plano de ação no controle de cães soropositivos a necessidade de "contactar a equipe jurídica do MS a fim de revisar a legislação vigente e definir a necessidade de reformulação das normas existentes que permitem trabalhar com a população" (URUGUAY, 2016a, p. 17). A preocupação com a legislação indica uma antecipação de problemáticas muito provavelmente ligadas a questão da eutanásia e a fiscalização e limitação de translado, problemáticas recorrentes em outros países que enfrentam esta epidemia.

A leitura do material coletado das mídias online aponta para algumas categorias comumente abordadas em torno do grande tema da Leishmaniose Visceral. Foi possível identificar com clareza componentes elementares em cada matéria, que se repetem com frequência. O conteúdo de cunho informativo é predominante, com foco nas características gerais da zoonose, nas manifestações de sintomas clínicos em humanos e cães e nas implicações para a saúde dos indivíduos acometidos. As informações vêm, geralmente, acompanhadas por declarações de especialistas na área de estudos em LV, como veterinários, epidemiologistas, médicos ou pesquisadores em geral. Mescla-se uma comunicação que, em certa medida alarma, a uma outra que pondera os riscos da doença, seja contraída por cães, seja por humanos. Existe uma tentativa de reforçar a gravidade que a situação envolve, mas, ao mesmo tempo, de conduzir o leitor (cidadão) a pensar e agir de forma responsável, planejada e mais tranquila possível. Nesse sentido, reitera-se constantemente que, apesar da alta taxa de letalidade, a LV possui tratamento eficaz se descoberta precocemente, mostrando-se mais severa ou incontornável apenas em pessoas que já possuem algum tipo de deficiência imunológica ou doença crônica. Este modelo de percurso narrativo é mais comum nas matérias provindas do site do Ministério de Saúde Pública do Uruguai. É esperado, portanto, que aliada às informações, seja construída uma argumentação sobre a importância das medidas preventivas. Trata-se, nesse caso, de um discurso que privilegia a comunicação científica esclarecedora, com vistas a sensibilizar a população acerca dos riscos que atitudes desinformadas ou irresponsáveis podem gerar. A decisão de tutores por sacrificar seus cães em caso de infecção é uma atitude que ganha altíssimo reconhecimento e louvor, principalmente quando as falas procedem de integrantes do governo uruguaio, como por exemplo, o muito citado subsecretário de saúde, Jorge Quián.

Aliás, a atenção voltada ao apontamento de problemáticas relacionadas aos cães e à leishmaniose é grande, ainda que a centralidade dessa discussão não seja muito sobre a posse e tutoria responsável dos animais. Quando a matéria em questão cita os cães, geralmente é no sentido de informar sobre a condição do animal no ciclo de contaminação e oferecer dados sobre números de infecções. Manifestações que problematizam a relação entre animais humanos e não humanos, em específico de tutores com seus cães, ficam em segundo plano, aparecendo com mais frequência nas

matérias finais, que já relatam a diminuição e o controle dos índices de contaminação pela leishmaniose. Essas manifestações carregam um discurso que exprime o privilégio e proteção da saúde humana que, na maioria das vezes, tem como condição a eutanásia dos cães. O apelo pela tutoria responsável e a emergência de atores que advogam pelo bem-estar animal são relativamente restritos nas matérias, levando-se em conta o grande número de referências feitas aos animais de estimação. Quando se trata da comunicação sobre a prevenção e sobre o controle da transmissão da doença, percebe-se a defesa de um discurso de corresponsabilidade, sendo ambos, o governo e a população, encarregados de adotar determinadas medidas e assumir compromissos, salvo as devidas possibilidades e proporções a cada um. Em suma, todos devem fazer, na medida do possível, o que for necessário para impedir que a transmissão da leishmaniose aumente e acometa ainda mais cães e mais humanos. Isso agrega, inevitavelmente, uma discussão acerca das condições ambientais que favorecem a criação dos mosquitos transmissores. Ainda que sejam feitas poucas referências a essa questão, é possível perceber que essas condições ambientais favoráveis ao mosquito são associadas a populações ou comunidades em situação de pobreza e vulnerabilidade.

É interessante perceber que, em oposição às tensões encontradas entre órgãos institucionais responsáveis pelo controle da doença e veículos de mídia no município de Florianópolis, Brasil (Grisotti & Amorim, 2020), os discursos parecem estar muito mais alinhados. Porém, isto não quer dizer que não há também uma escolha editorial clara que favoreça um ponto discursivo, neste caso, aqueles de interesse dos órgãos de vigilância. Discordâncias sobre o manejo das estratégias adotadas provavelmente existem, porém, não são exploradas nestes veículos. Por este motivo, o avanço de pesquisas sociológicas e antropológicas que possam acessar estes grupos, não presentes nas grandes mídias, é necessário para entender a dinâmica do controle da enfermidade no país. Somado a isso, há também a necessidade de avaliar os resultados oriundos destas medidas, que não são apresentados de forma clara nos sites oficiais do Ministério da Saúde Pública do Uruguai. Este trabalho apresenta ao leitor o contexto inicial de estratégias e narrativas construídas pelos órgãos públicos e pela grande mídia uruguaia, e aspira ser um ponto de partida para pesquisas futuras que visem olhar para a dinâmica e contemporaneidade do caso desse país. Assim, torna-se possível buscar alternativas, exemplos e possibilidades para o controle dessa doença tão ausente do dia-a-dia popular,

mas que tem o potencial de causar danos graves, principalmente a populações mais vulneráveis.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Lucas de C. de; GRISOTTI, Márcia. Eutanásia canina como estratégia de controle da Leishmaniose Visceral: Aspectos sociopolíticos. Simpósio Estadual em ambiente e saúde - SEAS 2021. DOI: 10.29327/140554.1-2.

ÁVILA-PIRES, FD. Ecologia. In: Coura JR, organizador. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2005.

GRISOTTI, Márcia; AMORIM, Lucas de C. de. Entre o amor ao animal e a saúde pública: Reflexões sociológicas sobre a Leishmaniose Visceral Canina. Estudos de Sociologia. Araraquara, v.25, n.49, p.121-146, jul.-dez. 2020.

URUGUAY. Ley Nº 18.471. Tenencia responsable de animales. Montevideo, 27 de marzo de 2009. Publicada D.O. 21 abr/009 - Nº 27714.

URUGUAY. MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA. Boletín epidemiológico. N°2. Noviembre 2016a.

_____. Guía de diagnóstico, tratamiento y control de la leishmaniasis visceral en Uruguay. Abril de 2016b.

_____. Ordenanza N° 1.069/019 - Ordenanza 1069- Traslado de caninos fuera de los limites de los departamentos de Salto y Artigas. Documento: 12/001/3/6416/2019. Actuación: 5. Montevideo, 29 de agosto de 2019.

_____. Ordenanza N° 34/017 Leishmaniasis. Montevideo, 12 de enero de 2017.

_____. Uruguay registra primer caso de leishmaniasis en humanos en un continente donde el mal es endémico. Creación: 06/12/2018. Acesso em: 22/08/2021. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-salud-publica/comunicacion/noticias/uruguay-registra-primer-caso-de-leishmaniasis-en-humanos-en-un-continente>.

_____. “Yo te cuido, vos me cuidás”. Creación: 24/12/2020. Última actualización: 25/12/2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Control of Neglected Tropical Diseases. Acesso em: 22/08/2021. Disponível em: <https://www.who.int/teams/control-of-neglected-tropical-diseases/neglected-zoonotic-diseases>.

_____. Las leishmaniasis. OMS, Serie de Informes Técnicos, 701. Ginebra, 1984.

_____. Leishmaniases: Epidemiological Report of the Americas. Nº 3 - WHO. July, 2015.

_____. Leishmaniases: Epidemiological Report of the Americas. Nº 5 - WHO. April, 2017.

_____. Leishmaniases: Epidemiological Report of the Americas. Nº 6 - WHO. February, 2018.

---

[1] Graduando em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, CNPq, lucasamorim0@gmail.com

[2] Mestranda em Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, CNPq, isaura.ferrari@hotmail.com

[3] Graduanda em Ciências Sociais, Univerdidad de la República Uruguay – UdelaR, Montevideo, CNPq, jocelynferreira93@gmail.com

[4] Doutorado em Sociologia, Universidad de la República Uruguay – UdelaR, Montevideo, CNPq, mariana.leoni@udelar.edu.uy

[5] Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, CNPq, marcia.grisotti@ufsc.br

Mulheres rurais e resistência em tempos de pandemia

Andréa Maria Leite Albuquerque [1]

Resumo: o presente trabalho, fruto de artigo anterior, fará uma breve recapitulação histórica sobre os movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais e, em seguida, analisará as implicações da pandemia de COVID-19 na vida dessas mulheres para, por fim, discutir as formas de resistência utilizadas por esse grupo para lidar com as adversidades do momento atual. Foi realizada revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, com base em artigos disponíveis em bases de dados científicas, e análise de reportagens sobre o tema, bem como houve a coleta de relatos de mulheres rurais, como forma de dar materialidade à teoria pesquisada. Analisando as dificuldades enfrentadas durante a pandemia, constata-se o aumento da violência doméstica, a dificuldade de acesso a políticas públicas, a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados e a diminuição da renda, dentre outros problemas. Observa-se, ainda, como elas têm se organizado localmente, muitas vezes mediante o uso da tecnologia, e encontrado meios de resistência como, por exemplo, a economia solidária e outras formas de produção não capitalistas, a adoção de ações de solidariedade e a criação de rede de apoio capaz de atender não só as participantes dos coletivos organizados como suas famílias e comunidades.

Palavras-chaves: campesinato, mulheres rurais, pandemia, COVID, políticas públicas.

Introdução

A pandemia da COVID-19, que se instalou em meio a uma já existente crise política e econômica, acentuou diversas desigualdades causadas pelos "três unicórnios", expressão utilizada por Santos (2020) para designar o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Não surpreende, portanto, que grupos mais vulnerados sofram os efeitos de forma mais profunda. A Comissão Interamericana de Mulheres (2020), publicou estudo intitulado *COVID-19 en la vida de las mujeres: Razones para reconocer los*

impactos diferenciados[2], onde reconhece que a pandemia "está causando impactos específicos sobre as mulheres e aprofundando as desigualdades de gênero existentes, tanto dentro como fora de casa, em hospitais e centros de saúde, no trabalho e também na política", que "os indicadores mostram um aumento da violência de gênero, que é agravada pelo confinamento e pelo acesso limitado das mulheres aos serviços públicos de atendimento, prevenção e punição da violência" e, ainda, que "a interseção de gênero com outras condições de vulnerabilidade agrava o impacto negativo da crise; portanto, é uma prioridade prestar atenção aos grupos mais vulnerados, como [...] as mulheres mais desfavorecidas nas áreas rurais".

Apesar de reconhecidamente fazerem parte dos grupos mais vulnerados, as mulheres rurais possuem um histórico de organização coletiva e luta por direitos. A partir dessa reflexão, surge o problema da pesquisa: é possível que mulheres rurais organizadas encontrem formas de oferecer resistência às dificuldades impostas pela pandemia?

Hipótese, objetivos gerais e específicos

Partindo da hipótese de que a organização de mulheres em coletivos é capaz de criar uma rede de apoio e solidariedade, bem como de encontrar formas para lidar com as adversidades, o objetivo geral da pesquisa é demonstrar que a resistência das mulheres rurais existe e como se manifesta. Para isso, como objetivos específicos, serão analisados os primeiros movimentos organizados de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, como essas mulheres historicamente lidam com a opressão patriarcal, quais desafios têm enfrentado durante a pandemia e quais meios de resistência têm utilizado para atenuar os seus efeitos.

Metodologia

Como metodologia, utilizamos revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, analisando, dentre outros, trabalhos clássicos sobre campesinato e patriarcado, como o

de Heleieth Saffioti, e contextualizando com a literatura produzida durante o período da pandemia. Para revestir a análise teórica de materialidade, colhemos relatos de mulheres rurais, organizadas em coletivos e ativas em suas comunidades. Importante ressaltar que, na produção dos relatos, algumas dificuldades foram observadas. A primeira foi a impossibilidade de entrevistas presenciais, tendo em vista as medidas sanitárias de distanciamento social, e a segunda foi a impossibilidade de realização de entrevistas virtuais síncronas, já que a maioria das mulheres não possui acesso à internet com qualidade suficiente. Diante dessa situação peculiar, definiu-se como método o uso de aplicativos de mensagens instantâneas, de forma individual e assíncrona, permitindo que cada participante pudesse escolher o melhor momento para envio de seu relato. Foram abordadas mulheres rurais de Alagoas e Pernambuco já familiarizadas com a pesquisadora. Cada uma recebeu um roteiro semiestruturado e aberto, contendo sugestões não limitadas de temas a serem abordados. As participantes foram orientadas para que enviassem relato de forma escrita ou oral. Seis mulheres enviaram relatos, sendo que quatro enviaram por áudio e duas por escrito (um relato foi escrito à mão e fotografado).

Movimentos organizados de mulheres rurais e pandemia

Em breve análise histórica acerca do movimento de mulheres rurais, Faria (2009, p. 24) analisa a trajetória de luta das mulheres rurais desde a década de 1980 e reafirma a "força da reivindicação pelo reconhecimento como trabalhadora e como cidadã", destacando a luta pela sindicalização, acesso à previdência e à licença maternidade e reconhecendo que "essas questões são centrais para a discussão acerca da divisão sexual do trabalho e da visão de que as mulheres são destinadas apenas ao trabalho reprodutivo". Para Saffioti e Ferrante (1987), os movimentos de mulheres rurais são uma contestação das violências sofridas por essas mulheres, bem como uma luta pelo reconhecimento, pelo fim da invisibilidade e pela "coletivização dos espaços escondidos".

Durante a pandemia de COVID-19, as consequências sentidas pelas mulheres, como o aumento da violência doméstica, a sobrecarga do trabalho de cuidados, a

diminuição de renda e a ausência de políticas públicas específicas, são realidades descritas tanto nos relatos colhidos quanto nas diversas pesquisas realizadas neste período. Os relatos apontam o aumento da violência física, patrimonial e até mesmo a ocorrência de feminicídio nas comunidades, ressaltando que uma das dificuldades no enfrentamento da violência contra as mulheres rurais é a precariedade e, na maioria das vezes, até inexistência de instrumentos da rede de proteção na zona rural.

Outro problema agravado pela pandemia é a sobrecarga de trabalho doméstico. A Comissão Interamericana de Mulheres (2020, p. 4 e 10) afirma que "o lar tornou-se o espaço onde tudo acontece: cuidado, educação de crianças e adolescentes, socialização e trabalho produtivo; o que agravou a crise dos cuidados" e alerta que "o confinamento agrava a crise de atendimento, aumentando a carga de trabalho global das mulheres". A partir dos relatos das participantes, verifica-se como a rotina diária das mulheres rurais tem sido uma sequência infinda de trabalho doméstico, cuidados e conflitos.

A última grave consequência originada pela pandemia é a diminuição da renda. Mulheres rurais, que trabalham com agricultura familiar ou produção artesanal, costumam vender seus produtos em feiras locais ou regionais e, ainda, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar[3] (PNAE). No entanto, medidas de isolamento social, restrições de circulação e suspensão das aulas aliaram-se ao medo da contaminação pelo vírus e, principalmente, à incapacidade de gestão eficiente das políticas públicas, fazendo com que a renda dessas mulheres ficasse seriamente comprometida. Os relatos colhidos explicitam as dificuldades que esse grupo enfrentou, principalmente no início da pandemia.

No entanto, várias formas de resistência surgiram. É importante reconhecer a força dos movimentos coletivos para a resistência dessas mulheres no período da pandemia. Araújo (2020), referindo-se ao MST, salienta que "neste contexto tão difícil para todos os brasileiros, devemos nos colocar ao lado do povo, lutando, nos organizando, prestando apoio e solidariedade para enfrentar a batalha contra a COVID-19", reforçando que "a prática da solidariedade é fundamental para salvar vidas, ela é valor e princípio da nossa luta e organização". Mafort e Julca (2020) constataram que o MST têm distribuído, desde o início da pandemia, toneladas de alimentos em todo o

país, considerando que "essa atitude tem um conteúdo humano, de classe, e também orgânico, que estimula as pessoas atingidas pela crise e pela pandemia a se organizarem e mudarem sua condição material" e apontam um exemplo de resistência à violência que vem do Setor de Gênero do MST, com o lançamento da campanha nacional "Mulheres sem terra: contra os vírus e as violências". Em menor escala, conforme relatos colhidos, mulheres rurais uniram-se para realizar ações comunitárias como distribuição de cestas básicas, doação de produção excedente e redes de apoio para cadastramento no PNAE, em parceria com entidades, ONG's e órgãos públicos, de forma a atenuar o impacto causado pela perda de renda das mulheres e suas famílias.

Por fim, cabe apontar que a tecnologia foi fundamental durante esse período, pois possibilitou não só a organização de vendas e encomendas de produtos, mas a continuidade das atividades dos coletivos e a manutenção da rede de apoio entre mulheres. Esse apontamento também é feito por Michela Calaça, em entrevista concedida a Canan (2021) sobre os objetivos do processo de formação política de mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas durante a pandemia, considerando que "o primeiro, e talvez mais importante, não nos sentirmos sozinhas! Encontrar as companheiras, mesmo que virtualmente, fortalece nossa alma, em especial em um momento tão terrível da realidade brasileira".

Considerações finais

A pesquisa demonstra que as consequências da pandemia da COVID-19 são ainda mais sentidas pelos grupos mais vulnerados, como é o caso das mulheres rurais. Isso não significa, no entanto, que essas mulheres não sejam capazes de resistir. Seja buscando maneiras de combater a violência doméstica, seja fazendo uso de formas de produção não capitalistas, as mulheres rurais organizadas em coletivos têm construído diariamente formas de resistência, dando exemplo de luta e solidariedade. Como apontou Saffioti (2004, p. 130), "o fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência". As mulheres rurais, cada vez mais conscientes de suas realidades e cada vez mais organizadas em movimentos e coletivos, são um exemplo de como a luta contra o patriarcado, o capitalismo e o

colonialismo é possível. E, em tempos de pandemia, a tecnologia, com o uso de aplicativo de mensagens aliado à internet, foi uma das ferramentas que permitiu que essa resistência permanecesse viva.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Djacira. Nossa luta e a crise: cuidar de nós, da vida das pessoas e da natureza!. **MST**, 2020. Disponível em: https://mst.org.br/2020/04/24/nossa-luta-e-a-crise-cuidar-de-nos-da-vida-das-pessoas-e-da-natureza/. Acesso em: 10 jun. 2021.

CANAN, Adriane. **Mulheres Camponesas superam desafios e seguem em formação política mesmo na pandemia**. Brasil de Fato, Santa Catarina. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/04/08/mulheres-camponesas-superam-desafios-e-seguem-em-formacao-politica-mesmo-na-pandemia. Acesso em: 05 jun. 2021.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES. **COVID-19 en la vida de las mujeres: Razones para reconocer los impactos diferenciados**. OEA, 2020.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural.** *In*: BUTTO, Andrea (Org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

MAFORT, Kelli; JULCA, Lisbet. **"Quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem"**. *In*: PAIM, Elisangela Soldateli (org.). Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia. São Paulo: Funilaria, 2020. p. 69-90.

ÓAÊ. **Observatório da Alimentação Escolar.** 2021. Disponível em: https://alimentacaoescolar.org.br/. Acesso em: 15 mai. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Da casa para a rua: a caminhada das mulheres boias-frias. **Perspectivas**, São Paulo, v. 9/10, 1986/1987. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/108272. Acesso em 10 abr. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

---

[1] Advogada e mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió, Alagoas, com pesquisa apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. ORCID: 0000-0001-9450-8945. E-mail: andmla@gmail.com

[2] Tradução: COVID-19 na vida das mulheres: razões para reconhecer os impactos diferenciados.

[3] "O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável pela oferta de alimentação escolar a todos/as os/as estudantes da educação básica pública. Considerado como uma das mais relevantes políticas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação e a Nutrição Adequadas (DHANA). […] O PNAE é também estratégico na estruturação de redes de abastecimento da agricultura familiar. 30% dos recursos do PNAE, são destinados à compra direta de alimentos da agricultura familiar, com positivas repercussões sobre vários aspectos que favorecem a segurança alimentar e nutricional, tais como a geração de renda e dinamização das economia locais, bem como melhor qualidade nutricional e valorização da cultura alimentar regional." (ÓAÊ, 2021).

GERAIZEIROS A CAMINHO DO CAFEZAL:

AS TRAVESSIAS MIGRATÓRIAS EM VEREDA FUNDA- RIO PARDO/MG

Laís Pereira Costa [1]

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula [2]

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo compreender fatores, processos e dinâmica migratória na comunidade Geraizeira Vereda Funda, analisando a motivação dos que partem e as inferências na vida dos que ficam, como a mobilidade espacial dessas pessoas modifica as suas relações sociais com os lugares de origem e de chegada, entretanto antes dessa compreensão é preciso, através dos relatos, das observações, do trabalho de campo junto à comunidade compreender como se deu a formação da comunidade, fazer um resgate histórico dela, de suas estratégias de sobrevivências através do tempo, da identidade geraizeira através do modo de vida, sua cultura e seus saberes tradicionais. O buscar outros territórios significa também buscar outras relações com outros lugares, vivenciar histórias e experiências que de certa forma passam a fazer parte de uma nova vida. O trabalho de pesquisa levará sempre em consideração a subjetividade da experiência de campo para percepção do principal objetivo. A análise dos resultados poderá ser realizada a partir de uma imersão na vida social dos migrantes, descrevendo e analisando as relações estabelecidas e os seus modos de vida cotidianos, por meio de um texto etnográfico interpretativo.

Palavras-chaves: Processo Migratório, Vereda Funda, Norte de Minas.

Introdução

A migração sazonal tornou-se o meio dessas pessoas ganharem seu sustento sem abandonar o seu lugar de origem. Incessantemente, permanecem chegando e partindo

na procura de trabalho, de bico, de alguma forma de sobreviver. Não escolhem ocupações, aceitam qualquer tipo de serviço. A migração ainda é uma realidade dura no sertão, os cafezais, grandes produções agrícolas, industriais de calçados, etc; continuam sendo rotas dos norte - mineiros. Esses são caminhos e destinos que fazem parte da identidade do homem sertanejo e vai modificando os lugares, o rural e o urbano.

Tenho como universo de pesquisa a comunidade Vereda Funda, localizada no município de Rio Pardo de Minas, norte de Minas Gerais. A comunidade recebeu esse nome em decorrência das características geográficas do lugar, pois em uma das vias de acesso existem veredas em um vale profundo, na cabeceira de um dos afluentes do Rio Pardo e as famílias da comunidade vivem ao longo dessa vereda.

Em Vereda Funda, aqueles que lá vivem, se identificam como Geraizeiro/ Geraizeira, como o Seu Nerim, morador da comunidade que confirma essa identidade, *"sou geraizeiro porque a região aqui chama de Gerais e eu nasci e vivi aqui e por isso sou geraizeiro"*. Entendo o processo identitário junto com Brandão (1986), não há separação de duas dimensões, individual e social, histórias de vida e saberes tradicionais se misturam, se constroem através da memória coletiva do grupo, assim,

> Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com o espaço físico determinado. Todavia, a categoria identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias. (LITTLE, 2002, p. 10)

Brito (2013) em seu trabalho de pesquisa a cerca dos conflitos socioambientais traz uma descrição sobre as comunidades tradicionais no Alto Rio Pardo e ao abordar os Geraizeiros, versa que "não há homogeneidade étnica que caracterize os geraizeiros, pois se trata de um modo de ser e de viver" (p.54), ainda traz, em seu trabalho, falas coletadas[3] em entrevistas que traduzem idéias dessa representação que eles têm com o gerais, o cerrado e o sertão.

> *Gerais, terra sem limite, sem dono, parto da vida de geraizeiro, o ponto de vida do geraizeiro é o Cerrado. O Gerais é Vida, o Gerais trazia alimentos para as pessoas, cagaita, pequi, trazia remédio, o Gerais refrigera.*
>
> *Tudo do nosso Gerais é tão bacana, tão lindo, o carcunda de nebrina**[4]** não morreu, através da herança dos avôs, dos eternos avôs.*

Guimarães Rosa (1994) traz o Gerais em sua literatura e buscou descrevê- lo,

> Viemos pelo rio Urucuia. Rio meu de amor é o Urucuia. O chapadão- onde tanto boi berra. Daí os Gerais, com o capim verdeado. Ali é que o vaqueiro brama, com suas boiadas espatifadas. Ar que dá açoite de movimento, o tempo- das-águas de chegada, trovoada. Vaqueiros todos vaqueando. O gado esbraçava. (ROSA, 2006, p.73)

E o Gerais pelo olhar de um dos entrevistados à Brito (2013), é definido assim,

> O Gerais tem várias partes, a Catanduba, o Cerrado, a Pirambeira, o povo mora nas Grotas. Gerais é o campo largo, tudo fora a rebimboca (casas e arredores), o povo mora tudo nas grotas e o Gerais fica pra cima, dantes tinha gente que criava de cem cabeças pra mais, tudo solto, no Gerais tinha muito capim agreste, minha primeira casa foi rebuçada com o agreste e a parede, de enchimento (armação de madeira com barro)[5]

No trabalho da Brito (2013) ela aponta o ir e vir, ficar e voltar dos geraizeiros na comunidade sem aprofundar os seus estudos, o que motivou e despertou o olhar para essa dinâmica migratória em Vereda Funda.

Uma comunidade com suas gentes, seus modos de viver em um Sertão do Norte de Minas, no Gerais, onde o *sair* é uma tentativa de *ficar*, homens que deixam suas mulheres e partem em busca de trabalho na colheita do café, mulheres que ficam a esperar pelos seus maridos na esperança de que a colheita seja boa, e que o marido tenha

sucesso na migração, pois como Batista (2010) expõe, “os que estão lá interferem na vida dos que estão aqui. Os que saem não são partes opostas dos que ficam. São partes complementares. Como numa trama da rede, essas partes se entrelaçam. Uma é parte continua da outra”. (p. 30)

Hipóteses

O *Ir, o Partir* se dá muitas vezes pela falta de oportunidade nos lugares de origem, onde os sujeitos vivem e, portanto, buscam a “melhoria de vida”, desta maneira este trabalho tem como objetivo compreender fatores, processos e dinâmica migratória, analisando a motivação dos que partem e as inferências na vida dos que ficam como a mobilidade espacial dessas pessoas modifica as suas relações sociais com os lugares de origem e de chegada. O buscar outros territórios significa também buscar outras relações com outros lugares, vivenciar histórias e experiências que de certa forma passam a fazer parte de uma nova vida.

Objetivos gerais e específicos

Tenho como objetivo compreender fatores, processos e dinâmica migratória, analisando a motivação dos que partem e as inferências na vida dos que ficam, entretanto antes dessa compreensão, pretendo, através dos relatos, das observações, das idas e vindas na comunidade compreender como se deu a formação da comunidade, fazer um resgate histórico dela, suas estratégias de sobrevivências através do tempo, a identidade geraizeira através do modo de vida, sua cultura e seus saberes tradicionais, assim sendo, o que é ser Geraizeiro? O que é uma comunidade geraizeira? Quais os modos de viver daqueles que estão no Gerais? E alguns questionamentos para entender o processo migratório desses sujeitos, como: O que é Ir e Vir, Sair, Ficar, Voltar? Quem são aqueles que vão? Quem são aqueles ou aquelas que ficam a esperar por aqueles que foram? O que é chegar e de novo partir? Essas perguntas nos motivaram a estudar a mobilidade dessas pessoas.

Metodologias

Para compreender os deslocamentos, o ir e vir, as modificações nos sujeitos e nos lugares, requer buscar conceitos, refletir algumas categorias voltadas para o processo social da migração, é preciso conhecer quem são os sujeitos, os migrantes que temporariamente coloca suas vidas entre parênteses, neste sentido José de Souza Martins, ao refletir sobre o vôo das andorinhas, afirma que,

> Mais do que migrantes temporários, há um definido universo da migração temporária. Mais do que trânsito de um lugar para outro, há transição de um tempo para outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por especificas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS, 1896; pg. 45).

O trabalho de pesquisa levará sempre em consideração a subjetividade da experiência de campo para percepção do principal objetivo, que é o entendimento da vivência, dos modos de vida e relações sociais entre os viventes e comunidades do sertão. Essa relação será sempre levada em consideração para desenvolvimento da pesquisa, através da observação participante o pesquisador pode observar de forma intensa seus sujeitos, é um participar da vida deles de forma mais direta, é um viver do jeito que eles vivem, é participar das atividades que eles participam, é um pesquisar que se dá de dentro para fora por meio de vivências e convivências experimentadas com e através dos sujeitos de histórias, tendo como ponto de referência situações do cotidiano, observações dos espaços e lugares da pesquisa, do ir e vir dos atores, a fala dos atores, assim como atuações que vierem a se apresentar nas observações. Percepção no estar no campo e no respeito as falas e atos das pessoas que fazem o viver nas comunidades

> "Eu atravesso as coisas- e no meio da travessia não vejo!-só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do que primeiro se pensou. (ROSA, 1986, p. 96)

Considerações finais

Os sujeitos de pesquisa são pessoas que migram, saem de seus lugares em busca da tão sonhada melhoria nas condições de vida e para compreender a migração é preciso entender que ela envolve duas faces, a face de quem foi e a face de quem ficou. O estar lá, ou o estar longe de casa e o estar aqui, o estar em casa, um cotidiano que precisa ser observado para que possa ser densamente descrito. A análise dos resultados está sendo realizada a partir de uma imersão na vida social dos migrantes, descrevendo e analisando as relações estabelecidas e os seus modos de vida cotidianos, por meio de um texto etnográfico interpretativo.

O migrante é aquele que vivendo em um constante ir e vir, vai modificando seus laços com o lugar, com as pessoas, que em busca de novas perspectivas vai atravessando, saindo, partindo, deslocando. Travessiando.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Elicardo Heber Almeida. **"POVOS" DE SANTANA: CONDIÇÕES DE VIDA E MOBILIDADE ESPACIAL NO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS.** 2010. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, território e complexo florestal industrial: O Caso de Vereda Funda - Norte de Minas Gerais.** 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **"De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana".** Revista Brasileira de Ciências Sociais v.17, N.49, São Paulo, junho 2002.

MARTINS, José de Souza. **O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil.** In: Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. **O problema das migrações e da exclusão social no limiar do terceiro milênio.** In: A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

---

[1] Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Mestranda em Desenvolvimento Social no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social- PPGDS/ Unimontes. Pesquisadora no Grupo OPARÁ/MUTUM e NIISA (CNPq/UNIMONTES) laispereiracosta@yahoo.com.br

[2] Docente no Departamento de Política e Ciências Sociais; Coordenadora e Docente no Programa de Pós Graduação -Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Social- PPGDS/UNIMONTES; Docente no Programa de Pós Graduação Sociedade, Ambiente e Território UFMG/UNIMONTES. andreapirapora@yahoo.com.br

[3] Entrevistas fornecidas à Brito (2013) durante a III Conferencia Geraizeira, realizada na Comunidade Vereda Funda, município de Rio Pardo de Minas, em 31 de agosto a 02 de setembro de 2009.

[4] Apelido dado aos Geraizeiros.

[5] Entrevistas fornecidas à Brito (2013) durante a III Conferencia Geraizeira, realizada na Comunidade Vereda Funda, município de Rio Pardo de Minas, em 31 de agosto a 02 de setembro de 2009.

GT 11
O fazer etnográfico na antropologia urbana

COORDENAÇÃO
MARIANNA CATELLANO BARCELOS DE ANDRADE (UNIFESP)

ROBERTO DE ALENCAR DE SOUZA JÚNIOR (PPGAS-UFSCAR)

Proposta do Laboratório de Estudos das Práticas Lúdicas e Sociabilidade (LELuS - UFSCar), o GT pretende estabelecer um painel de pesquisas que acolherá assuntos correlatos tendo as cidades como campo empírico e de reflexão. Com enfoque em etnografias urbanas sobre a diversidade de experiências e modos de vida relacionados ao universo da sociabilidade, sobretudo com olhares para as periferias, juventudes e corporalidades. O GT abarca então um conjunto de pesquisas, em perspectivas etnográficas, das mais diversas práticas de experimentações do viver nas cidades. De práticas de lazer à estilos de vida, como por exemplo: torcidas (organizadas ou não), bailes funk's, coletivos e iniciativas populares e/ou comunitárias, dentre outros. Bem como, abrange também pesquisas etnográficas voltadas para as diversas temáticas corporais, desde observações sobre as questões de gênero no meio urbano às técnicas mais laborais e sensíveis do corpo, como as danças e a música, ou até mesmo as práticas esportivas e de lazer que tomam o corpo como constructo simbólico.

Analogia de sentimentos na relação humano-animal: uma experiência netnografica na comunidade online "Coisa de Gato"

Raiane Pereira [1]
Fernanda Valli Nummer [2]

Resumo: O objetivo desse trabalho é compreender, a partir dos "*memes*" postados na comunidade online "Coisa de gato", quais as analogias de comportamentos e sentimentos são mobilizadas para criar uma identificação entre o comportamento humano e animal. Diante da situação de Pandemia do Covid-19 que vivemos, optamos nesse momento da pesquisa em realizar uma netnografia segundo Kozinets (2014), que é um modelo de pesquisa etnográfica pensada para estudar culturas e comunidades digitais. Os resultados apontam que na comunidade online estudada os "*memes*" apresentados e com maior número de "comentários" e "curtidas" identificam características de comportamentos e sentimentos humanos de sociabilidade e personalidade nos gatos de estimação, os pets.

Resumo expandido

Animais de estimação, são aqueles dos quais falamos como se fossem pessoas, que vivem nas casas de humanos e são considerados praticamente membros da família (SEGATA, 2012). Entre os animais preferidos para transformarem-se em pet, na nossa sociedade, os gatos e cachorros estão entre os mais comuns. O comportamento dos gatos de acordo com a visão de veterinários, que estudam comportamento animal, como Grisolio et al. (2017), está baseado em características que definem suas necessidades. Assim, de acordo com os autores, seus principais comportamentos, como miar quando quer algo ou sente dor, dormir muito tempo, se aproximar de pessoas conhecidas e fugir de estranhos, por exemplo, estão associados a auto-suficiência e territorialismo. A convivência com humanos é que faz os animais adotarem alguns de seus comportamentos: "eles têm sobre si nossa humanidade estendida" (SEGATA, 2012). Com o objetivo de perceber como essa humanidade é reproduzida nos comportamentos dos gatos, dito de outra forma, como os humanos identificam comportamentos de

pessoas aos animais, que procuramos analisar uma comunidade online sobre gatos pets. Especificamente, escolhemos os "*memes*" que são as tirinhas de teor humorístico postadas sobretudo nas redes sociais, com a finalidade de manifestar posicionamentos ou comentários acerca de diversos assuntos de modo bem-humorado (GUERRA, BOTTA; 2018).

Nesses dois últimos anos em que convivemos com a pandemia do Covid-19, os principais cuidados sanitários indicados pela Organização Mundial de Saúde são o isolamento social e o controle de aglomerações. Diante destas circunstâncias, a netnografia como uma etapa da pesquisa, tornou-se uma metodologia adequada para iniciar a pesquisa. Segundo Kozinets (2014), a netnografia consiste em uma pesquisa observacional participante em um trabalho de campo online, utilizando das comunicações pelo computador como fonte de dados. O autor compara a netnografia com a etnografia clássica, embora a considere um método, pois esta utiliza como base a observação participante e incluir no estudo outros métodos também utilizados na etnografia clássica, como por exemplo as entrevistas. Além disso, a netnografia é um método de estudo específico para ser realizado em comunidades online, onde é possível fazer a interação com os sujeitos pesquisados e coletar dados inteiramente em comunidades virtuais (KOZINETS, 2014).

A comunidade "Coisa de Gato" foi criada há um ano, está localizado na plataforma de rede social "*facebook"*, conta atualmente com mais de trezentos e quarenta mil membros e todos os dias, o moderador do grupo recebe cerca de duas mil "solicitações de publicações" e mais de trinta mil solicitações de "perfis" para entrar na comunidade.

Uma das pesquisadoras já participava desta comunidade, o que facilitou a interação com demais membros e acesso ao moderador. A coleta de dados iniciou por uma análise mais geral da "*timeline"* Os mais comuns são os "*posts"* onde "donos" ou "pais", termos utilizados pelos integrantes, apresentam seus gatos à comunidade publicando fotos de "perfil" dos gatos e nas "legendas" descrevendo seus nomes, idades, como foram adotados ou resgatados e acrescentado de uma característica de identidade humana como fofo, lindo, preguiçoso, dorminhoco, comilão etc. Nesses "*posts*" aparecem os "comentários" de outros participantes da comunidade que respondem com fotos de seus próprios *pets* e algumas informações de seus gatos também com os

objetivos de os apresentar a comunidade ou apenas elogiar o gato da imagem. Aqui percebe-se uma ação que visa criar vínculos de interação entre os gatos dentro da comunidade, o que demonstra que regras de sociabilidade humana também são utilizadas na apresentação do novo membro do grupo. Há também muitas publicações voltadas a solicitação de ajudas financeiras para tratamento veterinário do animal ou dicas de cuidados quanto a saúde dos felinos, onde as imagens geralmente são de gatos doentes, recebendo tratamento veterinário ou das receitas dos remédios com valor do custo do tratamento. Nesses casos, muitas pessoas escrevem "comentários" dispostas a ajudar seja informando a doação de dinheiro ou compartilhando seus conhecimentos de cuidados com a saúde dos gatos. Além disso, há uma categoria para as publicações chamada "nota estrelinha", onde os donos podem prestar suas homenagens a seus gatos falecidos, sempre recebendo muitas respostas de solidariedade ao luto pela perda do pet.

Também os *"memes"* estavam muito presentes na "*timeline*" retratando a rotina de cuidar de um felino ou como eles se comportam através das imagens desenhadas e diálogos que faziam muitos participantes deixarem "comentários" de risos e/ou comparando com seu próprio *pet*.

Tirinhas e fotos com textos retratando comportamentos de felinos, como miar para entrar no quarto e miar ao entrar pedindo novamente para sair, deitar-se em cima do notebook ou computador como maneira de se aquecer, pedir carinho e logo depois ir embora, arranhar locais impróprios, morder o dono como brincadeira, dormir demais durante o dia e estar acordado durante a noite era o tema dos "*memes*" que mais apareciam. Abaixo dessas imagens os "donos" identificavam seus felinos como frases do tipo "igual ao meu (nome do gato)", reforçando que os seus pets também faziam o que era descrito com humor naqueles "*posts*". Foi possível interagir no grupo postando um comentário escrevendo "não entendi a piada", em uma tirinha de humor em que o gato atacava um "cupido que ia flechar um casal sentado em um sofá". Os comentários que recebi foram de "donos" foram de que o gato deles era muito ciumento, alguns afirmavam que seus gatos eram muito apegados a uma pessoa da família. Para Mian e De Castilho (2019) a identificação do "*meme*" não ocorre considerando apenas os seus aspectos estéticos, mas considerando sua representatividade enquanto uma ação social e, principalmente, a conjuntura dos criadores e de quem compartilha estão inseridos. Percebemos aqui o reconhecimento de que o ciúme como comportamento atribuído ao

gato pode levar a determinados comportamentos violentos como nesse caso em que o gato matou o cupido e seu sangue aparece na cena, porém é visto como engraçado.

Em entrevista por e-mail com um dos membros da comunidade indicado pelo administrador o motivo para postar os "*memes*" "[...] compartilho porque acabo identificando o comportamento com meus gatos e achando a situação engraçada" (L.D, membro há 8 meses, entrevista online). Para ele, os "*memes*" postados no grupo são de coisas engraçadas que acontecem no dia a dia de outros donos de gatos, pois acredita que estes revelam a realidade de conviver com gatos. Essa mesma concepção pode ser vista em alguns comentários relatados em um "*meme*" que mostra o gato com o pote de ração cheio, mas vazio no centro, reclamando que o pote está vazio: "Será todos eles são assim? O prato do meu Ramon sempre tem ração, mas ele está sempre pedindo" (comentário publicado na comunidade dia18 de maio às 09:04); "Desse jeito kkkkkk.,. agora meu gato depois de velho. Está trazendo há noite uma amiga pra comer e raspar o pratinho dele... e ele é castrado, mas o amor é lindo demais" (comentário publicado na comunidade dia 19 de maio às 07:03) e "Aqui em casa nem sobra ração porque o Fred é muito comilão, então não sei o que é isso" (comentário publicado na comunidade dia 19 de maio às 08:10).

A metodologia adotada permitiu perceber que na comunidade "Coisa de Gato", se fala dos animais de estimação como se fossem pessoas com suas personalidades próprias, pois lhes são atribuídos sentimentos e vontades humanas. Usa-se adjetivos morais para referir-se aos seus comportamentos, além de que a relação instinto e comportamento adquirido não é claramente definida. O recorte de analisar a vida *online* a partir de uma página das redes sociais, permitiu compreender o comportamento cultural de um grupo de pessoas que se aproximam por afinidade: "a paixão por gatos". A partir dessas análises preliminares é possível construir uma questão para futuras análises: Como esse comportamento cultural de atribuição de personalidades aos gatos pets na relação humano-animal aparece na vida *off-line?*

Referências Bibliográficas

GRISOLIO, Ana Paula Rodomilli et al. O comportamento de cães e gatos: Sua importância para a saúde pública. **Revista de ciência veterinária e saúde pública**, v. 4, n. 1, 2017.

GUERRA, Christiane; BOTTA, Mariana Giacomini. O meme como gênero discursivo nativo do meio digital. **Domínios de Lingu@ gem**, v. 12, n. 3, 2018.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia:** realizando pesquisa etnográfica online. Penso Editora: Porto Alegre, 2014.

MIAN, Mariella Batarra; DE CASTILHO, Alessandra. O Ciberativismo potencializado via "memes": Uma análise de articulação de pautas políticas e sociais nas redes. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 12, n. 34, 2019.

SEGATA, J. **Nós e os Outros Humanos, os Animais de Estimação**. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

---

[1] Graduanda do curso de Ciências Sociais da UFPA.

[2] Dra. em Antropologia, professora da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA.

Batalhas de Popping e a lógica competitiva

Gabriela Seta Alvarenga [1]

Resumo: O artigo propõe breve discussão sobre a noção encontrada de que a dança e a música são elementos simbólicos e expressivos no universo do dançarino de Popping, que experimentam e criam corporalidades capazes de se decodificar e criar expressões corporais e musicais. Trata-se da exposição de alguns dos resultados da pesquisa de iniciação científica que dialoga com dados presenciais e virtuais de campo. A apresentação alia descrição etnográfica e esforço analítico observados a fim de compreender os princípios comunicativos entre som e corporalidade, que aparecem com destaque nos fenômenos de batalhas de danças urbanas.

Palavras-chaves: Antropologia da dança, batalhas de Popping, juventude, corporalidade, música

Introdução

O movimento Funk dos anos oitenta trouxe à tona, em suas festas, as danças sociais e os estilos dançantes. Categoricamente dentro desse universo, estão inseridas as modalidades do *Popping*, *Locking* e *Boogaloo*.

A dança que discutiremos é o *Popping*. Há, até hoje, um debate conceitual entre os interlocutores sobre o contexto de origem que esse estilo de dança é inserido. Muitos a entendem como uma dança de rua [2], outros como uma dança urbana [3], ou como uma dança do Hip Hop e uma Funk Style.

Essa imprecisão conceitual de seu contexto de origem acontece porque houve uma concentração de informações em único canal de saída, que era o Hip Hop. A mídia, ao inserir esse movimento aos veículos de massa, integrou todos as expressões artísticas da população negra a um único lugar. Essa manobra gerou até hoje algumas desinformações sobre a história e as percepções sobre as danças do período.

No entanto, se pensarmos geograficamente, sabe-se que o aparecimento do que entendemos por *Popping* e *Boogaloo* ocorreu na costa oeste dos Estados Unidos da América (L.A, California), enquanto o Hip Hop e suas linguagens [4] na costa leste (Bronx, NY). Esse desencontro geográfico se estende em milhas por exatas 2.799 de distância.

É aceitável dizer que um movimento influenciou o outro. Encontramos, em diversas bibliografias [5], notas da influência direta que cantores *funky*, como James Brown, tinham na *cena* do Hip Hop e das Funk Music. A era do funk motivou diretamente as práticas dançantes. O cantor dizia em suas apresentações que sua música não era para ser cantada, era para ser dançada. Essa fala despertava um processo lúdico entre as pessoas que frequentavam seus shows; o ambiente tornava-se mais divertido e mais "molhado" [6].

O universo jocoso que se formava nessas festas aumentava cada vez mais a demanda por frequentadores. Com o passar do tempo, os bailes ficavam mais cheios. A superlotação desses eventos dançantes fazia a "galera suar". Pejorativamente e de cunho racista, a população branca da época chamava essas festas de *funky*. Era uma forma negligenciada de se referir ao público desses encontros por "pessoas fedidas". Conversando com interlocutores durante campo em 2019 [7], alguns chegaram a me falar que, historicamente, esse "cheiro dos bailes" era quase esotérico, tinha algo de diferente.

Essa forma preconceituosa de deslegitimar uma das formas de sociabilidade da população negra da época se converteu a um vocabulário da cultura e do estilo de vida da juventude periférica. O pessoal dizia "estou *funky*" referindo-se a uma estética musical e corporal criada nos bailes e nas festas desse período.

Tanto no Hip Hop quanto no movimento Funk Soul, as músicas e seus ritmos influenciavam os jovens da época a se expressarem. Seja em odes às lutas sociais e políticas que cruzavam seus caminhos, seja o descobrimento e como uma forma de explorar seus estilos de vida. As festas eram um momento de troca e de sociabilidade dessas pessoas. São nesses eventos que passos sociais [8] ganham sentido e se transformam em coreografias do momento. Ainda que existam pessoas que garantem que o *Popping* surgiu no Hip Hop [9], essa maneira de circular passos de dança que ocorriam nas festas, ou nos bailes por assim dizer, acusam um lugar de nascimento da ideia. No entanto, a grande maioria dos poppers e outros interlocutores entendem a origem das técnicas do *Popping* personificadas por uma pessoa, sendo ela "O fundador". Esse debate recorrente da criação da dança apareceu em um campo feito em 2019 em Curitiba (PR).

Eu estava em um evento denominado Imersão Funk Style, com grandes nomes

da cena dançante. O entrevistador perguntou a Adolpho Shabbadoo [10] o que ele achava dessa forma de ver a cultura negra sempre "engolida" pelo Hip Hop. Pelo menos vista assim pelas pessoas que "só" consomem aquilo. Em sua resposta, ele diz que o que eles faziam era anterior ao Hip Hop; ele se lembrava da primeira vez que viu um b-boy [11] e que não entendia aquela forma agressiva de sociabilidade e de performar; na cabeça dele, naquela época, essa atitude não fazia sentido.

> "(...) Eu não sabia o que ele estava fazendo. Depois pensei, essa parte é a divertida: Por que ele está se sujando, deixando suas roupas sujas? Porque lá em L.A nós éramos mais estilosos, nós não íamos para o chão. E aí o b-boy me disse que aquilo era Breaking Dance. E eu pensei: O que? Dança no chão, suja as roupas, te olha feio, que que isso?". No começo pensávamos isso mesmo, era novo pra gente. Depois de um tempo eu entendi. Eles queriam deixar as roupas sujas, queriam pagar de bravões, a ideia por de trás de toda aquela performance era essa." (SHABBADOO,n/p, 2019)

Diferente do que ocorria com os b-boys, no *Popping* as vestimentas eram um símbolo da cultura. Não eram uma roupa obrigatória, mas davam mais estilo aos dançarinos que as vestiam na hora de dançar. Além disso, algo popular entre os poppers [12] são as noções musicais.

Quando a dança surgiu, os movimentos eram ritmados com as Funk Musics da época. Dos anos oitenta em diante, as músicas para dançar o estilo tinham a implementação das TalkBox [13]. A guitarra falada, como também é chamada, é um dispositivo que tentava se assimilar ao timbre da voz humana em seus instrumentos musicais. O vocalista da banda Zapp aperfeiçoou esse efeito e, dessa forma, marcou a cena da dança mudando a concepção rítmica e sonora do estilo dançante. Seu impacto foi tão forte que, desse momento em diante, passou a surgir as Popping Music, ou seja, as músicas para se dançar Popping.

A dança

A prática corporal é baseada na contração muscular. A ideia, segundo vários interlocutores [14], é que o corpo dançante alcance o efeito visual de explosão, como se diferentes partes do corpo, seja em maior ou menor intensidade, estivessem estourando. *Popping* também é um termo utilizado para designar variações e estilos de danças híbridas. Assim como ocorre no Hip Hop, em que várias linguagens [15] são atribuídas a um único lugar, na dança funk existem diversos estilos e danças que a integram. Esse

é o caso, por exemplo, do *Robot [16]* e do *Animation dance [17]*.

Do que se há documentado e das conversas com poppers durante o campo, em ambos os casos, há uma sintonia em afirmar que o fundador do *Popping* é o Boogaloo Sam [18]. Inspirado pelos *The Lockers [19]* e por um passo social famoso nos anos 60/70 chamado *jerk*, Sam começava a esboçar o que hoje chamamos de *Popping*. A dança consistia em empurrar um de seus joelhos para trás, e nesse momento o fundador falava "pop" dando alusão a um estouro. A origem da palavra que intitula a dança, nasce daí.

A propagação e circulação do *Popping* aconteceu por meio de um grupo chamado *Electric Boogalloos [20]*. Eles apareceram diversas vezes em um programa de televisão chamado *Soul Train*. Além disso, a mídia, mesmo que de forma confusa por associar o *Popping* ao *Break Dance [21]*, ajudou na propagação por meio do filme *Breakin'* [1984].

Hipóteses

Há um olhar analítico e um olhar comum sobre essas práticas?

Vista de fora, essa dança aos olhos do senso comum é apenas compreendida como uma prática lúdica e de caráter espontâneo. Do que sabemos de sua estrutura, existem regimes de regras, noções hierárquicas e uma história cheia de narrativas sobre a mesma noção corporal.

Nesse sentido, é possível afirmar que há um conceito sobre dança dentro dessa própria dança. No documentário *Old School Dictionary – Popping, Locking and Breaking* (2004) são expostas diversas variações de passos do *Popping* que revelam certa genealogia de movimentações que nos levam até as mais atuais.

Há ainda, dentro da dança, diversas formas de se dançar um estilo [22] ou um conceito [23]. A ideia, na hora de julgar uma entrada de batalha, é que o popper saiba fazer os passos base e consiga fazer diversas variações de um mesmo movimento; isso mostra, segundo interlocutores, personalidade durante a performance. De acordo com um jurado, com quem mantive mais contato durante a pandemia, o importante é que o dançarino consiga mostrar para quem está assistindo e ou julgando que aquela corporalidade trabalhada em cena é uma variação de *old man*, por exemplo.

São nas batalhas que os poppers encenam o confronto entre seus rivais. É nesse

espaço que se conceitua a ideia de dança, o que Turner (1988) entende por performance e sua produção gramatical metalinguística. O esperado é que o dançarino que esteja disposto a competir saiba minimamente o que está dançando.

Essa forma de agregar sentido a sua entrada nas rodas de batalhas produzem variações de um mesmo padrão (GELL, 1985). Para Alfred Gell, o que define se a prática dançante é dança ou não, não é dada pelos movimentos corporais em si, mas pelo aspecto da dança que a separa do mundo não dançante. Para o autor, assim como nas batalhas de *Popping*, o que está em jogo são os significados que a trazem de volta para o mundo dançante. Por isso, há uma produção de senso entre os dançarinos, para que sentidos circulem entre si e criem um vocabulário comum entre os mesmos.

Há uma produção de consenso sobre quem dançou melhor?

A metaforização da palavra "*pop"* deu sentido ao que hoje entendemos pelos fundamentos da dança. Esse processo de apropriação de palavras é uma constante no movimento funk. Como citado o caso da *funky*, o estilo *Boogaloo* também tem sua origem concentrada em uma analogia. A música de James Brown, "*Do The Boogaloo"*, era escutada por Sam que a interpretava como uma maneira ousada de se mexer. Foi desse processo criativo que o uso da palavra ganhou outro sentido ao entrar em contato com o corpo do dançarino. *Boogaloo* ganha um sentido dançante para além do musical.

Nas batalhas, a gramática metalinguística criada pelas corporalidades dos dançarinos é dada pelo caráter espontâneo do que se entende por improviso. Ainda que seja assim, para que o popper seja compreendido e tenha um bom resultado, é necessária a produção de sentido que crie narrativas para quem está vendo. Ou seja, é importante que se crie um diálogo através da performance.

Nos eventos presenciais, a interação com o público modificava a entrada. Por isso, a forma que a dança é lida depende da dinâmica estabelecida pelo contexto (TURNER, 1988).

O público dá a "letra" desses confrontos. Sendo a batalha uma competição em que ambos os dançarinos são muito bons, há uma enorme euforia entre que assiste. É comum ver pessoas emocionadas, chorando, rindo, gesticulando e reverberando em seu corpo os estímulos que aquela apresentação causou. Esse processo revela certa individualidade das reações, que se traduzem por uma unicidade [24].

Essa comoção, que demarca algo singular, revela um sentimento comum entre os espectadores: ambos foram afetados pela tradução que aqueles movimentos geraram; a atenção do público é corporalizada nos momentos em que o popper permite a compreensão de seus movimentos a partir de um vocabulário comum entre quem assiste, quem dança e quem julga. Por fim, pode-se dizer que a um consenso sobre quem dançou melhor porque, nesses eventos, há noção de que todos "falam a mesma língua".

No momento em que as batalhas passaram para o virtual, a observação do público ficou mais difícil. As pessoas que acompanhavam os dançarinos e os eventos se modificaram. Muitos dançarinos tornaram-se o público, algo que já ocorria no presencial; mas muitas pessoas foram atraídas para os eventos seja por uma *hashtag* de direcionamento de conteúdo na mídia, seja por números expressivos de seguidores ou seja pelo algoritmo. As batalhas em si perderam um pouco seu sentido porque, além do público ser virtual, as entradas dos dançarinos passaram a ser controladas pelos dispositivos de gravação de vídeo, que interrompem o processo de improviso das entradas.

Música v.s. Dança – A dança cria música?

Em um treino de *Popping* que participei na Casa do Hip Hop da Estação Cultura de Campinas (SP) [25], o professor que estava passando a aula nos disse que, para saber se uma pessoa estava dançando bem, era preciso vê-la dançar sem a música. O som auxilia no processo criativo do improviso. Ele influencia na produção daquilo que chamamos ao longo deste trabalho de metaforizações e criações de gramáticas da linguagem corporal desses poppers. A música ajuda na compreensão daquilo que está sendo performado. A fala desse professor, que muitas vezes foi jurado de batalhas, revela uma de suas metodologias de julgamento: a técnica corporal.

Ainda que Laban (1978) insira nos estudos acadêmicos o sistema de anotar e descrever passos cênicos a fim de encontrar padrões, algumas discussões encontradas em campo foram para além da compreensão das técnicas dos movimentos. A percepção musical que alguns dançarinos tinham, criava comunicações virtuosas entre aqueles que interagiam com a competição. O popper intercalava técnica corporal e percepção rítmica de forma hábil.

A improvisação dos interlocutores mostra ao público o que entendemos por

espetáculo. Ao mesmo tempo que desconstroem uma ilusão causada pelo processo de espetacularização, mantém lúdicas as práticas dançantes. Derrida (2012) chama isso de "deixar-se a vontade e a arte do visível".

Uma das hipóteses dessa pesquisa era saber se, nesses momentos, a dança conseguia produzir a música. Essa ideia confrontava a percepção de que as músicas criam esses estilos dançantes.

Em campo virtual, fiz uma pergunta pelo aplicativo Instagram para um interlocutor. A provocação era saber quem veio primeiro, a música ou a dança. Sua resposta foi que era impossível pensar as duas ideias separadas, como uma ação orgânica. Para ele, elas estão interconectadas. Muitos outros interlocutores concordam com essa perspectiva, ainda que uma velha guarda acredite que as músicas influenciaram o todo; é interessante perceber do que se há documentado; nos bailes, festas, eventos, o público desses lugares era sempre chamado de os dançarinos, a "galera" que ia para dançar. Em literaturas sobre o aparecimento do Funk carioca, a ideia de pessoas que frequentam aqueles lugares também aparece como o pessoal que ia pra dançar. Nesse sentido, fica impossível dissociar um fenômeno do outro, são manifestações relacionadas.

Ainda que a pesquisa de campo fora realizada de modo remoto, a etnografia do que se refere compreender se o estilo dançante *Popping* consegue gerar músicas pode ser trabalhado a partir das inserções em batalhas por meio virtual.

Com o início da pandemia do coronavírus, os eventos que ocorriam de modo presencial foram adaptados. Primeiramente por lives; com a pouca adesão e com a dificuldade de julgar e batalhar por problemas técnicos relacionados à conexão, as coordenações dos eventos passaram a sugerir que as competições fossem feitas por postagens. Mesmo que esse tipo de dinâmica imite a ideia contida por de trás das batalhas, ainda assim não é a mesma forma que o presencial.

Os dançarinos conseguem manipular suas entradas, editar a gravação dos vídeos, corrigir, investir e melhorar os *takes*. As danças deixam de ser espontâneas e passam a performar uma prática de alto rendimento, como se estivéssemos agora no domínio total de uma espetacularização. Do que se entende por contagiante, comunicativo e invisível dessas batalhas presenciais é justamente a capacidade do dançarino de coordenar o tempo, a música e o ambiente à sua volta em uma única entrada de, geralmente, 30

segundos. Como isso não acontece, as batalhas online passam a estar categoricamente mais no plano do competitivo do que do sensível ligado às artes corporais em um geral.

Objetivos gerais e específicos

Os objetivos dessa pesquisa eram compreender como se constroem a ideia de corporalidades virtuosas em batalhas de *Popping*. Dentre os objetivos específicos, estavam as hipóteses contempladas pelas discussões de que se há uma produção de consenso sobre quem dançou melhor, sobre se há um conceito de dança dentro da própria dança e se danças são capazes de produzir músicas. Confrontando com a ideia de que músicas inventam danças.

Metodologia

Essa pesquisa foi feita a partir da observação participante e da etnografia, tanto de maneira presencial quanto de forma virtual, ao longo do período de isolamento devido à pandemia do coronavírus, que precede a necessidade de isolamento social.

Considerações finais

Existe um vídeo chamado *Disecating the Beat* que está no documentário "E*lectric Boogaloo Compilation (show and routine)"*. Nesta parte do filme, poppers famosos na cena mostram como eles manipulam as músicas para dançar *Popping*. Em um primeiro momento, trabalham com o pulso da música. O corpo de um deles reagindo à constância em que o ritmo aparece e colocando em evidência esse aspecto da música.

Em um segundo momento, trabalham a variação rítmica de fundo; o terceiro e quarto dançarino trabalham essas mesmas noções com *beats* diferentes ao longo da música. No final da apresentação, todos performam ao mesmo tempo em seus tempos musicais, mostram ao telespectador as diversas facetas que aquela música tem.

Ao dissecar as músicas, os dançarinos também as adaptam aos seus corpos. Podem não criar novas músicas, mas geram certa atenção aos pedaços musicais que antes não eram percebidos. Delcroze (1925) chama isso de "ouvido musical". Para o autor, a música era um instrumento de apoio à percepção corporal: através dela, formas plásticas do corpo eram criadas.

Segundo Caetano (2005), o invisível em uma performance musical é a música, e o visível é o corpo. Durante as batalhas, os dançarinos tem domínio sobre como usar o tempo, o espaço e o pulso rítmico. Essas noções são chamadas por Laban (1978) de partitura de movimento. Os poppers que se destacavam nos confrontos eram aqueles que exploravam todos esses canais. Ou seja, precisava de certa estratégia, não bastava "só dançar".

Esses corpos dançantes que tem apurado o estudo musical para além da técnica corporal são os virtuosos. Conseguem performar seus movimentos nos pontos rítmicos de uma música. Isso é determinante para sua entrada, pois caso haja desconhecimento sobre a música, seu virtuosismo entra em jogo: ele terá que adivinhar a estrutura daquela música que está tocando e conciliar com suas práticas corporais. Por isso, é importante esse ouvido musical do dançarino. Danças podem não criar músicas, mas fica evidente durante as batalhas que dançarinos com percepção musical e técnica corporal estudada, se sobressaem aos demais. Isso porque conseguem transmitir, a partir de uma construção gramatical de movimentos atrelada a essas noções, uma decodificação daquilo que entendemos por virtuoso.

Referências bibliográficas

CAETANO, Alexandre Cesar. **In(ve)stigando o ritmo: a importância da conscientização rítmica através da percussão e sua transposição para a cena.** / Alexandre Cesar Caetano. – Campinas, SP: [s.n.], 2004.

CARDOSO, Ricardo; RIBEIRO, Ana Cristina. **Dança de Rua.** Campinas: Editora Átomo, 2011.

DALCROZE, Emile J., **Ritmo-Musica-Educazione**, Milano: Ulrico Hoepli, 1925.

DERRIDA, Jacques. **Pensar em não ver: Escritos sobre as artes do visível** (1979-2004). Florianópolis: EdUFSC, 2012.

DIAS CORREIA, Cristiane. **A pedagogia Hip Hop. Consciência, Resistência e saberes em luta.** Curitiba: Editora Appris, 2019.

Documentary: **Old School of Dictionary – Popping, Lockin and Breaking**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=olTvRAiBNXE. Acesso: 18/09/2021.

GELL, Alfred. Style and meaning in Umeda dance. In: SPENCER, Paul. **Society and the dance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LABAN, Rudolf. **Domínio do Movimento**, São Paulo: Summus, 1978.

LE BRETON, D. ANTROPOLOGIA DA FACE: alguns fragmentos. In: **Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em Sociologia** – Vol. 1, Ano 34, n. 47(jul./dez. 2017). João Pessoa, 2017. 278p.

NEGRAXA, Thiago. **As danças da cultura Hip Hop e Funk Styles**. São Paulo: Ed. Print, 2015.

TURNER, Victor. **The Anthropology of Performance**. New York: Performing Arts Journal Publications, 1988.

VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1988.

Vídeo: **Disecating the beat. In: Electric Boogaloos Compilation (shows& routine)**. S/D. Acesso: 24/09/2021 https://www.youtube.com/watch?v=6bvAsW5cGDE.

---

1 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Essa pesquisa foi feita sob orientação do Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo e financiada pelo Edital 001/2020 PROPQ PIBIC do CNPq. E-mail: gabriela.alvarenga@outlook.com

2 "... O termo dança de rua generaliza muitas práticas dançantes. Usa-la de modo genérico para definir as streets dance torna torpe o entendimento do que fazemos delas, principalmente porque elas não acontecem nas ruas. Elas são inseridas em um contexto urbano como muitas outras coisas." NEGRAXA, Thiago. As danças da cultura Hip Hop, 2015

3 Dança urbana: a terminologia no Brasil abrange uma noção mais ampla das modalidades que ocorrem durante o período. É um termo que surgiu na academia para designar as práticas de dança que acontecem em contexto urbano. No entanto, não é muito utilizada na cena. *Urban* é um termo pejorativo que apaga as sociabilidades negras nos EUA. A melhor forma de se referir as danças é chamá-las pelos seus próprios nomes. Essa discussão está presente no podcast "Pé Na Orelha", episódio 54 mediado por Henrique Bianchini e Tati Sanches.

4 Para Negraxa (2015), a escolha de chamar os elementos da cultura hip hop de linguagem propicia um diálogo sobre a produção artística profissional existente no Hip Hop com outros circuitos profissionais, além de justificar a mobilidade que as práticas têm.

5 Tais como: CORREIA DIAS, C. A pedagogia do Hip Hop, 2019; RIBEIRO e CARDOSO. Dança de Rua, 2011, VIANA, H. O mundo Funk Carioca, 2014 [1988].

6 As festas tinham esse caráter divertido e acolhedor. Diversas pessoas iam aos bailes para dançar e acabavam suando muito seu corpo por causa disso.

7 Essa pesquisa feita pelo edital de 2020 é resultado da minha primeira pesquisa de iniciação científica sem bolsa feita pelo edital do PIBIC de 2019.

8 Uma maneira de mexer o corpo durante as festas que é ensinado na hora. Esses movimentos são repetidos por todos que estão acompanhando e vira um passo social de festa, dançado em todos os bailes posteriores.

9 Essa discussão foi central para a elaboração desse projeto. Na primeira pesquisa, as hipóteses eram baseadas a partir da ideia de que o Popping era uma dança de rua. Depois de conversar com diversos interlocutores, ficou claro para mim, enquanto pesquisadora, que o tipo de sociabilidade formada por

poppers e b-boys são diferentes e que por isso seria interessante reestruturar o projeto. Esse debate deu origem a algumas das discussões comentadas neste artigo.

10 Famoso dançarino do estilo Locking e, depois de 1984, do que a industrial cultural entende por Breakdance. Falecido em 2020 por complicações de COVID.

11 Nome que se dá para dançarinos de Breaking. No feminino é b-girls.

12 Nomenclatura neutra dada a quem dança Popping.

13 Um instrumento de distorção de voz.

14 Diários de campo de 2019 e 2020.

15 Para Negraxa (2015), a escolha de chamar os elementos da cultura hip hop de linguagem propicia um diálogo sobre a produção artística profissional existente no Hip Hop com outros circuitos profissionais, além de justificar a mobilidade que as práticas têm.

16 Uma performance corporal em que dançarinos e artistas do corpo pretendem imitar robôs e androides.

17 Dança inspirada nos efeitos visuais de desenhos animados.

18 Sam Salomon. Ele também estava presente na Imersão Funk Style de 2019.

19 Famoso grupo de Locking que passava na televisão nos anos 70.

20 Mais para frente, Boogaloo se torna em um estilo híbrido. A ideia, inspirada em filmes e em desenhos animados, era dar a noção de um corpo sem ossos. Utilizavam também, do ritmo e dos movimentos circulares em todo o corpo, além de usar muito deslocamento de quadril para fazer suas performances dançantes.

21 Essa nomenclatura foi dada pelo filme, mas o termo correto é Breaking. Até hoje há uma disputa interna para que o nome "verdadeiro" seja apropriado.

22 Interlocutores em um evento online que participei em 2020, ao definir essas novas variações de movimentos utilizaram da palavra conceito para diferenciar de estilo. Segundo os mesmos, a noção de estilo faz referência ao lugar que aquela prática pertence.

23 (...) conceito é a maneira que ela é moldada internamente.

24 Le Breton (2017) entende que essas expressões faciais e corporais enviam uma mensagem simbolicamente social e traçam uma via para demarcar a individualidade.

25 Cadernos de campo, 2019.

Mercados de quebrada: Jovens Empreendedores e Consumidores na Subprefeitura Campo Limpo da Capital Paulista

Felipe de Souza Pinto [1]

Resumo: a pesquisa insere-se no campo de estudos da periferia paulistana e, especificamente, aborda a relação entre economia e juventude. Objetivando verificar a existência de mercados, demandante e ofertante, protagonizado por jovens, na Subprefeitura Campo Limpo, o exame tem como metodologia de campo a observação participante e abordagem interpretativa pautada na antropologia geertziana e na teoria da ação. Tal visada, construída na relação entre conceitos de experiência-próxima e experiência-distante, destaca o protagonismo juvenil, isto é, a capacidade dos sujeitos constituírem mercados próprios através da articulação de seus interesses, imediatos e para o futuro, com as possibilidades da vida em uma região marcada pela carência e estigmatizada pela violência. Algo que, na história desse território, é uma novidade possibilitada pelo desenvolvimento socioeconômico do país entre a segunda e a primeira metade das décadas de 2000 e 2010, dentro de um contexto de intensas mudanças sociais, econômicas e políticas.

Palavras-chaves: juventude, periferia, empreendedorismo, economia, trabalho

Introdução

A pesquisa está inserida no campo de estudos da periferia paulistana e, especificamente, aborda a relação entre economia e juventude. Por essa razão, a pesquisa tem como: atores privilegiados, jovens ofertantes e demandantes, dentro da faixa etária de 22 a 29 anos, pertencente a rede de sociabilidade da Produtora Musical e Audiovisual Nova Guarda; objeto analítico, o mercado no interior dessa relação; e, como espaço, a Subprefeitura do Campo Limpo. Localizado na zona sul de São Paulo. Região na qual os jovens trabalham e habitam.

A conjectura descortinou-se durante meu mestrado, entre 2016 e 2018 (PINTO, 2018), quando analisei os exercícios das sociabilidades (SIMMEL, 2006, p.64) juvenis por meio do lazer. A minha suposição na altura confirmou-se. Os jovens elaboravam suas relações no interior das instituições de ensino público. Especificamente, nas quatro

escolas em que lecionei Sociologia no Ensino Médio de 2012 até 2016. Eles as mantinham em práticas de tempo livre elaboradas a partir da reapropriação dos espaços organizados pelas técnicas da produção sociocultural (CERTEAU, 2014, p.41). Destarte: as casas tornavam-se terrenos para as sociais, isto é, para pequenas reuniões entre amigos, geralmente, os conhecidos da família dos anfitriões (PINTO, 2018, p.48-51). As ruas compunham divertidos trajetos, ou melhor, rolês entre parentes de idade próxima, amigos e colegas para algum lugar relevante no centro ou na quebrada (PINTO, 2018, p.42-44). E os bufês, alugados com financiamento coletivo, serviam às celebrações de importantes datas do calendário discente, conhecidas como *parties*, festa em idioma inglês (PINTO, 2018, p.45-48).

A minha surpresa foi constatar a existência de comunidades juvenis que, repartidas em três categorias, movimentavam a cena dos bailes funk na região. Uma parte, compondo grupos denominados equipes, organizava os eventos para lucrar. Outra, vendendo sua força de trabalho em troca de dinheiro, comercializava os ingressos que os financiavam (PINTO, 2018, p.58). A última, por sua vez, via na compra dos convites a possibilidade de participar de um multi-espetáculos de DJs e MCs (Discotecários e Mestres de cerimônias), consumir bebidas alcoólicas, fazer uso de narguilé e de se entreter com os amigos até o esgotamento (PINTO, 2018, p.100).

Hipóteses

No mestrado atendei-me somente ao aspecto do lazer. E na atual pesquisa objetivo aprofundar minhas observações sobre seu caráter mercantil trazendo ao protagonismo outra parcela dos empreendedores, a responsável por estruturar e preencher a vida comum e a extraordinária com seus serviços e produtos. Por essa motivação, o ponto de partida escolhido é a Nova Guarda. Sua formação remonta à busca de seus membros, dentre eles um ex-aluno meu do Terceiro Ano do Ensino Médio em 2013, da emancipação através da produção musical, audiovisual e de performances artísticas. Pois ela é composta por MCs, DJs e rappers [2] que participam dos bailes ou ligam-se, estritamente, ao mundo do hip-hop sem, todavia, deixar de lado os vínculos estéticos, sonoros e discursivos do funk brasileiro [3].

Visando lograr esse intento, seus membros mantêm relações, na interface entre pessoal e profissional, com outros artistas, seja compondo obras em parceria ou comercializando serviços técnicos. E, como as equipes de bailes funk, contratam e divulgam empreendimentos de outros ramos: vestuário, acessórios, beleza capilar, alimentos, bebidas e tabaco. Esses, por sua vez, atendem as demandas gerais e, especialmente, estão antenados às da população da qual fazem parte. Garantem a diversão nas sociais, parties, rolês e, agora, nas resenhas, sendo essas práticas idênticas às primeiras, e a deles próprios nas folgas. E corroboram para a efetuação de percepções e experimentações comuns da juventude, desde o cotidiano, em modos de ser e estar em família, na escola, no bairro, no trabalho e na cidade, até o extraordinário, tempo e espaço finitos engendrados na mediação entre ideais, contextos sociais e conteúdos culturais (PINTO, 2018, p.101; AMARAL, 2012, p.73).

Esse fenômeno não é novo, a juventude periférica elaborou ao longo dos anos diversas estratégias de sobrevivência através da união entre trabalho, lazer e luta política, os Bailes Black na cidade de São Paulo, a partir dos anos de 1960 (FELIX, 2000), e o movimento Hip-Hop (SILVA, 1998), são seus exemplos. Entretanto, no curso desse período, a infraestrutura pública e privada na periferia, além do estado da arte do desenvolvimento tecnológico, limitava muito as possibilidades de ação, seja internamento, na relação entre os jovens, e na produção e disseminação de seus produtos. Hoje, essa constituiu a hipótese da pesquisa, o atual contexto socioeconômico nacional, alinhada ao aumento da taxa de urbanização na periferia (NERY *et.al.*, 2019) e o avanço das tecnologias de produção e comunicação, permite o desenvolvimento de complexos mercados juvenis, na periferia paulistana, que une antigos aprendizados, acumulados na tradição juvenil periférica, novos saberes, desenvolvidos juntos com o avanço tecnológico, identidades, visões de mundo, interesses políticos, sociais e culturais. Além de uma relação mais próxima com a economia local, como podemos ver nos bailes funk periféricos que agregam, junto com organizadores, artistas e público, um número grande de profissionais, por exemplo, vendedores de bebidas e lanches, durante os eventos, e ofertantes de serviços de beleza e vestimentas, sendo essas demandas dos jovens para se arrumarem para ir aos bailes.

Objetivos gerais e específicos

Nessa pesquisa pretendo produzir uma etnografia interpretativa, seguindo a perspectiva do antropólogo Clifford Geertz (1989), compreendendo: o que os jovens envolvidos na sociação lúdica da Nova Guarda "*pensam que são, o que pensam que estão fazendo e com que finalidade pensam que o estão fazendo*" (GEERTZ, 2001, p.26) quando ofertam e demandam e realizam trocar comerciais de bens e serviços identificados como próprios dos jovens.

Para dar conta disso a pesquisa tem como objetivos específicos: a) verificar a atual situação econômica e social particulares da Subprefeitura do Campo Limpo e financeira de seus residentes jovens; b) compreender como os jovens percebem as demandas existentes nessa região, decidem nela empreender, quais tipos de empreendimentos optam por criar, como são financiados, mantidos e divulgados, e o que os distinguem dos demais serviços existentes no território; c) compreender as características da população do mercado demandante, moradia, emprego, poder aquisitivo, como se identificam como consumidores e em quais momentos utilizam os serviços do mercado ofertante; d) e, na relação entre os grupos, compreender como empreendedores e demandantes se conheceram, seja na lógica comercial ou nas outras, que perpassam suas vivências como pessoas, como se ligam, isto é, quais são as especificidades de suas sociabilidades, como veem o lugar onde moram e se identificam dentro dele e entre eles, como, sendo jovens, jovens-adultos ou adultos, e o que os diferenciam dos demais, pertencentes ou não a mesma geração.

Metodologia

Segundo as teorizações de Clifford Geertz (1989, p.04), a etnografia não se confunde com o trabalho de campo, anotando dados e observando os interlocutores, esses são os métodos empregados nessa pesquisa. A sua principal característica é ser uma descrição densa. Isto é, demonstrar quem os nossos interlocutores, dentro de suas visões de mundo, pensam que são, o que pensam fazer e com qual sentido eles fazem (GEERTZ, 2001, p.26). Permitindo, assim, a inscrição de seus modos de vida em um discurso inspecionável por pesquisadores outros. Em razão disso, realizarei um trabalho

de campo baseado na observação participante de um ano e meio, tanto através da internet quanto da interação face a face. Para, ao fim, apreendendo os conceitos de experiência-próxima, ou seja, a forma como os interlocutores pensam o mundo, e contrastando-o com os conceitos de experiência-distante (GEERTZ, 2014, p.61), dito de outro modo, as teorizações a respeito dos temas levantados, elaborar da etnografia.

A pesquisa ainda está na etapa de análise bibliográfica, entretanto, pretendo ter como resultado uma tese interpretativa de caráter microssociológico a respeito dos motivos que levam os jovens a ofertar serviços e produtos a outros jovens. Assim, como, as formas como os últimos conseguem demandar serviços e produtos e pagar por eles. O que seria alcançar, nesse sentido, quais seriam as principais características dos mercados de quebrada juvenis na periferia da zona sul. Sem deixar, por seu turno, de relacioná-los ao universo maior do mercado de produção, consumo e trabalho no contexto brasileiro. O que leva a interlocução com o campo da antropologia econômica, um dos campos, assim como o da juventude e da periferia, nos quais se insere a presente pesquisa.

Considerações finais

A pesquisa atualmente está em sua primeira etapa. Nela, estou produzindo dois tipos de levantamento: bibliográfico, visando construir teoricamente os atores, objetos, espaços e tempo do campo investigado, quais sejam, juventude, periferia, economia, sociabilidade, trabalho e empreendedorismo; estatístico, não só trazer evidências para o levantamento anterior, mas, também, para ajudar na elaboração de uma análise comparativa, sincrônica e diacrônica, a respeito dos elementos que constituem a vida juvenil urbana, especialmente sobre o mercado econômico elaborado pelos sujeitos. Essa situação acontece enquanto aguardo a aprovação da pesquisa no conselho de ética da universidade. E, após o termino dessa etapa e da burocracia necessária, pretendo começar as conversas com os meus interlocutores de maneira oficial, haja visto que já estou em contato com alguns deles. Assim, será possível realizar uma análise que combina comparações qualitativas, com jovens de hoje e de ontem, respeitando o período da pesquisa, mas sem relevar as experiências juvenis anteriores, e quantitativas, a partir dos dados que demonstram o desenvolvimento da vida juvenil periférica ao

longo do tempo. Obedecendo, assim, a proposta da pesquisa que dará origem à uma etnografia da periferia urbana a partir do ponto de vista juvenil.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Rita. *Para uma antropologia da festa: questões metodológico-organizativas do campo festivo brasileiro*. In. PEREZ, Léa. *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Gramond, 2012.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1. As artes do fazer*. 22º Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FÉLIX, João Batista de Jesus. *Chic Show e Zimbabwe e a construção da identidade nos bailes black paulistanos.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação de mestrado em Antropologia Social, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1º Edição. LTC, 1989.

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *O saber local: novos ensaios de antropologia*. 14º Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACEDO, Marcio. *Hip-Hop SP: transformações entre uma cultura de rua, negra e periférica* (1983-2013). In. FRUGOLO, Heitor, KOWARICK, Lúcio. *Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade e ativismo.* 1º Edição. São Paulo: Editora 34, 2016.

NERY, Marcelo Batista, SOUZA, Altay Alves Lino, ADORNO, Sérgio. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. Estudos Avançados. 33 (97), 2019. pp. 07-36.

PINTO, Felipe de Souza. *Entre rolês, sociais, parties e bailes: uma etnografia dos entretenimentos juvenis no Capão Redondo*. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, 2018.

SIMMEL, George. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SILVA, José Carlos G.S. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*, 1998. Campinas: UNICAMP. Tese de doutoramento em Antropologia, 1998.

---

[1] Doutorando em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (PPGCS-EFLCH/UNIFESP), Guarulhos/ SP. E-mail: felipedesouzapinto@gmail.com

[2] É interessante ressaltar que as figuras do MC e do rapper podem ser as mesmas, entretanto, em suas origens o primeiro se refere ao artista que escreve, canta e improvisa, enquanto o último somente canta. (FÉLIX, 2000, p.62).

[3] Essa distinção existe em território brasileiro, todavia, ambos movimentos possuem a mesma raiz, a musicalidade negra e urbana estadunidense, que, nos Estados Unidos da América, se desenvolvem em um profundo diálogo e que chegavam, aqui, pelas mãos de diferentes tradutores (MACEDO, 2016, p.44-47) e hoje participam do mesmo universo musical na periferia no qual está inserida a Nova Guarda.

GT 12 Religião: identidades, políticas e espiritualidades

COORDENAÇÃO
BRENO MINELLI BATISTA (PPGS- UFSCAR)

FERNANDO AUGUSTO DE SOUZA GUIMARÃES
(PPGS- UFSCAR)

A polarização política, que emergiu no Brasil desde o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, reconfigurou o cenário religioso no país, tendo por baliza ideais conservadores que defendem a boa moral como panaceia dos males da corrupção. De um lado, novos discursos, identidades e práticas religiosas surgiram em defesa destes ideais, por outro lado, religiosos progressistas reafirmam sua oposição ao rotularem seus oponentes como antirreligiosos ou anticristãos. Por isso, este grupo de trabalho propõe reunir pesquisas que se debrucem sobre o processo de reconfiguração do pluralismo cristão brasileiro, especialmente a partir da discussão de temas como cultura, religiosidade e identidade religiosa e suas conexões com os campos políticos e econômicos.

"CIDADÃOS RELIGIOSOS" NA CENA PÚBLICA BRASILEIRA E A QUESTÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES E DOS LGBTs DIANTE DA ATUAL "REVISÃO" DO PNDH 3 PELO MMFDH

Samuel Escudero Prince Maciel [1]

Resumo: O objetivo do presente artigo é buscar compreender brevemente as disputas entre "cidadãos religiosos" (cf. Vaggione) ligados à Renovação Carismática Católica (RCC) e à Frente Parlamentar Evangélica com adeptos e simpatizantes dos movimentos feministas e LGBTs nos processos de constituição e promulgação do PNDH 3 entre 2003 e 2009, bem como suas alterações em 2010 e seu impacto nas eleições presidenciais daquele ano, bem como de que forma a crise pela qual passou o PT, culminada com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, e a ascensão de Bolsonaro e seguidores seus aos cargos mais altos do governo brasileiro criaram a arena propícia para que Damares Alves, atual chefe da pasta do MMFDH, propusesse a "revisão" daquele projeto diante da inversão de papéis entre situação e oposição, conduzida por um GT fechado, ideologicamente conservador, sem diálogo com opositores, movimentos sociais ou a sociedade civil como um todo. A metodologia por nós utilizada foi a revisão sistemática do próprio PNDH 3, de referências bibliográficas relacionadas a tais temas e de notícias acerca de tal "revisão". A conclusão chegada foi a de que aquela virada no jogo político inverteu as prioridades do governo brasileiro em relação aos anteriores, sobretudo os petistas.

Palavras-chaves: Política, Religião, Conservadorismo, Cidadania Religiosa, PNDH 3

Introdução

O presente artigo apresenta nossas conclusões parciais acerca da proposta de "revisão" do atual Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), objeto de investigação de nossa pesquisa de Mestrado. Promulgado pelo presidente Lula em dezembro de 2009, aquele plano revisional é liderado pela ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), e desenvolvido junto ao Grupo de Trabalho (GT) instituído por ela a 10 de fevereiro de 2021 por meio das portarias 457 e 458.

Partindo inicialmente da busca pela compreensão da disputa que se deu entre

congressistas moralmente conservadores da Frente Parlamentar Evangélica contra parlamentares progressistas apoiadores de agendas feministas e LGBTs naquele contexto de elaboração coletiva, debates e promulgação do PNDH 3 entre 2003 e 2009, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) estava no poder, passamos para a tentativa de entendimento da crise pela qual passou este partido, a inversão de papéis entre situação e oposição a partir do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e sobretudo a partir das eleições presidenciais de 2018, quando Bolsonaro e adeptos seus ascenderam aos cargos mais altos do governo, sendo criada a arena propícia para as mais diversas tentativas e até efetividade de "revisão" de legislações e políticas públicas daquela primeira conjuntura.

Esta presença de "cidadãos religiosos" (na esteira de Vaggione) moralmente conservadores na cena pública brasileira, aliás, possui uma história de longa duração, já tendo interferido e até mesmo impossibilitado determinados debates no passado que iam de encontro a suas agendas "em defesa da vida" e da "família tradicional brasileira", abafando aquelas pautas e reivindicações de governantes brasileiros mais progressistas.

A metodologia utilizada foi aquela da leitura e análise sistemática do conteúdo de documentos que fundamentaram tanto a elaboração e promulgação do PNDH 3 como a atual proposta de "revisão" dele, além de referências bibliográficas relacionadas a estes dois processos.

Hipóteses

A presença de "cidadãos religiosos" (cf. Vaggione) na cena pública brasileira possui uma história de longa duração, já tendo sido (e ainda sendo) empecilho a diversos debates políticos e tentativas de conquistas de direitos por mulheres e LGBTs em nosso país. Isso se dá muito em virtude da majoritariedade de católicos e evangélicos moralmente conservadores nestes contextos, levantadores de bandeiras "em defesa da vida" e da "família tradicional brasileira" em detrimento das pautas defendidas por aqueles movimentos sociais, mais progressistas.

Acerca do conceito de "cidadania religiosa" de Vaggione, ele está diretamente relacionado à presença de redes nacionais e transnacionais de indivíduos que defendem a liberdade de expressão, de exercício e de crença religiosos na cena pública das democracias ocidentais com o intuito de propagar e defender preceitos da Teologia

Moral como forma de resistência ao processo de "sexualização da cidadania" que tem havido nas últimas décadas graças às atuações e à militância de movimentos feministas e LGBTs (VAGGIONE, 2017, p. 3). Esta "cidadania religiosa" possui três facetas – o traçado de fronteiras identitárias, a mobilização de crenças e o reconhecimento de direitos religiosos –, distintas ainda que interconectadas, da política da Igreja Católica, tanto nacional como globalmente, em reação aos impactos da atuação dos movimentos feministas e LGBTs (VAGGIONE, 2017, p. 4-5).

Esta disputa está situada dentro de um contexto maior em que historicamente minorias vem lutando pela conquista de direitos até então reservados apenas a uma parcela privilegiada da sociedade: no caso de nossa investigação, feministas e LGBTs que lutam pela superação de barreiras materiais e simbólicas e pela conquista de direitos civis, políticos e/ou sociais. Assim, com a colocação destas e de outras agendas, as "fronteiras" da cidadania tem sido ampliadas por meio de reformas legais e processos jurisprudenciais, colocando em circulação novos paradigmas, marcados por outras tensões e limitações, concernente à relação entre Estado e sexualidade, dando lugar a um regime secular com uma regulação moral própria (Idem, p. 6). Tais mudanças passam pelas críticas à influência da religião na política e na constituição da cidadania e na necessidade de "des-moralizá-la"[2] e se separar o "ser crente" do "ser cidadão" para que se torne possível um pluralismo ético e verdadeiramente democrático que garanta a inclusão de todos (Ibidem, p. 7).

Lembrando que para Vaggione (2017, p. 9-29) o conceito de cidadania tem três dimensões – a saber, a membresia, ou sentimento de pertencimento tanto à sociedade, em geral, como a grupos particulares, como Igrejas e movimentos sociais em geral, e suas tensões e possíveis relações; a cidadania como prática ou como direito de participação nas tomadas de decisões políticas do país, trazendo à tona a problemática das minorias e excluídos deste protagonismo; e a cidadania como geradora de direitos e deveres, problematizando até onde pode se considerar legítimo a presença destes religiosos na cena pública de um país quando promotores de um empecilho à conquista de direitos por aqueles outros cidadãos, que possuem outros valores éticos e morais.

No Brasil, esta disputa entre "cidadãos religiosos" e feministas e LGBTs em torno de direitos sexuais e reprodutivos tem se dado sobretudo desde a nossa redemocratização, após o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), quando católicos

oriundos da Renovação Carismática Católica (RCC) e evangélicos representantes de Igrejas (Neo)Pentecostais têm conquistado cadeiras nos mais diversos níveis do Poder Legislativo, sobretudo no Congresso Nacional, a fim de normatizar suas agendas moralmente conservadoras em nosso país em detrimento daquelas levantadas por aqueles outros cidadãos, mais progressistas, especialmente no que se refere à legalização do aborto, à união civil homoafetiva (legalizada em 2011) e à adoção de filhos por estes (CAMPOS MACHADO, 2015).

Especificamente acerca da disputa em torno dos debates e da elaboração do PNDH 3, ela se deu dentro deste contexto maior de embates entre "cidadãos religiosos" e apoiadores de agendas feministas e LGBTs, sendo coletivamente construído e publicamente debatido a partir das demandas nascidas em cinquenta conferências temáticas realizadas desde 2003 e das conclusões da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2008, precedida de amplo processo consultivo por meio de conferências estaduais e distritais ("Conferências Livres"), que elegeram 1.200 delegados e indicaram 800 observadores e convidados (ADORNO, 2010, p. 13).

Promulgado pelo presidente Lula a 21 de dezembro de 2009, a disputa em torno do PNDH 3 continuou ao longo de todo o ano de 2010, sofrendo modificações durante a realização da 48ª Assembleia Geral da CNBB e pronunciamentos dos bispos acerca daquele programa governamental, especialmente no que se referia à possibilidade de legalização do aborto, da união civil homoafetiva e da adoção de filhos por estes cidadãos (LUNA, 2014, p. 244), e até mesmo impactando diretamente as eleições presidenciais daquele ano, em que até o papa Bento XVI interviu quando, cinco dias antes do primeiro turno, recebera uma visita *ad limina* de um grupo de bispos maranhenses por meio dos quais enviou uma mensagem pedindo que fosse esclarecido aos fiéis as posições da Igreja e dos mais diversos candidatos suas respectivas posições sobre o aborto e a união homoafetiva (CAMPOS MACHADO, 2012, p. 37), cabendo a Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, bispo de Guarulhos, promover a liderança nacional, o qual chegou ao ponto de, em seu artigo "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus", instruir explicitamente os católicos a não votarem na candidata do PT, Dilma Rousseff (CAMPOS MACHADO, 2012, p. 35). Diante disso e da pressão evangélica, coube a ela assinar uma "Carta ao Povo de Deus" comprometendo-se a deixar para o

Congresso Nacional "encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvem valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes tanto para as minorias como para a sociedade brasileira" (CAMPOS MACHADO, 2012, p. 30).

Diante deste contexto eleitoral,

> (...) as posições aqui analisadas oscilam entre declarações de caráter mais ideológico, que rejeitam de forma aberta e direta o Partido dos Trabalhadores e sua candidata e declarações mais genéricas e indiretas que remetem a escolha de um ou outro candidato para o campo da ética e do discernimento pessoal. As duas posições, no entanto, estão referidas ao compromisso de defesa da vida que, no contexto eclesial de hoje, se traduz fundamentalmente como um posicionamento contra o aborto. Esse posicionamento (...) foi endossado pela manifestação explícita do papa que, no calor da disputa do segundo turno, afirmou que "Quando os projetos políticos contemplam, aberta ou veladamente, a descriminalização do aborto ou da eutanásia, o ideal democrático – que só é verdadeiramente tal quando reconhece e tutela a dignidade de toda a pessoa humana – é atraiçoado nas suas bases". Em suma, há nesses pronunciamentos, a tentativa da hierarquia católica de criar um lugar de enunciação de valores e sentidos que está fora não apenas da nação brasileira, mas do próprio campo político e democrático. Seu apelo constante à moral religiosa visa, em última análise, garantir um lugar para a religião acima da política e do jogo democrático (STEIL; TONIOL, 2012, p. 83-84).

Com seu mandato e meio sendo fortemente marcado e atingido, dentre outras problemáticas, por disputas em torno das questões de gênero em virtude do PNDH 3 e do "Escola Sem Partido", Dilma Rousseff acabou sofrendo *impeachment* em 2016 (ALMEIDA, 2018, p. 182-187), criando o contexto propício à ascensão de Bolsonaro e aliados seus aos altos cargos do governo brasileiro. Nesta esteira,

> Se considerarmos o cenário de polarização política e ideológica que resultou, em 2018, na eleição de um ex-militar cuja trajetória política nas ultimas três décadas foi marcada pela defesa do regime militar e pelo culto à memória de pessoas identificadas com a prática da tortura, as reflexões decorrentes do PNDH 3, bem como dos trabalhos e das conclusões da Comis-são Nacional da Verdade, tornam-se ainda mais relevantes. Ou seja, 10 anos após essas questões terem sido marcadas por fervoroso debate público, e diante de declarações recentes no sentido da necessidade de um novo AI-5 para conter manifestações populares, até que ponto se pode considerar que, no Brasil, o paradigma dos direitos humanos tem sido cada vez mais substituído pela narrativa dos "humanos direitos", com todos os riscos e contradições que essa narrativa pode suscitar no contexto de um Estado Democrático e Constitucional de Direito (FAISTING; GUIDOTTI, 2019, p. 41).

Já com Bolsonaro na presidência da República e Damares Alves encarregada pela pasta do Ministério da Mulher, Familia e Direitos Humanos (MMFDH), a 10 de fevereiro de 2021 ela publicou as Portarias nº 457 e 458, as quais instituíam o Grupo de

Trabalho (GT) responsável por "analisar aspectos atinentes à formulação, desenho, governança, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Direitos Humanos, com vistas a oferecer recomendações para seu aprimoramento e de seus programas" (DIREITOS HUMANOS, Portaria 457, art. 1º, 2021).

Dentre os integrantes do GT estão seu coordenador Eduardo Miranda Freire de Melo, graduado e especialista em Administração pela Escola Naval, MBA em Liderança e Estado Maior e pós-graduado em Administração, ambas as titulações pela Marinha, ex-Diretor Nacional da Mission Network e Catholic Youth World Network, ex-Diretor Geral da Everest International School e ex-Diretor Geral do Instituto de Biopolítica Zenith, atual secretário adjunto da Secretaria Nacional de Proteção Global do MMFDH, ex-integrante do MEC nas gestões Vélez e Weintreub; o advogado Rodrigo Rodrigues Pedroso, membro da União dos Juristas Católicos de São Paulo (Ujucasp) e a também advogada Teresinha Almeida Ramos, representante da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres no grupo de trabalho e diretora do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher, ex-assessora parlamentar do deputado federal Gilberto Nascimento (PSC-SP) e dos vereadores paulistanos Pastor Edemilson Chaves (PTB), Gabriel Chalita (PDT) e Eduardo Tuma (PSDB), ambos jurisperitos declaradamente "pró vida" e antiaborto; Viviane Petinelli e Silva, representante do gabinete da secretaria-executiva, e Marcelo Couto Dias, da Secretaria Nacional da Família (OLIVEIRA; PINA, 2021), dentre outros, como Jailton Almeida do Nascimento, ex-líder do Movimento Vem pra Rua, que liderou as manifestações contra Dilma Rousseff em 2013, e Pedro Paulo Teófilo Magalhães de Hollanda, ex-Diretor Financeiro da Confederação Nacional das Entidades de Família, entidade que define "família" como "instituição natural", a qual trabalha de maneira conjunta com a CNBB.

Todos os integrantes do GT, sem exceção, são católicos ou evangélicos (neo)pentecostais adeptos de agendas "pró vida" e antiaborto e "em defesa da família tradicional brasileira", em oposição às questões de gênero, à união civil homoafetiva e à adoção por estes cidadãos, bandeiras historicamente levantadas por feministas e LGBTs.

Este mapeamento dos integrantes e seus aliados e contatos bem como suas ideologias nos parece de fundamental importância pois, na esteira da teoria do Ator-Rede de Bruno Latour (2005), estas informações nos permite buscar compreender

melhor as alianças e disputas e controvérsias ocorridas em contextos como o analisado por nós.

Nesta esteira, com um GT com integrantes com ideologias tão conservadoras e de forma cristã religiosamente fundamentadas e com o desenvolvimento de suas atividades sem diálogo nem com opositores ao governo nem com movimentos sociais e com a sociedade civil como um todo, críticos à "revisão" do PNDH 3 e não simpatizantes das ideologias seguidas por aqueles estadistas vem se unindo e se mobilizando no combate às propostas daqueles cidadãos. Nesta esteira, em fevereiro de 2021 a deputada Maria do Rosário (PT-RS) apresentou o PDL 16/21 solicitando a solicitação da portaria 457/21 do MMFDH (ALESSANDRA, 2021); em março o deputado federal Tulio Gadêlha (PDT-PE) exigiu explicações da ministra Damares Alves acerca dos objetivos do grupo de trabalho e da forma como estão sendo conduzidas as atividades do grupo de trabalho (BLOG DA FOLHA, 2021); e até mesmo mais de duzentas instituições da sociedade civil e movimentos sociais já assinaram uma nota contrária àquela portaria (VVAA, 2021).

Objetivos gerais e específicos

Em termos gerais, a partir da compreensão do conceito de "cidadania religiosa" de Vaggione, buscamos compreender a presença de "cidadãos religiosos" na cena pública brasileira desde nossa redemocratização e sua defesa de agendas moralmente conservadoras a partir de preceitos da Teologia Moral Cristã em detrimento das pautas e bandeiras levantadas por cidadãos mais progressistas, apoiadores ou até adeptos de movimentos feministas e LGBTs.

Em termos específicos, buscamos compreender primeiramente o contexto de elaboração, debates e promulgação do PNDH 3, entre 2003 e 2010, passando pelo processo de inversão de papéis entre situação e oposição, diante da crise pela qual passa o PT e da ascensão de Bolsonaro e seguidores de suas ideias, chegando finalmente à atual proposta de "revisão" daquele programa, feita pela ministra Damares Alves e desenvolvida pelo GT instituído por ela.

Metodologia

Iniciamos nossas investigações pela revisão bibliográfica sistemática acerca das temáticas que mais nos interessam, em sentido mais amplo, como a presença de

"cidadãos religiosos" na cena pública brasileira, e mais específica, como a elaboração e promulgação do PNDH 3, bem como a atual proposta de "revisão" dele.

Depois, analisamos o texto daquele programa, concentrando-nos nos excertos que mais nos interessam, que foram e, de certa forma, ainda são causas de disputas entre congressistas católicos e evangélicos moralmente conservadores e apoiadores e adeptos de movimentos feministas e LGBTs.

Por fim, fizemos o acompanhamento e levantamento periódicos de notícias veiculadas nos principais meios de comunicação que estão relacionadas à atual proposta de "revisão" do PNDH 3.

Considerações finais

Construído coletivamente com ampla participação de movimentos sociais e da sociedade civil entre 2003 e 2009, durante os governos Lula (PT), o PNDH 3 atendia reivindicações feitas por feministas e LGBTs desde a elaboração do PNDH 1, em 1996, promulgado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sobretudo no que se refere às agendas acerca da legalização do aborto, da união civil homoafetiva e da adoção de filhos por estes cidadãos, causando diversas manifestações opostas à atual versão, sobretudo por "cidadãos religiosos" ligados à Igreja Católica e Igrejas (Neo)Pentecostais.

Com a crise pela qual passou o PT, culminada com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, e com a ascensão de Bolsonaro e adeptos seus aos cargos mais altos do governo brasileiro, criou-se a arena propícia para que Damares Alves, atual chefe da pasta do MMFDH, propusesse a "revisão" do PNDH 3, conduzindo tal projeto por um GT fechado, ideologicamente conservador e fundamentado em preceitos da Teologia Moral Cristã, sem diálogo com opositores, movimentos sociais ou a sociedade civil como um todo, o que despertou manifestações de diversas entidades da sociedade civil e movimentos sociais com ideologias divergentes daquela predominante entre os integrantes daquele grupo de trabalho revisional.

Diante tanto do atual contexto geral pelo qual passa o Brasil como desse mais específico acerca desta proposta de "revisão" do PNDH 3, é imprescindível e urgente reafirmarmos aqui nossa defesa e nosso compromisso com a democracia e respeito à diversidade cultural, política e socioeconômica de nosso país diante de ameaças a

direitos fundamentais e ao *status quo* que vem constantemente ocorrendo nos últimos anos, recordando de forma alusiva às atrocidades que nossa população já sofreu no passado tanto sob regimes declaradamente autoritários como supostamente democráticos, e que de certa forma ainda sofre, especialmente cidadãos pertencentes a minorias que historicamente são mais atingidas pelos mais diversos tipos de violência, para esta nossa investigação em especial mulheres e LGBTs.

Referências Bibliográficas

ADORNO, S. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Novos Estudos do CEBRAP. São Paulo, v. 86, 2010, p. 5-20.

ALESSANDRA, K. Revisão do programa nacional de direitos humanos divide deputados. Disponível em https://www.camara.leg.br/noticias/728581-revisao-do-programa-nacional-de-direitos-humanos-divide-deputados/. Acessado em 15 ago. 2021.

ALMEIDA, R. Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma In ALMEIDA, R. TONIOL, R. Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos. Campinas: Ed. UNICAMP, 2019, p. 163-193.

BLOG DA FOLHA. Túlio pede explicação sobre portaria de Damares que exclui participação social na revisão do PNDH 3. Disponível em https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/tulio-pede-explicacao-sobre-portaria-de-damares-que-exclui-participacao-social-na-revisao-do-pndh-3/23801/. Acessado em 15 ago. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS. Portaria 457. Disponível em https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-457-de-10-de-fevereiro-de-2021-303365015. Acessado em 01 ago. 2021.

____. Portaria 458. Disponível em https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-458-de-10-de-fevereiro-de-2021-303350500?goal=0_069298921c-085acc5add-288596205&mc_cid=085acc5add&mc_eid=2226e4087d. Acessado em 01 ago. 2021.

BORGES, G. Episcopado católico versus 3º Programa Nacional de Direitos Humanos: uma análise dos atuais discursos eclesiásticos sobre sexo e reprodução. Revista Religião e Sociedade. Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, 2019, p. 29-48.

CAMPOS MACHADO, M. D. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos Pentecostais e Carismáticos Católicos. **Revista Religião e Sociedade.** Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 45-72, 2015.

____. Aborto e ativismo religioso no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política.** Brasília, n. 7, 2012, p. 25-54.

FAISTING, A. GUIDOTTI, V. Desenvolvimento e Direitos Humanos: um balanço dos 10 anos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.** Macapá, v. 12, n. 3, 2019, p. 33-50.

LATOUR, B. Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvaror: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2005.

LUNA, N. A Polêmica do Aborto e o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, 2014, p. 237-275.

OLIVEIRA, R. PINA, R. Grupo de Damares que vai revisar Política Nacional de Direitos Humanos tem militantes antiaborto e militar católico. Disponível em https://apublica.org/2021/02/grupo-de-damares-que-vai-revisar-politica-nacional-de-direitos-humanos-tem-militantes-antiaborto-e-militar-catolico/. Acessado em 01 ago. 2021.

STEIL, C. TONIOL, R. Direitos Humanos e Igreja Católica no contexto das eleições para presidência do Brasil em 2010. In AMEIGEIRAS, A. **Cruces, intersecciones, conflictos.** Buenos Aires: CLACSO, 2012, p. 79-107.

VAGGIONE, J. La Iglesia Catolica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu.** Campinas, v. 50, 2017, p. 1-35.

VVAA. Nota contrária à Portaria 457. Disponível em https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/02/nota-contraria-a-portaria-no-457.pdf. Acessado em 15 ago. 2021.

---

[1] Mestrando em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Guarulhos, SP. E-mail: samuel.escudero@unifesp.br

[2] Aqui entenda como retirar a Moral Cristã da constituição da cidadania.

SABERES FILOSÓFICOS DE AXÉ E A NARRATIVA DE ORIGEM DO ILÊ OMIN OTÁ ODARA

Gisele Rose da Silva [1]

Resumo: Abrimos esta gira, que vai girar no fluxo das inquietações daqueles que ousam vislumbrar um horizonte outro, onde saberes e fazeres estejam ligados através da ancestralidade e do orgulho de ser e estar neste mundo. Com base nos saberes filosóficos de axé, iremos apresentar a narrativa de origem do Ilê Omin Otá Odara soprado pela Iyalorixá Marlene de Oxalufan que, com base no cruzo entre o ancestral e o contemporâneo, iremos mostrar a força da palavra falada, vislumbrando outro horizonte filosófico como forma de propagar epistemologias outras nos variados âmbitos de produção de conhecimento. Pretendemos provocar um exercício filosófico que não esteja diretamente ligado nas bases eurocêntricas, como forma de propagar epistemologias diversas nos variados âmbitos de produção de conhecimento, pois no sentido mais geral, o termo filosofia designa a busca do conhecimento, a qual se iniciou quando os seres humanos começaram a tentar compreender o mundo por meio do que foi construído como sendo razão.

Palavras-chave: Saberes Filosóficos de Axé, Narrativa de Origem, Ancestralidade.

Introdução

Compreender o âmbito filosófico como um espaço de pensamentos e questionamentos é o que irá nos fazer atravessar os percursos traçados, *a priori*, pois por mais que as diferentes filosofias sejam singulares e, inclusive, divergentes, todas elas são filosóficas, porém pela visão eurocêntrica, se pauta na ideia do saber como "universal" visto que,

> Nesse sentido, a filosofia ocidental seria universal porque trata do Homem. Esse homem é ocidental, branco, civilizado, adulto, heterossexual, culturalmente cristão; ainda que seja "ateu", o "o sujeito universal" e porta-voz da filosofia ocidental (NOGUERA, 2014, p.23).

Ao transitarmos pelas rotas cruzadas no Atlântico percebemos que para compreender os saberes filosóficos de axé precisamos forjar um giro epistêmico de entendimento daquilo que foi proposto como saber filosófico, dentro de uma perspectiva eurocêntrica, propondo um exercício de reconstrução epistemológica:

> Afinal, a problemática epistemológica é necessariamente étnico-racial, o saber manifesta-se na medida em que há um ser que o encarna. Garantir a presença, a multiplicidade de sabedorias de presenças (corpos) é também investir na multiplicidade de sabedorias que os montam (SIMAS e RUFINO, 2018, p.111).

Corpos negros que fizeram a travessia se encontram com corpos indígenas que aqui já estavam, desse cruzo de saberes que compõem nossas existências, da força da palavra falada temos a energia vital que nos faz ser e estar no mundo:

> Sendo assim, é nossa responsabilidade assumir a emergência e a credibilização de outros saberes, diretamente comprometidos, agora, com o reposicionamento histórico daqueles que os praticam. Nessa perspectiva, emerge outro senso ético/estético; os saberes que cruzam a esfera do tempo, praticando nas frestas a invenção de um mundo novo, são aqueles que se encarnam na presença dos seres produzidos com outros. Firmemos nossas respostas combatendo a baixa estima que nos foi imposta; a problemática do conhecimento é fundamentalmente étnico-racial (RUFINO, 2019, p.12).

Pensar sobre saberes filosóficos de axé é emergir esse nosso senso ético/estético de saberes que estão presentes em rituais e narrativas, é compreender a terra como aliada, pois dela viemos e para ela voltaremos, compreender o alimento como fonte de energia para todos e todas, pensar a diversidade, multiplicidade e singularidade dos corpos.

No sentido de reinvenção e continuidade ancestral, iremos transitar pelos saberes filosóficos de axé, entendidos não apenas como religiões, mas sim como modos de vida elaborados no Brasil com a presença de elementos culturais africanos e indígenas, como crenças, saberes, valores, narrativas e práticas, sendo assim:

> É de extrema relevância uma leitura antirracista para lançar luz em pontos cegos desse debate. Este exercício de investigação crítica, que problematiza as próprias bases da filosofia ocidental, é muitíssimo importante para a abertura de novas possibilidades epistêmicas ou o reconhecimento de outras modalidades filosóficas de pensamento (NOGUERA, 2014, p.52).

Com base no ditado iorubá que diz: “Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje”, podemos compreender a dimensão filosófica do cruzo entre

o ancestral e o contemporâneo, vislumbrando um giro epistêmico na construção de saberes filosóficos considerando a força vital, através do axé, como um outro horizonte filosófico propagando epistemologias outras na construção de memória e preservação da ancestralidade nos variados âmbitos da produção de conhecimento, pois:

> A filosofia, ou seja, o pensamento sobre o essencial, funda, então, a liberdade e a igualdade, mas essa determinação não é unilateral. O pensamento sobre o essencial, por sua vez, não pode se instaurar, se enraizar e se desenvolver sem um meio sociopolítico favorável à discussão. A pura brutalidade, por exemplo, exclui todo debate. O pensamento filosófico não é puro, autossuficiente e não pode, então, ter desenvolvimento autônomo, independente do contexto institucional sociológico (TOWA, 2015, p. 53-54).

A problemática epistemológica abordada compreende como o saber se manifesta nas artes, rituais, nos estilos de pensamento e os modos de existência dentro e fora das comunidades de terreiro, garantindo a presença e a multiplicidade de saberes e de sabedorias que os constituem. No sentido mais geral, o termo filosofia designa a busca pelo conhecimento, a qual se iniciou quando os seres humanos começaram a tentar compreender o mundo por meio do que foi construído como sendo razão.

Saberes Filosóficos de Axé

Os saberes filosóficos de axé se apresentam nas encruzilhadas como práticas contínuas de luta e resistência, pois o princípio do axé/força vital está presente em tudo que é vivo e que existe. A força vital está presente nas plantas, nas águas, nas pedras, nas pessoas, nos animais, no tempo, ou seja, tudo é sagrado e está em constante interação com o mundo, o que permite que tenhamos olhares e ações diferenciadas com todos os seres que vivem ao nosso redor (TRINDADE, 2005), compreendendo que:

> A expressão "Força Vital", sempre presente nas teorizações sobre filosofias africanas, designa o fenômeno responsável pela vida existente no Universo visível e invisível e pela sua manutenção. Todos os seres do Universo possuem sua própria Força Vital; ela é o valor supremo da existência. Possuir Força Vital é a melhor maneira de possuir felicidade e bem-estar (LOPES e SIMAS, 2020, p.28).

A rua como sendo o local de manifestação filosófica, desde os gregos, é onde o axé se apresenta e se movimenta. Axé, a energia vital que nos fortalece com seu conglomerado de saberes arrebatadores.

Axé é ação, pujança, esperança, dor, sonho, realidade, amor, ódio, luta, resiliência, persistência, afeto, fé, perseverança...

> *Axé* é a força que assegura a existência dinâmica, o princípio que torna possível o processo vital. Como toda força, é transmissível, sendo conduzido por meios materiais e simbólicos. É uma força que só pode ser adquirida por introjeção ou contato, podendo ser transmitida a objetos ou seres humanos. O terreiro tem um axé plantado, que se expande e se fortifica combinando as qualidades e significações de todos os elementos que o compõem:
> - axé dos orixás;
> - axé dos membros do terreiro;
> - axé dos antepassados e mortos ilustres do terreiro (THEODORO, 2014, p. 73).

Axé é a vontade de viver e aprender com vigor, alegria e brilho no olho, acreditando na força do presente. Em nada se assemelha a normas, burocracias, métodos rígidos e imutáveis. Pelo contrário. Tudo é uma possibilidade para quem é guiado pelo axé.

Pensar sobre o destaque do valor da experiência como fonte e possibilidade de produção de saberes outros, é uma alternativa para tornar visível vidas e atuações que ao longo do tempo foram invisibilizadas e que na atualidade são de suma importância para a construção de narrativas futuras.

Os saberes filosóficos de axé compreendem o sentido de uma epistemologia que foi subalternizada em função do racismo religioso (NOGUEIRA, 2020) que, tem como alvo um sistema de valores cuja origem nega o poder normatizador de uma cultura eurocêntrica hegemônica cristã, pois:

> O racismo religioso, quer matar existência, eliminar crenças, apagar memórias, silenciar origens. É a existência dessas epistemologias culturais pretas que reafirmam a existência de corpos e memórias pretas. É a existência dessas epistemologias pretas que evidenciam a escravidão como crime e o processo de desumanização de memórias existências pretas. Aceitar a crença do outro, a cultura e a episteme de quem a sociedade branca escravizou é assumir o erro e reconhecer a

> humanidade daquele que esta mesma sociedade desumanizou e matou (NOGUEIRA, 2020, p. 123).

O princípio do axé que é essa força vital que nos permite ter vontade de viver e aprender com vigor, nos dá alegria e brilho no olho, em nada se assemelha as normas, burocracias, métodos rígidos e imutáveis, pelo contrário, tudo é uma possibilidade para quem é guiado pelo axé, pois:

> A ideia de axé designa um modo de relacionamento com o real fundamentado na crença em uma energia vital – que reside em cada um, na coletividade, em objetos sagrados, alimentos, elementos da natureza, práticas rituais; na sacralização dos corpos pela dança, no diálogo dos corpos com o tambor, - que deve ser constantemente potencializada, restituída e trocada para quee não se disperse. (LOPES e SIMAS, 2020, p.29).

O giro epistêmico proposto nesta escrita, nos indica a importância da inserção destas epistemologias pretas nos variados âmbitos de produção de conhecimento, considerando vivências e práticas. Neste contexto percebemos este outro horizonte filosófico como uma prática de vislumbrar intersecções relevantes para compreender as questões relacionadas aos saberes de axé conduzidos por meios materiais e simbólicos.

Narrativa de Origem do Ilê Omin Otá Odara

Na tradição africana os orixás são seres que possuem personalidades e histórias próprias, Oxalufan simboliza o fim do círculo e o recomeço, seria a versão mais velha e sábia de Oxalá, ancestralidade presente na Iyalorixá Marlene Rodrigues Medrado uma mulher negra, mãe, amiga, companheira, professora por formação e Iyalorixá por determinação dos orixás. Zeladora do Ilê Omin Otá Odara,

A Casa da Força das Águas e da Pedras Encantadas foi aberta ao público em 19 de outubro de 2013 e com base no valor civilizatório afro-brasileiro da oralidade (TRINDADE, 2005) iremos mostrar a narrativa de origem do Ilê baseada na prática e na experiência, compreendendo a força da palavra falada como uma flecha sendo

lançada e o conhecimento transmitido oralmente preservado pela ancestralidade, transmitido no contemporâneo:

> Esse nome foi dado por minha navalha, o Babalorixá José Flávio Pessoa de Barros de Oxaguian, do Ilê Asé Omí Iwyn Odara, que por sua vez, foi iniciado por Iyá Nitinha de Oxum do Ilê Asé Iyá Nasso Oká, mais conhecido como a Casa Branca do Engenho Velho, uma das mais tradicionais Raízes de Ketu.
>
> A "Casa da Força das Águas e dos Lindos Espíritos das Árvores" plantou a "Casa da Força das Águas e das Lindas Pedras Encantadas", na mesma cidade, em Cachoeiras de Macacu no Rio de Janeiro.
>
> O Ilê foi aberto pelas mãos de Iyá Débora de Oxum – Iyalorixá de Asé Iyá Nasso Oká Ilè Osum, sucessora do Asé de Miguel Couto deixado por sua avó Iyá Nitinha de Oxum e hoje, a minha zeladora. Emoção que não tenho como descrever!
>
> Muitos foram os momentos que as lágrimas vieram, mas, tentei ser forte como o Jequitibá que existe na região.
>
> O dia amanhecia em 18 de outubro e fui levada por um irmão Egbomy Luís Filipe de Oxaguian junto com meu Hungbóno e minha mais velha de Oxum para o Ilê.
>
> E lá chegando meu Hungbóno Ronaldo de Exu foi quem tão bem conduziu o administrar da casa para receber Miguel Couto.
>
> Ao ver Ekede Jussara entrar no portão com a pequena Sara e minhas mais velhas Egbomy Eliete de Oxumaré e Egbomy Fátima de Oxum foram sinônimo que o momento era aquele.
>
> A Ekede da Oxum de Mãe Nitinha e a energia da Egbomy Eliete de Oxumaré me deixaram sem voz. Miguel Couto havia chegado. Daquele momento em diante, eles receberam as chaves da casa.
>
> Foi tudo muito rápido e o "Igbin Atômico" de Meu Pai estava lentinho e lerdo, mal mexia a cabeça.
>
> Foi chegando aos poucos, o primeiro Ogum, o primeiro Oxaguian, minha única Yao, as minhas Ekedes e um pouco depois minha Iyá Débora e Vó Florzinha com a corte do Bori. Nesta hora eu não vi mais nada. Um turbilhão de lembranças e um sem saber onde colocar as mãos (TEXTO DA IYALORIXÁ MARLENE DE OXALUFAN PUBLICADO EM 19/10/2013) [2].

A narrativa da Iyalorixá Marlene é atravessada pelos caminhos do valor supremo da existência que é a força vital que conecta todos os seres do universo, enfatizando a importância da ancestralidade como valor civilizatório afro-brasileiro (TRINDADE,

2005) onde percebemos a necessidade de cruzar o novo com base na história e na memória, pois a palavra possibilita refletir o passado no presente, pois:

> A palavra que tira do sagrado seu poder criador e operativo, está em relação direta tanto com a manutenção quanto com a ruptura da harmonia, no ser humano e no mundo que o cerca (LOPES e SIMAS, 2020, p.43).

A pretensão desta escrita é evidenciar narrativas que durante muito tempo foram perseguidas, menosprezadas, ocultadas e demonizadas dentro de nossa sociedade, construindo um percurso de valorização e visibilidade dos saberes de terreiro, para tanto, precisamos compreender que:

> A perspectiva narrativa se tornou tão relacionada a histórias, geralmente tratadas como textos ouvidos ou contados, no entanto, as histórias de pesquisadores narrativos mostram que a pesquisa narrativa é muito mais do que ouvir histórias, é uma forma de viver, é um modo de vida, conforme Clandinin e Connelly (2011). Pesquisa narrativa é um processo de aprendizagem para que se possa pensar narrativamente, para que se atente para as vidas, enquanto vividas narrativamente (SAHAGOFF, 2015, p. 02).

Os saberes filosóficos de axé presentes na narrativa de origem do Ilê Omin Otá Odara, nos remonta a necessidade de pensar sobre o originário através de uma riqueza de detalhes, compreendendo a importância de ressaltar que os mitos de criação representam um papel importante na interpretação simbólica dos elementos do universo, e que:

> No pensamento original africano, um ser – seja ele espírito, seja ele vivente, atuando sobre um animal, um vegetal ou um mineral – é capaz de influenciar indiretamente outro ser. A resistência a essa ação também só é obtida pelo fortalecimento a energia vital, recorrendo-se a outras forças. Para se proteger contra a perda ou diminuição da energia vital por ação direta ou indireta de outros seres, a pessoa deve recorrer a forças que possam revigorar sua própria força individual. Tais forças são as energias das divindades e dos espíritos dos antepassados. Chega-se a elas por meio do culto ou ritual destinado a propiciar o revigoramento (LOPES e SIMAS, 2020, p.29).

A importância das narrativas de origem se dá pelo fato de fazerem parte das culturas de axé, que são plurais, coletivas e da cooperação, por isso é tão importante

repensar e reconquistar nossas narrativas através da palavra, para compreendermos nossa história, refletindo em/sobre comunidade, diversidade e em grupo, ressaltando nossos saberes filosóficos ancestrais e contemporâneos.

Se entendemos que tudo que está neste plano terreno é sagrado, compreendemos que na tradição africana a palavra falada, além de possuir um valor fundamental, também possui um caráter sagrado que se associa à sua origem divina, pois as narrativas de origem são ao mesmo tempo conhecimento, aprendizado, história e filosofia.

Considerações Finais

Ao encerrarmos esse giro epistêmico com base nos saberes filosóficos do axé, podemos perceber que os caminhos trilhados através da espiritualidade e da religiosidade se entrecruzam na narrativa de origem do Ilê Omin Otá Odara. Compreendendo que a importância desse cruzo é um dos objetivos desse escrito.

Aqui, ressaltamos saberes de uma ancestralidade que se apresenta em ritos, narrativas e mitos que se propõe a através do valor civilizatório afro-brasileiro do axé nos dar uma perspectiva diferenciada para as nossas ações futuras.

A narrativa de origem do Ilê Omin Otá Odara vislumbra a necessidade de inserção de narrativas outras que comtemplem existências e subjetividades percebendo a relevância da experiência do vivido para refletir sobre saberes outros.

Que os saberes filosóficos do axé sejam cada dia mais vividos e sentidos como formas únicas, porém diversas de busca de um sagrado que se manteve vivo e pujante nas comunidades de terreiro, e que apesar de toda a tentativa de desmonte deste arcabouço milenar resistem ainda hoje.

Referências Bibliográficas

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. Filosofias africanas: uma introdução. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

NOGUERA, Renato. O ensino de filosofia e a leia 10.639/03. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância Religiosa. São Paul: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SAHAGOFF, Ana Paula. Pesquisa Narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana. XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação SEPesq, 2015. Disponível em: <https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/879/1013.pdf> Acesso em 08 de março de 2021.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

THEODORO, Helena. Mulher negra, cultura e identidade. In: Guerreiras de natureza [recurso eletrônico]: mulher negra, religiosidade e ambiente/organização Elisa Larkin Nascimento – recurso digital: il. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 3). São Paulo: Selo Negro, 2014.

TOWA, Marcien. A ideia de uma filosofia negro-africana. Tradução de Roberto Jardim Silva. Belo Horizonte: Nandyala; Curitiba: NEAB-UFPR, 2015.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores Civilizatórios Afro-brasileiros na educação infantil. MEC− Valores afro-brasileiros na Educação. Boletim, v. 22, 2005.

---

[1] Mestre em Relações Étnico-Raciais. Graduada em Filosofia. Especialista em Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo. Filósofa, pesquisadora, escritora. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Atualmente, trabalha como professora de filosofia na SEEDUC-RJ.

[2] Texto disponível em: < https://ileotaodara.com.br/2013/10/19/abertura-do-ile-axe-omin-ota-odara/>. Acesso em 04 de junho de 2021.

A FELICIDADE SEGUNDO O ESPIRITISMO E SUAS LIGAÇÕES COM A TRADIÇÃO POSITIVISTA

Itamá Winicius do Nascimento Silva [1]

Resumo: O presente trabalho se debruça sobre a sociologia da felicidade e da religião. Seu principal objetivo é analisar a ideia de felicidade para a doutrina espírita, relacionando as possíveis semelhanças e dessemelhanças com o projeto iluminista de felicidade. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, tomando como base a Codificação Espírita e leituras que a associam aos debates sociológicos sobre felicidade e religião. Inicio o trabalho com uma breve introdução sobre o significado do Espiritismo, pontuando suas diferenças para as demais religiões. Após esta breve passagem introdutória, busco analisar as aproximações entre espíritas e positivas, sendo os primeiros uma representação sagrada dos últimos.

Palavras-Chave: Espiritismo. Positivismo. Felicidade. Religião.

Introdução

O Espiritismo é uma religião e/ou ciência do mundo espiritual que remonta do Século XIX. Seu codificador foi o pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, mais conhecido sob o pseudônimo de Allan Kardec. Discípulo do pedagogo suíço Johann Pestalozzi, o então professor Rivail, produziu diversas obras de cunho pedagógico entre os anos de 1824 a 1849. Apenas em 1854 foi que Allan Kardec, pseudônimo utilizado só após sua empreitada no Espiritismo, teve seu primeiro contato com os fenômenos espíritas. Esse contato inicial foi feito em conversa com um amigo pessoal, o magnetizador Sr. Fortier, que lhe contou sobre estranhos fenômenos chamados de mesas girantes. Essas mesas não só se moviam sozinhas como se comunicavam com os presentes através de sequências de batidas que representavam letras no alfabeto, formando então palavras e frases. Como um bom homem de ciência do Século XIX, Kardec encarou esses relatos iniciais com forte ceticismo. No ano

seguinte, ele teve contato *in loco* com as manifestações espíritas e a partir disso deu inicio a uma investigação meticulosa que daria origem ao Espiritismo.

Dado esse breve prelúdio, podemos perguntar: mas o que é Espiritismo? Em suma, "O Espiritismo é uma ciência que trata da origem e do destino dos Espíritos, bem como de suas relações com o mundo corpóreo" (KARDEC, 2019, p. 8). Com relação as diferenças entre o Espiritismo e as demais religiões, ele deixa claro na introdução *d'O Livro dos Espíritos*, ao diferenciar espiritualistas e espíritas. Os espiritualistas, adeptos do Espiritualismo, seriam todos aqueles indivíduos que creêm em alguma entidade metafísica fora da matéria. Todas as religiões se enquadram neste gênero. Porém, os espíritas, apesar de serem espiritualistas, se diferenciam destes por crer não só na existência dos espíritos como na importância da comunicação com eles. (KARDEC, 1999).

Espiritismo e Positivismo: entre o sagrado e o profano

Sobre as diferenças entre o Espiritismo e o Positivismo, podemos citar a mais nítida: o Espiritismo foca sua visão de mundo sobre uma base metafísica, enquanto a totalidade dos teóricos positivistas visam superar a superstição e construir uma explicação do homem que seja racional. Os espíritas se vinculam a espiritualidade, já os positivistas a materialidade. Uns são representantes de mais uma religião, enquanto os outros são críticos do pensamento religioso. Teríamos uma espécie de dualidade entre o sagrado de um lado e o profano do outro. Sobre a noção de sagrado e profano, vista na obra de Durkheim, temos o seguinte:

> O sagrado e o profano instauram modos de ser no mundo (cf. ELIADE, 1992) que registram a experiência vivida em cada uma dessas categorias. Durkheim afirma que o mundo sagrado e o profano não são apenas rivais, mas hostis um ao outro. Porém, em seguida, alerta que tal interdição não pode chegar ao ponto de tornar-se impossível, pois se assim fosse, "se o profano não pudesse de maneira nenhuma entrar em relação com o sagrado, este da nada serviria" (DURKHEIM, 1996, p. 24) (PINEZI; JORGE, 2012, p. 86).

Logo, a dualidade entre sagrado e profano apesar de, aparentemente apartadas, estão umbilicalmente vinculadas em uma espécie de "teia de significados" (GEERTZ, 2008). Diante desta diferença aparente, podemos afirmar que o Espiritismo, busca aliar o discurso positivista com o pensamento religioso. Com isso, a doutrina espírita, representa o projeto iluminista de felicidade dentro do campo religioso. Encontramos uma união contraditória entre sagrado (Espiritismo) e profano (conhecimento científico). Segundo o próprio Kardec, "Com o auxílio da lei espírita, o horizonte da Ciência se alargará, como se alargou com a ajuda da lei da gravitação" (KARDEC, 2019, p. 115). Seu objetivo é, assim, transformar o Espiritismo em uma ciência do mundo espiritual com base em fundamentos colhidos na tradição iluminista e positivista.

E nesta empreitada, considerada como uma verdadeira "revolução nas ideias" (KARDEC, 2019): "A Ciência, deixando de ser exclusivamente materialista, deve levar em conta o elemento espiritual; a Religião deve reconhecer as leis orgânicas e imutáveis da matéria" (KARDEC, 1997, p. 38). Em consequência, "deve trazer as relações sociais inevitáveis modificações, às quais ninguém poderá se opor, porque estão na vontade de Deus e resultam da lei do progresso, que é sua lei" (KARDEC, 1997, p. 38). Assim como os positivistas produzem suas teorias visando condições sociais que propiciem o progresso humano, combatendo as anomias sociais que possam surgir, os espíritas ao aliar ciência e religião também visam transformações de cunho social, baseados em um progresso visto como lei divina.

A valorização da razão une espíritas e positivistas, sendo o exercício desta como um meio importante de reformar os indivíduos e a sociedade. Sem o exercício da racionalidade, não pode existir desenvolvimento e progresso humano; então condições relevantes para a felicidade. Entre os positivistas, Auguste Comte, seu fundador, planejou o desenvolvimento de uma religião da humanidade. Para alguns intérpretes, Comte teria tido duas fases em sua trajetória intelectual: primeiro uma "fase positivista", que vai até 1845, tendo a obra *Curso de Filosofia Positiva* como principal resultado; e uma segunda "fase mística", onde sua preocupação passa a ser a fundação de uma religião da humanidade, sendo a obra *Catecismo Positivista*, uma expressão desta última fase (SELL, 2015).

Se Comte buscou fundar uma religião da humanidade com base na razão iluminista, Allan Kardec visou estabelecer uma religião dos espíritos, com base nesta mesma racionalidade das Luzes. Os argumentos utilizados, demonstram a influência positivista que Allan Kardec sofreu ao codificar os ensinamentos espíritas. No discurso sobre o túmulo de Kardec, feito por Camille Flammarion, ao retratar o tratamento dado por ele às manifestações dos espíritos, afirmou: "O primeiro ponto era aplicar-lhes a razão firme do simples bom senso e examiná-las segundo os princípios do método positivo" (KARDEC, 2003, p. 22).

Esse "método positivo" é o método positivista, popular e bastante utilizado entre as diversas formas de se fazer ciência da época. Além da valorização da razão iluminista, Comte e Kardec partem de uma visão teleológica e evolucionista no desenrolar de seus estudos. A Sociologia Comteana é baseada em classificações de uma ordem considerada menor para uma maior. A "Lei dos Três Estados" é um exemplo desta teologia em Comte. De acordo com ele: "essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes" (COMTE, 1978, p. 4). Esses estados são: o teológico, o metafísico e o positivo. No estado positivo, encarado como objetivo a ser alcançado pela humanidade, "O papel da ciência é determinar leis que explicam a ocorrência e existência de todos os fenômenos observáveis" (SELL, 2014, p. 30).

Descobrindo leis, tanto do mundo natural, quanto do social, à ciência seria o guia da humanidade rumo ao progresso. O desenvolvimento do estado positivo, gerando ordem (missão dos cientistas) e progresso (missão dos industriais), seria o pré-requisito básico e elementar para a felicidade humana. Essa visão teleológica também é vista em Comte na sua classificação das ciências, onde "a divisão mais geral de nossos conhecimentos reais consiste em distingui-los em teóricos e práticos" (COMTE, 1991, p. 22). Para ele, o conhecimento científico tinha uma história e seu desenvolvimento não foi simultâneo. A ordem desse desenvolvimento foi assim retratado por Comte: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e, por último, a Sociologia. Sobre esta última: "Comte achava que ela teria que proceder da mesma forma que estas ciências, ou seja, sua função seria estabelecer um sistema complexo de leis que

explicassem o comportamento dos homens na sociedade" (SELL, 2014, p. 31). Essa ótica teleológica também é vista na doutrina espírita em sua análise do mundo espiritual.

Analiso três aspectos que se vinculam diretamente com a ideia de felicidade para os espíritas, são eles: 1) A pluralidade dos mundos, debatido no capítulo 03 *d'O Evangelho Segundo o Espiritismo*; 2) A pluralidade da natureza dos Espíritos, debatido no capítulo 01 da Segunda Parte *d'O Livro dos Espíritos*; 3) A lei do progresso, vista no capítulo 08 da Terceira Parte *d'O Livro dos Espíritos*. Sobre a pluralidade dos mundos, já discutimos um pouco sobre acima. Assim que Kardec, baseado nas comunicações com os Espíritos, classifica a diversidade de mundos:

> Mundos primitivos, onde se dão as primeiras encarnações da alma humana; mundos de expiações e de provas, onde o mal predomina; mundos regeneradores, onde as almas que ainda vão expiar buscam novas forças, repousando das fadigas da luta; mundos felizes, onde o bem supera o mal; mundos celestes ou divinos, morada dos Espíritos puros, onde exclusivamente só reina o bem. A Terra pertence à categoria dos mundos de expiação e de provas e por isso o homem é alvo de tantas misérias (KARDEC, 1997, p. 48).

A felicidade, como podemos perceber nesta classificação, só é encontrado em mundos desmaterializados. A Terra, ligada a superficialidade material e as expiações que dela decorrem, é palco de uma felicidade parcial e superficial. A pluralidade da natureza dos Espíritos é outro ponto da teleologia espírita que se vincula ao tema da felicidade. Sobre essa escala dos Espíritos, afirma Kardec: "A classificação dos Espíritos é baseada no grau de seu adiantamento, nas qualidades que adquiriram e nas imperfeições de que ainda devam se livrar" (KARDEC, 1999, p. 70). Antenado na necessidade de vincular religião com o discurso científico da época, ele continua:

> Ocorre o mesmo com todos os sistemas de classificações científicas: esses sistemas podem ser mais ou menos completos, mais ou menos racionais, mais ou menos cômodos para a inteligência, mas, quaisquer que sejam, não mudam em nada as bases da ciência (KARDEC, 1999, p. 70).

Dividindo os Espíritos em três ordens (Espíritos Imperfeitos, Bons Espíritos e Espíritos Puros), Kardec segue a linha teleológica também vista no positivismo comteano e afirma que apenas aqueles desmaterializados e moralmente superiores,

poderão usufruir da felicidade eterna. Sobre esses Espíritos Puros, "Gozam de uma felicidade inalterável por não estarem sujeitos nem às necessidades, nem às variações e transformações da vida material" (KARDEC, 1999, p. 76). Essa linha teleológica é vista em positivas posteriores a Comte como Durkheim, por exemplo. Ao analisar o desenvolvimento da divisão do trabalho, Durkheim mostra que foi preciso o entrelaçamento de três causas: 1) densidade material; 2) densidade moral; 3) volume social. Sem o desenvolvimento concomitante dessas causas, não seria possível superar a fase agrícola, característica principal das sociedades de tipo segmentárias. Com base em uma visão teleológica das sociedades humanas, Durkheim se refere a essa fase agrícola da seguinte forma: "Mas não se deve perder de vista que essa fase agrícola é tanto mais curta quanto mais elevado é o tipo das sociedades" (DURKHEIM, 1999, p. 255). Assim como os positivistas tipicam as sociedades das menos evoluídas as mais evoluídas, os espíritas reproduzem a mesma lógica na análise do mundo espiritual.

Por fim, chegamos a Lei do Progresso que se vincula diretamente aos dois pontos discutidos acima. A lei do progresso (palavra de ordem para os positivistas), é a principal marca que liga o Espiritismo aos ideais iluministas e, especificamente, positivistas. A valorização da razão faz parte do envólucro que cobre essa lei divina. Para Allan Kardec existiriam dois tipos de progresso: um de ordem intelectual e outro de ordem moral. A tarefa do Espiritismo era contribuir para o progresso moral da humanidade, unindo religião e ciência em torno do entendimento do mundo dos espíritos que nos rodeiam. Na pergunta 799 *d'O Livro dos Espíritos*, Kardec indaga os espíritos sobre o papel do Espiritismo rumo ao progresso:

> Destruindo o materialismo, que é uma das chagas da sociedade, e fazendo os homens compreenderem onde está seu verdadeiro interesse. A vida futura, não estando mais encoberta pela dúvida, fará o homem compreender melhor que pode, desde agora, no presente, preparar seu futuro. Ao destruir os preconceitos de seitas, de castas e de raças, ensina os homens a grande solidariedade que deve uni-los como irmãos (KARDEC, 1999, p. 266-267).

Existe uma semelhança até mesmo entre os adversários do Espiritismo e do Positivismo. Se Durkheim, baseado em Comte, busca se contrapor ao individualismo

dos utilitaristas; Kardec também visa combater esse mesmo individualismo, encarnado pela visão materialista de mundo. Segundo Durkheim, “de individualidades autônomas, como as que se imagina, não pode sair nada que não seja individual e, por conseguinte, a própria cooperação, que é um fato social, submetido as regras sociais, não pode nascer delas” (DURKHEIM, 1999, p. 279). Já para Kardec, uma sociedade baseada nos princípios materialistas, “teria em si o germe de sua dissolução, e seus membros se entredevorariam como animais ferozes” (KARDEC, 1999, p. 87). No fundo, Allan Kardec e a tradição positivista buscam resolver problemas referentes a integração social e evitando anomias; seja com o advento do estado positivo, do desenvolvimento da divisão do trabalho ou através de uma aproximação racional com forças divinas. Com isso, sagrado e profano se unem, cada um a seu modo, contra os mesmos adversários; sendo este sagrado uma representação do profano no campo religioso e, mais especificamente, cristão.

Considerações finais

Diante de tais questões, podemos tirar algumas conclusões. A primeira seria que o Espiritismo, ao buscar unir religião e ciência, representa uma resposta a secularização que avançava na Europa. Allan Kardec buscou a todo instante ganhar o reconhecimento dos cientistas, mostrando que a religião que ele codificava, era uma ciência de um outro mundo. E foi na tentativa de fugir dos ataques desta secularização que a doutrina espírita se aproximou do projeto iluminista de felicidade, principalmente aquele proposto pelos positivistas. Essa aproximação foi vista em diferentes ângulos: seja na valorização da razão ou o desenvolvimento de uma análise teleológica que tem como objetivo o alcance do progresso humano.

Além disso, o Espiritismo cumpre com o esquema da felicidade humana, proposto por Pedro Demo (2001). Reconhecendo a precariedade da vida humana, sendo a Terra um mundo de expiação e sacrifícios e a felicidade terrena apenas temporária; o Espiritismo busca estratégias próprias que visam amenizar a infelicidade, desproblematizando a vida ou dando um novo sentido a esta. As ideias de reencarnação e a não crença das punições eternas, fazem parte desse processo.

Ademais, entendemos a importância de debater a felicidade para os espíritas e suas vinculações com o projeto iluminista de felicidade, não só para fins puramente teóricos, mas também pela relevância de discutir os fundamentos morais de uma das religiões mais populares do Brasil. Segundo números do IBGE, 3,8 milhões de brasileiros se autointitulam espíritas e a Federação Espírita Brasileira (FEB), contabiliza outros 30 milhões que se denominam como simpatizantes [2]. Que esta análise sociológica vista no decorrer do trabalho, ligando felicidade e religião, possa instigar outras pesquisas não só sobre o Espiritismo, mas também sobre outras religiões ocidentais ou orientais.

Referências Bibliográficas

COMTE, Auguste. **Os Pensadores.** São Paulo: Abril, 1978.

_____ **Os Pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 1991.

DEMO, Pedro. **Dialética da Felicidade:** insolúvel busca de solução, Vol. II. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 2008.

KARDEC, Allan. **O Evangelho Segundo o Espiritismo:** contém a explicação dos ensinamentos morais do Cristo em concordância com o Espiritismo e sua aplicação às diversas situações da vida. São Paulo: Petit, 1997.

_____ **O Livro dos Espíritos:** contendo os princípios da Doutrina Espírita. São Paulo: Petit, 1999.

_____ **O que é o Espiritismo:** introdução ao conhecimento do mundo invisível, pelas manifestações dos espíritos. Brasília, FEB, 2019.

PINEZI, Ana Keila Mosca; JORGE, Érica Ferreira da Cunha. Revisitando dicotomias clássicas em As formas elementares da vida religiosa: sagrado x profano e religião x magia. **Estudos de Religião**, São Paulo, n. 42, v. 26, p. 83-98, 2012.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica:** Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis, RJ, 7º edição, 2015.

---

[1] Graduado em Ciências Sociais/Licenciatura pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPE).

[2] VERA, Andres. O papa dos espíritas. **ISTOÉ,** São Paulo, 01 de nov. de 2013. Disponível em: <https://istoe.com.br/332712_O+PAPA+DOS+ESPIRITAS/>. Acesso em: 01 de nov. de 2013.

Eleições municipais na cidade de Barbacena-MG: a religião no debate público.

Esther Aparecida Santos de Assis [1]
Geraldo Magela Rodrigues de Oliveira Neto [2]
Geovana Larissa Amâncio da Cruz [3]
Maria Eduarda Eduarda Aparecida Ramos [4]
Luiz Ernesto Guimarães [5]

Resumo: O presente trabalho tem como foco a atuação de grupos e agentes religiosos, em específicos atos da Renovação Carismática Católica, durante o período eleitoral de 2020, no município de Barbacena – MG. Tendo os processos de observação desde a pré-campanha, iniciada em agosto, foram recolhidos dados até o período do dia 15 de novembro, dia da eleição e havendo como resultado a vitória de Carlos Du (MDB), membro da RCC no município. Devido ao período pandêmico que se instaurou, as maneiras de levantamento dos dados se deram de maneira virtual, através das transcrições de entrevistas realizadas por Carlos Du, além da observação constante de suas redes sociais como o *Facebook* e *Instagram*. A ideia central da pesquisa é agrupar os dados obtidos e, ancorado em debates relacionados à antropologia da política, contribuir no entendimento da influência de grupos carismáticos e suas ações para promover políticas que favoreçam a defesa de suas agendas conservadoras.
Palavras-chaves: Antropologia da política; Catolicismos; Barbacena-MG.

Introdução

A Renovação Carismática Católica (RCC) é um movimento religioso sociopolítico, que utiliza de sua influência e ações em núcleos de reuniões para estabelecer formas de ocupar e imbuir suas pautas através da política institucional. Sendo um dos principais segmentos do catolicismo nas últimas décadas, tem desenvolvido uma atuação cada vez mais forte no campo da política. Isso tem contribuído com a eleição de diversos candidatos(as) pelo território nacional, que, uma vez eleitos, adotam uma agenda essencialmente comprometida com valores religiosos de setores da Igreja Católica, sobretudo a pauta moral, estando na linha de frente a proibição do aborto, das drogas e do casamento homoafetivo.

É, portanto, uma organização com viés político religioso, mas que não se envolve com organizações políticas diretas, como um partido, por exemplo. Por isso é comum notar carismáticos participando da vida política em diversas organizações partidárias diferentes, mas na maioria das vezes alinhadas com pautas morais, tradicionais conservadoras. O objeto de pesquisa desse trabalho, o ex-vereador e atual prefeito do município de Barbacena e membro da RCC, Carlos Du (MDB), dá uma prova de que as opções pelo partido são relativas. Ao se filiar ao MDB e oficializar sua candidatura ao pleito de executivo municipal, um dos motivos de sua filiação e manutenção no partido desde 2016, quando disputou uma vaga ao legislativo, se passou justamente pela possibilidade de colocar em atividade suas ideias, sem que houvesse nenhuma votação ou atuação contrária no interior do partido.

Com o crescimento político constante da RCC e o fenômeno presente no Brasil desde 2018, a ascensão das ideias conservadoras, anti-minorias e extremistas, tendo, inclusive, a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e a manifestação do bolsonarismo através de políticos que compactuam com ações e falas do atual presidente, as eleições de 2020 deram a oportunidade de analisar como esses políticos conservadores, ideologicamente alinhados com o bolsonarismo agiriam em suas campanhas. Em Barbacena, alguns candidatos usaram de diversos artifícios semelhantes aos utilizados pelo presidente em 2018, mas especificamente o atual prefeito, Carlos Du, que fez sua campanha por bases extremamente morais, com a fala sobre “defesa da família”, suas cores de campanha exaltando o verde e amarelo, coisa que foi utilizada apenas nas eleições de 2020, já que em 2016, quando concorria uma vaga ao legislativo municipal, suas cores de campanha eram mais simples, apenas azul e branco e seu número de voto correspondente. Além de destacar uma característica comum para os membros da RCC, a questão de levar a vida política como missão, Carlos Du em entrevistas e até no santinho de sua campanha de 2020, destacou a política como “uma forma mais eficiente para sinal e instrumento da misericórdia de Deus na vida dos outros, promovendo a dignidade e o bem comum” (Santinho eleitoral impresso de 2020)

Hipóteses

O candidato eleito na eleição presidencial de 2018 atraiu número significativo de fiéis vinculados ao cristianismo à esfera política, contribuindo para a formação de um capital político nas eleições seguintes, do ano 2020.

O discurso de cunho moral tem ganhado mais notoriedade que temas como desigualdade social, geração de emprego, inclusão social etc. Assim, o envolvimento político se torna extensão da concepção religiosa de mundo.

O argumento de juventude, renovação, novidade e repulsa à política tradicional tem aberto espaço para novas faces políticas, mas não novas ideias.

Objetivos gerais e específicos

Compreender os usos da religião nas eleições municipais de 2020, na cidade de Barbacena-MG para assim analisar as propostas dos principais candidatos na eleição municipal de 2020 em Barbacena-MG.

Dessa forma, perceber como ocorreu o uso das redes sociais durante a campanha política, visto ser uma eleição atípica, devido à pandemia da Covid-19, sistematizar os comentários postados nas redes sociais durante a campanha.

Por fim, entender como o candidato eleito, vinculado à Renovação Carismática, desenvolveu sua campanha política.

Metodologia

Diante da pandemia da Covid-19 e o decorrente isolamento social, o trabalho de campo precisou deixar de ser realizado de forma presencial, se fazendo valer das redes sociais, especialmente o Facebook e Instagram, como locais de levantamento de dados para a pesquisa. Estes foram coletados desde a pré campanha do candidato da RCC, anunciada em agosto de 2020, até o dia de sua posse, dia 01 de janeiro de 2021; dessa forma, mensagens, discursos e imagens postadas nas redes sociais do candidatado relacionadas à religião, foram salvas para posterior análise.

Embora as redes sociais já estejam sendo utilizadas como campo de pesquisa na antropologia há algum tempo, a pandemia acentuou ainda mais essa nova forma de

trabalho em relação ao modelo presente em boa parte de sua história, em que a presença do pesquisador no campo é indispensável.

Considerações finais

O presente trabalho propõe levantar dados e direcionamentos que possam contribuir no entendimento da ascensão conservadora, fenômeno que vem se expandindo desde as eleições gerais de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro e seu discurso conservador, chegando até às disputas municipais de 2020. Em Barbacena - MG, por exemplo, houve a eleição de um jovem carismático à prefeitura, com a utilização de um discurso de renovação da política, rejuvenescer o ambiente político institucional, mas com a campanha abrigando pautas anti-LGBTQIA+, anti-aborto e políticas de defesa da saúde pública, além de acenar para parcerias e grupos tradicionais da política local e nacional.

Analisa mais a fundo sobre a influência dos grupos conservadores na política, principalmente a RCC e sua aprovação à entrada de leigos na política institucional, mesmo tendo um posicionamento cosmopolita em relação as instituições partidárias, ou seja, sem uma posição fixa em relação aos partidos (Silveira, 2008), mas sempre se ancorando em políticas voltadas para a promoção e fortalecimento das pautas conservadoras.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019.

DESLANDES, Suely; COUTINHO, Tiago. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. **Cad. Saúde Pública** 36(11), 2020, p. 1-11.

GUIMARÃES, Luiz Ernesto. **Teologia da Libertação e Renovação Carismática Católica: religião e política na arquidiocese de Londrina - PR**. Tese de doutorado. UNESP - Marília, 2017.

MARIZ, Cecília L. Renovação Carismática Católica: Uma Igreja dentro da igreja? **Civitas**, v. 3, nº 1, Porto Alegre, jun. 2003, p. 169-186.

MIRANDA, Júlia. **Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

SILVEIRA, Emerson Jose Sena da. Terços, "Santinhos" e Versículos: a relação entre Católicos Carismáticos e a Política. **Rever**, São Paulo, v. 8, p. 54-74, mar. 2008.

---

[1] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Barbacena, Minas Gerais, estherap.s.s@gmail.com.
[2] Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Barbacena, Minas Gerais, geovanaamancio356@gmail.com.
[3] Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Barbacena, Minas Gerais, magela-neto@bol.com.br.
[4] Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Barbacena, Minas Gerais, ramos.mariaeduarda@hotmail.com.
[5] Doutor em Ciências Sociais. Professor junto ao departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Barbacena, Minas Gerais, pr.ernesto@gmail.com.

GT 13 Violência e Administração de Conflitos

COORDENAÇÃO
ANDRÉ SALES DOS SANTOS CEDRO (PPGS-UFSCAR)

EDUARDO HENRIQUE ROSSLER JUNIOR (PPGS-UFSCAR)

Este GT será coordenado pelo Grupo de Pesquisa sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC), ligado ao Departamento e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. O grupo reúne pesquisadores em diversos níveis de formação com a finalidade de produzir conhecimento e intervir no debate público. Para o GT 13 - Violência e Administração de Conflitos serão consideradas propostas de estudantes e pesquisadores que tenham interesse nos temas vinculados à sociologia da violência e da punição: trabalhos que abordem políticas de Segurança Pública, justiça e penais e seu diálogo com as relações raciais; conflitos e sua administração institucional, manifestações de violência e transformações sociais; Justiças Alternativas e estudos sobre instituições de privação de liberdade serão acolhidos. As investigações científicas devem estar concluídas ou em andamento - desde que já apresentem parte dos resultados.

Chacinas como instrumentos de poder: enfoques sobre as disputas de poder e às técnicas de violência no Brasil

Eduardo Armando Medina Dyna [1]

Resumo: A extrema violência na sociedade brasileira é um fato que permeia a história e que produz graves problemas sociais, gerando enfoques nos estudos interdisciplinares no âmbito da segurança pública. Um exemplo dessa emergente violência são os fenômenos das chacinas, isto é, ações de múltiplos assassinatos por diversas razões e que são cometidos por sujeitos distintos. Dessa forma, o presente trabalho visa pesquisar os fenômenos das chacinas como uma estratégia de poder, a partir das técnicas de violência que são cometidas na realidade brasileira. O intuito é entender o que são as chacinas e investigar suas causas, consequências e suas relações entre o Estado e a sociedade. A metodologia utilizada neste trabalho foi de caráter qualitativo, com uma revisão teórica sobre os temas propostos. Assim, será discutido como as chacinas podem ser classificadas, sendo utilizadas como forma de poder, feitas por um rito de suplício para demonstrar vingança, presença e impactar o poder político de um grupo. Soma-se a isso, a caracterização heterogênea dos massacres no Brasil, relacionados a interesses ao lucro, terra e poder, o que produz novos dilemas aos estudos do campo de segurança pública.

Palavras-chaves: Chacinas; Violência; Massacres; Polícia; Estado

Introdução

As chacinas são atos de extrema violência, ocasionado pelo assassinado de muitas pessoas. No Brasil, os motivos são variados, tendo como foco o extermínio de pessoas periféricas (que em sua maioria são negras e pobres); a aniquilação de detentos e organizações de presos; ou a eliminação de militantes e indígenas sob contexto de disputas de terras (DA SILVA SANTOS; RAMOS, 2019; DE LIMA VEDOVELLO, 2020). Essa prática se tornou muito comum, e foi naturalizada como um método violento simbolizado pela vingança, dominação ou uma forma de manifestação do poder.

A palavra chacina não tem uma conotação jurídica como homicídio ou latrocínio, sendo representada no âmbito jurídico como "homicídios múltiplos". Chacina, portanto, é uma expressão popular que desencadeou um acúmulo de violência contra um grupo de pessoas estereotipadas, seja pela classe social, cor da pele ou ação política (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019).

Etimologicamente, a chacina tem um significado diferente do que popularmente se encontra. Ela representa uma técnica de abate de porcos em matadouros para possuir sua carne para fins alimentícios (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 13). Desta forma, houve uma ressignificação do sentido na ação, isto é, agora se designa chacina como matança de pessoas e não mais como "abate de porcos". Essa mudança é cada vez mais alimentada pelos discursos que produzem o medo e pânico social através do sensacionalismo midiático e das distorções de fatos que produzem a violência generalizada na sociedade.

Além disso, ocorre uma disputa de narrativas que desenvolve discursos pautados em interesses para defender as ações policiais ou demonizar as vítimas, como forma de legitimar o extremo ato de violência. Visto isso, os sujeitos são categorizados como "bandidos" (FELTRAN, 2007), por um discurso moralizante que tenta justificar essas ações, como se a morte dessas pessoas fosse algo positivo para a sociedade, pois dessa forma há uma crença em que a bandidagem acabaria, como as autoras comentam:

> Uma das questões que permeiam o que é ou não uma chacina, está não só no número de mortos em determinado território e efetuado pelo(s) mesmo(s) agente(s) por uma razão específica, mas ao olharmos para o que se coloca enquanto chacina ou não, temos as disputas sobre o sentido das mortes quando perpetradas por agentes de segurança pública em ações realizadas quando esses se encontram em serviço. (DE LIMA VEDOVELLO; RODRIGUES, 2020, p. 165).

A própria estrutura estatal deturpa os acontecimentos quando acontecem chacinas por parte da autoria de policiais, mudando a nomenclatura e alterando as narrativas sob a tutela policial: "Os do lado das políticas de segurança pública, através de seus órgãos oficiais, a denominação dessas ações como ações de contenção ou operações policiais" *(*DE LIMA VEDOVELLO; RODRIGUES, 2020, p. 165), portanto, quando se diz que uma chacina foi uma ação de contenção, passa-se um pretexto de defesa da força policial contra o ataque externo do bandido, que por muitas vezes é uma falácia.

Por outro lado, há um discurso promovido pelos movimentos sociais, intelectuais, grupos de direitos humanos e coletivos que defendem as vítimas e querem justiça pelas atrocidades cometidas. A narrativa protagonizada por esses setores analisa uma questão mais profunda e complexa, sobre um genocídio contra a população negra e pobre e/ou uma política de extermínio de classe por parte do Estado, fundamentada em diversas pesquisas nas áreas interdisciplinares como forma de romper com os discursos conservadores e oficiais (DE LIMA VEDOVELLO; RODRIGUES, 2020, p. 165).

Desta forma, o número alarmante de mortes ocasionados pelas chacinas, remete ao que a bibliografia chama de "espetacularização da morte", em que a produção da chacina é a demonstração de poder dos acusados por meio da violência (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15). A espetacularização sobre a chacina não se corresponde como algo no anonimato e nem como tentativa de se obstruir as forças da justiça. Muito pelo contrário, seu impacto é orientado ao ataque direto, sem uma preocupação de esconder a prática violenta .A partir da exposição cada vez maior, consegue-se o impacto e por conseguinte o poder. Diante disso, os estudiosos do tema sintetizam que:

> Na maior parte das vezes, a chacina é um ritual de execução de pessoas tomadas como inimigas ou indesejáveis, realizado por assassinos mais ou menos anônimos. Nesse sentido, as chacinas podem ser interpretadas como mensagens públicas, com intuito de criar medo e temor a um público mais ampliado, e uma demonstração de poder e autoridade conquistado e/ou garantido por meio da violência letal. Na maior parte dos casos, as chacinas são ritualizadas, atos repetidos em diferentes casos, vestígios são estrategicamente deixados na cena do crime e a identidade dos assassinos ou dos mandantes circulam publicamente na forma de rumores. (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 13).

Além disso, a bibliografia consultada construiu uma classificação dos tipos de chacinas que caracterizam esse fenômeno violento. A primeira faz referência às chacinas que envolvem as disputas de poder entre facções de origem prisional (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15), buscando o poder econômico do tráfico de drogas, o domínio de territórios ou vinganças internas dentro da estrutura dos grupos. A busca pelo poder econômico e o domínio de territórios entre as facções pode ser exemplificado pelas matanças entre 2016 e 2017 nos presídios do norte e nordeste (FERREIRA; FRAMENTO, 2019).

A segunda tipificação indica a repressão do braço armado do Estado como resposta às rebeliões e ações de organizações criminosas (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15). Essa represália pode ocorrer oficialmente por parte de operações das polícias (como a operação castelinho em 2002 no interior de São Paulo), as que são feitas por policiais à paisana para não comprometer a instituição. Esta última é uma situação mais delicada, pois há uma relação entre policiais e grupos de milícias e/ou extermínio para punir e retaliar as periferias e possíveis "suspeitos". Essa retaliação se encontra na forma de vingança de policiais mortos, na caça de indivíduos de facções ou até para eliminar a concorrência no tráfico de drogas, alimentando a corrupção da polícia para interesses próprios (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 16). A chacina na quadra da torcida organizada do Corinthians "Pavilhão 9" em 2015, foi um exemplo em que um policial à paisana matou inúmeras pessoas devido a problemas com o tráfico de drogas (DE LIMA VEDOVELLO, 2020).

O terceiro tipo envolve rebeliões em presídios com as forças de segurança pública reprimindo o motim para retomar a ordem e o controle nas prisões (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15). Essa ação, normalmente coordenada pelas polícias militares ou carcereiros, foi cometida várias vezes na história do Brasil, sendo o episódio do massacre do Carandiru em 1992 o caso mais emblemático. A última classificação sugerida pelos autores, é por parte de conflitos no universo rural e também pode ser considerado no contexto urbano (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15). Esse tipo de chacina se diferencia dos três últimos, pois o tema sobre terra e trabalho estão mais evidentes do que problemas como o crime, tráfico ou polícia. Normalmente são revelados como disputas entre fazendeiros/ruralistas e organizações de trabalhadores rurais e/ou indígenas, nas quais os primeiros querem privatizar a terra dos últimos, promovendo o enriquecimento do agronegócio e o extermínio dessas resistências[2].

Após tudo que foi exposto, é de suma importância destacar que as chacinas são heterogêneas, elas não têm as mesmas causas, efeitos, sujeitos, impactos e territórios. Elas são demonstrações das relações de poder entre dois ou mais grupos antagônicos, sejam facções rivais disputando o comércio de drogas; vinganças, realizações ou exterminação da polícia e milícias contra a população periférica; repressão das forças policiais contra a sociedade prisional rebelada ou disputas entre fazendeiros contra camponeses e indígenas.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a questão dos territórios e espaços onde são cometidas as chacinas. Para aprofundar essa questão, Haesbaert (2004) se torna uma grande referência em seu estudo sobre processos de territorialização e desterritorialização para entender as questões entre a ação e o espaço. Para o autor, o território pode ser enquadrado de uma maneira polissêmica e interdisciplinar, tendo quatro macro dimensões: a-) política: são as configurações do controle de um poder nos territórios, existindo portanto um ou mais poderes soberanos em disputas, portanto uma disputa de poder pelo território; b-) cultural: são as relações simbólicas e subjetivas construída pelos nativos do local em relação ao espaço; c-) econômica: são os elementos das relações de recurso, produção e circulação de mercadorias entre as classes sociais; d- natural: tendo como um sentido filosófico da ontologia humana pelo apelo do espaço físico (ALMEIDA, 2014, p. 75)

Por meio disso, os territórios chacinados encontram-se com características políticas e econômicas. Na dimensão política, as rivalidades entre os grupos antagônicos geram a busca pelo controle dos territórios para a dominação, tentando eliminar o poder inimigo, alcançando a soberania que, por muitas vezes, faz da população inocente o seu poderio. Os exemplos sobre essa dimensão já supracitados são as chacinas cometidas pelas facções ou pelas forças policiais. Já pelo viés econômico, as dinâmicas da produção e do comércio, são um dos fatores principais, fazendo os territórios serem alvos da cobiça pelo poder político e econômico em busca do lucro. As chacinas nas áreas rurais e indígenas são exemplos de espaços chacinados.

Assim sendo, não há como definir um território como neutro, pois os indivíduos inserem nele os seus interesses, disputas e representações, transformando-o em movimentos, (ALMEIDA, 2014; HAESBAERT, 2004). São as relações de poder que movimentam as chacinas e formalizam as consequências da violência nos territórios em mudança. Isto posto, as chacinas nos territórios estão em constante deslocamento, nunca fixadas as ações em um mesmo local.

Essas relações de poder são demonstradas através da forte violência das chacinas, que correspondem a uma desumanização das vítimas (DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 18) e à espetacularização das mortes feitas pelos discursos conservadores e punitivos atreladas ao sensacionalismo midiático, o que leva a uma justificação das mortes por estarem ou não na ilegalidade do crime (DA SILVA;

SANTOS; RAMOS, 2019, p. 19). Essa justificação é atribuída apenas pela palavra dos autores que são o conteúdo predileto para a naturalização dos discursos feitos pela mídia (COSTA, 2009). Dessa forma, a banalização das mortes é colocada em prática pelos discursos, criando uma disciplina da desumanização contra os inimigos oficiais das forças conservadoras.

Destarte, serão elencadas algumas chacinas com mais repercussão, impactos e críticas da sociedade, analisando suas especificidades e consequências:

Chacina do Carandiru - 1992

A chacina do Carandiru, que ocorreu em outubro de 1992, foi a maior chacina das prisões brasileiras, tendo o registro de 111 mortos, segundo a polícia. Entretanto, esse número é contestado por pesquisadores, grupos de direitos humanos e pelos próprios presos, que, ao avaliarem os impactos do episódio, calculam o dobro das mortes em relação aos dados da instituição (MACHADO; MACHADO, 2015; ONODERA, 2007; SALLA, 2007; VARELLA, 2005). A causa foi uma rebelião, oriunda de uma briga entre dois detentos no interior do pavilhão 9, que provocou uma desordem generalizada e a convocação das forças ostensivas dentro da cadeia. Segundo Onodera (2007), foram mais de 300 policiais com armamento pesado que invadiram o espaço e iniciaram a maior carnificina dos presídios, sem direito a defesa e julgamento. A repercussão internacional foi negativa, denunciando o extermínio e tortura dos presos pela mão do Estado.

Chacina da Candelária - 1993

A chacina da Candelária foi um massacre que chocou o Brasil em 1993. Em julho daquele ano, 8 adolescentes e crianças foram mortos e uma dezenas foram feridas enquanto dormiam na frente da igreja da Candelária, na região central do Rio de Janeiro. As vítimas tinham entre 11 e 19 anos e moravam nas ruas daquela região. (TERRA, 2018). Os assassinos passaram de carro momentos antes do massacre, já com a intenção de cometer o crime. Após as investigações, descobriram que os acusados eram ligados a milícias, sendo 3 policiais militares na ativa e um outro expulso do batalhão policial. Os motivos são trabalhados em duas hipóteses, a primeira um acerto de contas por causa da venda do tráfico de drogas na região e a segunda para exterminar as crianças e adolescentes que supostamente teriam gerado problemas aos policiais e moradores.

Um sobrevivente conseguiu denunciar os acusados, sofrendo ameaças e tentativas de assassinato meses depois, o que levou a um pedido de proteção em 1995 para o então presidente da república, se mudando para a Suíça após o solicitação. Dos 4 acusados, 3 foram condenados a mais de 200 anos de reclusão, porém, após 20 anos de pena, eles conseguiram as prerrogativas e estão em liberdade. Já o outro acusado, foi morto durante as investigações, o que levantou suspeitas sobre "queima de arquivo" (SILVEIRA; BOECKEL, 2015).

Chacina de Eldorado do Carajás - 1996

O caso do Eldorado do Carajás no estado do Pará em 1996 foi um massacre em decorrência das disputas por terra entre camponeses e trabalhadores sem terra contra grandes latifundiários, que terminou com a morte de 21 pessoas e aprofundaram o debate sobre a reforma agrária. Esse fato teve fortes repercussões políticas, com a demissão do então ministro da agricultura e muitas críticas internacionais sobre a violência camponesa no Brasil. (BARBOSA, 2021).

O contexto desse episódio é a repressão violenta da polícia militar no acampamento dos trabalhadores rurais sem terra. No dia, cerca de 150 policiais militares efetuaram a dispersão e repressão aos trabalhadores, matando com tiros à queima roupa e uso de faca e facão. Esse episódio ficou conhecido como uma das maiores chacinas relacionadas à questão da terra e a luta entre os latifundiários e os campesinos (BARBOSA, 2021).

Chacina em Osasco - 2015

A maior chacina - fora dos presídios - do estado de São Paulo foi realizada na grande São Paulo, mais especificamente nas cidades de Osasco, Barueri e Itapevi, deixando no total 23 mortos e alguns feridos, impactando toda região. Segundo as informações, a autoria dessa barbárie foi cometida por policiais e guardas civis municipais, e o motivo foi uma vingança por conta do assassinato de dois profissionais da segurança pública dias antes desse ato. Na semana anterior dessa tragédia, esses agentes de segurança pública foram mortos, em decorrência de uma execução no dia 08/08/2015 (UOL, 2015) e uma tentativa de assalto no dia 12/08/2015 (G1, 2015).

Os locais do crime foram as regiões periféricas dessas cidades. Os acusados se dirigiram a bairros que tinham alguma ligação da morte dos profissionais e dispararam aleatoriamente contra pessoas que enquadram no estereótipo de "criminoso". Isto

posto, mais da metade das vítimas não tinham passagem pela polícia e nenhuma tinha envolvimento com alguma facção (G1, 2015). Os acusados foram expulsos da corporação policial, condenados em júri popular, todavia, após 6 anos do caso, esse episódio ainda está sob julgamento da justiça.

Chacina de Pau D'Arco - 2017

A chacina de Pau D´Arco foi cometida no ano de 2017 no estado do Pará, onde 10 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados pela polícia militar e civil em uma operação que resultou nessa tragédia (G1, 2017). Dentre os mortos, 9 homens e 1 mulher que residiam no local. Esses trabalhadores estavam ocupando uma fazenda improdutiva com dezenas de famílias que lutavam pelo direito à terra, sob o contexto maior das disputas históricas dos movimentos campesinos contra a regalia dos latifúndios improdutivos (G1, 2021).

Os policiais cumpriram mandado de prisão preventiva de 14 pessoas que ocupavam a área. Houve uma disputa de narrativas sobre o caso. Segundo a versão dos policiais, eles entraram no território assentado e foram recebidos a tiros pelas famílias, entretanto, os trabalhadores relataram que a polícia veio com o objetivo de matar e acabar com a ocupação (G1, 2021). Além disso, havia disputas judiciais para o despejo dessas famílias por parte dos fazendeiros. Esse caso ainda está em procedimento judicial, com 16 acusados encaminhados a júri popular e muitas tensões envolvendo a questão da terra.

Chacina guerra das facções - 2017/2018

As chacinas nas prisões no norte e nordeste em 2017 e 2018 inauguraram uma nova fase dos desdobramentos das organizações dos presos. Por causa da guerra entre facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), Família do Norte (FDN), Sindicato do Crime (SIN-RN) entre outras, foi cometido um banho de sangue com dezenas de mortos e decapitados nas prisões do Amazonas, Acre, Rio Grande do Norte, chocando a opinião pública pelos suplícios, a espetacularização das mortes e do evento.

O estopim para essa guerra foi o fim da união entre o PCC e o CV por conta do controle de drogas na fronteira entre o Brasil e o Paraguai em 2016. Assim, nos primeiros dias de 2017 e posteriormente em 2018, houve uma reorganização nas cadeias direcionada às facções, separando presos que eram membros ou simpatizantes dessas

organizações, o que culminou com rebeliões a fim de invadir os pavilhões opostos nos quais se encontrariam os inimigos de outros comandos.

Essas chacinas iniciaram uma nova ruptura na história das organizações dos presos, haja visto que os motins não eram pautados por melhorias para a população carcerária ou denunciando as contradições e arbitrariedades do sistema penal, e sim o extermínio de rivais na lógica do crime. A maioria das mortes foi cometida por objetos cortantes, pedaços de ferro ou ferramentas construídas manualmente para serem armas de guerra. E quando finalizado o objetivo, a decapitação e desmembramento eram tidos como demonstração de poder e vitória.

Hipóteses

Todo processo de espetacularização sobre a chacina não se corresponde como algo no anonimato e nem como tentativa de obstruir as forças da justiça. Muito pelo contrário, seu impacto é orientado ao ataque direto, sem uma preocupação de esconder a prática violenta e a partir da exposição cada vez maior, obtendo seu impacto e por conseguinte seu poder. Destarte, a chacina é uma prática de poder em que se utiliza da estratégia de extrema violência para alcançar algum objetivo, seja a dominação, vingança ou até mesmo a manifestação dos micro poderes soberanos (FOUCAULT, 2009). Essa ação tem a finalidade de ser pública e visível, assim todos conseguem ver as dinâmicas do poder exercido como uma forma de suplício por parte dos responsáveis em relação ao seu inimigo (FOUCAULT, 2014).

Elas são demonstrações das relações de poder entre dois ou mais grupos antagônicos, sejam facções criminosas rivais disputando o comércio de drogas; vinganças, realizações ou exterminação da polícia e/ou milícias contra a população periférica; repressão das forças policiais contra a sociedade prisional rebelada ou disputas entre fazendeiros contra camponeses e indígenas. Portanto, as chacinas são técnicas de violência ou suplícios, em que grupos buscam impor seu poder a partir dos massacres sem medir as consequências de suas ações.

Objetivos gerais e específicos

Este trabalho tem como objetivo analisar os fenômenos das chacinas na sociedade brasileira, investigando as relações de poder, os territórios e as técnicas de violência entre poderes antagônicos. Mais especificamente, a pesquisa tende a compreender a chacina em uma lógica de poder próprio, investigando suas causas, efeitos, territórios e os sujeitos que nelas estão, averiguando a relação de territórios, interesses e suplícios visando uma dominação de poder a partir das disputas. Será pautado algumas chacinas que foram cometidas no Brasil e ganharam repercussão nacional.

Metodologia

A metodologia proposta é trabalhada de cunho qualitativo, a partir de um levantamento bibliográfico, estudos teóricos sobre violência, suplícios e poder baseadas pela matriz foucaultiana e a revisão bibliográfica sobre o tema das chacinas.

Considerações finais

Concluindo, as chacinas não são algo novo e nem exclusivo de um agrupamento específico, contudo, são uma tática complexa de estratégias de poder baseada na violência que alimenta os discursos da sociedade, produzindo mais um problema entre vários que marcam a segurança pública. As ações das chacinas podem ser entendidas como uma vingança, suplícios e demonstração de poder, eliminando rivais, matando sujeitos marginalizados, ou assassinando trabalhadores rurais assentados.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Fernanda. MST. Chacina do Vigário Geral e a violência do Estado brasileiro. 2019. Disponível em: https://mst.org.br/2019/09/05/chacina-do-vigario-geral-e-a-violencia-do-estado-brasileiro/. Acesso em: 20 maio 2021

ALMEIDA, Denise Ribeiro. O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. Revista Formadores: Vivências e Estudos 2014.

BARBOSA, Catarina. Brasil de Fato. 25 anos após Massacre de Eldorado do Carajás, violência no campo dispara no Brasil. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/25-anos-apos-massacre-de-eldorado-dos-carajas-violencia-no-campo-dispara-no-brasil. Acesso em: 14 maio 2021.

BOECKEL, Cristina (Rio de Janeiro). G1. Sobrevivente da chacina de Vigário Geral evita sair de casa no mesmo dia da tragédia; crime completa 25 anos. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/29/sobrevivente-da-chacina-de-vigario-geral-evita-sair-de-casa-no-mesmo-dia-da-tragedia-crime-completa-25-anos.ghtml. Acesso em: 20 maio 2021.

COSTA, Caio Túlio. Sobre o medo em São Paulo: Ainda o espetáculo. Revista USP , n. 80, p. 98-110, 2009

DA SILVA, Uvanderson Vitor; SANTOS, Jaqueline Lima; RAMOS, Paulo César. E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL.

DE LIMA VEDOVELLO, Camila. As chacinas em São Paulo: da historicidade à Chacina da Torcida Pavilhão 9.

DE LIMA VEDOVELLO, Camila; RODRIGUES, Arlete Moysés. As chacinas em São Paulo. Revista de Estudos Empíricos em Direito , v. 7, n. 2, p. 161-179, 2020.

FERREIRA, Marcos ASV; FRAMENTO, Rodrigo. Degradação da Paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 4, n. 2, p. 91-114, 2019.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. Temáticas, v. 15, n. 30, 2007.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Leya, 2014.

G1 (Pará). Dez pessoas são assassinadas em fazenda no sudeste do Pará. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/dez-pessoas-sao-assassinadas-em-fazenda-no-sudeste-do-para.ghtml. Acesso em: 14 maio 2021.

G1 (Pará). Sobrevivente e testemunha-chave da chacina de Pau D'Arco, no PA, é morto após relatar ameaças. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/15/sobrevivente-e-testemunha-chave-da-chacina-de-pau-darco-no-pa-e-morto-apos-relatar-ameacas-vivo-preocupado-entao-melhor-sair-daqui.ghtml. Acesso em: 14 maio 2021.

G1 (São Paulo). Chacina em Osasco e Barueri : veja o que se sabe e o que falta esclarecer. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/chacina-em-osasco-e-barueri-veja-o-que-se-sa be-e-o-que-falta-esclarecer.html. Acesso em: 14 mai. 2021.

G1 (Sorocaba e Jundiaí). Nove pessoas morrem em operação da Rota em Várzea Paulista, SP. 2012. Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2012/09/nove-pessoas-morrem-em-operacao-da-rota-em-varzea-paulista-sp.html. Acesso em: 20 maio 2021.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do" fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil. 2004

LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz de. Mulher fiel: às famílias das mulheres dos presos relacionados ao primeiro comando da capital. 2013.

MACHADO, Maíra Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. Carandiru não é coisa do passado : um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o massacre. 2015.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria" bandido". Lua Nova , (79), 15-38. 2010.

MOREIRA, Alex. O PCC em São Paulo:" coletivo de presos" ou" organização criminosa"?. 2012.

ONODERA, Iwi et al. Estado e violência: um estudo sobre o massacre do Carandiru. 2007.
SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. Revista Brasileira de Segurança Pública , v. 1, n. 1, 2007.
SILVEIRA, Daniel; BOECKEL, Cristina (Rio de Janeiro). G1. Chacina da Candelária: sobrevivente ainda tem pesadelos, diz irmã. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/chacina-da-candelaria-sobrevivente-ainda-tem-pesadelos-diz-irma.html. Acesso em: 15 maio 2021.
VEDOVELLO, Camila de Lima et al. As chacinas em São Paulo: da historicidade à chacina da torcida pavilhão 9. Revista de estudos empíricos em direito, 2020.
TERRA (Rio de Janeiro) (ed.). Candelária: 25 anos de uma chacina num país que não mudou. 2018. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/candelaria-25-anos-de-uma-chacina-num-pais-que-nao-mudou,7c1185a0481d59489b4af0cde5a379d2dfe2m7fa.html. Acesso em: 15 maio 2021.
ÚLTIMO SEGUNDO/IG. Repórter Brasil. MP conclui que Castelinho foi uma "farsa macabra". 2003. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2003/12/mp-conclui-que-castelinho-foi-uma-farsa-macabra/. Acesso em: 20 maio 2021.
UOL (ed.). Uma semana antes da chacina, PM foi morto em Osasco (SP) . 2015. Disponível em:https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/08/14/uma-semana-antes-de-chaci na-pm-foi-morto-em-osasco-sp.htm. Acesso em: 14 mai. 2021.
VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru . Editora Companhia das Letras, 2005.

[1] Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília. Pós graduando em Políticas Públicas e Projetos Sociais no SENAC. Pesquisador do Observatório de Segurança Pública nas áreas de segurança pública, PCC, polícia, crime e periferias. E-mail para contato: eduardo.dyna@unesp.br
[2] As chacinas contra os trabalhadores rurais de Pau D'Arco no Pará em 2017 e contra os indígenas Ianomâmi em 2012. São dezenas de chacinas contra camponeses e indígenas configurando o grupo mais atingido pela extrema violência.

Semana discente das Ciências Sociais UFSCar 2021: o sujeito pesquisador e o fazer científico